

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**POLÍTICA DE LÍNGUAS E MÍDIA NO MERCOSUL:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO DE JORNAIS DE FRONTEIRA.**

TESE DE DOUTORADO

Andréa F. Weber

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**POLÍTICA DE LÍNGUAS E MÍDIA NO MERCOSUL:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO DE JORNAIS DE FRONTEIRA.**

por

Andréa F. Weber

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras.**

Orientador: Prof. Eliana Rosa Sturza

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**O FUNCIONAMENTO DO POLÍTICO NO DISCURSO
“NAS” E “SOBRE AS” LÍNGUAS DOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO DO MERCOSUL: UM ESTUDO COM
BASE EM JORNAIS DE FRONTEIRA”**

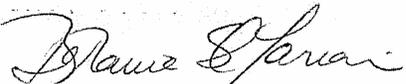
elaborada por
Andrea Franciele Weber

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:



Eliana Rosa Sturza, Dr.
(Presidente/Orientadora)



Bethania Sampaio Corrêa Mariani, Dr. (UFF)



Karla Maria Müller, Dr. (UFRGS)



Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)



Graziela Lucci de Angelo, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 04 de outubro de 2013.

Agradecimentos

Àquela força dentro de mim, que me impulsionou pela travessia do doutorado, com todas as suas penúrias e alegrias;

Àquelas pessoas que impulsionam sempre, de longe ou de perto, ajudando no dia-a-dia ou, simplesmente, existindo: meu marido, minha mãe, meus irmãos, sobrinhos, cunhados, sogros, meus bons e velhos amigos, meus companheiros cotidianos;

Aos professores que contribuíram diretamente para o desenvolvimento desta tese, na sua orientação, na sua banca de qualificação e de defesa, nas disciplinas cursadas, no envio e indicação de material;

À UFSM/Campus Frederico Westphalen, especialmente ao Departamento de Ciências da Comunicação, pelos auxílios e organizacionais e logísticos;

À Universidade de Heidelberg, Alemanha, pelo acolhimento no estágio de pesquisa; ao Santander Universidades, pelo apoio financeiro;

À Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, pelo acolhimento no intercâmbio docente; à Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), pelo apoio financeiro;

À Coordenação e Secretaria do PPGL, pela organização administrativa;

Aos jornalistas e moradores da fronteira, pelas entrevistas e envio de material;

Aos meus colegas de doutorado e do grupo de pesquisa Línguas de Fronteira; aos meus orientandos e parceiros de trabalho, pelas atividades conjuntas e ideias trocadas.

Ao chimarrão, pela platina companhia.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

POLÍTICA DE LÍNGUAS E MÍDIA NO MERCOSUL: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DE JORNAIS DE FRONTEIRA.

AUTORA: ANDRÉA F. WEBER

ORIENTADOR: ELIANA ROSA STURZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 04 de outubro de 2013.

Este trabalho investiga o funcionamento do político no dizer “nas” e “sobre as” línguas nos jornais da fronteira platina, com vistas a uma política de línguas dos meios de comunicação no Mercosul. Para isso, toma como *corpus* nove jornais publicados em diferentes cidades da fronteira brasileira com o Uruguai e a Argentina, analisando como as línguas portuguesa, espanhola e guarani, que são as línguas reconhecidas pelo bloco, são empregadas e tematizadas na construção das notícias. O dizer-nas e sobre-as línguas inscritos nesses jornais projetam no imaginário social platino uma distribuição política dessas línguas como globais, de integração regional, nacionais e locais, configurando uma política de línguas dos meios de comunicação. Como dispositivo analítico, o estudo mobilizou a categoria da designação, tomada da perspectiva da Semântica do Acontecimento e da Linguística da Enunciação. Como aporte complementar, dispôs de edições históricas e especiais de jornais fronteiriços, já extintos ou ainda em circulação, além de entrevistas com diretores, chefes de redação e jornalistas desses jornais. Dividida em cinco capítulos, esta tese, explora, no primeiro, a política de línguas dos meios de comunicação; no segundo, o funcionamento das línguas espanhola, portuguesa e guarani como globais, de integração regional, nacionais e locais nos países platinos; no terceiro, as particularidades dos meios de comunicação da fronteira platina; no quarto, a política de línguas dos meios de comunicação globais, nacionais e fronteiriços; no quinto e último capítulo, a distribuição política das línguas espanhola, portuguesa e guarani na constituição de um dizer-nas e sobre-as línguas nos jornais fronteiriços. Os resultados mostram que esses jornais mobilizam as línguas espanhola e portuguesa padrão para a composição das notícias, distribuindo-as no espaço noticioso de acordo com o tema e o público visado. A presença dessas línguas como tema das notícias é infrequente e coadjuvante, frequentemente relacionada à área educacional. Tanto no dizer-nas como no dizer-sobre-as línguas, espanhol e português obedecem a uma distribuição política que os situa como nacionais dos países platinos. Essas línguas se inscrevem como elementos identitários das nações no contexto da integração regional.

Palavras-chave: política de línguas; meios de comunicação; Mercosul.

ABSTRACT

Doctoral Dissertation

Programa de Pós-Graduação em Letras

Universidade Federal de Santa Maria

POLITICS OF LANGUAGES AND MEDIA IN MERCOSUL: AN ENUNCIATIVE STUDY OF BORDER NEWSPAPERS.

AUTHOR: ANDRÉA F. WEBER

SUPERVISING PROFESSOR: ELIANA ROSA STURZA

Date and Place of Defense: Santa Maria, October 04th, 2013.

This work investigates the functioning of the politician in saying “in” and “about the” languages in newspapers from the platinum border, with a view to a politics of languages of media in Mercosul. For this, we took as *corpus* nine newspapers published in different cities of Brazilian border, such as Uruguay and Argentina, analyzing the way the Portuguese, Spanish and Guarany languages, which are the ones recognized by the bloc, are employed and thematized in the news construction. The saying-in and about-the languages subscribed in these newspapers project in the platinum social imaginary a political distribution of these languages as global, of regional integration, national and local, configuring a politics of languages in the media. As analytical device, the study mobilized the designation category, taken from the perspective of the Happening Semantics and the Enunciation Linguistics. As an additional support, we used historical and special editions from border newspapers, already extinct or in circulation, besides the interviews with editors, writing bosses and journalists from these newspapers. Divided in five chapters, this dissertation, explores, on the first chapter, the politics of languages in media ; on the second, the functioning of the Portuguese, Spanish and Guarany languages as global, of regional integration, national and local in the platinum countries; on the third, the particularities of media from the platinum border; on the fourth, the politics of languages in the global, national and border media; on the fifth and last chapter, the political distribution of Spanish, Portuguese and Guarany languages in the constitution of one saying-in and about-the languages in border newspapers. The results show that these newspapers mobilize the patterning Spanish and Portuguese languages for the news composition, distributing them in the news space, according to theme and the target public. The presence of these languages as the news’ theme is non frequent and co-star, frequently related to the educational area. As much in the saying-in as in the saying-about-the languages, Spanish and Portuguese obey to a political distribution which situates them as national from platinum countries. These languages are inscribed as nations’ identifying elements in the context of regional integration.

Keywords: politics of languages; media; Mercosul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-A fronteira platina deste estudo.	37
Figura 2- Cidades-gêmeas ao longo da linha divisória internacional do RS.	41
Figura 3 - Línguas mais faladas no mundo (em 2010).	53
Figura 4- Contribuição de cada país da CPLP e RAE de Macau no total de falantes da língua portuguesa no mundo (em 2010).	54
Figura 5- Debate sobre a língua na imprensa fronteiriça. Publicado na Folha de São Borja, São Borja, em 1970.	77
Figura 6- Antiga e atual área habitada por povos e línguas guarani na América do Sul.	81
Figura 7- (a) Anúncio de serviços financeiros em Montevideú; (b) Fragmento de notícia descrevendo as ligações ferroviárias, fluviais e terrestres entre Uruguaiana, Paso de los Libres e outras cidades argentinas. Publicados pelo Jornal A Notícia, de Uruguaiana, nos anos de 1899 e 1905, respectivamente.	95
Figura 8 - Estrangeiros são ameaça à segurança nacional. Notícia publicada na Folha de São Borja, São Borja, em 1970.	103
Figura 9 - Abrangência do jornal Diário da Fronteira, de Uruguaiana. Capa do jornal, em 2011.	117
Figura 10- Abrangência do jornal Folha Barrense, de Barra do Quaraí. Capa do jornal, em 2011.	117
Figura 11- A integração no Mercosul significada positivamente nos jornais fronteiriços. Fragmento de notícia publicada na Folha Barrense, Barra do Quaraí, em 2011.	122
Figura 12 - Exaltação ao nacional. Notícia publicada no jornal Folha Barrense, Barra do Quaraí, em 2011.	122
Figura 13 – Jornal em espanhol e guarani. Capa do paraguaio Diario Popular, em 2012.	134
Figura 14- A presença das línguas na internet (2010).	138
Figura 15- O guarani na internet (em maio de 2012).	143
Figura 16 - Jornal brasileiro conquista o público uruguaio. Publicado na edição comemorativa do Jornal A Plateia, Santana do Livramento, em 2011.	150
Figura 17- Anúncios publicitários de estabelecimentos comerciais de Santo Tomé. Publicados na Folha de São Borja, São Borja, em 1970.	151
Figura 18 - Aviso, em espanhol, sobre a 5º Exposición Nacional e Internacional de Ganadería de Salto. Publicado no jornal A Notícia, Uruguaiana, em 1905.	153
Figura 19 - Transcrição da fala guarani-espanhola-portuguesa usada em extinto programa radiofônico da Rádio Educativa, de Campo Grande-MS.	154
Figura 20 – Notícias cuja temática central é a língua. Publicadas no jornal Diário da Fronteira de Uruguaiana, em 2009 e 2010.	156
Figura 21 - “en español”, A Plateia, Santana do Livramento, 2010.	169
Figura 22 - “Contos e Cuentos”, Folha Barrense, Barra do Quaraí, 2011.	174
Figura 23 - “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!”, A Plateia, Santana do Livramento, 2010.	180
Figura 24- SEs 22, 23 e 24.	185
Figura 25- SEs 25, 26 e 27.	0
Figura 26- SE28.	190
Figura 27 - SEs 29 e 30.	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Descrição espaço-temporal do <i>corpus</i> da pesquisa.	44
Quadro 2 - Falantes maternos de espanhol no mundo (2007).	56
Quadro 3 - Circulação dos jornais fronteiriços que integram o corpus da pesquisa..	117
Quadro 4 - Presença das línguas portuguesa, espanhola e guarani nos jornais da fronteira do RS.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 POLÍTICA DE LÍNGUAS, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, FRONTEIRA PLATINA E MERCOSUL: CONSTRUINDO A RELAÇÃO.....	15
1.1 Uma imersão no campo da Política de Línguas.	15
1.2 Os meios de comunicação na produção de imaginários políticos sobre as línguas.....	24
1.3 A política de línguas dos meios de comunicação do Mercosul: a proposta deste estudo.	35
2. AS LÍNGUAS DO MERCOSUL COMO GLOBAIS, DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, NACIONAIS E LOCAIS: POLÍTICAS E IMAGINÁRIOS.	48
2.1 Português, espanhol e guarani como línguas globais.	48
2.2 Português, espanhol e guarani como línguas de integração regional no Mercosul.	59
2.3 Português, espanhol e guarani como línguas nacionais.....	65
2.3.1 As políticas linguísticas dos Estados nacionais.	67
2.3.2 A produção e circulação do conhecimento linguístico nos Estados nacionais.	73
2.4 Português, guarani e espanhol como línguas locais-fronteiriças.	77
2.5 A relação entre política de línguas e política editorial nos jornais de fronteira.	84
3. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O MERCOSUL E SUAS FRONTEIRAS.	91
3.1 A fronteira como delimitadora e integradora dos países platinos.	91
3.2 Os meios de comunicação na integração nacional e regional dos países platinos.	99
3.3 A articulação entre local, nacional, regional e global nos jornais da fronteira: uma aproximação à circulação e ao conteúdo noticioso.....	115
4. A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO MERCOSUL: POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS NAS ESFERAS GLOBAL, NACIONAL, REGIONAL E LOCAL.	124
4.1 As políticas linguísticas dos Estados nacionais para os meios de comunicação.	124
4.2 Mídias globais e política de línguas.	136
4.3 O uso e a tematização das línguas na mídia fronteiriça.....	145
5. O IMAGINÁRIO POLÍTICO SOBRE AS LÍNGUAS NO MERCOSUL: O DIZER-NA E O DIZER- SOBRE-AS LÍNGUAS NOS JORNAIS DE FRONTEIRA.	158
5.1 Um olhar enunciativo sobre a política de línguas dos jornais fronteiriços.....	158
5.2 O dizer-nas línguas.	168
5.3 O dizer-sobre-as línguas.	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204

INTRODUÇÃO

O título desta tese, *Política de línguas e mídia no Mercosul: um estudo enunciativo de jornais de fronteira*, aponta para os caminhos e cruzamentos temáticos a partir dos quais ela foi construída. Seu fluxo principal é o político, como lugar de disputas de poder e de divisões sempre presentes na linguagem. O primeiro cruzamento se dá entre a *Política de línguas*, nosso ponto de partida, e os *a mídia*, com vistas ao funcionamento das relações de poder inscritas nas línguas usadas (dizer-em) e tematizadas (dizer-sobre) nas publicações midiáticas. No decorrer do percurso, a esse encontro entre a política de línguas e a mídia é agregada a perspectiva da *integração regional no Mercosul*¹, o segundo cruzamento, de modo que passamos a nos fixar na política de línguas dos meios de comunicação como potencial integradora das nações platinas², não só do ponto de vista econômico, mas também sociocultural e político. O terceiro cruzamento assinala a teoria que embasa o estudo, a *Linguística da Enunciação*. Ela forneceu subsídios para analisarmos a materialidade linguística a partir da qual buscamos entender o funcionamento do político nos meios de comunicação do Mercosul: os *jornais editados na fronteira* entre seus países.

É, portanto, na relação entre política de línguas, enunciação, meios de comunicação e integração regional no Mercosul que buscamos respostas para o questionamento que inspirou este trabalho: como os jornais fronteiriços organizam sua política de línguas, sob a influência das esferas local, nacional, regional³ e global que incidem sobre seu funcionamento? Entender esse funcionamento constitui nossa linha de chegada e, ao mesmo tempo, um novo ponto de partida, já que esta tese é apenas o começo de uma longa e sinuosa trajetória na construção do conhecimento sobre a política de línguas dos meios de comunicação, da fronteira platina e do Mercosul.

A Política de Línguas, como campo do saber, entende que o político se inscreve na língua no ato de falar, pois as relações sociais e históricas de poder estão sempre inscritas na linguagem (ORLANDI, 2002). Desse modo, os estudos dessa corrente teórica compreendem não só as políticas linguísticas desenvolvidas e aplicadas pelos Estados e suas instituições, mas também a

¹ O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um bloco regional criado em 1991, tendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai como membros permanentes. Em 2012, o Paraguai foi temporariamente suspenso e a Venezuela foi admitida. O bloco iniciou com uma proposta de cooperação (econômica), tendo evoluído, com o passar dos anos, para a de integração (econômica, política, cultural), conforme será explanado nos Tópicos 2.2 e 3.1.

² Nações platinas se referem àquelas que conformam a região da bacia do Rio da Prata, na América do Sul, quais sejam, Uruguai, Paraguai, Argentina, Brasil e Bolívia, conforme a definição de Cervo e Rappoport (1998).

³ As palavras “região” e “regional”, neste estudo, fazem referência à região platina e ao Mercosul. Para referir-nos à fronteira, utilizamos as palavras “área” ou “zona” fronteiriça.

observação de processos menos evidentes presentes nos usos diferenciados das línguas e nos dizeres sobre elas. São esses usos e dizeres relacionados às línguas, que chamaremos de *dizer-nase dizer-sobre-as línguas*, o objeto de interesse deste trabalho. Mais especificamente, a organização do dizer-nas e sobre-as línguas no espaço público midiático, que constitui, da perspectiva aqui assumida, a própria política de línguas dos meios de comunicação.

Esse tema, a política de línguas dos meios de comunicação, não figura entre os mais debatidos nas esferas acadêmica, governamental e midiática do Brasil atual. Talvez porque em um país idealmente monolíngue, esse não seja um assunto de primeira ordem. Se, como se idealiza, no Brasil todos falam português, não haveria razão para jornais, revistas, rádios, televisões, sites de internet, outdoors, panfletos e outros veículos de comunicação dirigidos ao público do país preocuparem-se demasiadamente com a diversidade linguística das suas publicações. Tampouco se justificaria a presença de um debate sobre as línguas na agenda midiática, isto é, a despensa de espaços noticiosos e opinativos para pautas como os contatos e as políticas linguísticas. Nesse contexto, os poucos trabalhos científicos que abordam a política de línguas dos meios de comunicação brasileiros se dedicam a investigar, sobretudo, a relação destes com as normas-padrão da língua portuguesa, em temas que vão desde o preconceito linguístico presente na mídia, a constituição dos manuais de estilo e redação dos jornais, até a crítica ao mau uso da língua-padrão pelos veículos midiáticos.

Isso não significa, porém, que a diversidade linguística (da sociedade e da mídia) não exista e, muito menos, que seu estudo e debate não sejam relevantes. Pelo contrário, a política de línguas dos meios de comunicação é um tema fundamental quando se consideram, por exemplo, os direitos linguísticos das comunidades imigrantes, indígenas e fronteiriças que ajudaram a compor o mosaico cultural do país. Se, hoje, suas línguas não fazem parte das práticas correntes da mídia brasileira é porque, em algum momento da história e por alguma razão política, elas foram interditadas nesse espaço. É o caso da imprensa imigrante, especialmente da italiana e alemã, que, em seu momento, contou com uma produção jornalística significativa em suas línguas de origem⁴. No entanto, mesmo hoje, quando o ideal monolíngue predomina no imaginário brasileiro, a diversidade linguística continua deixando ecos nos meios de comunicação, fazendo-se presente nas mídias locais, isto é, nos veículos de pequeno porte, que atuam mais próximos dessas comunidades.

⁴ Algumas dessas publicações podem ser encontradas no site da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A política de línguas dos meios de comunicação é também um tema relevante quando consideramos a inserção do Brasil no Mercosul, bloco em que operam três línguas reconhecidas atualmente como regionais, por serem as línguas oficiais dos países-membros: o português, o espanhol e o guarani. Ao contrário do que aconteceu no processo de integração nacional do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, a partir do século XIX, quando se projetou uma unidade monolíngue de fala portuguesa para o primeiro e de fala espanhola para os demais, na integração regional platina a projeção é plurilíngue. O Mercosul, atualmente, reconhece o português e o espanhol como suas línguas oficiais e de trabalho, atribuindo ao guarani uma condição diferenciada, a de língua do bloco, mas sem as funções anteriores, conforme explicitam o Tratado de Assunção (1991), o Protocolo de Ouro Preto (1994) e a Reunião do Conselho Mercado Comum nº 35 (2006). O Protocolo de Intenções firmado entre os Ministros da Educação dos países-membro, em 1991, adicionalmente, determinou o apoio e a difusão no bloco das suas línguas oficiais, ou seja, espanhol e português.

Essas decisões políticas do Mercosul revelam seu interesse em reorganizar a distribuição das línguas na região, o que contribuiria para fomentar as trocas comerciais entre as nações, mas também para aproximar seus cidadãos, através de intercâmbios sociais e culturais. Assim, quando pensamos nas línguas como operadoras da integração regional, partimos da prerrogativa de que conhecer a língua de outra nação é um modo de acessar sua cultura, seus valores e, com isso, se aproximar dela. Não se trata de produzir uma condição de igualdade na distribuição das línguas no bloco, mas de garantir um mínimo equilíbrio na sua circulação e com significados aproximativos.

Na história recente, os meios de comunicação já foram mobilizados para aproximar brasileiros e norte-americanos, em ações que se enquadravam sob o rol da política da boa vizinhança. Entre elas, estava a massiva difusão de produções culturais dos Estados Unidos na mídia nacional, especialmente músicas e filmes, que contribuíram para a difusão da língua inglesa e da cultura norte-americana no Brasil (TOTA, 2000). Evidentemente, essa política resultou unidirecional (dos Estados Unidos para o Brasil), o que não coaduna com os propósitos do Mercosul. De todo modo, se pensada multidirecionalmente, uma política para a indústria cultural no bloco contribuiria para ampliar a circulação do espanhol, do português e do guarani na região, através da inserção dessas línguas nos veículos de comunicação dos países signatários. Em comparação com o inglês, a semelhança formal das línguas espanhola e portuguesa, bem como sua proximidade histórica nos países do Rio da Prata, poderia constituir um facilitador para

sua difusão (FANJUL, 2002). A circulação de produtos midiáticos em português, espanhol e guarani, contribuiria também, como já concluiu Arnoux (2012), para romper o tradicional desinteresse pelo aprendizado dessas línguas nos países platinos, corroborando as políticas educacionais.

Na área de fronteira entre os países signatários do Mercosul, entendida como uma fronteira geopolítica e cultural, a problemática da presença das três línguas recém mencionadas nos veículos de comunicação locais, se insere mais densamente. Por um lado, tem-se uma demanda local, tendo em vista que o português, o espanhol e o guarani conformam as práticas linguísticas dos povos fronteiriços platinos. Por outro, existem forças estatais, inscritas na legislação, nas políticas linguísticas e, também, nas práticas discursivas, que direcionam para as línguas nacionais de cada país. Há, ainda, as forças globais, nas quais se incluem as políticas de integração do Mercosul, que têm na fronteira um lugar estratégico de intervenção. Sendo assim, a política de línguas dos meios de comunicação fronteiriços se organiza a partir do encontro entre essas três esferas, constituindo uma referência produtiva para entender o funcionamento das línguas nos meios de comunicação do Mercosul.

O estudo das línguas da mídia fronteiriça também aponta para a própria história da fronteira platina e da relação entre os países dos quais ela é periferia. As cidades da fronteira do Brasil meridional estiveram entre as pioneiras na edição de jornais e na instalação de emissoras de rádio no país, sendo que, nos veículos locais, encontramos um acervo histórico importante, que acompanha os reveses da consolidação dos Estados nacionais platinos e de sua posterior abertura para o Mercosul. Nessa trajetória, as línguas portuguesa, espanhola e guarani se aproximaram e se afastaram, tanto no cotidiano fronteiriço quanto nos veículos midiáticos que se dedicavam a relatá-lo. Sendo assim, a inscrição das línguas nesses veículos constitui uma evidência do imaginário linguístico de cada época, que fez significar a fronteira e suas nações, pelas línguas, nos seus diferentes momentos históricos.

A proposta de pesquisa deste trabalho, portanto, se assenta sobre a política de línguas dos meios de comunicação da fronteira, com atenção especial para a distribuição política das línguas, como globais, de integração regional, nacionais e locais, no imaginário midiático-fronteiriço platino. Para desenvolvê-la, mobilizamos edições atuais de jornais em circulação em dez cidades-gêmeas da fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai. Por meio de nove diferentes exemplares, estudamos o dizer-nas línguas e o dizer-sobre-as línguas espanhola, portuguesa e guarani inscritos nesses jornais. Como dispositivo analítico, o estudo mobilizou a categoria da

designação, tomada da perspectiva da Semântica do Acontecimento e da Linguística da Enunciação. Como aporte complementar, dispôs de edições históricas e especiais de jornais fronteiriços, já extintos ou ainda em circulação, além de entrevistas com diretores, chefes de redação e jornalistas desses jornais.

Essa organização resultou em cinco capítulos. O primeiro deles, intitulado “Política de línguas, meios de comunicação, fronteira platina e Mercosul: construindo a relação”, busca apresentar a proposta teórica do estudo, fazendo uma aproximação ao campo da Política de Línguas e ao papel da mídia como produto e produtora de imaginários políticos sobre as línguas. São importantes, nesse capítulo, as noções de língua global, de integração regional, nacional e local, bem como outras designações a elas frequentemente relacionadas, que serão posteriormente retomadas e aplicadas à análise. O Capítulo 1 também apresenta os critérios e recortes metodológicos que delimitam e organizam a pesquisa, estabelecendo os jornais de cidades-gêmeas da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai como *corpus* de estudo.

O Capítulo 2, “As línguas do Mercosul como globais, de integração regional, nacionais e locais: políticas e imaginários”, procura responder como a política de línguas, em nível global, regional, nacional e local, afeta a atual política editorial dos jornais fronteiriços. Nele, discutimos a história dessas línguas como nacionais e oficiais dos países platinos, como línguas de blocos de cooperação política e econômica internacionais e como línguas da comunidade local fronteira platina. Por fim, buscamos entender a relação entre política de línguas e política editorial, com base em depoimentos dos sujeitos que produzem os jornais fronteiriços, analisando suas percepções e experiências relacionadas aos usos linguísticos nos veículos em que trabalham.

Intitulado “Os meios de comunicação na integração regional: o Mercosul e suas fronteiras”, o Capítulo 3 tenta compreender como a história da mídia na formação das fronteiras platinas afeta os jornais fronteiriços atuais na relação limite-continuidade, que é característica da área fronteira. Ele inicia com uma discussão sobre as particularidades da organização social fronteira platina, as quais a inserem em um embate entre as demandas nacionais e o cotidiano local de contato com os países vizinhos. Nesse contexto, a mídia funciona ora como construtora simbólica dos limites da nação, ora como agente da sociabilidade local fronteira. O capítulo finaliza com o estudo da circulação dos jornais fronteiriços, da produção noticiosa local-internacional que eles efetuam, bem como do discurso integrador/delimitador que eles reforçam.

No Capítulo 4, “A relação entre línguas e meios de comunicação no Mercosul: políticas e práticas linguísticas nas esferas global, regional, nacional e local”, tentamos compreender como a

política de línguas das mídias globais e nacionais repercute sobre a dos jornais locais fronteiriços. Para isso, efetuamos um estudo da legislação nacional que regula a presença das línguas nos meios de comunicação social de cada país. Em seguida, introduzimos a discussão sobre a presença da diversidade linguística nas mídias globais, sobretudo, na internet. No que diz respeito às mídias locais, nos aprofundamos na situação política das línguas nos veículos locais fronteiriços platinos, incluindo o exame dos usos e da tematização das línguas nos jornais que compõem o *corpus* deste estudo.

O último capítulo, o de número 5, denominado “O imaginário político sobre as línguas no Mercosul: o dizer-nas e o dizer-sobre-as línguas nos jornais de fronteira” se dedica a analisar a política dos jornais fronteiriços em termos de distribuição das línguas como locais, nacionais, de integração regional e globais. Valendo-nos do dispositivo da designação, da perspectiva da Semântica do Acontecimento e da Linguística da Enunciação, efetuamos a análise dos recortes que dispõem dizeres-nas e sobre-as línguas nos jornais fronteiriços selecionados para este estudo. Dessa análise, buscamos interpretar os sentidos inscritos para as línguas do Mercosul (português, espanhol e guarani) no espaço de enunciação fronteiriço, conforme o imaginário social que os veículos midiáticos ajudam a produzir e reproduzir no espaço público local.

As Considerações Finais retomam os principais pontos desenvolvidos ao longo do trabalho, relacionando elementos teóricos e analíticos que haviam sido apresentados separadamente em cada capítulo. Essa interpretação integrada é complementada por pontuações a respeito das lacunas e dos potenciais que o tema da política de línguas dos meios de comunicação apresenta, sobretudo na região platina e no contexto do Mercosul.

Essa tese é, enfim, resultado de uma trajetória científica que vem combinando os estudos de Comunicação Social e Linguística e a atuação docente nessas duas áreas, acompanhadas por uma inserção profissional e pessoal no mundo platino. A relação entre os meios de comunicação e as línguas é conhecidamente basilar, já que estas são matéria-prima daqueles. Já a inserção no mundo platino deve muito ao próprio Mercosul, em especial à Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), que me possibilitou intercâmbios discentes e docentes nos países vizinhos e me abriu as portas para a música, os filmes e a literatura em língua espanhola, para a história e as notícias da região platina, para o convívio profissional e pessoal com argentinos, uruguaios e paraguaios. Esta tese é, portanto, também efeito da política integradora do Mercosul e, de certo modo, prova de que ela funciona.

1 POLÍTICA DE LÍNGUAS, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, FRONTEIRA PLATINA E MERCOSUL: CONSTRUINDO A RELAÇÃO.

A prisão da língua. Avança o projeto de lei que proíbe palavras estrangeiras. A vítima será o idioma português (Veja.com, dezembro de 2007).

1.1 Uma imersão no campo da Política de Línguas.

Ao nos propormos estudar o funcionamento do político no dizer-nas e sobre-as línguas dos meios de comunicação no Mercosul, focalizamos a Política Linguística por dois ângulos. O primeiro deles é ângulo da área de estudos, a partir do qual buscamos entender as políticas dos Estados e dos organismos internacionais para as línguas, em especial no âmbito educacional e midiático. O segundo constitui a tomada das políticas linguísticas como objeto de estudo, conforme presentes no discurso midiático, que aqui dividimos em um dizer-nas e um dizer-sobre-as línguas. Não se trata de estudar a produção ou a circulação do conhecimento linguístico, mas sim os sentidos políticos inscritos nos usos e nas referências que a mídia faz das línguas e sobre as línguas. Assim, a Política Linguística se desdobra, neste estudo, em um olhar sobre as decisões governamentais para as línguas (as políticas linguísticas propriamente ditas) e em outro sobre os usos e as tematizações das línguas pelos meios de comunicação (o funcionamento do político no dizer-nas e sobre-as línguas).

A Política Linguística, como campo do saber, se dedica a estudar políticas e planejamentos linguísticos de/para comunidades que abrangem desde minorias étnicas, até nações e blocos transnacionais. Essas duas noções, de política e de planejamento linguísticos, são inseparáveis e fundamentais para o campo. Conforme explica Calvet (2007), uma política linguística é a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade, enquanto um planejamento linguístico é a implementação dessa política.

Barrios (2009) identificou que, no início dos estudos em Política Linguística, em meados do século XX, os europeus acentuavam a questão do poder político, ao passo que os americanos ressaltavam os aspectos técnicos do planejamento, sem questionar o poder que estava por trás das decisões e dos decisores acerca do futuro das línguas. Calvet (2007), no entanto, atribui o maior ou menor interesse por política ou por planejamento linguístico a uma localização temporal: segundo ele, ao longo do século XX, na medida em que a Linguística deslocava o seu interesse da forma da língua para a produção de sentidos que ela opera, também a Política Linguística passou

a se preocupar mais com o funcionamento das línguas na sociedade do que com seus *corpora*. Com essa mudança, a Política Linguística, inicialmente vinculada à Sociolinguística, passou a receber o aporte de disciplinas sócio-históricas, que contribuíram para a consolidação de campos de estudos próximos, mais interessados nas funções sociais das línguas na história do que por sua evolução formal (BARRIOS, 2009; BURKE, 2010).

Com isso, atualmente, muitos estudos, à semelhança deste, têm se dedicado a refletir sobre as representações das línguas, seu posicionamento nas comunidades, sua história social, as relações de poder inscritas nos seus usos, entre outras abordagens que enfatizam a relação entre língua e sociedade. Em Barrios (2009), encontramos exemplos de como opera essa relação nos estudos de Política Linguística. Segundo a autora, considera-se que, para entender o nacionalismo e o purismo linguísticos, é necessário conhecer os nacionalismos em geral e os valores do indivíduo em termos de obrigações; para abordar o imperialismo linguístico, é preciso conhecer o imperialismo econômico, cultural, tecnológico; e para saber se algo mudou em termos de políticas para as línguas, é preciso saber se estamos frente a câmbios conjunturais significativos. Portanto, mais do que compreender os mecanismos de desenvolvimento e implementação de políticas e planejamentos linguísticos, interessa conhecer as representações das línguas na sociedade, que são as próprias representações dos grupos falantes dessas línguas, dos sujeitos das políticas e dos planejamentos (BARRIOS, 2009).

A Política Linguística, desde seu surgimento como campo de estudos, teve a diversidade linguística como seu objeto, no entanto, o contexto mundial contemporâneo se apresenta mais propício que o de épocas anteriores para assumir a discussão pública da diversidade linguística e para aceitar paradigmas que a incorporam em suas teorias (BARRIOS, 2009). A globalização da economia e da cultura contribuíram para reacender o tema da diversidade linguística, de modo que as políticas para as línguas têm se organizado a partir de uma nova dinâmica, em que o global, o nacional e o local se inter-relacionam, como esclarece Arnoux (2007, [sp]):

Las políticas lingüísticas efectivas en el mundo actual son, así, resultado de tensiones y acuerdos entre requerimientos de los estados nacionales, de las integraciones regionales, del proceso de globalización, con su juego entre lo global y lo local, y de las zonas interiores de los viejos estados. Las políticas en relación con áreas idiomáticas atienden a unos o a otros según situaciones e imperativos diversos. Si bien aparecen ligadas a un centro de mayor poder económico, al que en términos generales sirven, el sentido histórico de su implementación varía según circunstancias vinculadas fundamentalmente con las relaciones de fuerza entre integraciones regionales y dentro de ellas.

Embora na Europa, a Política Linguística tenha surgido como um campo do conhecimento científico em meados do século XX, como pontuamos anteriormente, no Brasil, ela se firmou

somente a partir da década de 1980, quando a abertura política do país permitiu que as reivindicações de movimentos indígenas, fronteiriços e imigratórios começassem a desgastar as bases do imaginário monolíngue brasileiro (OLIVEIRA, 2007). Segundo Sturza (2012), a entrada da política linguística no círculo científico brasileiro está marcada por três fatos: a publicação de obras como o livro *Políticas Linguísticas na América Latina*, de Eni Orlandi, em 1988; a realização de encontros como o ENPLE (Encontro Nacional sobre Políticas de Língua(s) e Ensino), no seu I Encontro Nacional sobre Políticas de Ensino de Línguas Estrangeiras, em Florianópolis, em 1996; e a fundação de instituições, como o IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas), em 1999.

Atualmente, no Brasil, os estudos em Política Linguística se organizam a partir de três principais orientações, nomeadas de 1) Política Linguística, 2) Política de Línguas e 3) Política do Idioma. Essas variações assinalam o ponto de vista de cada orientação sobre seu objeto, isto é, como cada uma das correntes entende a relação língua-sociedade. Sturza (2012) explica que tais distinções terminológicas estão também relacionadas a certas áreas de pesquisa que operam ou sobre *o político* na língua ou sobre *a política* na língua. Desse modo, a Política Linguística (1), teria origem e filiação na Sociolinguística, sendo que, nela, os sentidos de política seriam os de ação, negociação, planejamento e gestão sobre as línguas. A Política de Línguas (2), conceito operado no âmbito da História das Ideias Linguísticas (HIL), por sua vez, viria sendo abordada pelos estudos enunciativos e discursivos de maneira a ressaltar o político na língua, seu funcionamento enquanto conflito que se instaura na relação dos sujeitos com a língua pelo discurso. Já um terceiro eixo é o da Política do Idioma (3), área que trata da questão político-estatal das línguas, adentrando pelos caminhos da legislação e da diplomacia (FAULSTICH, 2000). Os sentidos de idioma, nessa vertente, remetem ao caráter instrumental das línguas, ao seu ensino com finalidades específicas, em uma abordagem que secundariza a historicidade das línguas e se centra em seus usos sociais.

Desse modo, a Política Linguística (1) e a Política do Idioma (3), tanto como áreas de estudo quanto como áreas de intervenção social, tendem a se mostrar como política de Estado e de suas instituições. Paralelamente, o campo da Política de Línguas (2) amplia seu objeto para além das políticas estatais, de modo que a política assume, então, o caráter de dissenso, conforme Ranciére (1996), ou seja, de uma divisão, uma ruptura, no mundo sensível da comunidade que institui a política e sua racionalidade própria. Essa compreensão do político na língua, no entanto, não exclui a política e o planejamento da língua, pois estes têm influência sobre aquele. Em

síntese, os interesses da Política de Línguas abarcam desde a tematização formal de uma política linguística explícita, planejada, assumida claramente como organizacional, até a observação de processos institucionais menos evidentes presentes de forma implícita nos usos diferenciados (e que produzem diferenças) das línguas (ORLANDI, 2002).

Aplicando essa perspectiva a uma reflexão sobre os meios de comunicação, podemos investigar a política de línguas por eles constituída, a partir de diversos pontos de vista: a) da circulação da língua nos produtos; b) da legislação que rege o uso das línguas na mídia; c) das condições sócio-históricas que organizam os dizeres-nas línguas e sobre-as línguas em cada veículo; d) dos significados inscritos nesses dizeres. Desse modo, o político na língua está presente em todas essas instâncias, de modo mais ou menos evidente, como resultado de relações de poder, que se articulam tanto em nível governamental quanto no cotidiano das práticas linguísticas.

Nas palavras de Orlandi (2002, p. 95), cuja síntese já foi mencionada na Introdução deste trabalho, “falar é uma prática política no sentido amplo, quando se consideram as relações históricas e sociais de poder sempre inscritas na linguagem”. O entendimento do político como relações sociais de poder é desenvolvida por Guimarães (2005a, p.16), que conceitua o político como o “fundamento das relações sociais”. Ele se caracteriza, segundo o autor, pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, conclui, “o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. Sendo o político essa divisão que fundamenta as relações sociais, a linguagem tem importância central na sua manifestação (GUIMARÃES, 2005a).

Nesse sentido, a língua não é entendida como um sistema de signos ou como uma ferramenta comunicacional, mas sim como um espaço de disputa de poder entre instâncias sociais que buscam controlar as práticas simbólicas internas em uma dada sociedade, tentando gerenciar a produção de sentidos (MARIANI, 2009). A área de estudos da Política de Línguas dialoga com a perspectiva da Teoria da Enunciação, na medida em que esta toma a língua em seu funcionamento, como lugar de poder, de conflito, de política. Sendo assim, para que o político se constitua na língua é preciso haver enunciação. Isto é, o sujeito deve tomar a palavra e posicionar-se como enunciador em um dado contexto sócio-histórico. Por isso, visto desse ângulo, o político é incontornável, como diz Guimarães (2005a), simplesmente porque o homem fala e, ao fazê-lo, inscreve-se em uma divisão social.

Mariani (2004, p. 40) esclarece que, mesmo quando se busca consenso, as diferenças acabam instauradas no dizer, pois

Usar uma palavra é não usar outra, é fazer recortes em regiões de sentidos sem ter nenhuma garantia de um entendimento absoluto, é inscrever-se em redes de filiações de sentidos, as memórias e esquecimentos constitutivos do dizer.

Para Guimarães (2005a), esses recortes de palavras e sentidos são orientados por uma ética do possível, ou seja, não se trata de uma escolha do sujeito-enunciador, pois seus dizeres são sempre limitados pelas condições sócio-históricas em que está inscrito. Assim, explica o autor, estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros. Contudo, é próprio do político no acontecimento de linguagem operar a partir do desconhecimento dessa limitação, de modo que o locutor, ao desconhecer que fala de um lugar social, desconhece que seus lugares foram divididos e interditados (GUIMARÃES, 2005a).

O político da língua opera, desse modo, nos chamados espaços de enunciação. Para abordar essa noção, recorreremos a Guimarães (2005a), Sturza (2006) e Zoppi-Fontana (2009). Guimarães (2005a) os descreve como espaços de funcionamento de línguas, nos quais elas se dividem, redividem, se misturam, desfazem e transformam por uma disputa incessante. É nos espaços de enunciação que os falantes se constituem como sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Resumidamente, a partir da perspectiva desse autor, sujeitos falantes *distribuem* as línguas em categorias, gerando subdivisões políticas, que constituem a própria política de línguas em voga em um determinado espaço enunciativo.

Encontramos um exemplo do funcionamento dessa noção em sua obra: tomando como objeto o espaço de enunciação brasileiro, Guimarães (2003b) conclui que nele funcionam o português (língua oficial, nacional e língua materna da grande maioria da população), línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de fronteira e, mesmo que precariamente, línguas africanas. No entanto, na distribuição imaginária delas para os falantes brasileiros ocorrem algumas sobreposições, das quais a principal é a da língua oficial com a língua nacional, e destas com a língua materna (GUIMARÃES, 2003b).

Outros autores buscaram desenvolver o conceito de espaço de enunciação a partir de lugares específicos de reflexão, como a fronteira e o mundo globalizado. No primeiro caso, Sturza (2006) sugere que a zona de fronteira do Prata constitui um espaço de enunciação particular em relação aos países que a compõem, por ela denominado de “espaço de enunciação

fronteiriço”. A autora pensa esse espaço com base na realidade específica da fronteira platina, mais especificamente, da fronteira Brasil-Uruguai, e o apresenta como constituído pelas línguas nacionais de cada país, o português e o espanhol e, ainda, pelas práticas linguísticas decorrentes do contato dessas línguas. Assim, propõe Sturza (2006), o sujeito enunciador fronteiriço funciona como figura política que se move entre duas línguas, afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, mas também terminam os domínios de uma e outra prática linguística. Ou seja, ao enunciar nas línguas de fronteira, o falante já se significa dividido pelas línguas e é convocado a posicionar-se em termos de identificação com uma nação (STURZA, 2006).

A relação entre línguas e Estados no mundo globalizado, por sua vez, deu a Zoppi-Fontana (2009) subsídios para pensar os espaços de enunciação de uma perspectiva transnacional, em que pesa a relação da língua com a nação que representa. Segundo a autora, o espaço de enunciação transnacional se define pelo transbordamento das fronteiras dos Estados-nação pelas línguas nacionais que os constituem na sua materialidade histórica. É um espaço onde as fronteiras entre as línguas não se apagam, pois para que ocorra o transbordamento é necessário o reconhecimento da diferença, pontua a pesquisadora. Nesse espaço, os sujeitos são constituídos em relação ao funcionamento jurídico-político e discursivo de diferentes Estados nacionais em relação a suas línguas nacionais (ZOPPI-FONTANA, 2009).

Dessa forma, os espaços de enunciação fronteiriço e transnacional se caracterizam pelo transbordamento das línguas para além das fronteiras nacionais. Mas uma de suas diferenças está no fato de que, na fronteira, o apagamento da relação Estado-língua é possível na prática cotidiana de contato entre as línguas que conformam o local. Já no domínio do transnacional, que coaduna o global e o nacional, essas marcas são mais dificilmente apagáveis, porque estão na base das relações entre as línguas. As noções de local, nacional e global, aplicadas ao domínio das línguas, são assim fundamentais para entender a política de línguas da mídia fronteiriça platina. A elas, agregamos ainda uma quarta noção, a de línguas de integração regional, uma vez que lançamos nosso olhar sobre a política de línguas da mídia de fronteira no contexto do Mercosul.

Entendemos que os falantes distribuem as línguas politicamente no espaço de enunciação da fronteira platina, a partir dessas categorias fundamentais, isto é, como línguas locais, nacionais, de integração regional e globais. A elas, contudo, se associam outras noções igualmente políticas, que ajudam a constituir a significação das quatro primeiras, que são as categorias de língua

estrangeira, materna, segunda e oficial. Essa distribuição, por sua vez, está presente nos meios de comunicação fronteiriços, como produto e produtora do imaginário platino sobre as línguas.

Por **língua nacional**, entendemos, em consonância com Guimarães (2003b, p. 48), que ela “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. Atualmente, a língua nacional, frequentemente, se vincula a um Estado-nação moderno, como representativa do seu povo. Frequentemente, também, os sentidos da língua nacional aparecem, no imaginário social, associados à outra categoria, a de língua oficial, a qual, nos explica o mesmo autor, constitui “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”. Por fim, os sentidos de língua nacional se sobrepõem, muitas vezes, conforme Guimarães (2003b, p. 48), aos de língua materna, embora esta esteja relacionada à origem social: “a língua materna é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes”.

Já a **língua local**, para este estudo, configura uma língua de uso comunitário, com forte vinculação a um espaço socioterritorial. O portunhol e o portuquaranhol, por exemplo, constituem línguas localmente situadas na fronteira platina. Uma língua segunda ou uma língua estrangeira, mas de uso frequente em um determinado espaço, podem ajudar a compor uma localidade, funcionando, portanto, como línguas locais. Por língua estrangeira, entendemos aquela que é significada como sendo “do outro”, daquele que possui uma origem étnica ou nacional diferente. Nesse sentido, o guarani eo espanhol presentes em comunidades fronteiriças do Brasil, podem ser distribuídos pelos falantes como, simultaneamente, línguas locais e estrangeiras, por estarem presentes nas práticas linguísticas cotidianas, mas estarem simbolicamente vinculadas à outra nação.

Quando nos referimos à língua-segunda como uma categoria que contribui para compor a noção de local, a entendemos pelo viés do bilinguajamento. Mignolo (2003) chama de bilinguajamento não o domínio de duas línguas, à semelhança do bilinguismo, mas algo que vai além dele, um modo de pensar estando entre duas línguas. Pensar em uma língua na presença de outra, com elementos de outra e com a historicidade que uma e outra língua guardam. O autor, quando trata dessa questão, tem em mente, sobretudo, a grande e crescente quantidade de migrantes internacionais no mundo atual, tendo como referência principal a comunidade hispano-falante dos Estados Unidos. Podemos projetar um futuro bilinguajamento português-espanhol no âmbito do Mercosul, na medida em que a presença dos vizinhos se torna cada vez mais constante,

seja pelas migrações, pelo turismo ou pelo consumo de produtos midiáticos na região. Sturza (2009, p. 20) considera produtiva a noção de bilinguajamento para as relações fronteiriças platinas atuais, em que os modos de vida e de organização social são sustentados na prática de “ter a presença do estrangeiro/outro como possível na sua relação cotidiana”.

Para este estudo interessa, em especial, a categoria que designamos como **língua de integração regional**. Essa noção se baseia nas discussões e ações recentes do Mercosul que, por meio de seu Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL), procura delinear estratégias integradoras para esses países, a partir da mobilização das principais línguas que os conformam: o espanhol, o português e o guarani. Dessa perspectiva, entendem-se as línguas não apenas como instrumentos de comunicação para fins pragmáticos, como os comerciais e políticos, mas como bens culturais indispensáveis para a construção de uma identidade regional. Para Arnoux (2012), a integração exige que se construa uma trama em que espanhol e português, em uma condição de bilinguismo, estejam acompanhados do fortalecimento do guarani, para que o conhecimento dessa língua seja transmitido, também com diferentes modalidades, à população não indígena. A difusão do guarani no bloco permitiria maior integração entre os povos do Mercosul, porque ela traz elementos culturais sobre os quais está ancorada a história platina, que vinculam os países vizinhos uns aos outros e que constituem um aspecto fundamental da identidade regional, explica a autora.

Por fim, uma última categoria de distribuição a ser mobilizada é a de **língua global**. Ela constitui, para este estudo, uma noção que caracteriza uma língua de uso amplo, transnacional, mas estreitamente relacionada ao contexto da globalização, isto é, às relações econômicas, políticas e culturais por ela motivadas e sustentadas, seja em escala global, seja em escala regional. Trata-se, então, de uma língua com poder internacional, mas não necessariamente em nível mundial. Sua hegemonia pode ser regional, fundamentada na sua projeção em um bloco de cooperação econômica, por exemplo. Segundo essa perspectiva, o Mercosul configura um espaço de construção de uma ou mais línguas globais, por seu uso nas transações comerciais, nas tecnologias de comunicação, nas relações econômicas. Portanto, se pensarmos o espanhol como língua global no Mercosul, ele estaria inscrito de significados econômicos, mais próximo de uma perspectiva de cooperação; mas se pensarmos o espanhol como língua de integração regional no Mercosul, sua significação inclui o cultural, em consonância com uma perspectiva de integração propriamente dita.

As noções aqui apresentadas como possíveis categorias políticas de distribuição das línguas pelos falantes - local, nacional, de integração regional e global - são entendidas como divisões horizontais, mais relacionadas à distribuição das línguas no espaço geográfico, político e cultural do que no espaço social e econômico. A distribuição socioeconômica configura o que Guimarães (2003b) chama de divisão vertical, que opera produzindo uma distinção entre duas expressões da mesma língua, as quais ele chama de registro formal e registro coloquial. Segundo o autor, o primeiro é a língua escrita dos documentos oficiais, dos textos da mídia, da ciência, da literatura e outros gêneros correlatos; o segundo é a língua praticada no dia-a-dia e possui divisões muito variadas. Frequentemente, as divisões mais baixas hierarquicamente são predicadas como não pertencendo à língua, de modo que o registro formal passa a ser normativamente a língua, e as demais divisões significadas como erros (GUIMARÃES, 2003b).

Segundo o autor, na distribuição política efetuada pelos sujeitos, frequentemente, apenas o registro formal do português é entendido como língua nacional do Brasil. Desse ponto de vista, o portunhol e o portuguaranhol podem não ser interpretados como línguas, nem mesmo como línguas locais, mas apenas como deturpação do português, do espanhol e do guarani. Desse modo, o certo e o errado, apresentados por Guimarães (2003b) como outras duas subdivisões políticas da língua, logo categorias de distribuição no espaço de enunciação, são aqui tomadas no atravessamento que elas operam com as divisões horizontais que selecionamos, ou seja, no modo como elas ajudam a organizar a distribuição das línguas portuguesa, espanhola e guarani no imaginário platino em locais, nacionais, de integração regional e globais.

Consideramos, a partir de uma aproximação com Mariani (2004), que as políticas de línguas são, ao mesmo tempo, produtoras e produtos de imaginários sociais sobre as línguas de uma época e de um espaço social. Assim, a distribuição das línguas em categorias como local, nacional, de integração regional e global responde a um imaginário que diferencia, categoriza, julga, atribui valores às línguas do mundo. Como resultado dessa prática, algumas línguas se difundirão rapidamente, enquanto outras caminharão para a extinção; algumas serão usadas em espaços públicos, enquanto outras serão reduzidas ao âmbito doméstico; entre outros inúmeros impactos sobre aquilo que a Política Linguística chama de “posicionamento das línguas na sociedade” (CALVET, 2007).

Nesse processo, os meios de comunicação exercem um duplo papel: são, por um lado, os lugares onde os imaginários sociais sobre as línguas são reproduzidos; ao mesmo tempo em que são recriadores e difusores desses imaginários. Em outras palavras, os meios de comunicação são

potencializadores de imaginários sobre as línguas. Isso nos permite falar, neste trabalho, de uma política de línguas dos meios de comunicação, ou pelo menos, de uma política de línguas da mídia impressa, que é, do conjunto de veículos midiáticos, o interesse principal deste estudo. Com base nisso, passamos a discutir a noção de imaginário aplicada às línguas, bem como o papel da mídia nessa construção.

1.2 Os meios de comunicação na produção de imaginários políticos sobre as línguas.

Em consonância com Barrios (2009), consideramos que a representação das línguas, ou o que neste estudo chamamos de imaginário sobre elas, é a própria representação de seus falantes. Dessa perspectiva, o imaginário sobre as línguas portuguesa, espanhola e guarani, no Mercosul, é a própria imagem que se tem dos seus falantes platinos e dos países em que elas estão presentes. Por isso, as práticas linguísticas dos jornais (o dizer-nas e o dizer-sobre-as línguas) são capazes de apontar para os horizontes da relação entre os países do Prata, na medida em que a relação entre as línguas configura a própria relação entre seus falantes e os Estados envolvidos. Assim como a publicação de jornais e livros em língua vernácula formou uma comunidade de leitores, que compartilhava a mesma língua, as mesmas histórias de ficção e as mesmas notícias, contribuindo para o estabelecimento de comunidades imaginadas como nações na Europa (ANDERSON, 2008), também os meios de comunicação, com o uso de uma ou mais línguas e com um dizer-sobre elas, podem criar ou não uma “comunidade imaginada” fronteiriça ou platina de leitores.

Para Burke (2010), o papel da imprensa na Europa como formadora de um imaginário nacional a partir da difusão de uma língua foi, antes, um papel de catalisação do que de criação, isto é, a imprensa ajudou a difundir mudanças que já estavam em andamento no imaginário social e que encontraram nela um propulsor. Um exemplo disso, segundo o autor, é a ideia de padronização das línguas vernáculas, que é anterior ao advento da imprensa, mas que teve nela um impulso, pois um padrão de escrita era conveniente à produção jornalística. Para Burke (2010), a principal participação da imprensa na criação de um imaginário nacional a partir da língua esteve na difusão da língua nacional e administrativa, já que, em geral, a língua dos jornais coincidia com a língua nacional, pois estes tinham sua produção centralizada nas capitais e dali eram distribuídos ao interior do país. Assim, formou-se um imaginário linguístico que estabelecia uma unidade entre língua e nação.

Considerando que um imaginário linguístico constitui um saber coletivo sobre as línguas, de um grupo social, em um determinado espaço-tempo, o entendemos como uma construção social imaginária sobre as línguas. Para Baczko (1985), o imaginário social é um conjunto de referências simbólicas relacionadas a uma determinada cultura, época e sociedade, a partir do qual as coletividades estabelecem suas formas de funcionamento social. Como explicam Legros et al (2007), ao tentaram desenvolver uma Sociologia do Imaginário, a vida dos homens e das sociedades é constantemente submetida aos impulsos imaginários, às imagens encarnadas nas artes e nas construções mentais coletivas e individuais, que circulam através da história, das culturas e dos grupos sociais. O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva, sendo lugar das disputas e da legitimação do poder (BACZKO, 1985). O imaginário social é, portanto, um lugar de inscrição do político, como argumenta Orlandi (2008a), para quem ele se assenta no modo como as relações sociais se inscrevem na história e se regem nas relações de poder.

O imaginário se constrói tanto a partir de elementos racionais quanto emocionais e, em se tratando de imaginário sobre as línguas, Faraco (2011) constatou a grande influência de imagens e significações que levam os sujeitos a desconsiderarem a argumentação lógico-racional (científica) dos linguistas em seus julgamentos sobre temas linguísticos, tais como a diversidade, por exemplo. Segundo o autor, a variação regional figura como algo curioso, pitoresco e exótico no imaginário do cidadão brasileiro, ao passo que a variação social, ao contrário, é associada à ignorância, inferioridade, falta de educação e cultura, quando não coincide com o modo de falar das classes mais altas e mais escolarizadas. Esse imaginário sustenta a ideia de que há na língua princípios claros e indiscutíveis de correção, que justificam a censura e o deboche ao comportamento linguístico dos outros (FARACO, 2011). Por estar assentado na zona da emoção, o imaginário social sobre as línguas, muito frequentemente, resiste aos fatos científicos, aos argumentos racionais que os linguistas esforçam-se em levar ao debate público, inclusive através da mídia.

Ainda refletindo sobre o imaginário acerca da língua portuguesa no Brasil, situamos os trabalhos de Orlandi, em que a autora desenvolve as noções de língua imaginária e língua fluida, a partir do estudo do tupijesuítico e do português padrão. A autora define a língua imaginária como um sistema fechado, normas, artefato do linguista, de missionários e outros que com ela trabalham; e a língua fluida como a língua do mundo, sem regras que a aprisionem, língua no acontecimento do significar na relação de homens, sujeitos e discursos (ORLANDI, 2002).

Segundo essa autora, o português padrão, na condição de língua nacional brasileira, é também uma produção imaginária, pois sustenta, sobretudo nas escolas, um deslizamento ideológico que insiste na sua pureza e na sua preservação (ORLANDI, 2002, 2007). “Há vários modos de produzir a língua imaginária e seus produtos são bastante diferentes: a língua mãe (o indo-europeu), a língua ideal (a lógica), a língua universal (o esperanto) e, em nosso caso, o tupi jesuítico (língua franca) e o português standard (língua nacional)” (ORLANDI, 2007, p. 87-88). Também para essa autora, no imaginário brasileiro está presente uma ideia de unidade entre o português brasileiro e lusitano, resultado do fato de que a observância de uma mesma materialidade empírica não deixa ver a distinção na materialidade histórica.

Mariani (2008, p. 26) aponta para o fato de que existe, adicionalmente, um imaginário de unidade que coaduna língua portuguesa e Estado-nação em funcionamento no Brasil, que coloca língua nacional e nação (povo) em uma “relação especular e de unidade imaginária”. Uma e outra são imaginadas em uma homogeneidade política necessária que apaga a heterogeneidade historicamente constitutiva dos seus processos de constituição, explica a autora. Retomando Guimarães, a autora destaca que a não coincidência entre a língua no seu funcionamento real e a unidade imaginária da língua, em geral, opera a partir da identificação de uma das divisões de língua que passa a funcionar como “a língua”. E a língua tomada é aquela língua escrita pelas pessoas de alta escolaridade e falada também por essas pessoas em situações formais. Essa divisão da língua passa a funcionar, assim, como modelo e leva a que as outras divisões da língua sejam consideradas erradas.

Para Mariani e Medeiros (2007), a língua imaginária pode ser entendida como produto da intervenção de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) sobre a língua fluida. Tais instrumentos desfrutam, por sua vez, de mecanismos de sustentação nas diversas formas de práticas político-linguísticas, como congressos e livros sobre as línguas, prefácios de gramáticas e livros didáticos, revistas, colunas e notícias jornalísticas sobre questões linguísticas. Assim, os instrumentos linguísticos dão base à língua imaginária e, junto com as demais práticas político-linguísticas, trabalham os efeitos da gramatização no imaginário social (MARIANI; MEDEIROS, 2007).

A não coincidência entre língua imaginária e fluida e a noção de erro que dela decorre têm efeitos sobre outra concepção linguística recorrente no imaginário social brasileiro: a do espanhol e do portunhol. Celada (2002, p. 44), ao estudar o imaginário dos brasileiros sobre a língua espanhola, sobretudo no que concerne à condição de seu ensino-aprendizagem, conclui que o

imaginário pelo qual o brasileiro se relacionou historicamente com a língua espanhola pode ser representado pela sequência “espanhol-língua parecida-língua fácil”. Segundo a autora, o efeito de proximidade dado pela semelhança das materialidades das duas línguas de origem latina (espanhol e português do Brasil) contribuiu para produzir um “efeito de transparência”, de modo que, muitas vezes, o espanhol se apresenta, mais do que como uma língua estrangeira, como uma “versão”, ora “mal falada”, ora “mais formal”, do português brasileiro.

Desse modo, brasileiros desenvolveram uma imagem de língua parecida e fácil, que resultou em uma ilusão de competência espontânea relacionada ao espanhol, constituindo o que a autora chama de “espanhol imaginário”. É no domínio dessa língua imaginária que surge o portunhol, como uma de suas manifestações. O espanhol imaginário é, assim, um portunhol em versão mais correta e séria, explica Celada (2002). Logo, o portunhol, enquanto língua fluida, pode coadunar com a noção de erro, no imaginário social dos brasileiros, inclusive dos sujeitos que praticam o portunhol. Esses sujeitos, explica a autora, ao entenderem o espanhol como familiar, no momento de falar em portunhol, colocam, nessa língua, as marcas daquilo que detectam ou reconhecem como estrangeiro no espanhol. Nesse sentido, “o espanhol imaginário implica também uma imagem cristalizada da língua do outro, que fica alimentando uma versão estereótipo na produção do portunhol” (CELADA, 2002, p. 46).

Essa versão-estereótipo serve como “curinga” em diversos espaços sociais. Assim, o portunhol designa a língua de mistura entre espanhol e português nas diversas fronteiras do Brasil com países hispano-americanos; designa a língua de hispano-falantes que moram no Brasil ou viajam para esse país no verão; designa a língua usada por brasileiros para recebê-los, bem como a língua utilizada por turistas brasileiros quando viajam para países hispano-falantes (CELADA, 2002). Para Cavalheiro (2007), essa difusão do portunhol é mais presente nos países do Cone Sul, figurando no imaginário social dos habitantes dos países que o compõem, a ideia de que a língua franca do Mercosul é o espanhol e não o português. Com frequência, o portunhol é o termo usado para a interlíngua que surge do aprendizado do espanhol por falantes de português (MOTA, 2012). Também é o portunhol que funciona em paródias da mídia, a qual contribui para dar-lhe visibilidade e fama, em tirinhas dos jornais, propagandas, personagens hispano-americanos nas novelas, quadros humorísticos (CAVALHEIRO, 2007; MOTA, 2012).

Com relação ao guarani, um trabalho de investigação do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (IPOL), apresentado no Encontro sobre o Inventário da Língua Guarani Mbya, de 2011, identificou alguns significados que permeiam o imaginário

brasileiro sobre essa língua no país e propôs algumas medidas para intervir sobre esse imaginário, a partir de ações concentradas no sistema de ensino e nos meios de comunicação. O relatório do IPOL conclui que circula no imaginário social uma associação do guarani brasileiro com o paraguaio, quando este, ao contrário do primeiro, não é mais exclusivamente indígena, dada a sua difusão social atualmente. Além disso, imagina-se o guarani brasileiro como uma língua única e homogênea, quando, na verdade, são várias.

Em resumo, os imaginários sociais sobre as línguas portuguesa e espanhola, no Brasil, nos mostram os trabalhos de Orlandi (2002, 2007), Mariani (2008) e Celada (2002), se organizam em torno de significados de unidade das línguas portuguesa do Brasil e de Portugal, de unidade e especularidade entre a língua portuguesa e o Estado nacional brasileiro, de um espanhol parecido com o português e por isso de fácil aprendizagem, de um portunhol como versão deturpada e estereotipada da língua espanhola, de regras em contraposição à fluência dos usos para ambas as línguas. Já o guarani, pela descrição do IPOL (2011) é, no imaginário do Brasil, uma língua única, falada por indígenas e paraguaios. Esse imaginário brasileiro sobre as línguas portuguesa, espanhola e guarani tem influência sobre a distribuição política das línguas na fronteira platina, especialmente quando consideramos sua presença em jornais brasileiros, como é o caso deste estudo.

Mas onde os imaginários sociais são formados? Para Baczko (1985), o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem. Sua concepção está em concordância com a de Castoriadis (2007), que considera que os imaginários sociais se assentam em um simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento, em uma relação sempre circular. Ou seja, imaginários sociais produzem e são produtos de discursos. Nas palavras do autor (2007, p. 416): “Realidade, linguagem, valores, necessidades, trabalho de cada sociedade especificam, cada vez, em seu modo de ser particular, a organização do mundo e do mundo social referida às significações imaginárias sociais instituídas pela sociedade considerada”. Sendo assim, conforme Legros et al (2007, p.107), os imaginários estão em estreita relação com a representação, seja de um conceito seja de uma realidade perceptiva externa, constituindo mais do que uma mera reprodução, resultando em o que os autores definem como uma “representação acrescentada”.

Segundo Baczko (1985), a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Explica o autor que, na evolução humana, há dois momentos que marcam rupturas

significativas nesses meios de difusão: a passagem da cultura oral à cultura escrita, com a tipografia e a alfabetização, e a implantação duradoura dos meios de comunicação de massa. Segundo sua visão (1985, p. 314), os meios de comunicação não veiculam apenas informações da atualidade, mas difundem imaginários sociais, em um funcionamento circular no qual “a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação”.

Logo, considerando-se que a mídia é um dos lugares de produção de discursos sobre as línguas, seu funcionamento garante que, por um lado, os imaginários sociais sobre as línguas sejam por ela capturados e representados e, por outro, que essa mesma representação contribua para produzir e ampliar um determinado imaginário sobre as línguas na sociedade. A partir dessa perspectiva circular, uma possível ausência do portunhol na imprensa da fronteira platina se justificaria pelo fato de esta língua estar representada no imaginário social fronteiriço como uma língua fluida, oral e informal (MOTA, 2012) e, portanto, não condizente com a credibilidade e correção ética de um jornal impresso. Essa ausência na mídia, por sua vez, acabaria reforçando na sociedade tal imaginário de fluidez, informalidade e oralidade do portunhol, ao interdita-lo no espaço midiático.

De todos os segmentos da mídia, o jornalismo, pelo seu vínculo com o real e com a verdade, está, seguramente, entre aqueles que mais influência exerce sobre o imaginário de um grupo social, sendo, muitas vezes, apresentado como a “opinião pública”. A linguagem jornalística leva nítida vantagem em relação às demais (diplomática, militar, acadêmica, etc.) porque tem um poder combinado de fazer multiplicar em grande escala e velocidade sua versão dos fatos e, ao mesmo tempo, criar uma versão legitimada socialmente com o selo de alta confiabilidade (STEINBERGER-ELIAS, 2005). Segundo essa autora, circulam na sociedade concepções a respeito do jornalismo que o situam, ao lado da ciência, da arte e da religião, como uma das mais poderosas matrizes de compreensão do mundo pós-moderno. Trata-se da ideia de que tudo pode ser coberto jornalisticamente, de que tudo é dizível e representável pelo jornalismo, quando a atividade jornalística sempre resulta em uma seleção limitada de fatos noticiáveis, esclarece a autora.

Além dessa ideia de onipresença e onividência, está cristalizado na esfera pública um “contrato de leitura”, assentado na credibilidade da informação jornalística. Como explicam Jacks, Machado e Muller (2004), ainda que, na alçada das Teorias do Jornalismo, o debate sobre as notícias como espelho da realidade já esteja ultrapassado, tendo em vista a influência da subjetividade do próprio jornalista sobre a notícia, fazer com que o leitor acredite, ainda que

parcialmente, nessa ilusão é fundamental para a sobrevivência da atividade jornalística. Discursivamente, isso ocorre, entre outras razões, porque o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento, em que o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial e marca uma diferença com relação àquilo que é falado, podendo, dessa forma, formular juízos de valor e emitir opiniões justamente porque não se envolveu com a questão (MARIANI, 1996).

Reflexão similar podemos estabelecer para a construção de um imaginário social sobre as línguas: considerando a concepção de que tudo pode ser noticiado e de que as notícias são reflexo do real, tudo e apenas aquilo que está no jornal é a verdade sobre as línguas, a sua realidade. Isso se aplica tanto ao que é dito na língua, quanto ao que é dito sobre a língua. Desse modo, as línguas que não aparecem no jornal não existem, ou, no mínimo, não são relevantes no imaginário social; aquilo que se diz sobre as línguas é tudo que se pode dizer, não há nada mais a ser dito. E tudo que é dito é a verdade sobre elas. Além disso, a influência do discurso jornalístico sobre os imaginários aumenta na medida em que são escassas outras fontes de informação sobre o assunto ou o contato pessoal direto com os acontecimentos (STEINBERGER-ELIAS, 2005). É o que ocorre com notícias sobre países e línguas distantes ou com os próprios debates da ciência linguística, que costumam chegar à sociedade ou por intermédio da Escola ou por sua divulgação nos veículos midiáticos, sem que os sujeitos tenham outra fonte de informação além destas.

No entanto, o poder do discurso jornalístico sobre a construção de imaginários é sempre limitado, pois, por um lado, ele compartilha do imaginário que difunde e, por outro, ele não pode controlar a interpretação que fará o público dos enunciados veiculados. Como explica Vizeu (2004), a seleção dos acontecimentos enunciados pelo jornalista pressupõe, da sua parte, um julgamento, na maioria dos casos, implícito, acerca da relevância e do interesse do acontecimento para o público, e a formação desse julgamento está relacionada a uma visão do mundo interiorizada pelo próprio jornalista, que a considera, também, universalmente partilhada pela audiência. Além disso, ainda que o jornalista informe sua audiência daquilo que de relevante aconteceu e que o faça do modo mais objetivo possível, ele não é capaz de controlar a heterogeneidade de sentidos que essas transmissões e esses saberes adquirem por parte dos seus interlocutores (VIZEU, 2004).

Se, conforme supracitado, o campo da Política de Línguas trata de pensar uma política até certo ponto desprendida das razões de Estado, dos anseios dos grupos sociais e dos propósitos do planejamento linguístico (ORLANDI, 2002), o dizer-na e o dizer-sobre-as línguas nos meios de comunicação também forma parte de uma política. Ou seja, não só o conhecimento sobre quais

línguas são usadas para enunciar na mídia interessam aos estudos enunciativos e discursivos dedicados a discutir política de línguas, mas também o conhecimento sobre o que se diz a respeito das línguas, quais temas são agendados, que significados se constituem ao se predicar sobre uma ou outra língua nos meios de comunicação.

Nesse sentido, é importante assinalar que há uma intrínseca relação entre o dizer-sobre (algo) o dizer-de (alguém) e o dizer-nas (línguas). Seguindo a reflexão de Mariani (1996), compreendemos que os “discursos sobre” são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um “discurso de” (discurso de origem), situam-se entre o enunciador original e o interlocutor. De modo geral, representam lugares de autoridade, em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o “falar sobre” transita na correlação entre o narrar e o descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor, explica a autora. Essa relação torna-se mais complexa na medida em que consideramos, ainda, as línguas em que esses discursos são enunciados, pois a autoridade do “discurso sobre” é afetada pela língua em que ele se manifesta, bem como pela língua dos “discursos de” que ele organiza. Como bem ressalta Orlandi (2007), em se tratando de “discurso sobre” as línguas, o dizer-sobre e o dizer-na costumam estar interrelacionados, pois o que se diz sobre a língua, a partir de um imaginário construído em torno dela, afeta os usos sociais que delas serão feitos.

Isso se potencializa em contextos nacionais plurilíngues ou em áreas de fronteira, onde editores de jornais são obrigados a decidir em que língua enunciar, total ou parcialmente, buscando antecipar os efeitos dessa decisão no público-alvo do veículo. Camilo Valdecantos (2001), editor do jornal espanhol *El País*, explica que, em seu trabalho, os jornalistas se veem diariamente obrigados a tomar decisões linguísticas, as quais acabam por transformar-se em regras internas. Entre elas, o autor menciona a adoção do castelhano como língua-padrão do jornal, ao mesmo tempo em que são mantidos, em basco, catalão e galego, os nomes de cidades e regiões espanholas, como forma de valorizar e promover suas línguas minoritárias. Produz-se, portanto, no cotidiano jornalístico, uma política de línguas organizada localmente, sem vínculos diretos com a esfera estatal, ainda que, de algum modo, afetada pelo contexto político-linguístico mais amplo do país.

Os meios de comunicação, ao levarem para a esfera pública concepções de que uma língua é difícil ou fácil, de que seu aprendizado é fundamental ou dispensável, de que ela pertence a um país ou a outro, de que é bela ou feia, produzem efeitos de sentido que são

políticos, pois dividem línguas, criando lugares de enunciação possíveis para cada uma delas. Um olhar rápido sobre as páginas dos principais jornais brasileiros ou sobre os programas de televisão do país sugere que a língua ou a diversidade linguística não figuram entre os fatos mais noticiados diariamente. Apesar disso, a língua é um assunto que se inscreve na mídia ciclicamente, em discussões envolvendo práticas de ensino, normas de bom uso, projeção internacional, mudanças ortográficas, entre outros fatos linguísticos tidos pelo jornalismo como noticiáveis. Conforma-se, assim, um dizer-sobre-as línguas, simultâneo ao dizer-nas línguas, nos meios de comunicação.

No Brasil, alguns linguistas vêm se dedicando a estudar o discurso sobre as línguas constituído nos meios de comunicação do país, sobretudo, na imprensa. Dessa perspectiva, trabalhos como os de Bagno (2001), Scherre (2005) e Rajagopalan (2005) apontam para a existência de uma imprensa monolíngue e promotora da norma culta da língua portuguesa. Marcos Bagno (2001) assinala o fato de que, hoje, com uma grande uniformidade gramatical, sem variações regionais marcadas e com construções semelhantes às de obras científicas, os jornais impressos do Brasil são tidos como o modelo de português-brasileiro-urbano-escrito-culto, tomando o lugar da literatura como referência de boa escrita e de defesa da língua correta, ao produzir manuais de redação notadamente normativos e ao ceder espaço em suas páginas para colunas e notícias sobre correção da língua, usando como fontes de informação, principalmente, gramáticos.

Scherre (2005), por sua vez, responsabiliza a imprensa nacional pela difusão de ideias preconceituosas sobre a língua ao confundirem língua com norma gramatical e efetuarem “associações perversas”, como entre variantes linguísticas e beleza/ feiúra, elegância/ deselegância, competência/ incompetência, inteligência/ burrice. Rajagopalan (2005) considera que “a mídia sedenta de notícias” fomenta o medo das pessoas com a perspectiva de o português brasileiro perder sua identidade diante dos crescentes empréstimos linguísticos anglo-saxônicos. Também são apresentadas como uma ameaça às línguas nacionais as práticas ortográficas características da internet, significadas como uma desestabilização empobrecedora da língua (FIORIN, 2008b).

Um exemplo recente (maio de 2011) da atuação da mídia brasileira em defesa da norma culta da língua portuguesa foi o da “polêmica do livro didático”, que se iniciou com a divulgação de notícias na imprensa acusando o Ministério da Educação (MEC) de distribuir a 4.236 escolas brasileiras um livro didático da organização não governamental Ação Educativa que “defende

errar concordância”, como publicado na notícia da Folha.com, intitulada “Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância” (LIVRO..., 2011). A notícia repercutiu entre os demais veículos informativos do país com novas recriminações ao livro “que ensina a falar errado”, associando, inclusive, como fez Dora Kramer em uma coluna na revista Veja Online, intitulada “Por uma vida pior”, a suposta permissividade do MEC ao mau uso da língua feito pelo ex-presidente Lula (KRAMER, 2011). Como a proposta do livro era a tomada de consciência pelo estudante da maneira como ele falava em comparação com a norma culta, a comunidade científica rapidamente reagiu, e o próprio MEC tratou de produzir e disponibilizar, em seu portal na internet, o “Dossiê- Livro Didático”, com artigos de especialistas na área validando a perspectiva do livro.

Entre as possíveis causas da postura “prescritivista” (BAGNO, 2001) da mídia brasileira, o próprio autor sugere que os jornais apresentam a correção linguística como indicativo de correção ética e competência na apuração e redação dos fatos jornalísticos. Para Faraco (2008), contudo, essa atitude se perpetua na mídia porque encontra respaldo no saber popular do brasileiro, que mantém uma representação homogênea e regrada de língua, há muitos anos, sem grandes alterações. É possível argumentar, também, que a própria história monolíngue dos meios de comunicação, determinada na legislação nacional, tenha contribuído para a criação de uma cultura de proteção à língua portuguesa. Nesse sentido, o Museu da Língua Portuguesa, que tem na Rede Globo um de seus patrocinadores, é representativo da tomada da língua de herança lusitana como um patrimônio imaterial dos brasileiros. Na condição de principal organização comunicacional do Brasil, estreitamente relacionada aos propósitos de integração nacional do país, como assinalaremos no Tópico 3.1, a Globo apresenta a língua, sua principal ferramenta de trabalho, como uma das causas politicamente corretas que defende, usando-a como uma estratégia de promoção da imagem da empresa, relacionada ao conceito de responsabilidade social.

Trabalhos mais recentes, como o de Diniz (2008a), já percebem nos discursos midiáticos atuais uma incipiente abordagem da língua por seu viés transnacional. O autor identifica, em notícias sobre o acordo ortográfico e sobre a abertura de cursos universitários de Língua Portuguesa nos Estados Unidos, publicadas pelas revistas Língua Portuguesa e Veja, respectivamente, referências ao sucesso econômico do português no mundo, sobretudo, do português brasileiro. Diante disso, interpretamos que a mídia segue o desenvolvimento das discussões acadêmicas, as políticas estatais e os próprios movimentos mercadológicos da língua

portuguesa. Portanto, mesmo que as línguas não estejam entre os principais temas da agenda midiática, elas apresentam certa recursividade de aparição, em abordagens que acompanham os efeitos sociais dos debates e avanços científicos.

Algo semelhante acontece com a língua espanhola nos meios de comunicação argentinos. Segundo Labraña e Sebastian (2004), ao longo do ano de 2004, a temática da língua gozou de uma repentina e constante presença na mídia do país, impulsionada pela realização do III Congreso Internacional de la Lengua Española, na cidade de Rosário. Naquela ocasião, falar sobre a língua estava tão em voga que, afirmam os autores, não se passava um dia sem que fosse publicado um artigo sobre o tema na imprensa, no rádio ou na televisão. Afinados com a tônica do congresso, os principais temas abordados pela mídia argentina a respeito da língua foram questões relacionadas à mestiçagem, à americanização e à nacionalidade da língua espanhola (ARNOUX, 2007).

Blanco, Contursi e Ferro (2000, p. 9), por sua vez, entendem que a língua tem sido recorrentemente abordada pelos meios de comunicação argentinos, especialmente da perspectiva da difusão da norma culta do castelhano. Segundo as autoras,

los medios masivos efectivamente han construido en la Argentina, a lo largo del siglo XX, un espacio de enseñanza de la gramática que se propone como objetivo reparar los efectos lingüísticos considerados negativos (...) que realizan los usuarios, en particular, los trabajadores de los medios, de modo de intervenir en el proceso de cambio lingüístico.

A aproximação entre mídia, imprensa e norma culta se presentifica também nos manuais de redação e estilo jornalísticos, os quais, segundo Arnoux et al (1999), são editados e distribuídos para cumprir objetivos como unificar as práticas linguísticas do veículo, atestar credibilidade e prestígio ao jornal e orientar a sociedade sobre o bom uso da língua, ocupando um papel tradicionalmente assumido pelo Estado. Observando os manuais dos jornais argentinos Clarín e La Nación, as autoras constatam que eles mostram-se defensores de uma norma consolidada, reguladores enérgicos das práticas linguísticas não só para uso jornalístico, mas para outros âmbitos de escritura. Na Argentina, a publicação desses manuais em 1997 foi, segundo Arnoux et al (1999), muito posterior à da maioria dos jornais europeus, norte-americanos e sul-americanos, incluindo a dos jornais brasileiros.

O Uruguai, por sua vez, em 2005, ainda carecia desse tipo de publicação, conforme atestam Olivera e Castromán (2008, p.348). Para estes, trata-se de “un descuido del relacionamiento de éstos [os meios de comunicação] con los lectores, con la lengua y con la función pública que desempeñan”, que eles atribuem a uma falta de preocupação linguística

característica do Uruguai, também mencionada por Brovetto (2010), ao tratar das políticas voltadas para a educação.

Esses exemplos sugerem que existe um imaginário social sobre as línguas, que as significa como globais, de integração regional, nacionais e locais, em seu atravessamento com as noções de certo e errado, o qual circula nos meios de comunicação dos países platinos. A maioria desses estudos baseou-se na observação do dizer-sobre-as línguas, em veículos jornalísticos centrais dos países. Outras abordagens seriam possíveis, como o estudo de jornais periféricos e locais, bem como do dizer-nas línguas que eles promovem. Este trabalho de investigação se propõe a desenvolver esse olhar, tomando como referência jornais fronteiriços brasileiros, buscando neles um dizer-nas línguas e um dizer-sobre-as línguas que é representativo do imaginário social inscrito nesse espaço de enunciação, como resultado das relações historicamente construídas entre os países platinos.

1.3 A política de línguas dos meios de comunicação do Mercosul: a proposta deste estudo.

Este trabalho tem como objeto o funcionamento do político presente no dizer-nas e sobre-as línguas nos meios de comunicação do Mercosul, tomando como *corpus* de análise jornais impressos, com vistas a entender sua dinâmica em uma região geográfica específica: a fronteira platina. A “região platina” ou “região da bacia do Rio da Prata” recebe esse nome por ser um espaço geograficamente delimitado, situado na parte austral da América do Sul, conformado por países que são irrigados pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, que culminam no Estuário da Prata e desaguam no oceano Atlântico. Porém, pesquisadores divergem sobre os limites dessa região. Alguns, como Cervo e Rappoport (1998), entendem que dela fazem parte Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia, pois os cinco países são banhados pelos rios da bacia do Prata e todos compartilharam uma história comum de colonização, com formação de rotas de comércio, zonas de povoamento, postos administrativos, que acompanhavam o percurso dos rios da bacia. Outros, como Reichel (2010), em contrapartida, propõe que o conceito de região platina se restrinja à área de planície, o Pampa, da Argentina, Uruguai e Brasil, pois elementos geográficos (como a bacia do Rio da Prata e as planícies férteis) e históricos (a economia baseada na pecuária, a navegação dos rios, o encontro das linhas ferroviárias, a condição de fronteiras coloniais e nacionais) permitiram a configuração, ali, de um espaço regional com relações sociais

específicas, as quais geraram um universo próprio de valores culturais, um cotidiano e um imaginário peculiares.

Diante dessas diferentes segmentações, entendemos que, embora historicamente tenha existido uma maior confluência entre as áreas de planície de Argentina, Brasil e Uruguai, pelas diversas afinidades que Reichel (2010) menciona, o mundo platino se estendia para além do Pampa, incluindo as demais áreas próximas aos referidos rios ou influenciadas pelas atividades socioeconômicas que eles ajudavam a organizar. Essa concepção inclui, portanto, o Paraguai e a Bolívia, como sustentam Cervo e Rappoport (1998). No entanto, para a operacionalização deste trabalho, tomamos em consideração essas duas concepções, ajustando-as ao nosso objeto que envolve línguas, mídia e integração regional no Mercosul. Sendo assim, organizamos dois focos de estudo: 1) a região platina; 2) a fronteira platina.

No primeiro foco, a região platina, incluímos Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, países que fundaram o Mercosul e que compartilham da matriz linguística do espanhol, do português e do guarani, as línguas reconhecidas pelo bloco. Na região platina, buscamos subsídios históricos e atuais para entender o funcionamento político dessas línguas na mídia. No segundo foco, a fronteira platina, incluímos apenas Brasil, Argentina e Uruguai, em cujas fronteiras as semelhanças e contatos sócio-históricos-econômicos-geográficos tiveram e têm seu ápice, originando o que Raichel (2010, p. 445) chama de “um universo próprio de valores culturais, um cotidiano e um imaginário peculiares” (Figura 1). É na fronteira platina, ou seja, nessa região de planície que desenvolveu maior aproximação ao longo da história, que os meios de comunicação estabelecem maior contato com o outro lado e que as línguas do Mercosul convivem com mais intensidade. Por isso, na fronteira platina, buscamos o material de análise deste estudo, os jornais fronteiriços.

Observando a Figura 1, vemos que a fronteira platina constitui, basicamente, os limites internacionais do Rio Grande do Sul (RS), que totalizam praticamente metade do perímetro do estado. Para esse estado brasileiro, a relação com o mundo fronteiriço tem ainda mais peso, pois, como pontuam Jacks, Machado e Müller (2004), o Rio Grande do Sul possui apenas uma ligação territorial com o Brasil, na sua face Norte, pelo estado de Santa Catarina, e duas ligações com o mundo do Prata: em sua face Sul, com o Uruguai, e em sua face Oeste, com a Argentina. São 1700 quilômetros de linha divisória internacional no Rio Grande do Sul, dos quais 1003 correspondem à fronteira com o Uruguai e 697 quilômetros à divisa com a Argentina (SCHÄFFER, 2002).

De toda sorte, os contornos territoriais rígidos que são usados para delimitar as regiões geopolíticas são, para este estudo, apenas uma referência, uma vez que as línguas, nosso objeto, costumam cruzar esses limites e se dispersar junto com as dispersões humanas. Portanto, ao pensar na região platina, a visualizamos como um espaço social que está organizado em uma área geográfica possível de ser localizada no mapa-múndi, mas impossível de ser delimitada com precisão. Sua constituição é sempre dinâmica, influenciada pelos movimentos migratórios, pelos fluxos do comércio, pelo alcance dos produtos midiáticos e de outros movimentos inconstantes e multidirecionais como esses. As próprias políticas do Mercosul vêm afetando essa dinâmica e dando novos contornos à região platina, em seus 20 anos de funcionamento, alterando as relações comerciais, políticas, culturais e também linguísticas, com efeitos relevantes sobre as fronteiras nacionais, mas também sobre territórios distantes delas (TVBRASIL, 2011). Em razão disso, o objeto de interesse desta pesquisa é a fronteira, enquanto um espaço configurado pelas condições sócio-históricas que intensificam o contato entre sujeitos, culturas, Estados, políticas e línguas nessa área e a tornam um lugar de porosidade e de relações oscilantes.



Figura 1-A fronteira platina deste estudo. Fonte: Internet (modificada pelo autor).

Uma vez que nosso interesse está no contato entre elementos diferentes (culturas, sujeitos, Estados, línguas, políticas), consideramos que nenhum ponto oferece subsídios mais produtivos

para estudar a região platina do que a área de fronteira entre seus países. Ajuda a explicar essa orientação metodológica a metáfora do vulcão: cremos que os movimentos políticos e sociais que ocorrem na região platina convergem para a fronteira, formando ali o cume do vulcão, cuja erupção traz à superfície relações que podem permanecer subterrâneas em outros pontos. Logo, a política de línguas constituída nos meios de comunicação da fronteira é uma espécie de condensação da política de línguas do Mercosul, com seus significados potencializados pela própria condição limítrofe dessa área. Como já constatou Grabendorff (1994), é nas fronteiras que os custos e benefícios da integração podem ser mais bem avaliados, porque na integração regional elas se tornam regiões centrais.

A generalização, contudo, deve ser tomada com cautela, pois a zona fronteira tem particularidades que não encontramos longe dela, nos centros dos países que a conformam. Nas fronteiras internacionais, as diferenças tanto podem aparecer suavizadas quanto intensificadas, conforme as reações despertadas pelo contato frequente com “o vizinho” e conforme as conveniências de cada situação (GRIMSON, 2003). Ou seja, no domínio da política de línguas, o espanhol pode, por exemplo, tanto ser uma língua com prestígio no lado brasileiro, por ser a língua de uruguaios e argentinos, como pode sofrer forte rejeição, pelo mesmo motivo. Mesmo assim, a política de línguas nas fronteiras é capaz de orientar nosso olhar sobre a política de línguas no Mercosul, pois as representações condensadas no local-fronteiriço podem apontar caminhos para sua compreensão em nível regional.

Foi, portanto, pensando na integração regional no Mercosule no papel que meios de comunicação e línguas exercem nesse propósito integrador que nos situamos na fronteira entre seus países-membro. Quando se trata de política de línguas, esse enfoque tem respaldo nas próprias políticas do Mercosul, pois, no seu plano estratégico, muitas das atividades que envolvem línguas têm como ponto de atuação a fronteira, tendo em vista a relevância dessa área para o funcionamento do bloco. Entre essas ações, a maioria é de base educativa, contemplando os três níveis de ensino. Entre as principais estão o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF), as Escolas Técnicas Binacionais e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Além disso, se observarmos as cidades em que esses projetos educativos do Mercosul estão em funcionamento, veremos que, grande parte delas, configuram cidades fronteiriças geminadas. De acordo com o Ministério da Integração Nacional (MIN) do Brasil, cidades-gêmeas constituem “localidades fronteiriças vinculadas”, “cidades contíguas”, “adensamentos

populacionais cortados pela linha divisória” (BRASIL, 2009). O Brasil possui 27 comunidades geminadas ao longo de sua fronteira internacional, das quais dez se localizam no Rio Grande do Sul, em divisas geopolíticas com Argentina e Uruguai (BRASIL, 2009. Cf. listagem p.56). Essas cidades, tiveram grande importância na formação histórica das fronteiras da região do Prata, constituindo hoje, importantes elos de ligação entre os países do Mercosul.

Esta proposta de estudo coletou jornais fronteiriços nas dez cidades-gêmeas dispostas ao longo da linha internacional do estado do Rio Grande do Sul. A seleção dessas cidades-gêmeas, por sua vez, deveu-se ao expressivo número e grau de integração que tais localidades apresentam, ao papel estratégico que elas tiveram na formação das fronteiras meridionais do Brasil, bem como à sua ligação fluvial pelo Rio Uruguai com Argentina e Uruguai, que permitiram o percurso histórico que viemos descrevendo. Essas cidades, apesar da sua condição heterogênea em termos de proximidade e integração com a cidade-irmã, figuram entre os pontos de mais intenso contato entre as línguas portuguesa, espanhola e guarani na região platina. Nelas, o português e o espanhol estariam mais propensos a funcionar como línguas de interface, isto é, como pertencentes a um conjunto de representações histórico-sociais e interculturais que as identificam como tal e que, por isso, se organizam politicamente para significarem a fronteira nos seus variados aspectos (STURZA; FERNANDES, 2009). São também as áreas em que o guarani se refugiou frente ao processo colonizador (MELIÁ et al, 2008).

A geminação, no entanto, não significa que exista, nessas cidades, *a priori*, um cotidiano de intensa integração. A história de cada cidade guarda especificidades relacionadas à sua municipalização, densidade populacional, desenvolvimento econômico e vias de ligação terrestre e fluvial que afetam o fluxo de pessoas e línguas de um lado para outro, bem como os imaginários relacionados ao país contíguo. Faz parte dessas especificidades a variação no grau de integração entre as cidades brasileiras que mantêm divisa com a Argentina, separadas pelo Rio Uruguai, e aquelas que se estendem ao longo da fronteira seca⁵ com o Uruguai. Devido à facilidade de transposição da linha divisória, na fronteira seca, por exemplo, foi frequente a fundação de núcleos urbanos uruguaios como resposta à presença dos núcleos portugueses ou brasileiros na área, muitos dos quais, hoje, encontram-se conurbados (SCHÄFFER, 2002). É o caso das cidades-gêmeas Santana do Livramento (Brasil) e Rivera⁶ (Uruguai), ambas com um

⁵ A divisa meridional [do Brasil] pode ser caracterizada como uma fronteira seca, ainda que parte dela seja hídrica (Arroio Chuí, Lagoa Mirim, Rios Jaguarão e Quaraí) (SCHÄFFER, 2002).

⁶ Neste estudo, ao mencionarmos Rivera, estamos nos referindo à cidade uruguiaia, e não ao Departamento de mesmo nome, do qual ela faz parte.

número aproximado de habitantes (em torno de 80 mil) e com a linha divisória funcionando como centro das atividades cotidianas, explica a autora.

A semelhança de porte entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera é, contudo, incomum na fronteira platina e mesmo, no mundo, segundo a observação de Schäffer (2002), pois o mais frequente é a sobreposição de um núcleo ao outro, tanto no tamanho quanto nas funções. Essa discrepância está presente em outro importante núcleo urbano da fronteira platina, a conurbação das cidades de Uruguaiana (Brasil) e Paso de los Libres (Argentina), na qual a primeira cidade conta com cerca de 125mil habitantes e a segunda com, aproximadamente, 40 mil. Também interfere sobre o cotidiano dessas duas cidades a separação pelo Rio Uruguai e a união pela ponte internacional. Assim, Müller (2003), quando compara as cidades-gêmeas de Uruguaiana e Paso de los Libres com as de Santana do Livramento e Rivera tem a impressão de que Uruguaiana está de costas para Paso de los Libres, uma vez que a ponte permite o acesso, mas controlado, de um lado a outro; enquanto Santana do Livramento parece abraçada à Rivera, pois a fronteira seca possibilitou construções, ruas, atividades e vidas muito mais interligadas.

Atualmente, as comunidades geminadas do estado do Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai são formadas pelas cidades de

- Porto Xavier (Brasil)/ San Javier (Argentina);
- São Borja (Brasil)/Santo Tomé (Argentina);
- Itaqui (Brasil)/Alvear (Argentina);
- Uruguaiana (Brasil)/ Paso de los Libres (Argentina);
- Barra do Quaraí (Brasil)/Bella Unión (Uruguai);
- Quaraí (Brasil)/Artigas (Uruguai);
- Santana do Livramento (Brasil)/Rivera(Uruguai);
- Aceguá (Brasil)/Aceguá (Uruguai);
- Jaguarão (Brasil)/Rio Branco (Uruguai);
- Chuí (Brasil)/Chuy (Uruguai).

Trata-se, como podemos visualizar na Figura 2, de cinco cidades geminadas na divisa com a Argentina, na face ocidental do estado, e de seis cidades geminadas nos limites com o Uruguai, na face austral. Barra do Quaraí também faz divisa com a cidade argentina de Monte Caseros, formando uma tríplice fronteira (Barra do Quaraí-Bella Unión-Monte Caseros), com as três cidades bastante próximas. Alguns estudiosos consideram que a referida tríplice fronteira resulta

em uma conurbação que torna essas cidades trigêmeas, como é o caso do Grupo Retis, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que elaborou o mapa apresentado na sequência. No entanto, para o Ministério da Integração Nacional Brasileiro (BRASIL, 2009), a geminação ocorre apenas entre Barra do Quaraí e Bella Unión, entendimento que adotamos neste estudo.

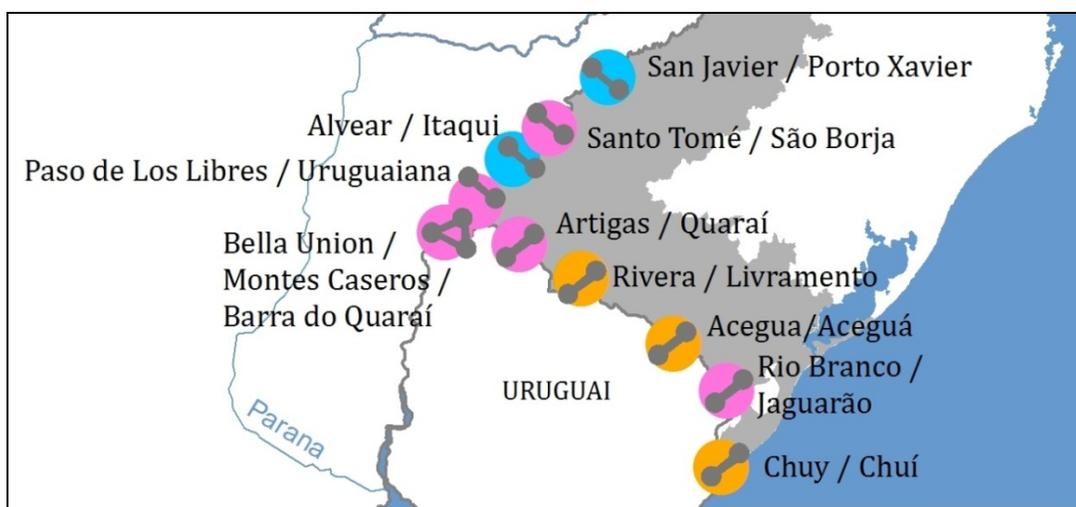


Figura 2- Cidades-gêmeas ao longo da linha divisória internacional do RS. Fonte: Grupo Retis-UFRJ.

Metodologicamente, optamos por buscar jornais nas cidades geminadas, mas nos centramos naqueles que possuíam a sede empresarial no Brasil. Isso se deveu ao fato de, na zona fronteira em tela, os veículos de comunicação brasileiros se apresentarem em maior número e porte, em comparação com os das cidades vizinhas, como já havia constatado nossa observação pessoal, posteriormente corroborada pelos depoimentos de diretores de rádios e jornais das cidades de São Borja e de Santana do Livramento. Em vários pontos da fronteira, é corriqueira a audiência de canais de televisão e de rádio brasileiros por moradores da Argentina e do Uruguai, bem como é usual encontrar mais jornais fronteiriços brasileiros nas bancas de vendas do que argentinos e uruguaios. Desse modo, apesar de situarmos este estudo em cidades geminadas da fronteira (e não em cidades brasileiras) e de estarmos interessados na política de línguas dos meios de comunicação da fronteira platina (e não da fronteira brasileira), nosso *corpus*, neste momento da pesquisa, recortou apenas jornais fronteiriços do Brasil. Acreditamos, contudo, que isso não interferiu sobre o enfoque platino do trabalho, pois esses veículos, apesar de sujeitos à legislação brasileira, tem um funcionamento fronteiriço, sendo fortemente afetados, em sua história e rotinas produtivas, pela vizinhança internacional hispano-falante.

Como já viemos mencionando nas páginas anteriores, buscamos nas cidades geminadas não todos ou quaisquer meios de comunicação para constituir nosso *corpus* de estudo, mas apenas os jornais impressos. Essa delimitação foi motivada por três principais razões. A primeira delas é a de que as cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul possuem um interessante histórico de produção de jornais impressos, que remonta aos primórdios do jornalismo da própria capital, Porto Alegre, em meados do século XIX (DORNELLES, 2004). Essa precocidade dota o jornalismo impresso fronteiriço de importância, pela tradição de sua imprensa e, também, pela longevidade de alguns veículos. Por fim, em termos de credibilidade, a imprensa escrita apresenta uma grande legitimidade, conferida pela credibilidade do relato jornalístico, mas também pela própria modalidade escrita. Essa legitimidade faz com que, atualmente, em cidades de pequeno e médio porte do Rio Grande do Sul, como as fronteiriças⁷, seja usual que as rádios locais realizem a leitura das notícias previamente apresentadas nos jornais impressos, tornando esses veículos suas fontes primárias de informação (DORNELLES, 2005).

Inevitavelmente, a decisão pelo impresso também direciona o estudo a uma política de língua associada à modalidade escrita e seus habituais consumidores: pessoas de maior escolaridade e poder aquisitivo dentro de suas comunidades⁸. Por outro lado, mesmo os jornais impressos são dependentes, em sua política de línguas, de um contexto histórico e legal que os aproxima dos demais meios de comunicação social. Por isso, apesar de nosso *corpus* ser constituído por jornais impressos, nossa abordagem teórica e interpretativa extrapola esse domínio. Assim, buscamos apresentar, neste estudo, também a história dos meios de comunicação na região e em suas fronteiras, bem como a legislação que rege os meios de comunicação nos países platinos. Como o título desta tese sugere, o estudo se desenvolve com base nos jornais de fronteira, mas a discussão se projeta para os meios de comunicação do Mercosul.

⁷Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cidades pequenas são as que possuem até 100 mil habitantes e cidades médias aquelas que possuem entre 100 e 500 mil habitantes.

⁸Estudos de consumo de mídia no Brasil mostram que, atualmente, o consumo de jornais, revistas e livros no país cresce conforme aumenta a renda e a escolaridade dos consumidores. Pesquisa encomendada pelo governo federal, em 2010, aponta que “os meios de comunicação impressos são consumidos em menor intensidade, em comparação a televisão e a rádio. Revistas são lidas por 34,9% da população, enquanto que 46,1% costumam ler jornais. Apenas 11,4% da população costumam ler jornal diariamente. O hábito de leitura da população apresentou relação direta com o nível de escolaridade e renda familiar. Pessoas mais cultas e de maior poder financeiro leem mais jornais e revistas, assim como desenvolvem em maior intensidade o hábito de leitura de livros em geral” (META PESQUISAS DE OPINIÃO, 2010).

No interior do estado do Rio Grande do Sul, quase 70% dos assinantes leem outra publicação, além do jornal local. Os dois jornais que têm a preferência desses leitores são o Correio do Povo e o Zero Hora, cada um detendo 30% dos assinantes dos jornais interioranos. Outros 30% leem apenas o jornal local (DORNELLES, 2004).

Além disso, apesar de o *corpus* deste trabalho ser constituído de jornais locais produzidos atualmente nas dez cidades geminadas dispostas ao longo da linha internacional do Rio Grande do Sul, outros jornais fronteiriços foram consultados, a fim de compor as discussões desta pesquisa. Entre eles, estão edições de extintos jornais uruguaianenses do final do século XIX e início do século XX, como o A Notícia e o A Nação, e de meados desse século, como o A Fronteira e A Vanguarda. Também edições do início da década de 1970 do, ainda em funcionamento, Folha de São Borja, da cidade de São Borja. Edições do Diário da Fronteira, que é um dos jornais que compõem nosso *corpus*, datadas do final de 2009 e início de 2010, foram igualmente mobilizadas. O Jornal de Uruguaiana, da cidade de Uruguaiana, criado em 1980 e que, depois de algumas mudanças de propriedade e recomeços de atividade, foi novamente fechado em 2011, teve também algumas edições consideradas para este trabalho. Por fim, uma edição comemorativa dos 74 anos do jornal A Plateia, de 10 de janeiro de 2011, também faz parte dessas incursões sobre o universo dos jornais fronteiriços. O jornal Momento, de Uruguaiana, ainda em funcionamento, também colaborou através de uma entrevista concedida à pesquisa.

Igualmente, ao longo da trajetória de pesquisa, mostrou-se necessária a realização de entrevistas semiestruturadas com diretores, chefes de redação e jornalistas dos jornais fronteiriços, a fim de dirimir dúvidas sobre funcionamento desses veículos. Foram, então, realizadas duas entrevistas presenciais e gravadas, com dois dos principais jornais da fronteira do Rio Grande do Sul, o Folha de São Borja e o A Plateia. Além delas, foram aplicadas duas entrevistas por telefone e outras três por e-mail, totalizando sete jornais fronteiriços. Outros três jornais contatados não se disponibilizaram a responder o questionário. Os jornais e cidades-geminadas contemplados pela pesquisa exploratória foram: A Gazeta do Povo (Porto Xavier), Diário de São Borja (São Borja), Folha de Itaqui (Itaqui), Momento (Uruguaiana), Folha Barrense (Barra do Quaraí), Folha de Quaraí (Quaraí), A Plateia (Santana do Livramento). As perguntas contemplavam desde informações objetivas, como data de fundação e locais de circulação do jornal, até a percepção dos sujeitos entrevistados sobre as línguas na fronteira e as línguas nos jornais. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e maio de 2012. Os nomes dos entrevistados foram preservados e, em alguns casos, a origem (de qual jornal) de determinado depoimento também.

O Quadro 1 apresenta os jornais fronteiriços mobilizados para este estudo, na condição de *corpus* da pesquisa, isto é, como textualidades submetidas à análise. Entre as informações disponíveis no quadro, estão as cidades onde cada jornal é editado, a data de fundação da empresa jornalística e a data de cada exemplar usado na pesquisa. É importante recordar que,

apesar de alguns desses jornais possuírem versões digitais, para este estudo, consideramos apenas a versão impressa.

Jornal	Cidade	Fundação	Data do exemplar
A Gazeta do Povo	Porto Xavier	1993	26/11/2010
Folha de São Borja	São Borja	1971	02/06/2010
Folha de Itaqui	Itaqui	2000	17/09/2010
Diário da Fronteira	Uruguaiana	2002	15/04/2010
Folha Barrense	Barra do Quaraí	2008	30/11/2011
Folha de Quaraí	Quaraí	1978	25/03/2010
A Plateia	Santana do Livramento	1938	13/06/2010
Manchete Regional	Aceguá	2006	01-15/02/2011
A Folha Regional	Jaguarão	2004	30/09/2010

Quadro 1- Descrição espaço-temporal do *corpus* da pesquisa. Fonte: o autor.

A seleção dos jornais (de quais títulos) baseou-se na amplitude de sua circulação, o que fez com que entrassem no grupo os jornais de maior tiragem de cada município. O município de Chuí, contudo, no período de coleta, não editava jornais locais, de modo que, apesar de ser considerado cidade-gêmea de interesse da pesquisa, não contribuiu com o *corpus* de análise. Assim, este estudo totalizou dez cidades de observação e nove jornais de análise. Desses jornais, apenas o A Plateia e o Diário da Fronteira têm periodicidade diária, os demais são bissemanais, semanais ou quinzenais. O jornal Manchete Regional é o produzido de maneira mais amadora, com distribuição gratuita no município de Aceguá. O jornal A Gazeta do Povo, por sua vez, possui a particularidade de ter suas páginas e sua organização institucional divididas entre quatro municípios, sendo um deles Porto Xavier. Das edições de cada um desses jornais, selecionamos um exemplar produzido entre 2010 e 2011 para constituir nosso *corpus* de estudo.

A leitura do Quadro 1 nos permite concluir que compõem o *corpus* deste estudo tanto empresas jornalísticas antigas e tradicionais na área de fronteira, como o A Plateia, de Santana do Livramento, fundado em 1932, e o Diário de São Borja, de São Borja, fundado em 1971, quanto jornais de criação muito recente, como o Folha Barrense, de Barra do Quaraí, de 2008, e o Manchete Regional, de Aceguá, de 2006. Isso atesta que a realidade da imprensa fronteiriça é bastante diversa em aspectos como o porte e a durabilidade de seus jornais. Cabe ressaltar que, entre esses jornais fronteiriços, os mais antigos são também os de maior porte.

As pequenas cidades fronteiriças têm produção jornalística mais recente, devido, sobretudo, à redução da complexidade e dos custos de edição de um veículo impresso que as

novas tecnologias e a globalização da economia permitiram. Muitos jornais de pequeno porte como esses, porém, têm vida curta ou trajetórias marcadas pela troca de donos e por fechamentos e reaberturas. A dificuldade de fazer sobreviver um jornal ao longo do tempo está atestada na participação de Uruguaiana no *corpus* deste estudo: apesar de ser a cidade de maior porte na região fronteira do Rio Grande do Sul e de possuir uma larga e importante história jornalística, tem como expoente um jornal com apenas dez anos, o Diário da Fronteira. A durabilidade dos jornais na região fronteira também parece estar ligada à construção de complexos midiáticos, como no caso dos jornais A Plateia e Folha de São Borja, cujos proprietários controlam, igualmente, emissoras de rádio locais.

Também caracteriza a produção jornalística fronteira a escassez de jornalistas graduados na área. Em levantamento feito junto a sete jornais locais, dos quais seis compunham o *corpus* de estudo desta pesquisa, verificamos que apenas dois possuem funcionários com curso de nível superior em Jornalismo. Inclusive, os dois jornais mais tradicionais e de maior porte dentre os pesquisados, Folha de São Borja e A Plateia, se caracterizam pela ausência de jornalistas graduados nas suas redações. Seus profissionais possuem, em geral, formação de nível médio ou formação superior em outro campo do conhecimento e são antigos residentes da área de fronteira. A falta de profissionais com formação superior não é realidade exclusiva dos veículos fronteiros, mas afeta grande parte dos jornais interioranos gaúchos, como constatou Dornelles (2005, p. 4). Os motivos vão desde o alto custo do profissional, a dificuldade de encontrar profissionais interessados em sair das capitais e dos centros urbanos, até o fato de que “os profissionais falam uma linguagem diferente da realidade vivida pelos empresários de jornais de menor porte financeiro”. Resumidamente, os sujeitos que escrevem nas línguas e sobre as línguas nos jornais fronteiros que selecionamos para análise, são, em geral, antigos moradores locais, sem formação superior na área jornalística.

A proposta deste estudo é sincrônica, ou seja, apesar de buscarmos na história subsídios para entender o presente, nosso interesse é o estado atual da política de línguas inscrita nos jornais fronteiros. Consideramos, assim, como *corpus* da pesquisa, os nove exemplares jornalísticos publicados nos anos de 2010 e 2011, apresentados no Quadro 1. Essa delimitação temporal, a publicação em 2010 ou 2011, se deve ao fato de que esse período foi a fase de comemoração do aniversário de duas décadas do Mercosul, que resultou em uma presença um pouco maior do bloco na mídia brasileira. Portanto, a delimitação espaço-temporal do *corpus* deste estudo se organiza a partir da trajetória espaço-temporal do Mercosul.

Já a seleção de um único exemplar de cada jornal se justifica em razão de que nosso objeto, o funcionamento político das línguas, constitui uma constante, pouco ligada às variáveis do mundo noticioso. Em outras palavras, existe um imaginário social sobre as línguas, inscrito nesses jornais, que é relativamente fixo, pois os grupos sociais não alteram seus usos e conceitos sobre as línguas com frequência. Essa relativa fixidez decorre da própria lógica jornalística que não considera as línguas fatos noticiáveis, a menos que elas integrem um evento concreto com certo impacto no cotidiano social. Isso não significa que não ocorram mudanças no imaginário sobre e as línguas e na política de línguas dos jornais, mas apenas que essas mudanças são lentas, dispensando o estudo de diversas edições, ao longo das semanas ou dos meses.

O *corpus* deste estudo são os nove jornais em sua totalidade. Buscamos evidências sobre a política de línguas local em suas notícias, reportagens, colunas e notas, centrando a atenção em dois modos de manifestação dessa política: o dizer-nas línguas e o dizer-sobre-as línguas. Ou seja, identificamos e recortamos os lugares da textualidade jornalística em que outra língua, além da portuguesa, era usada para enunciação, bem como os lugares em que as línguas apareciam compondo o conteúdo dos jornais. Em seguida, tendo em mãos esses recortes, passamos à sua análise, com base no quadro teórico-metodológico da Teoria da Enunciação, mais especificamente, da Semântica do Acontecimento. A principal categoria mobilizada desse quadroteórico-analítico foi a Designação, com o intuito de entender como as línguas estão presentes, enquanto acontecimento enunciativo, no espaço de enunciação constituído pelo discurso jornalístico.

Considerando a afirmação de Guimarães (2005b), segundo a qual as línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas, entendemos que não é possível conhecer a política de línguas dos meios de comunicação da fronteira platina sem aproximar-nos das condições de produção dessas políticas. Providos dessa prerrogativa, para a interpretação contextualizada do *corpus*, buscamos cerceá-lo de subsídios teóricos oriundos de campos do saber como a História das Ideias Linguísticas, as Ciências da Comunicação e História e Geografia regionais. Desse processo, resultaram quatro etapas interpretativas, incluindo a etapa analítica propriamente dita.

A primeira lançou o olhar os jornais fronteiriços a partir do posicionamento político do espanhol, português e guarani na esfera do global, do regional, do nacional e do local, no intuito de entender como as políticas para essas línguas, nas quatro esferas, afetam a política editorial dos jornais fronteiriços. A segunda etapa procurou visualizá-los sob o ângulo da história dos

meios de comunicação na formação das fronteiras platinas, com o objetivo de identificar a posição dos jornais fronteiriços atuais nessa trajetória de divergências e confluências. O terceiro cerceamento do *corpus*, constituindo outra etapa interpretativa, ocorreu pelo viés das políticas de línguas que organizam os usos linguísticos dos meios de comunicação, cujas diretrizes influenciam os jornais fronteiriços no seu dizer-nas e sobre-as línguas. A quarta etapa interpretativa, por fim, se refere à análise do *corpus* propriamente dita, voltada à interpretação dos significados inscritos no dizer-nas e sobre-as línguas dos jornais fronteiriços no que tange à distribuição do espanhol, do português e do guarani em locais, nacionais, de integração regional e globais.

Sinteticamente, pode-se dizer que, na Etapa 1, buscamos responder como a política de línguas do espanhol, do português e do guarani, em nível global, regional, nacional e local, influencia a política editorial dos jornais fronteiriços; na Etapa 2, como a história dos meios de comunicação na formação das fronteiras platinas afeta os jornais fronteiriços atuais na relação limite-continuidade; na Etapa 3, como a política de línguas dos meios de comunicação globais e nacionais repercute sobre a política de línguas dos jornais fronteiriços; e na Etapa 4, qual o funcionamento do político no dizer-nas e no dizer-sobre-as línguas dos jornais fronteiriços, em termos de distribuição das línguas como locais, nacionais, de integração regional e globais.

Passamos, agora, à primeira dessas quatro etapas (como a política de línguas do espanhol, do português e do guarani, em nível global, regional, nacional e local afeta a política editorial de jornais fronteiriços), cuja discussão conforma o Capítulo II desta tese.

2. AS LÍNGUAS DO MERCOSUL COMO GLOBAIS, DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, NACIONAIS E LOCAIS: POLÍTICAS E IMAGINÁRIOS.

Brazilian Portuguese is the best language. If you want a decent return on your investment, says Helen Joyce, the best language to learn is Brazilian Portuguese (...) (TheEconomist/moreintelligentlife.com, março/abril de 2012).

2.1 Português, espanhol e guarani como línguas globais.

Português, espanhol e guarani são línguas globais, do ponto de vista deste estudo, sob dois principais aspectos: como línguas de negociação econômica em nível mundial e como línguas de tecnologias de comunicação de alcance global. Ao designá-las por “globais”, buscamos, justamente, aproximá-las do fenômeno da globalização, tal como consagrado a partir da década de 1990, sob bases neoliberais e tecnológicas, caracterizadas pela universalização da economia e pela desterritorialização, e nas quais os fatores econômicos, frequentemente, condicionam as dimensões política e cultural (ANDER-EGG, 2010). Entendemos que, assim como afetou as relações geopolíticas mundiais, a globalização também está alterando as relações políticas entre as línguas no mundo. Para Calvet (2002), o principal efeito da globalização sobre as línguas está no fato de que um mundo globalizado implica diferentes tipos de comunicação, que vão do círculo familiar ao espaço global, com cada sujeito no centro de diferentes redes, podendo fazer uso de diversos registros, dialetos ou línguas, inclusive de forma sincrônica, dependendo do contexto em que se insere.

Com isso, esclarece o autor (2002), muitas línguas antes em processo de extinção passaram a ser resgatadas por suas comunidades de fala ou por entidades interessadas na diversidade linguística, em um movimento de valorização do local, que se instaurou em contraposição aos temores homogeneizantes da globalização de base anglófona. Portanto, a ascensão das línguas de menor prestígio e difusão mundial, na disputa com as mais prestigiosas pelos falantes do mundo, pode ser justamente o ponto central de distinção entre a globalização linguística atual, marcada pela emergência de novos centros de poder e pelas novas tecnologias de comunicação, e a globalização linguística de séculos anteriores, impulsionada pelo processo de colonização da América e da África, quando as línguas desfavorecidas pouco puderam reagir ao avanço opressor das línguas europeias.

Esses diferentes espaços sociais que acomodam diferentes línguas, caraterísticos da globalização atual, podem ter relação com a própria organização do capitalismo atual, que difere do modelo capitalista colonial e industrial. Segundo Mariani (2003), o estímulo à busca de riquezas nas grandes navegações (capitalismo colonial) foi um dos fatores que estimularam e aceleraram o processo de gramatização das línguas europeias, a fim de garantir sua expansão para outras terras. Com isso, a colonização do território incluiu a subjugação dos povos dominados à língua do dominador. No momento da descolonização, explica a autora, a maioria dos jovens Estados nacionais, porém, aceitou a língua de colonização sem muitas discussões, a fim de viabilizar de modo mais eficaz a entrada da ex-colônia no mercado internacional.

Também na transição do século XIX para o XX, na consolidação dos Estados modernos capitalistas (capitalismo industrial), a produção industrial nacional, para manter-se, necessitou da padronização e homogeneização do ambiente de trabalho, o que significava trabalhadores alfabetizados, falando e escrevendo uma língua comum (MARIANI, 2003). Nesses três momentos, no entanto, a economia demandava um ambiente monolíngue, organizado a partir de uma língua de prestígio.

O capitalismo global atual, em contrapartida, parece estar impulsionando um novo movimento das línguas no mundo, o qual, diferentemente dos anteriores, se orienta para o plurilinguismo (OLIVEIRA, 2010). Para o autor, a valorização que a diversidade linguística vem obtendo se deve a mudanças sofridas pelo capitalismo desde os anos 1970 e, mais aceleradamente, a partir dos 1990, em direção a uma economia baseada na sociedade da informação/conhecimento. Nela, o modelo fordista da revolução industrial foi substituído por uma lógica de produção enxuta, na qual a comunicação ocupa o centro do processo produtivo, uma vez que este é calcado em produtividade e inovação tecnológica, pontua Oliveira (2010). Com isso, saber se comunicar e, preferencialmente, em diversas línguas é fundamental para a manutenção do sistema, já que o conhecimento e os produtos dele derivados podem chegar de qualquer lugar do mundo, bem como se deslocar para qualquer parte dele. Assim, as línguas se tornam parte do capital humano de um trabalhador, o que está diretamente relacionado a uma política que envolve o ensino de línguas por empresas e pelos Estados (MARIANI, 2009).

Outra razão econômica para a ascensão da diversidade linguística é, para Oliveira (2010), o fato de as diversas línguas constituírem nichos de mercado para a indústria cultural. Falantes de línguas minoritárias são potenciais consumidores de filmes, músicas, livros, jogos virtuais, documentários, seriados, se estes estiverem em línguas que dominem. Logo, a diversidade de

línguas se revelou não um empecilho para as trocas econômicas no mundo global, como muitos estudiosos do fenômeno pressupunham, mas um fator de ganho, pois produtos culturais conseguem alcançar consumidores para os quais os produtos em língua inglesa ou já causaram saturação ou não têm aceitação comercial. Mesmo que mercados em línguas pouco faladas constituam mercados pequenos, interessa à produção de bens, no novo capitalismo, fazer-se presente nos diversos nichos, porque as rápidas mudanças na perspectiva desse consumo podem assinalar a diferença entre a sobrevivência e a falência (OLIVEIRA, 2010).

Exemplos de tal valorização da diversidade linguística, nos dias de hoje, são a declaração do ano de 2008 como Ano Internacional das Línguas, pela Organização das Nações Unidas (ONU), e a publicação, em 1996, da Declaração dos Direitos Linguísticos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O crescimento do número de organismos dedicados a estudar e promover a diversidade linguística, entre os quais está o Observatório Europeu do Plurilinguismo, a Casa das Línguas do Mundo (LINGUAMÓN)⁹ e o próprio Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (IPOL), é outro indicador dessa tendência. Como mostra Barrios (2009), a valorização da diversidade linguística em diversos documentos internacionais atuais se tornou parte das causas politicamente corretas do mundo global. No entanto, esse discurso, segundo a autora, perde a aplicação em situações como a dos movimentos migratórios que crescem e afetam os países desenvolvidos, cujas políticas têm se orientado no sentido de conter o avanço de línguas e culturas de povos em condições econômicas desfavoráveis. Ou seja, a valorização da diversidade linguística em voga na atualidade apoia a diversidade cultural dos povos na medida em que ela vai ao encontro da lógica de mercado e não afeta o desenvolvimento sócio-econômico das nações.

Como a tônica da globalização econômica e tecnológica contemporânea é a diversidade linguística, entidades que gerenciam as línguas buscam posicioná-las em espaços sociais inexplorados ou estratégicos, em uma espécie de “guerra das línguas” ou “batalha dos idiomas”, tal qual as metáforas usadas por Del Valle e Gabriel-Stheeman (2004). Embora a própria lógica de mercado contribua para alocar as línguas em certos nichos, garantindo-lhes maior ou menor prestígio frente às outras, os Estados têm se mostrado importantes gerenciadores internacionais de suas línguas nacionais. Nesse sentido, Mariani (2009) cita as controvérsias de linguistas como

⁹ A Casa das Línguas do Mundo (LINGUAMÓN) é um organismo governamental criado em 2005 e integrado por entidades catalãs, com o objetivo de aproximar o mundo das línguas dos cidadãos, fazer com que a sociedade viva a riqueza linguística de maneira positiva, criando consciência da sustentabilidade da diversidade linguística.

David Cristal e Jean Calvet, em que ambos situam mercado e Estado como gerenciadores, mas almejando objetivos bastante distintos. Cristal afirmaria que uma língua se torna internacional em função do poder político, militar e econômico de seu povo, de modo que a língua inglesa se tornou referência no mundo por estar “no lugar certo, na hora certa”. Já Calvet, em contrapartida, sustentaria que línguas não são variáveis econômicas, mas questões de Estado, cabendo a este desenvolver políticas linguísticas de preservação e valorização das línguas como um dos elementos simbólicos da nação.

Todavia, separar Estado de economia no que diz respeito às questões linguísticas pode resultar ineficaz. Como ressalta Guimarães (2004b), o próprio Estado sempre foi e continua sendo um importante agente econômico mundial. Isso leva a que os Estados busquem gerenciar as línguas dentro e fora de seu território tendo em vista, também, objetivos econômicos. Evidentemente, além deles existem outros, que variam de nação para nação, como a obtenção de vantagens políticas, a realização de avanços sociais e a criação de um sentimento patriótico. É possível, mesmo, que a questão econômica seja a propulsora para o fato de que os Estados, na atualidade, conforme identifica Oliveira (2010), se mostrem mais interessados que em outros tempos em gerenciar as suas línguas, fazendo proliferar medidas como financiamentos a bancos de línguas, oficializações de línguas minoritárias, modificações das disciplinas de língua estrangeira nos currículos, acordos ortográficos internacionais e certificados de proficiência em línguas.

Em âmbito mundial, o gerenciamento das línguas ocorre a partir de aparatos organizados de proteção e projeção, que, frequentemente, contam com a colaboração tanto de Estados nacionais quanto de empresas multinacionais, como o da lusofonia e da hispanofonia. As políticas elaboradas a partir dos interesses dessas instituições monolíngues têm, muitas vezes, relação e com consequências sobre as políticas de blocos regionais plurilíngues, como o Mercosul. Dois exemplos, elaborados a partir das reflexões de Zoppi-Fontana (2004, 2007) que justificam essa afirmação são: 1) o destaque brasileiro no Mercosul pode contribuir para sua proeminência na lusofonia e 2) a liderança da Espanha na hispanofonia pode afetar as políticas linguísticas do espanhol no âmbito do Mercosul.

No caso da língua portuguesa, o Brasil tem se beneficiado da multipolarização que a globalização oportunizou em diversas áreas, entre elas, a da língua. Oliveira (2010) chama esse movimento de reposicionamento dos centros de gestão da língua, cujo objetivo é se adaptar e se adiantar aos rearranjos dos países e das línguas nos circuitos de produção, seja em espaços

subnacionais, seja no âmbito dos países, seja nos novos blocos econômicos e políticos. Os novos polos gestores da língua, muitas vezes, são, também, novos polos econômicos. A condição de sexta potência econômica mundial¹⁰ e de proeminência no Mercosul faz com que, ao lado de fatores relacionados à história da produção de conhecimento linguístico, o Brasil esteja adquirindo um papel central na lusofonia, conforme podemos interpretar com a ajuda dos autores mobilizados na sequência.

Para Cunha (2008), a lusofonia é um discurso com uma proposta de “recentramento identitário”, com identidades partilhadas em uma situação de diversidade efetiva, a partir de uma comunidade de países unidos por uma mesma língua e, parcialmente, por uma mesma história. De acordo com Galito (2006), a lusofonia é um conceito atribuído ao conjunto dos oito países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Pode ainda incluir Macau (na China), bem como Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar Haveli (na Índia), onde o português é uma língua de uso. É preciso considerar, ainda, que países como Canadá, Estados Unidos e Japão, possuem um número significativo de falantes de português em consequência dos movimentos migratórios (OLIVEIRA; DORNELLES, 2007).

Cálculos baseados no número de falantes maternos de português de cada um desses países revelam que essa língua é falada por, aproximadamente, 240 milhões de pessoas e está presente nos cinco continentes do planeta, segundo dados do Observatório da Língua Portuguesa, referentes ao ano de 2010. Posiciona-se como a quarta língua mais falada no mundo, atrás apenas do mandarim (845 milhões), do espanhol (329 milhões) e do inglês (328 milhões), como mostra a Figura 3. Interessante notar que 70% da população do mundo fala uma das línguas apresentadas nesse gráfico (TONKIN, 2003-2004).

Em termos institucionais, o português é língua empregada em blocos regionais, tais como o Mercosul, a União Europeia (UE), a União Africana (UA); e em organismos internacionais, como as Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Mas o português não é língua oficial na Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, uma vez que suas línguas de trabalho refletem, em grande parte, a estrutura de poder do pós-guerra (TONKIN, 2003-2004).

¹⁰ O título de 6ª potência econômica mundial passou a ser atribuído ao Brasil a partir da crise europeia de 2008, sendo amplamente divulgado pela imprensa do país. No entanto, é possível encontrar veículos midiáticos que situam o país na 5ª ou 7ª posição no ranking das economias mundiais.

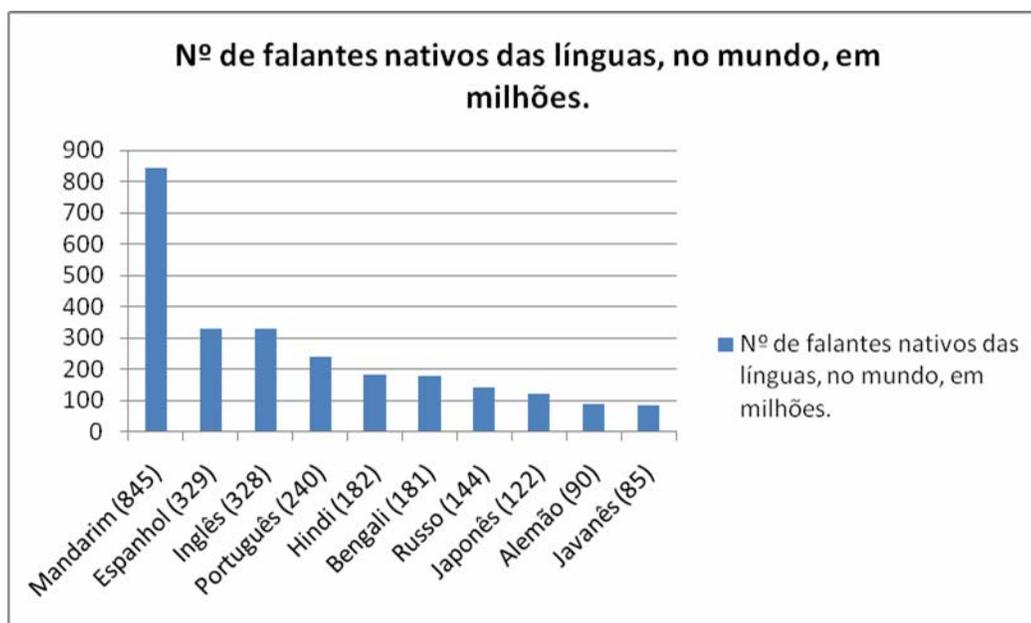


Figura 3 - Línguas mais faladas no mundo (em 2010). Fonte: Internet. Observatório da Língua Portuguesa.

Sobre a participação do português em organizações internacionais, é necessário ressaltar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ela é atualmente formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Macau. Foi oficializada em 1996, com o objetivo de promover a concertação político-diplomática, a cooperação multiforme entre os Estados-membro e a promoção e difusão da língua portuguesa (GALITO, 2006). Esses objetivos mostram, conforme Oliveira e Dornelles (2007, p. 2), que “la cooperación entre los países de lengua portuguesa no se agota en el reconocimiento de una lengua común y, por otro lado, que las políticas lingüísticas no están dissociadas de la organización geopolítica e ideológica”.

Entre acordos de cooperação e negociações políticas, a promoção e difusão da língua ocupa um espaço importante na organização, a ponto de ter balizado a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em 1989. Este é oficialmente o órgão a que corresponde o estabelecimento de objetivos e ações para a expansão internacional do português, mas, de acordo com Oliveira e Dornelles (2007), esse papel tem sido desempenhado com mais frequência por instituições vinculadas, sobretudo, aos governos português e brasileiro.

Alguns estudiosos, contudo, acreditam que o Brasil já conquistou de Portugal a dianteira da lusofonia. Para Oliveira e Dornelles (2007), não se trata de um protagonismo do Brasil na CPLP, mas de um maior dinamismo nos debates e na tomada de decisões, em que se aprecia a sistematização das ações brasileiras; uma postura mais ativa por parte dos Países Africanos de

Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e uma maior abertura de Portugal para a cooperação, o que elimina a lógica de relação colonialista e marca um panorama mais plural de gestão. Já os PALOP e o Timor Oriental, por sua vez, estão atuando para ter uma maior presença no âmbito da CPLP. Além disso, os PALOP têm conseguido que a língua portuguesa e suas culturas se difundam além do continente africano através da música e da literatura (OLIVEIRA; DORNELLES, 2007).

Ainda que se busque, na lusofonia, uma gestão mais participativa da língua por todos os países envolvidos, contribuindo para desfazer as relações coloniais, tal qual ressaltam Oliveira e Dornelles (2007), acreditamos que existe uma proeminência do Brasil nesse panorama internacional, que deriva tanto de uma ação calculada dos agentes públicos do país, quanto da própria condição de sexta economia do mundo e do seu destacado contingente populacional (198 milhões de habitantes) que, sozinho, constitui mais de 80% dos falantes de português da CPLP, como é possível concluir pelos dados disponibilizados na Figura 4. Em número de falantes, em segundo lugar, aparece Portugal, com 16 milhões, e, em terceiro, empatam Angola e Moçambique, ambos com 12 milhões de falantes de português.

Além disso, segundo dados do Observatório da Língua Portuguesa, em 2010, apenas em Portugal e no Brasil, os falantes de português atingiam quase absoluta maioria da população, enquanto em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe alcançavam cerca de 95%, e nos demais países da CPLP ficavam abaixo de 60%.

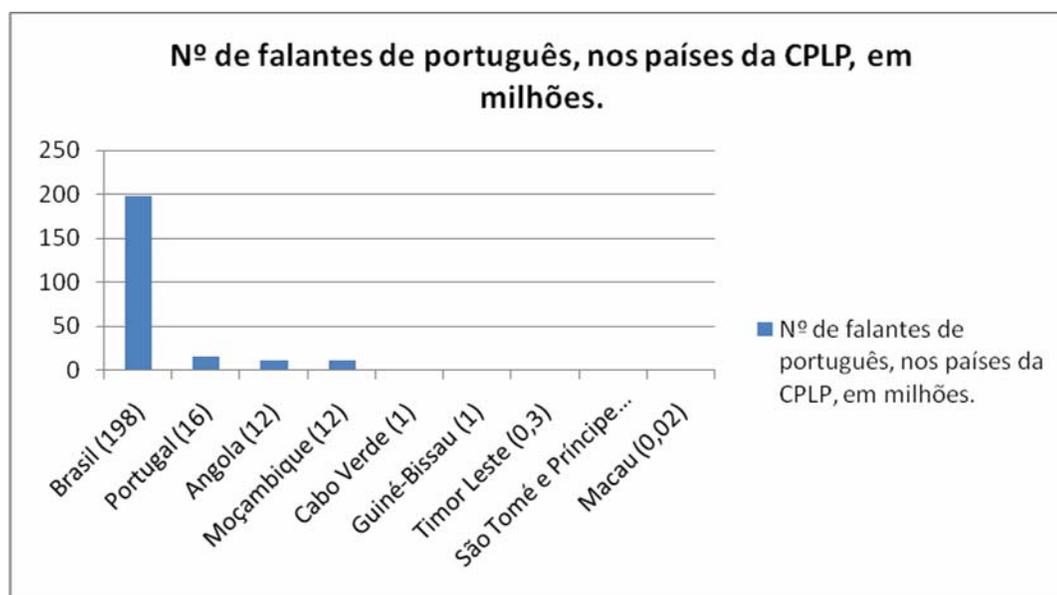


Figura 4- Contribuição de cada país da CPLP e RAE de Macau no total de falantes da língua portuguesa no mundo (em 2010).Fonte: Internet. Observatório da Língua Portuguesa.

Para Zoppi-Fontana (2007), o momento atual é de transnacionalização do português do Brasil. Segundo ela, a transnacionalização significa a nova posição do português no mundo como uma língua amplamente conhecida e utilizada, mas marcada pelo vínculo com o Brasil. A autora cita importantes medidas que corroboram essa política, como o desenvolvimento do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), em 1993; a criação da Sociedade Internacional de Português-Língua Estrangeira (SIPLÉ), em 1992; e a implantação do primeiro curso de licenciatura em português do Brasil como segunda língua, na Universidade de Brasília (UnB), em 1998. Eles são, para a autora, acontecimentos linguísticos que sinalizam o início de um novo momento no processo de gramatização do português brasileiro.

Em contrapartida, explica Zoppi-Fontana (2004), a América hispano-falante praticamente não dispõe de instrumentos linguísticos ou políticas desse tipo, deixando a cargo da Espanha as principais iniciativas de gestão da língua no mundo. O Certificado de Lengua y Uso (CELU), exame de proficiência em língua espanhola, elaborado por um consórcio de universidades argentinas, destaca a autora, é uma das poucas conquistas dos países hispano-falantes da América Latina nesse sentido. Com essa observação, iniciamos outro ponto importante de discussão sobre a globalização das línguas e sua relação com o Mercosul: a liderança da Espanha na hispanofonia e sua tentativa de difusão da língua espanhola no Brasil.

Hoje, o espanhol é a segunda língua com mais falantes maternos no mundo (ver Figura 3). Também é a língua nacional e oficial do maior número de países. À diferença do português, porém, que se espalha por todos os continentes, sua presença está praticamente concentrada no continente americano, com avanço significativo, inclusive, sobre os dois principais países anglo-saxões da América: Estados Unidos e Canadá. No Quadro 2, vemos que o único país de fala espanhola fora do continente americano é Guiné Equatorial, na África, que está em vias de co-oficializar o português. Vemos também que, em número de falantes de língua espanhola, a Espanha se posiciona em quarto lugar entre os países hispano-falantes, atrás do México, da Colômbia e da Argentina. A Argentina, então, aparece como o 3º país com maior número de falantes de espanhol; o Uruguai, como o 19º e o Paraguai como 20º.

País	Falantes	País	Falantes
1. México	95.000.000	13. El Salvador	6.400.000
2. Colômbia	43.000.000	14. Guatemala	5.700.000
3. Argentina	36.000.000	15. Nicarágua	5.100.000
4. Espanha	32.000.000	16. Bolívia	4.000.000
5. Venezuela	23.000.000	17. Porto Rico	3.800.000
6. Peru	22.000.000	18. Costa Rica	3.700.000
7. Estados Unidos	17.500.000	19. Uruguai	3.200.000
8. Chile	15.000.000	20. Paraguai	2.805.000
9. Equador	11.000.000	21. Panamá	2.500.000
10. Cuba	10.000.000	22. Belize	103.000
11. República Dominicana	8.200.000	23. Guiné Equatorial	11.500
12. Honduras	6.800.000	Total	357.000.000

Quadro 2 - Falantes maternos de espanhol no mundo (2007). Fonte: Internet. Linguamón.

Apesar de ser o quarto país em número de falantes de espanhol no mundo, a Espanha conserva o papel de principal gestora dessa língua, através das ações da Real Academia Espanhola (RAE) e do Instituto Cervantes. Lagares (2010) chama a política linguística operada pelo Instituto Cervantes de “pan-hispânica”, explicando que ela é, em parte, resultado da peculiar constituição do espaço político transnacional do castelhano, em que a organização das Academias de la Lengua dos diversos países hispânicos, sempre sob a direção e o controle da Espanha, teve um peso ímpar. Essa política contribuiu para criar uma representação do espanhol como uma língua unitária, em comparação com o português, o qual está fragmentado na norma americana e europeia e que tem na lusofonia uma organização de menor tradição do que a hispanofonia (LAGARES, 2010).

A unidade da língua espanhola e sua padronização internacional constituiria uma vantagem no mercado global de ensino de línguas e de produções editoriais, audiovisuais e fonográficas, ao possibilitar difusão em grande escala de produtos, sem o contraponto da diversidade das línguas. Essa política já funciona nas produções televisivas espanholas para a América Latina, em que um suposto espanhol neutro permite a difusão das mesmas obras por todo o continente (ÁVILA, 2003; OLIVEIRA, 2010). No caso do português, o mercado cultural da lusofonia é menor, hoje, do que o da hispanofonia, havendo algumas poucas produções portuguesas que circulam na África e um número um pouco mais alto de produções brasileiras, sobretudo novelas e músicas, que são veiculadas em Portugal (NORTON, 2010). As particularidades locais da língua portuguesa parecem dificultar essa difusão, pois, como relata o autor, recentemente, uma telenovela portuguesa veiculada no Brasil sofreu grande rejeição pelo fato de não ter sido dublada. Portanto, como afirma Lagares (2010), o planejamento do *corpus* da

língua espanhola, de caráter internacional, está estreitamente relacionado a um novo planejamento de seu status, que diz respeito ao papel político e às funções sociais que se espera que sejam cumpridas pelo espanhol no contexto da globalização.

Entretanto, essa novaposição política e essas novas funções projetadas para a língua espanhola, na atualidade, não estão associadas somente à globalização da indústria cultural. Elas se vinculam ao desenvolvimento econômico da Espanha também em outros campos, em que a língua serve como suporte à expansão empresarial, facilitando a entrada do país em novos mercados e favorecendo uma imagem positiva das empresas, mediante a colaboração em projetos que se apresentam como de responsabilidade social (DEL VALLE; VILLA, 2008). Além disso, explicam os autores, o próprio da língua é economicamente rentável para a Espanha, pois organiza uma indústria em torno do espanhol. O discurso do valor econômico da língua esteve presente, por exemplo, na visita da vice-presidente espanhola, Maria Teresa Fernández de la Vega, ao Brasil, em 2009, quando ela estimou o valor econômico do espanhol para a Espanha em mais de 15 milhões de euros, o que equivale a 15% do Produto Interno Bruto do país, conforme divulgou à época o jornal *El País*, em notícia intitulada “La hora del ‘portunhol’” (LA HORA..., 2009).

Essas políticas para a língua acompanham a projeção internacional da economia espanhola, que iniciou no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (DEL VALLE; VILLA, 2008). Segundo os autores, foi nesse contexto que se empreendeu a modernização da Real Academia Espanhola e a ativação da Associação de Academias da Língua Espanhola, com o novo *slogan* “Unidad en la diversidad”. Adicionalmente, foi criado o Instituto Cervantes, em 1991, com o apoio de bancos e empresas espanholas de ampla atuação na América Latina, para a promoção da língua e de produtos culturais espanhóis no mundo, conforme o relato de Del Valle e Villa (2008). Na década de 1990, quando criado o Mercosul, este serviu de ponte para a entrada de indústrias e produtos espanhóis no Brasil. Para Del Valle e Villa (2008), de fato, desde essa época, as agências espanholas vêm apresentando o mercado linguístico no Brasil como um ponto-chave para a promoção internacional do espanhol e, em colaboração parcial com empresas espanholas, têm investido na promoção da língua no Brasil, a partir de diversas frentes: dedicando atenção especial ao Brasil em congressos, divulgando na imprensa os sucessos da política linguística espanhola no país, promovendo a cooperação cultural Brasil-Espanha, outorgando prêmios a brasileiros, oferecendo cursos de formação continuada, disponibilizando materiais de ensino na internet e promovendo o mercado editorial espanhol no Brasil.

Na trajetória de projeção internacional do espanhol, alertas Lagares (2010), os falares fronteiriços são mais uma frente de batalha para a hispanofonia, que demonstra interesse em reconhecer como espanhóis os falares considerados as últimas fronteiras do castelhano, que são o *spanGLISH* dos Estados Unidos e o portunhol do Brasil. A fronteira platina seria, assim, uma área de expansão para a hispanofonia. Por outro lado, a língua portuguesa também se projeta fortemente sobre essa área, menos pela mão da lusofonia do que pela liderança político-econômica do Brasil, bem como pelo reconhecimento local do português como parte da matriz linguística de seus povos.

Nos últimos anos, contudo, na medida em que o Mercosul logra avanços em seus propósitos integradores, a influência da Espanha sobre as diretrizes da língua espanhola na região platina tem sofrido declínios. A intensificação de ações que favorecem o contato e o ensino de línguas no Mercosul, por meio do intercâmbio cultural, educativo e migratório, contribuíram para frear o avanço da ideia de um espanhol neutro, assentado na proposta do pan-hispanismo, em terras brasileiras, explica Fanjul (2011).

Entre as diversas medidas concretizadas pelo bloco com vistas à integração regional, o autor destaca a implantação de um sistema de certificação de proficiência em línguas compartilhado por Argentina (Certificado de Español Lengua y Uso - CELU) e Brasil (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros- CELPE-BRAS), alheio à centralização da Espanha (Sistema Internacional de Certificação de Espanhol como Língua Estrangeira-SICELE). Ele recorda, ainda, a resistência aos cursos de formação de professores ofertados pela Espanha por parte de associações de professores de espanhol e de universidades brasileiras, em que essas instituições reivindicaram para si a responsabilidade e a competência sobre o ensino dessa língua no país (FANJUL, 2011).

O espanhol pluricêntrico, neutro, difundido pelo pan-hispanismo alcançou, portanto, um relativo êxito no Brasil durante a década de 1990, na primeira década de vigência do Mercosul, quando predominava uma visão do espanhol e do português como línguas globais, voltadas à negociação comercial entre os países do bloco. Essa concepção, no entanto, não coaduna com a atual política integracionista do Mercosul, pois, para esta, o espanhol, bem como o português e o guarani, são entendidos não somente como línguas globais, mas também, como línguas de integração regional, em que pesam propósitos de aproximação que vão mais além da economia, isto é, que contemplam a construção de uma identidade e de uma cidadania regionais.

2.2 Português, espanhol e guarani como línguas de integração regional no Mercosul.

Segundo Barrios (2003), blocos de cooperação internacional que almejam a coesão entre seus países e povos necessitam de um adequado gerenciamento das línguas que os constituem, pois os processos de integração regional demandam recursos para sua consolidação semelhantes àqueles mobilizados para a integração nacional. As línguas são um desses recursos, pois facilitam as transações comerciais internas do bloco, possibilitam a criação de instâncias políticas supranacionais e ajudam a construir um sentimento de pertencimento e identidade regionais. Dessa perspectiva, alguns linguistas sugeriram redefinir as línguas do Mercosul, o português, o espanhol e o guarani, como línguas de integração e participação regional (HAMEL, 2003).

No Mercosul, as línguas passaram a ser reconhecidas desse modo, apenas a partir da segunda década de funcionamento do bloco, quando ele passou a ser orientado para um propósito de integração política e cultural, além da cooperação econômica que já acontecia¹¹. Por isso, as línguas tiveram, durante a primeira década de funcionamento do bloco, um tratamento instrumental, em que o espanhol e o português foram declarados idiomas oficiais, pelo Tratado de Assunção (1991) e pelo Protocolo de Ouro Preto (1994), mas somente para efeitos de publicação dos documentos produzidos nas instâncias de trabalho do Mercosul (CONTURSI, [20--]). Nesse momento, conforme autora, as línguas espanhola e portuguesa eram consideradas meros instrumentos de comunicação a serviço dos interesses econômicos globais ou apenas bens exportáveis, não recebendo maior atenção nem do bloco, nem dos países nele envolvidos. Português e espanhol eram, portanto, ainda entendidos como línguas globais e não como línguas de integração regional, ao passo que o guarani pouco participava das discussões do Mercosul.

Apesar do Protocolo de Intenções dos Ministros da Educação que, já em 1991, recomendava a difusão do português e do espanhol na região, através de seus diversos aparatos educativos, durante toda a década de 1990, não houve avanços significativos nesse sentido entre os quatro países-membro do Mercosul no período, tendo sido observado, ao contrário, um avanço real do inglês na região (ARNOUX, 2012). A autora entende que a negligência dos governos nacionais platinos em implantar as políticas linguísticas recomendadas pelo Mercosul pode ter sido fortalecida pelas negociações em andamento nessa época, que pretendiam instituir a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) na região¹².

¹¹ Na sequência, no Tópico 3.1, é apresentada a diferença conceitual entre cooperação e integração regional.

¹² Acordo de cooperação econômica, para todo o continente americano, liderado pelos Estados Unidos.

Foi apenas a partir da segunda década de vigência do Tratado de Asunción, que as línguas espanhola e portuguesa entraram em cena como ferramentas de integração:

En esta segunda década del MERCOSUR, si bien a los fines prácticos las lenguas oficiales continúan siendo consideradas “extranjeras”, se fue colocando como tema de debate el problema de las “variedades locales” y la necesidad de su protección a través de la difusión, la enseñanza y las certificaciones propias (CONTURSI, [20--][s.p]).

Dentre as diversas ações linguísticas que foram implementadas pelo Mercosul, com base nesse novo entendimento, grande parte delas direcionou-se ao setor educacional. De todas elas, destaca-se, pela área e população envolvidas, o acordo de ensino de espanhol e português na educação escolar de Brasil e Argentina. Trata-se da lei nº 26.468/2008, promulgada pela Argentina, que estabelece que o português deve ter oferta obrigatória em todas as escolas argentinas de nível secundário e, a partir do nível primário, nas instituições de províncias fronteiriças com o Brasil; e da lei nº 11.161/2005, promulgada pelo Brasil, que obriga o espanhol a figurar como língua de oferta obrigatória no ensino médio do país.

Nesse acordo formulado no marco do Mercosul, identificamos a base de reciprocidade que, segundo Oliveira (2010), vem caracterizando as políticas linguísticas dos Estados na sua relação com o mercado, no atual contexto de valorização do plurilinguismo. Segundo o autor, os fatos observados com as línguas não são alheios ao que ocorre com o sistema de produção e com as relações políticas internacionais na globalização, de modo que, para uma língua estar em novos contextos de gestão, reposicionar-se para obter controle sobre novos mercados, ela deve dar espaço às outras línguas no seu ambiente de hegemonia. Para o autor, a promulgação da lei nº 26.468/2008, na Argentina, constituiu uma das maiores conquistas do Brasil em termos de reposicionamento do português, e ela só foi possível porque a negociação estatal foi precedida de mais de uma década de aproximação econômica, em que o espanhol e o português entraram paulatinamente no circuito produtivo dos dois países líderes do Mercosul, tornando essas línguas alternativas interessantes para o currículo escolar.

Ainda, em se tratando das relações linguísticas entre Brasil-Argentina, as medidas que estabelecem o amplo ensino de português nas escolas argentinas vão ao encontro de uma demanda criada pela forte entrada econômica do Brasil no país, desde a criação do Mercosul. Esse avanço econômico já havia ocasionando, como explica Oliveira (2010), uma mudança espontânea no mercado de línguas da Argentina, em que professores de italiano e de francês começaram a se “reciclar” para se tornarem professores de português. O reposicionamento

dalíngua portuguesa na Argentina acompanha, portanto, a projeção econômica brasileira na região platina e, no mundo, na sua condição de sexta potência econômica mundial.

Assim, a inserção dessas línguas nos sistemas de ensino dos dois países é motivada pelo propósito de integração regional, mas é amparada por uma demanda econômica proveniente de ambos os países. Na visão de Arnoux (2012, [sp]), no entanto, a obrigatoriedade do ensino do português na Argentina e do espanhol no Brasil têm um aspecto discutível: “se trata de una oferta obligatoria que deben hacer las escuelas secundarias de los dos países pero que, al mismo tiempo, es optativa para los alumnos; esto último plantea una serie de dificultades”. Entre elas, pode-se citar o desinteresse do alunado pelo aprendizado dessas línguas, já que a inserção do espanhol e do português no sistema de ensino dos dois países não é acompanhada pela conscientização social sobre a importância da integração regional, nem por políticas de difusão cultural, que poderiam ser realizadas através de produtos midiáticos nas referidas línguas, pontua a autora. E do ponto de vista da economia, acrescenta, o inglês ainda figura como alternativa mais interessante. Soma-se a isso, o imaginário social sobre as línguas espanhola e portuguesa, que, como relatado no Tópico 1.2, envolve a ideia de semelhança e facilidade, surgindo como desmotivador para seu aprendizado.

No caso da relação Brasil-Uruguai, segundo Oliveira (2010), o novo status do português na Argentina e a entrada dessa língua no fluxo da produção econômica da América do Sul levaram a um reposicionamento da língua portuguesa do Brasil nesse país, bem como no Paraguai, na Venezuela e até na Colômbia. Na fronteira do Brasil com o Uruguai, ocorreu a implantação da licenciatura Português-Espanhol, na cidade de Bagé, e a de Relações Internacionais, em Santana do Livramento, ambas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a qual, também, disponibiliza vagas discentes para uruguaios fronteiriços em alguns de seus cursos de graduação. Outra iniciativa envolve o ensino técnico, em que, desde 2011, 50% das vagas do Curso Técnico Binacional em Informática para Internet, em Santana do Livramento, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL), são oferecidas para estudantes uruguaios fronteiriços, tendo como contrapartida a oferta de 50% das vagas para estudantes brasileiros fronteiriços no Curso Técnico Binacional em Controle Ambiental, da Universidade Tecnológica do Uruguai (UTU), em Rivera. Nessa dinâmica, pode-se incluir também o curso Bacharelado em Turismo Binacional da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), situado no município de Santa Vitória do Palmar, que oferece em torno de 15% das suas vagas para uruguaios.

Com o avanço das políticas linguísticas integrativas no Mercosul, passou a ganhar espaço institucional a discussão sobre a importância da língua guarani para o bloco, não só por sua oficialidade no Paraguai, mas também pelo que ela representa historicamente para a região platina, por ser autóctone e transbordar as fronteiras nacionais dos Estados. O guarani se posicionou como uma língua de integração regional no momento em que foi reconhecida pelo bloco como língua do Mercosul, ao lado do português e do espanhol, em 2006, conforme a Decisão do Conselho Mercado Comum, nº 36, a qual o fragmento seguinte reproduz literalmente:

EL CONSEJO DEL MERCADO COMÚN DECIDE

Art. 1 – Incorporar el Guaraní como uno de los idiomas del MERCOSUR;

Art. 2 – Los idiomas de trabajo en el MERCOSUR serán los idiomas oficiales establecidos en el Artículo 46 del Protocolo de Ouro Preto.

Se, por um lado, essa decisão inclui o guarani como língua do Mercosul, por outro, a excluiu condição de língua oficial e de trabalho. Para Melià (2007, [sp]), essa decisão é acertada: “Aparte de los sentimientos de frustración y despecho muy comprensibles por parte de ciertos ciudadanos, la resolución [do Mercosul] es bastante coherente con los hechos, ya que el mismo Estado paraguayo no usa la lengua guaraní como idioma de trabajo y es solo oficial en intención virtual”. Para o autor, o guarani poderá ser língua oficial do Mercosul a partir do momento em que experimentar um desenvolvimento específico em determinados campos lexicográficos, sobretudo, na criação de um discurso apropriado para a expressão de realidades políticas e sociais novas, para as quais a língua carece quase totalmente de antecedentes. Segundo Melià (2007, [sp]):

La cuestión es cómo promover a una oficialidad real una lengua que durante siglos ha sido marginada del Estado e incluso ha tenido al Estado en su contra, a pesar de declaraciones verbales insustanciales. Para ser lengua oficial tiene que ser efectivamente lengua de trabajo en todas las instancias del Estado, y esto no se improvisa. Un trabajo lingüístico en este sentido está por hacer.

Mesmo no Paraguai, onde é língua nacional e oficial, o guarani luta para manter-se firme diante da já consolidada língua espanhola e dos avanços da língua portuguesa sobre seu território, como reflexo da própria globalização. Sobre a difusão do português em terras paraguaias, segundo dados disponibilizados por Melià (2007), relativos ao Censo de 2002, existem 122 mil falantes de português no Paraguai, aproximadamente 2,5% da população. E, segundo Albuquerque (2006), a língua portuguesa exerce atração para as comunidades brasileira e paraguaias residentes no Paraguai, reafirmando a constatação de que as línguas dos países dominantes geralmente exercem fascínio em amplos setores da população das nações

subordinadas. A admiração de alguns paraguaios em relação ao português e o desprezo que vários imigrantes manifestam pela língua guarani, provavelmente, sejam derivados, na opinião do autor, da relação assimétrica de poder entre Brasil e Paraguai. Corroborando essa interpretação, em Villagra-Batoux (2002), encontramos os resultados de uma pesquisa que apontam que o domínio do português é considerado “muito necessário” pela população paraguaia.

Embora não tenha sido posicionada como língua oficial e de trabalho, o reconhecimento do guarani como língua do Mercosul contribuiu para a ampliação de sua visibilidade. Assim, em 2009, o Parlamento do Mercosul (PARLASUL)¹³, na Recomendação nº 01, aconselhou, declará-lo língua oficial do bloco, permitindo que se converta em língua de trabalho¹⁴ à semelhança do português e do espanhol. Também a Reunião nº 01 do Conselho Mercado Comum, em 2010, aconselhou a difusão, nessa língua, bem como nas línguas espanhola e portuguesa, de um *spot* televisivo elaborado junto ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Outro movimento de fortalecimento do guarani no âmbito do Mercosul teve lugar na Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA), que passou a oferecer, no primeiro semestre de 2012, essa língua como disciplina obrigatória para todos alunos do curso de Letras, Artes e Mediação Cultural, como relata a notícia do *site* institucional da referida universidade (A Luta... in UNILA, 2012).

Também encontramos uma crescente referência ao guarani e à diversidade linguística nas atas do Comitê Assessor de Políticas Linguísticas do Mercosul (CAPL)¹⁵. Em 2011, por exemplo, o referido comitê determinou a realização de um seminário de atualização para formadores de docentes de espanhol, português e, também, de guarani, como consta na ata nº 2, desse ano. Já seu plano de trabalho para 2011-2015, conforme esclarece a ata nº1 de 2010, estabeleceu como metas reconceitualizar o status das línguas no contexto regional para tratar da diversidade linguística e cultural no âmbito educacional; gestionar a diversidade linguística e cultural nos sistemas educativos dos países da região e sensibilizar a comunidade educativa à problemática da diversidade linguística e cultural.

Nesse sentido, como elemento comparativo, é interessante introduzir a questão da política linguística da União Europeia (UE), bloco regional com mais larga trajetória na gestão de

¹³Parlamento do Mercosul: instituição supranacional em fase de implantação, para a qual deverão ser eleitos representantes políticos em eleições diretas em todos os países-membro.

¹⁴Línguas oficiais se referem à tradução dos documentos; línguas de trabalho são aquelas usadas no âmbito das reuniões e tarefas do bloco (ARNOUX, 2012).

¹⁵ O Grupo de Trabalho e Políticas Linguísticas (GTPL), a partir de 2011, passou a nomear-se Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL), com o intuito de prestar assessoria transversal a todas as instâncias do Setor Educativo do Mercosul, ao qual o grupo se vincula.

línguas. Atualmente, estão presentes, na União Europeia, 23 línguas oficiais, além de 60 línguas minoritárias, segundo informações atualizadas do seu *site* institucional. Desde o tratado fundacional do bloco, o Tratado de Roma, de 1958, está estabelecido que as línguas oficiais e de trabalho da União serão as línguas dos Estados-membro, de modo a permitir a participação e o acesso dos cidadãos às decisões do bloco. Dentro da organização, conforme Siguan (2004), porém, a condição de igualdade prevista a todas as línguas como oficiais e de trabalho, se mantém para a tradução de documentos, mas não para o trabalho nas reuniões e demais tarefas internas, onde predomina o uso do inglês e do francês, seguidos pelo alemão e, com larga distância, pelo espanhol e italiano.

No que se refere à difusão das línguas oficiais na União Europeia, o bloco mantém programas educativos com objetivos linguísticos, com a meta de que cada cidadão europeu seja capaz de falar duas línguas, além da materna. São eles o programa *Comenius*, que se propõe melhorar a qualidade do ensino de nível primário e médio, com o reforço da dimensão europeia e com a promoção do ensino de línguas; o programa *Lingua*, dedicado especificamente ao ensino de línguas; o *Erasmus*, criado para fomentar a mobilidade internacional dos estudantes universitários e promover, desse modo, a aquisição de outras línguas; e o *Leonardo*, dirigido à formação profissional (SIGUAN, 2004). Para as línguas minoritárias, está em vigor, desde 1992, a Carta Europeia para as Línguas Minoritárias, que determina o que será entendido sob esse conceito na União Europeia, bem como se compromete a colaborar na sua preservação. Para isso, desenvolvem-se duas atividades diretamente: a realização de informes sobre a situação dessas línguas e a subvenção de uma entidade dedicada à publicação da condição dessas línguas e sua defesa (SIGUAN, 2004). No entanto, apesar dos esforços europeus pela pluralidade linguística, segundo Macedo, Dendrino e Gounari (2005), o que ocorre no continente, atualmente, é o predomínio do inglês, que funciona como língua franca.

O exemplo da União Europeia, embora não deva ser uma regra ao Mercosul, dadas às condições diferentes de cada bloco, é interessante porque oferece subsídios para a reflexão e gestão da situação linguística regional. Na medida em que o Mercosul incrementa suas instâncias participativas, como através da implementação do Parlamento e da Corte do Mercosul, bem como a circulação de pessoas pela região aumenta, também a ampliação de medidas de difusão das línguas no bloco deve ganhar amplitude, à semelhança do que ocorreu na Europa. No entanto, enquanto a perspectiva desta prevê, sobretudo, uma ideia de participação cidadã e de circulação de bens e pessoas, a gestão das línguas do Mercosul vêm acompanhada de uma significação que

remete à ideia de integração, isto é, recorre a um sentimento de proximidade, que está inscrito tanto na história comum dos países, quanto na história de contato entre suas línguas.

De todo modo, as integrações regionais, atualmente, tendem a valorizar o plurilinguismo originado dos diferentes Estados que as constituem, ao contrário das políticas linguísticas dos Estados nacionais, que, desde a ótica de outra época da história, almejavam o monolinguismo e projetaram a noção de língua nacional.

2.3 Português, espanhol e guarani como línguas nacionais.

Português, espanhol e guarani são línguas nacionais, para este estudo, na medida em que foram alçadas à condição de “línguas do povo” argentino, uruguaio, brasileiro e paraguaio. Na história ocidental, as “línguas do povo” foram usadas como um traço que, junto com outros, como etnia e religião, serviu para aglutinar e tornar perceptível a nação (HOBSBAWN, 2002). No entanto, para o autor, na cronologia dos acontecimentos, está primeiro a nação e depois a língua comum e (frequentemente) única, e não o contrário, como pretende o discurso nacionalista:

As línguas nacionais são sempre, portanto, construtos semiartificiais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebreu. São o oposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos – e o único problema nessa construção é a escolha do dialeto que será a base da língua homogeneizada e padronizada (HOBSBAWN, 2002, p 71).

Segundo Burke (2010), foi, sobretudo, a partir do século XVIII, que, na Europa, os vínculos entre língua e nação se tornaram cada vez mais estreitos, sendo possível identificar, nos relatos da época, um crescente número de exemplos da ideia de que a língua deveria se unir à tradicional trindade de “um rei, uma fé, uma lei”. Também, desse momento em diante, o Estado começou a se dedicar mais à gestão das línguas, preocupação anteriormente relacionada a escritores e acadêmicos (BURKE, 2010). Quando decidiu gestionar as línguas, o Estado elegeu uma língua entre as várias existentes na nação e promoveu sua padronização e difusão, sem, contudo, conseguir suprimir totalmente a diversidade linguística do seu território (BURKE, 2010).

A língua nacional é, portanto, uma língua parcial, da elite administrativa ou culta. Mesmo assim, os Estados lograram unir a nação em torno dela, pois, por menor que seja o número

daqueles que a usam, uma língua pode se tornar um elemento importante da coesão protonacional. Isso porque ela cria uma comunidade intercomunicante, aparenta mais fixidez e permanência por ser escrita e é difundida via educação pública e outros mecanismos administrativos (HOBSBAWN, 2002; ANDERSON, 2008). Desse modo, observa Hobsbawn (2002), o elemento controverso no nacionalismo da língua é a língua escrita ou a língua falada para fins públicos, ao passo que as línguas faladas dentro da esfera privada de comunicação não ensejam maiores problemas, mesmo quando coexistem com línguas públicas, já que cada uma ocupa seu próprio espaço.

Nesse sentido, deve-se considerar que, apesar de se apresentar como um problema de intercompreensão linguística e cultural, frequentemente, o nacionalismo linguístico se envolvia, na formação dos Estados nacionais europeus e platinos¹⁶, com disputas de poder, status e ideologia. Nas palavras de Hobsbawn (2002, p. 135), “de fato, a língua se tornou um exercício mais deliberado de engenharia social na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real, como o testemunham os vários movimentos para “nativizá-la” ou tornar seu vocabulário mais “verdadeiramente” nacional”. A nativização das línguas das metrópoles, bem como a promoção nacional das línguas nativas (as autóctones), foi uma preocupação presente entre as diversas ex-colônias lusas e espanholas, no momento da criação e consolidação de seus Estados nacionais, no século XIX, como mostram os estudos de Canale (2009) e Anderson (2008).

Apesar dos debates públicos fomentados na época, a maioria das jovens nações buscou criar unidade através da adoção e difusão de uma língua nacional única, a língua internacionalizada e gramatizada herdada da ex-metrópole, ou seja, o espanhol e o português. Para Anderson (2008), foi justamente o fato de partilhar com a metrópole uma língua (e também uma religião e uma cultura) que possibilitou as primeiras criações das imagens nacionais nos países latino-americanos. No Paraguai, a tradição jesuítica setecentista permitiu que uma língua nativa se tornasse uma língua de alcance nacional, mas, de um modo geral, o guarani não foi capaz de conferir profundidade histórica à nacionalidade, pois praticamente todos os habitantes locais tinham ligações institucionais, por escolas, jornais, rotinas administrativas, com línguas europeias, e não com indígenas (ANDERSON, 2008). Segundo Canale (2009), uma das tarefas do nacionalismo linguístico foi produzir normas-padrão para uma língua nacional capaz de

¹⁶ Embora haja controvérsias sobre as datas de independência desses países, em geral, estipula-se: Argentina, 1810; Uruguai, entre 1810 e 1828; Paraguai, 1811; Brasil, 1822.

sufocar as línguas regionais. Entre as funções da língua padronizada estiveram a unificadora (fazer dos sujeitos uma comunidade linguística com um sentido de identificação do grupo) e a separatista (diferenciar de outros grupos) (CANALE, 2009).

Dois movimentos conduzidos pelas administrações coloniais e, em seguida, pelos governos nacionais recém-formados foram importantes para a difusão e consolidação das línguas portuguesa e espanhola no território platino: 1) as políticas linguísticas dos Estados nacionais, bem como 2) a produção e circulação do conhecimento linguístico em cada um desses Estados. As orientações linguísticas adotadas nesse período inicial tiveram impacto decisivo sobre o futuro das línguas nos países da bacia do Rio da Prata, com particular efeito sobre as áreas fronteiriças que, desde uma periferia multilíngue luso-hispano-guarani, deviam acompanhar as decisões dos centros coloniais e nacionais.

2.3.1 As políticas linguísticas dos Estados nacionais.

Na história brasileira, teve relevância significativa na promoção da língua portuguesa no território nacional um acontecimento político-linguístico que data ainda do período colonial (1755), chamado de Diretório dos Índios. Nele, explica Mariani (2004), o uso do tupi jesuítico, muito difundido na colônia, foi proibido em benefício do português, que deveria ser falado, ensinado e escrito nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte. Com isso, o Brasil deu os primeiros passos na política monolíngue que caracterizou sua transformação em Estado nacional. Tanto na independência, em 1822, quanto na proclamação da República, em 1889, a língua de Portugal foi entendida pelos dirigentes estatais como a língua representativa da nação, conceito que abafou a presença das línguas indígenas, africanas, de imigração e de fronteira no universo público brasileiro pelas décadas seguintes. Ou seja, do Império (passando pela República Velha, pelo Estado Novo, pela redemocratização) à Ditadura Militar, predominou nas Cartas Magnas do Brasil, o ideal de unidade linguística, que só foi questionado com a chamada Constituição Democrática, de 1988, que atentou, finalmente, para a diversidade das línguas do país, como mostra Fiorin (2008a).

Esse autor também recupera a presença do português nas Constituições Nacionais brasileiras: a língua portuguesa foi consagrada como oficial na de 1823; deixou de ser mencionada na de 1824 (outorgada por D. Pedro I) e na de 1891 (a republicana); voltou a ser citada na de 1934 (a polaca de Getúlio Vargas) como língua obrigatória nos estabelecimentos de

ensino; não foi citada na de 1937 (que instituiu o Estado Novo); na de 1946 foi alvo da instituição de uma comissão que definiria o nome da língua nacional; na de 1967 (a da ditadura militar) foi referida como língua nacional obrigatória para o ensino e o alistamento militar; e na de 1988 (a democrática) é apontada como língua oficial do Brasil em meio à diversidade das línguas indígenas que também compõem a nação.

Apesar da ausência da temática da língua na Constituição Federal de 1937, Getúlio Vargas, no ano seguinte, iniciou uma forte campanha pela nacionalização da educação, em cujas medidas incluíam-se, além da interiorização da rede pública, o uso obrigatório do português no ensino e a exigência de brasileiros natos para a direção das escolas rurais (PAYER, 2009; FERIGOLO, 2009). A continuidade dessa proposta está representada no Rio Grande do Sul pelas “brizoletas”, modestas escolas rurais construídas entre os anos de 1959 e 1963 por Leonel Brizola, herdeiro político de Vargas, com a intenção de erradicar o analfabetismo no estado (QUADROS, 2001). As brizoletas alcançaram as fronteiras do Rio Grande do Sul, notadamente rurais, e ajudaram a projetar a língua portuguesa com mais força nessa área, por meio do sistema de ensino.

As determinações legais sobre a língua na educação, especialmente em áreas rurais, na Era Vargas¹⁷, tiveram como objetivo principal não o combate à língua espanhola nas fronteiras internacionais do Brasil, mas sim o propósito de nacionalizar os imigrantes, que foi reforçado no contexto das guerras, em que estes, sobretudo, os italianos, alemães e japoneses tornaram-se potenciais inimigos da nação (PAYER, 2009). Outra razão que leva a crer que a língua espanhola não era o alvo central das medidas desse período são os acordos firmados entre os governos brasileiro e argentino, ao longo da década de 1930, permitindo a criação de instituições para a difusão da cultura de um país no outro, a convocação de intelectuais e especialistas em diversas áreas para intercâmbios e a promoção de outros projetos de aproximação (CANTEROS, 2010), como a construção da primeira ponte unindo Brasil e Argentina, entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres, em 1943. Mesmo assim, a política linguística da Era Vargas, ao referir-se genericamente a línguas estrangeiras, não excluía o espanhol das suas medidas de aporuguesamento, o que pode ter surtido significativo efeito sobre a imprensa da zona fronteira gaúcha que, nesse período da história, segundo Dornelles (2004), já contava com diversos jornais em circulação.

Na trajetória histórica da consolidação da nação, esta foi inscrita em uma condição linguisticamente unitária e homogênea, de modo que o português foi alçado à categoria de língua

¹⁷ Corresponde ao período ininterrupto em que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil (1930-1945).

oficial e nacional e, muito frequentemente, entendido como língua materna de toda a população do país. Assim, hoje, se observa uma tripla sobreposição (nacional-oficial-materna) no imaginário social brasileiro. Segundo Mariani (2009, p.4):

A configuração histórica e política do Brasil como nação institucionalizou a língua portuguesa como língua nacional e oficial, tornando-a hegemônica, sobretudo nos grandes centros urbanos e disseminando-a na região rural (...). Assim, se durante décadas concluiu-se a favor de uma homogeneidade lingüística no Brasil, nos dias de hoje coloca-se em discussão o fato de que o Brasil é um país multilíngue.

O plurilinguismo do Brasil é defendido por diversos linguistas, entre eles Oliveira (2007), que alerta para o fato de que, no país, atualmente, são faladas 210 línguas, das quais 180 são de nações indígenas e 30 de comunidades de imigrantes. O Censo de 2010 conferiu mais precisão ao montante das línguas indígenas faladas no Brasil: trata-se de 274 línguas, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CENSO 2010: POPULAÇÃO INDÍGENA É DE..., 2012). Apesar de ter sido a primeira da história do país a mencionar a pluralidade lingüística, na Constituição Federal de 1988, como observa Fiorin (2008a), nem as línguas de imigração (que até hoje constituem a língua materna de muitos brasileiros), nem as línguas africanas (preservadas nos cultos e no léxico incorporado ao português), nem a língua espanhola (largamente falada e mesclada ao português nas regiões de fronteira internacional do Brasil), são citadas como componentes desse plurilinguismo. Desse modo, a Constituição cita apenas as línguas que julga necessárias de proteção pelo argumento da unidade (o português é a língua da nação) e da origem (as indígenas são nativas).

Na Argentina e no Uruguai, o valor da língua espanhola como elemento identitário da nação foi igualmente importante, sendo traduzido, sobretudo, nas políticas lingüísticas aplicadas à educação. A situação da Argentina pós-independência era a de um país que recebia enormes contingentes de migrantes europeus, especialmente de italianos. Nesse momento, a língua foi um dos pontos da discussão sobre a busca da identidade do novo país. Havia, na intelectualidade do período, os adeptos à adoção de uma língua indígena, que ajudasse a cortar os vínculos com a ex-metrópole, e os favoráveis à manutenção da língua espanhola, que facilitaria a inserção do país no comércio internacional agropecuário (PROLO; TAPIA-KWIECIEN, 2009). “Mientras [Andrés] Bello sostenía que había que seguir a pie juntillas a los españoles, [Domingo Faustino] Sarmiento pugnaba por la imposición de nuestra propia lengua con espíritu independentista y con una real conciencia lingüística” (LABRAÑA; SEBASTIAN, 2004).

Tendo-se decidido pela língua espanhola, o Estado argentino buscou promover a identidade nacional por meio de políticas lingüísticas que deram exclusividade a essa língua

edeixaram de lado o aporte africano, indígena e migratório (CARULLO E MARCHIARO, 2009). Os autores calculam que a força dessas políticas fez com que, até 1920, a situação plurilíngue da Argentina praticamente deixasse de existir. Essas políticas estiveram calcadas, especialmente, no amplo sistema educacional público e laico do país, cuja expansão se deu ainda na segunda metade do século XIX. Pela escolarização em massa, buscou-se construir uma identidade nacional, usando a língua espanhola como aglutinadora dos diferentes elementos culturais que compunham a nação (PROLO; TAPIA-KWIECIEN, 2009). Como resultado, hoje, segundo Barei (2009), 95% da população argentina tem como língua materna o espanhol.

O Uruguai, no seu percurso de consolidação como nação, se caracterizou pela escassez de políticas linguísticas estatais (BROVETTO, 2010). Essa escassez permitiu, por algum tempo, que o Norte do país se constituísse como uma área de fala portuguesa. Segundo a autora (2010), mesmo estando a língua espanhola ameaçada pela intensa imigração europeia que ocorreu entre 1860 e 1920, apenas em 1887, foi aprovado o Reglamento de la Instrucción Pública, que consagrava a educação generalizada, laica, gratuita, obrigatória e em língua nacional (espanhola). Embora aprovado em 1887, o sistema alcançou a fronteira Norte apenas por volta de 1920 (BROVETTO, 2010). Quando implantado, explica a autora, foi o principal mecanismo de regulação linguística da área, mas funcionando ainda de maneira débil, pois, até então, o restante do país tampouco havia sido organizado na questão educativa. A característica bilíngue da fronteira com o Brasil, tratada como el mal fronterizo pelo governo uruguaio, fez com que, até a metade do século XX, todos os falantes de português do Norte fossem educados como os hispano-falantes do Sul, com proibição expressa de usar o português. Conforme Brovetto (2010), até hoje, o papel tradicional da escola local tem sido o de reforçar e promover o uso do espanhol e de corrigir as falas incorretas típicas da área.

Atualmente, a fronteira uruguaia com o Brasil é considerada bilíngue, com presença do espanhol e do português do Uruguai (BROVETTO, 2010). A autora usa a expressão “português do Uruguai” porque a história da zona fronteira indica que a presença do português nessa região não se explica por um avanço dessa língua desde o Brasil, mas que se trata de uma língua de herança colonial portuguesa. A esse dialeto chamou-se Dialecto Portugués del Uruguay (DPU). O entendimento de que o português é uma língua uruguaia orientou a recente Ley General de Educación (nº 18437/2009), que inclui uma breve, mas densa, referência a questões linguísticas (BROVETTO, 2010). A lei reconhece, conforme a autora, a condição heterogênea em matéria linguística da sociedade uruguaia e passa a integrá-la aos propósitos da educação, com o ensino

bilíngue português-espanhol por professores uruguaios nas escolas uruguaias. Também menciona o português como língua materna dos habitantes uruguaios (BROVETTO, 2010). No entanto, ressalta, não o menciona como língua nacional ou oficial; ao passo que o espanhol, este sim, é tratado em tais documentos como língua nacional e, por seu uso nos documentos do Estado, também é entendido como oficial.

A história da nacionalização do português e do espanhol nos países do Prata é também a história da marginalização e da resistência do guarani. Enquanto o tupi ingressou em uma paulatina decadência até sua quase desaparecimento (exceto um ramo, o *ñe'ẽngatu* da Amazônia), de um modo geral, o guarani adquiriu uma fortaleza notável no que hoje é o Paraguai e as zonas colíndreas dos países vizinhos: Nordeste argentino, Sul boliviano e Sudoeste brasileiro (MELIÀ et al, 2008). Ou seja, o guarani foi transformando-se em uma das principais línguas fronteiriças da região do Prata. Apesar de sua presença em pelo menos cinco países da América do Sul e do seu reconhecimento como língua autóctone das nações, apenas no Paraguai, o guarani atingiu o patamar da oficialização, em 1992, esclarece o autor.

Melià (1988) explica que o que genericamente chamamos de língua guarani teve, desde o princípio da era colonial, diversas realizações dialetais diferentes. Na história da região do Rio da Prata, segundo o autor, podem-se identificar pelo menos três realizações distintas do guarani, conforme as posições que essa língua ocupava na estrutura social do país em formação: o guarani das florestas, dos colonos e o das missões jesuíticas. Rodriguez-Alcalá [20--] menciona ainda um quarto guarani, o dos índios administrados pelos franciscanos ou pelo clero secular. O guarani das florestas é o dos povos que retardaram o contato com o colonizador, se refugiando na mata (MELIÀ, 1988); “El guaraní de los colonos había dejado de ser una lengua indígena, y por otra parte no llegaba a recubrir todos los campos de la comunicación social; el guaraní colonial había perdido la batalla de la administración y de la cultura” (MELIÀ, 1988, p. 42); o guarani das missões jesuíticas, segundo esse mesmo autor, foi uma língua literária desde o princípio, sem dicotomias nas áreas semânticas. Já o guarani dos franciscanos e do clero foi o dos primeiros trabalhos gramaticais e traduções nessa língua (RODRIGUEZ-ALCALÁ, [20--]).

As principais investidas contra a língua guarani que, no período colonial, se estendia desde o litoral de Santa Catarina, ao longo do Rio Paraguai, Paraná, Apa e Miranda, chegando até o Chaco boliviano (BRAND; SOUSA; GUIMARÃES, [20--]), ocorreram a partir da nacionalização das ex-colônias espanholas e portuguesas. Uma das medidas danosas à língua foi o próprio estabelecimento das fronteiras geopolíticas entre os Estados. Os novos países

instituíram limites que separavam povos guarani de um mesmo grupo, como os Pãi Tavyterã, no Paraguai, que são, originalmente, os mesmos que os Kaiowá, no Brasil, como exemplificam Melià et al, em seu Caderno e Mapa sobre os povos guarani, de 2008. Para os autores do estudo, sem dúvida, as fronteiras políticas dos Estados nacionais têm provocado, atualmente, fortes diferenças culturais, políticas, religiosas e linguísticas entre os povos de fala guarani dispersos pelos países platinos (ver Figura 6).

Outra medida lesiva à língua guarani foi a implementação de aparatos estatais em torno do português e do espanhol no ensino, na administração e na comunicação social dos países do Prata. Mesmo no Paraguai, para atingir o grau de oficial, o guarani passou por uma longa trajetória de resistência (MELIÀ, 1988). Segundo o autor, já em 1812, a Junta de Gobierno instruiu os professores de que a língua da sala de aula deveria ser o castelhano, e de que o guarani deveria ser eliminado. Mesmo que, durante a Guerra do Paraguai, o guarani tenha sido usado na imprensa e nas comunicações militares como modo de ludibriar o inimigo e como elemento de coesão nacional (FERNANDEZ, 2002; ZAJÍKOVÁ, 2009), na constituinte pós-guerra, houve um rechaço total de que as discussões pudessem ser em língua guarani (MELIÀ, 1988). Na Guerra do Chaco, novamente, o guarani ocupou a mesma função tática e coesiva (FERNANDEZ, 2002; ZAJÍKOVÁ, 2009), o que igualmente não resultou em atenção a essa língua pelos estadistas paraguaios, após a guerra¹⁸.

Apenas em 1967, foi reconhecida a existência do guarani pela Constituição Nacional do Paraguai, ainda que a língua oficial seguisse sendo o espanhol (FERNANDEZ, 2002). Na década de 1970, o país começou a discutir a questão do bilinguismo, até então ignorada, quando se viu diante de um impasse no sistema educativo: 25% dos alunos que chegavam à escola repetiam por falta de base (“no tuvo base”), que era, na ampla maioria dos casos, base linguística (MELIÀ, 1988). Com a redemocratização do país, em 1989, e a Constituição Nacional dela resultante, o guarani foi posicionado, ao lado do espanhol, como língua oficial do Paraguai, em 1992 (FERNANDEZ, 2002). Em 1994, uma reforma educacional instituiu a educação bilíngue obrigatória nos nove anos da educação básica, em todo o território nacional paraguaio (VILLAGRA-BATOUX, 2002; RODRIGUEZ-ZUCOLILLO, 2000), sendo o direito à educação em língua materna reafirmado pela Ley de Lenguas (nº 4251) do Paraguai, em 2010.

¹⁸As duas guerras em que o Paraguai se envolveu foram a 1) Guerra do Paraguai ou da Triple Alianza, envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, de 1865 a 1870, e a 2) Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, de 1932 a 1935.

Conforme o censo paraguaio de 2002, 58,2% da população do país é bilíngue guarani-castelhano; 27,8% é falante monolíngue de guarani; 11% é falante monolíngue de castelhano e 3% de outras línguas (ZAJÍKOVÁ, 2009). Além disso, segundo informações do *site* Linguamón, o guarani paraguaio é um fenômeno linguístico entendido e definido com, aproximadamente, 35 denominações pelos seus próprios falantes, o que inclui modos de falar resultantes do seu contatocom o espanhol e com o português: yopará (guarani-espanhol), tripará (guarani-espanhol-português), guarani comum, guarani culto, guarani de escola, guarani teeté, guaraniymaguaré, guaranieté, guarani-guarani, ñe'ẽindio, guaranhol, etc.

Contudo, nem a ampla difusão social da língua nem o reconhecimento do Estado paraguaio fizeram com o que o guarani alcançasse o mesmo status do espanhol, já que a língua guarani ainda é associada à oralidade, à informalidade e à ruralidade no país (MELIÀ, 1988; RODRIGUEZ- ZUCOLILLO, 2000). Como mostra Melià (2007, [sp]), o guarani é língua materna de 42,9% da população urbana e de 82,7% da população rural do Paraguai. Para o autor, “el hecho de que el país se haya tornado más urbano (no necesariamente más civilizado) en el último decenio sin duda afecta al desarrollo de las lenguas”, em favor do espanhol. Essa distribuição social da língua nos meios rural e urbano, como se verá noTópico 4.1, tem, também, influência sobre o uso de guarani e do espanhol pelos meios de comunicação do país.

Nesse sentido, para Melià(2007) e Zajíková (2009), ainda que a opção mais evidente no Paraguai pareça ser o bilinguismo, em realidade, a conjuntura atual conduz mais bem para a substituição do guarani pelo castelhano. Mesmo o fato de que, argumenta Melià (2007), a Constituição Nacional reconheça duas línguas oficiais (o castelhano e o guarani), ela não pôde assegurar o dever de falá-las e de delas fazer uso nas instâncias oficiais; e na prática nem sequer o direito de poder usá-las. Desse modo, o guarani não é língua de trabalho no âmbito social, tanto que está ausente do discurso jurídico, político e da administração pública (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2001).

2.3.2 A produção e circulação do conhecimento linguístico nos Estados nacionais.

Além das políticas linguísticas conduzidas pelos Estados, também tem impacto na difusão e consolidação das línguas nacionais a produção e circulação de um saber metalinguístico sobre elas. Nesse sentido, concordamos com Zoppi-Fontana e Diniz (2008), para quem a produção de um saber metalinguístico sobre a língua nacional está ligada à produção de efeitos imaginários sobre ela. A História das línguas, mas especialmente a História das Ideias Linguísticas (HIL),

mostram que houve diferenças na formulação das políticas de incentivo à produção e à circulação do conhecimento sobre as línguas portuguesa, espanhola e guarani nos diversos países platinos. Uma das principais foi a posição de autoria na produção de instrumentos linguísticos do português ocupada pelo Brasil, em comparação com a filiação dos países hispano-falantes à Real Academia Espanhola (RAE).

A posição de autoria do Brasil em relação ao português começou no período de 1850-1930, conforme delimitado por Guimarães (2007) e Orlandi e Guimarães (2001). Os autores explicam que esse foi o período inicial da autoria brasileira, quando começaram a ser publicadas gramáticas com especificidades lexicais, sintáticas e morfológicas típicas do português do Brasil. Também, segundo eles, nessa fase, foi criada a Academia Brasileira de Letras (ABL) e foram intensificados os debates públicos em torno das diferenças entre português brasileiro e lusitano. Para Orlandi (2002), a constituição da língua nacional do Brasil é um efeito construído, entre outros, pela história da gramatização brasileira, na qual a língua de Portugal, apesar de manter o nome de origem, se abasileirava, no léxico, na ortografia e na sintaxe, e se popularizava através de cursos preparatórios, antologias e debates na imprensa.

A partir daí, com as garantias já dadas pela existência de nosso próprio Estado, com nossa língua (...) o espaço de sua validade, de sua legitimidade, deslocou-se do território português, politicamente, para o brasileiro, outro país, outro Estado, outra história, outro desenho cultural (ORLANDI, 2002, p. 161).

Já nos países de fala espanhola, a eficiente atuação da Real Academia, com um trabalho colaborativo, que incluía a incorporação de membros hispano-americanos e a fundação de filiais na América, garantiu a centralidade da Espanha na gestão da língua em suas ex-colônias (LÓPEZ-MORALES, 1998; CANALE, 2009). Essa forma de organização adotada pela RAE resultou em uma política de gestão compartilhada da língua, por meio de uma rede de academias nacionais, na consideração das distintas expressões da língua espanhola e na participação de estudiosos de vários países na produção de instrumentos linguísticos do espanhol (ARNOUX, 2007).

Criada em 1713, a Real Academia Espanhola já gozava de legitimidade no momento da descolonização sul-americana, a ponto de, como diz López-Morales (1998), a independência das ex-colônias não ter afetado, nem mesmo levemente, a instituição. Segundo o autor, desde 1736, vocábulos hispano-americanos já estavam presentes nas obras da RAE. A Real Academia Espanhola iniciou a fundação de suas extensões americanas pela Academia Colombiana, em 1871, em um processo que se prolongou até 1985, quando se institucionalizou a Academia Norte-

Americana de língua espanhola (LÓPEZ-MORALES, 1998; CANALE, 2009). As academias paraguaia, argentina e uruguaia estão entre as de implantação mais tardia: 1927, 1931 e 1943, respectivamente, pontuam os autores.

O guarani, por sua vez, apesar de ter conhecido uma gramatização muito precoce devido aos trabalhos dos franciscanos e jesuítas (RODRIGUEZ-ALCALÁ [20--]; FERNANDEZ, 2002), mostra grandes oscilações na sua trajetória política, no que diz respeito à produção e circulação de conhecimentos sobre a língua, bem como ao seu posicionamento na sociedade. Em comparação com outras línguas indígenas sul-americanas, certamente, a rápida conversão do guarani para a modalidade escrita contribuiu, junto a outros fatores conjunturais, para sua resistência histórica e para seu reconhecimento atual. Segundo Fernandez (2002), já em 1583, o Concílio de Lima autorizou a tradução ao guarani do Catecismo Breve para Rudos y Ocupados e, em 1603, as Ordenanzas de Asunción foram traduzidas ao guarani para que tivessem maior alcance popular. Os jesuítas seguiram esse trabalho gramatical e realizaram inúmeras traduções de textos religiosos (RODRIGUEZ-ALCALÁ, [20--]), imprimindo essas obras naquelas que foram as primeiras impressas (gráficas) do Rio da Prata, instaladas nas reduções de Santa María la Mayor, San Javier e Loreto (FERNANDEZ, 2002).

Por outro lado, a precoce produção de instrumentos linguísticos em guarani não garantiu que a língua atingisse um grau de aperfeiçoamento do seu *corpus* suficiente para as demandas modernas. Sua instabilidade gramatical e lexicográfica, na opinião de Melià (2007, [sp]), joga contra o guarani, na sua condição de língua nacional. Para o autor, mesmo com a criação da Academia da Língua Guarani, persistem as apreensões sobre a capacidade de seus eventuais membros, diante da difícil tarefa de normatização que terão de assumir.

A Academia da Língua Guarani mencionada pelo autor em 2007, teve sua criação assegurada, em 2010, pela Ley de Lenguas paraguaia (nº4251/2010), que a definiu como uma entidade sem fins lucrativos, que será mantida pelo governo nacional e gerenciada por sua Secretaria de Política Linguística. Segundo o texto da lei, a Academia estará integrada pelos mais destacados expoentes dos âmbitos linguístico, literário e pedagógico da língua guarani. Entre suas competências estará a de, justamente, estabelecer uma norma para a língua guarani em seus aspectos ortográfico, lexicológico, terminológico, gramatical e discursivo, bem como a de publicar os dicionários e gramáticas oficiais da língua. Como ressalta Rodriguez-Alcalá [20--], apesar do evidente mérito, a política de línguas que se está desenvolvendo para o guarani no

Paraguai não legitima a língua da maioria, o jopará¹⁹, que é considerada uma deturpação a ser erradicada, em nome de um guarani puro.

Um último ponto a salientar na questão da nacionalização do português, do espanhol e do guarani nos países platinos é o papel que a imprensa ocupou nos debates sobre a produção linguística e sobre as políticas estatais para as línguas, afirmando-se como um importante operador da circulação do conhecimento linguístico e das decisões políticas sobre as línguas na esfera nacional. O castelhano, por exemplo, foi matéria de discussão em jornais argentinos e chilenos, como o *La Nación* e o *El Mercurio*, que, por volta de 1850, serviram de palco para as divergentes opiniões de Domingo Faustino Sarmiento, Andrés Bello e Miguel de Unamuno sobre o futuro da língua espanhola na América, que seria o da fragmentação ou o da unidade (VELLEMAN, 2004). No Brasil, a mais destacada querela pública foi a discussão sobre a nomenclatura (português ou brasileiro) da língua, por volta da década de 1920 (CARNEIRO, 2003).

Ao longo do século XX, a imprensa seguiu dando atenção às discussões sobre a língua nacional, o que alcançava também os jornais fronteiriços, os quais, na década de 1970, debatiam a reforma ortográfica da língua portuguesa. Uma notícia extraída da *Folha de São Borja*, por exemplo, comenta a preocupação do linguista Celso Luft de que a recém-criada comissão para a reforma ortográfica privilegiasse mudanças que agradam aos eruditos, mas não atendem às necessidades do povo (Figura 5).

Ou seja, as discussões sobre a língua chegavam à fronteira como uma questão nacional e não local. Hoje, igualmente, os significados políticos das línguas, tal qual inscritos nos jornais locais, podem refletir um imaginário social sobre as línguas espanhola, portuguesa e guarani, como línguas de países específicos, não como línguas fronteiriças. Sendo assim, cabe entender como se dá o funcionamento dessas línguas como locais na fronteira platina.

¹⁹ De Jopara (Jopará, Yopará). “Jopará significa juntar ou mesclar o guarani com o espanhol. Alguns estudiosos da língua guarani denominam essa mistura gramatical e de entonação no ato da fala como a “terceira língua” do Paraguai (Melià, 1974)” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 18).

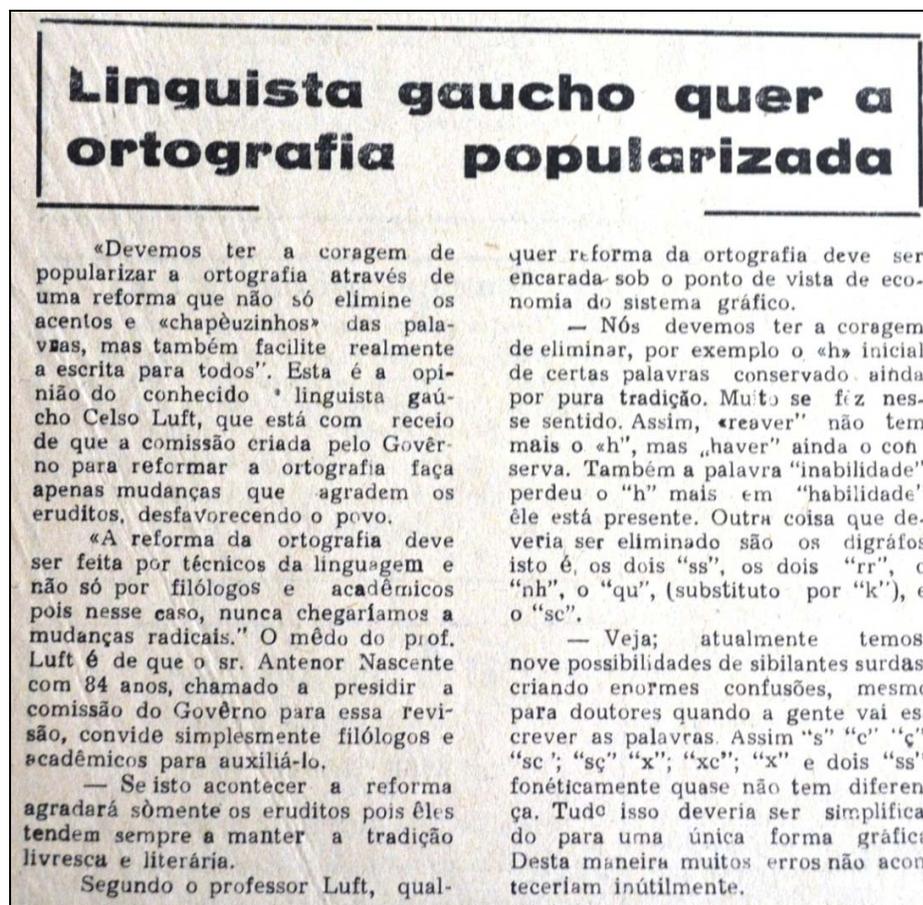


Figura 5- Debate sobre a língua na imprensa fronteiriça. Publicado na Folha de São Borja, São Borja, em 1970.

2.4 Português, guarani e espanhol como línguas locais-fronteiriças.

Português, espanhol e guarani são línguas locais, para este estudo, na medida em que são línguas presentes em um espaço sócio-geográfico restrito, em uma relação de proximidade com os sujeitos que o habitam. Como pontua Peruzzo (2003), o local carrega o sentido de um espaço determinado, de um lugar específico ou, até mesmo, de uma região, em que o sujeito se sente inserido e partilha sentidos com seus semelhantes. O local que aqui visualizamos é a fronteira, na rede de relações que está construída entre as cidades-gêmeas internacionais, bem como entre estas e outras cidadesfronteiriças vizinhas. Como locais, o português, o espanhol e o guarani constituem sentidos de língua materna e de língua segunda (bilinguajamento) ou, até mesmo, de línguas em contato, resultando no portunhol, no guaranhol e no portuguaranhol.

Como vimos descrevendo, as línguas de fronteira não integram o escasso rol da diversidade linguística da legislação brasileira, que refere apenas às línguas indígenas, além do português, em sua Constituição Federal. Nas leis argentinas, igualmente, encontramos a menção à língua oficial e às línguas dos povos originários na lei nº 26.522/2009. Apenas o Uruguai, recentemente, em 2006, reconheceu as línguas da fronteira Norte do país como maternas dos seus habitantes, em sua Ley General de Educación. Mesmo assim, a fronteira entre todos esses países, em um *continuum* que chega até terras paraguaias, apresenta diversificadas situações de contato e intercâmbio entre as línguas espanhola, portuguesa e guarani, bem como entre as diversas línguas de imigração que ajudaram a compor a matriz étnica local (STURZA, 2005).

Na fronteira Brasil-Uruguai-Argentina, no extremo Sul do estado do Rio Grande do Sul, argumenta Sturza (2005), o contato de línguas mais intenso e contínuo é o que se dá entre o português e o espanhol, embora haja na área a presença de outras etnias, como árabes, italianos e alemães. Devido à história de combate aos dialetos de base portuguesa do Norte do Uruguai (os DPUs), sobretudo no âmbito do ensino, segundo Behares (2010), atualmente, o português se encontra socialmente estratificado, com uma maior presença nos setores mais humildes e rurais da sociedade local. Por isso, é uma forma linguística estigmatizada, sem prestígio e considerada incorreta até mesmo por seus próprios falantes. O espanhol, por sua vez, é a língua das classes médias e altas urbanizadas, explica o autor.

A estigmatização do português uruguaio é resultado, segundo Brovetto (2010), de um movimento que iniciou no último quarto do século XIX, contra a presença brasileira nos territórios de fronteira. “Los portugueses habían sido los primeros pobladores de la región y buena parte de las tierras fronterizas seguían habitadas por brasileños. También eran brasileños el idioma, la educación y el sistema jurídico (BROVETTO, 2010, p. 19). Para reverter essa situação, o governo uruguaio consagrou o espanhol como língua de ensino em todo o território nacional, em um sistema obrigatório e gratuito, implantado em 1877. Nesse momento, a prioridade foi a fronteira, embora a lei tenha contribuído para nacionalizar também os imigrantes europeus que se instalavam no país nessa época. Durante a ditadura militar (1973-1985), segundo Brovetto (2010), o português fronteiriço voltou a ser o centro das atenções do governo, que implantou três campanhas idiomáticas, uma de combate ao português, outra de defesa do espanhol padrão e outra de alfabetização. Essa segunda campanha foi vivenciada, portanto, pelos fronteiriços que hoje possuem cerca de 50 anos de idade.

No entanto, essa condição estigmatizada do português vem sendo combatida por dois movimentos atuais que estão contribuindo para ampliar sua presença na área: o reconhecimento do português como uma das línguas maternas do povo do Uruguai, com efeitos sobre o sistema de ensino nacional, e a definição do português como uma das línguas oficiais do Mercosul, que a inclui nos programas de difusão das línguas do bloco. Isso resultou em duas propostas políticas de promoção do bilinguismo português-espanhol na região Norte do Uruguai: 1) o ensino bilíngue português-espanhol, por professores uruguaios e 2) o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira, em que crianças uruguaias têm aulas em português com docentes brasileiros (BROVETTO, 2010). Apesar de ambos os programas favorecerem o bilinguismo português-espanhol na área, atuando sobre o ensino fundamental, a língua portuguesa tem significados diferentes em cada um deles: no primeiro, o português é significado como língua materna da população do Uruguai e local da fronteira; no segundo, o português assume sentidos de língua de integração regional no Mercosul.

No lado brasileiro da fronteira com o Uruguai, segundo Behares (2010), o português é língua de uso geral, ainda que marcado com características gaúchas e outras de fronteira que, entre seus espaços, apresenta alguma influência do espanhol, principalmente no léxico e na fonologia. Se, para uruguaios, o português é uma língua materna estigmatizada, para os brasileiros, o espanhol, embora conhecido e presente nas interações sociais, continua sendo uma língua estrangeira (BEHARES, 2010). Esses dados podem ser elucidativos para entender a circulação das línguas nos jornais da fronteira brasileira com o Uruguai, pois, uma primeira impressão é de que jornais em língua portuguesa seriam suficientes para atender tanto o público brasileiro quanto o uruguaio, devido à presença dos DPUs na área, tendo o português um status elevado nesse contexto. Contudo, a estigmatização do português no Uruguai pelas classes mais altas e escolarizadas pode levar os jornais a enunciar em língua espanhola, atendendo aos anseios de seu público consumidor típico, que vivenciou as campanhas mais recentes de combate ao português.

A fronteira Brasil-Argentina também apresenta áreas de intenso contato português e espanhol, nas províncias de Misiones e Corrientes, na Argentina, devido a um contingente significativo de brasileiros, que contribuíram para fortalecer a presença da língua portuguesa nas comunidades da zona fronteira (STURZA, 2005). Na província de Misiones, conforme Lipski [201-], o português é falado como língua nativa ou quase nativa entre amplos setores da população, ao lado de um rico mosaico de línguas de imigração, a ponto de o autor designar o

conjunto de falares de base portuguesa da província como “Dialectos Portugueses de Misiones” (LIPSKI, 2011). Segundo o autor [201-, sp]:

En una amplia franja oriental de la provincia, que se extiende desde las comunidades fronterizas hasta casi el centro de la provincia, también se habla el portugués como lengua nativa entre amplios sectores de la población rural. El portugués como segunda lengua circula en grado menor en las mismas comunidades, principalmente entre personas que mantienen vínculos comerciales con Brasil o que tienen contacto diario con obreros hablantes de portugués.

A fala do português como língua materna ou como segunda língua é reforçada, na fronteira Brasil-Argentina, pela forte penetração dos meios de comunicação brasileiros, sobretudo do rádio e da televisão, uma vez que a maioria dos lares recebe somente canais brasileiros e é afeita à sua programação noticiosa, ficcional e infantil (LIPSKI, [201-]; ZAMBORAIN; BENGOCHEA; SARTORI, [20--]). Mesmo assim, o bilinguismo espanhol-português ainda não é bem aceito, especialmente no âmbito escolar, no qual, até há poucos anos, era proibido falar português, tanto no horário de aula quanto no de intervalo, conforme apontam esses autores. Lipski [201-] identificou que, embora atualmente a política educativa não permita a exclusão das línguas maternas no ambiente escolar, muitos professores da província de Misiones rejeitam a língua portuguesa, por outras duas razões: por atribuírem ao seu uso muitas das dificuldades acadêmicas do alunado e por considerarem que falar português em solo argentino soa antipatriótico, uma vez que a língua portuguesa é associada ao Brasil e popularmente chamada de “brasileiro”. Essa situação de estigmatização está começando a mudar com o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira, segundo Lipski [201-] e Zamborain, Bengochea e Sartori [20--].

Na fronteira Brasil-Argentina, além do contato linguístico português-espanhol, também tem relevância a presença do guarani. Sturza (2005) afirma que o guarani tem um valor étnico e identitário frente a outras línguas, como a dos imigrantes e a do Estado, nessa área. A província de Corrientes, por exemplo, em 2004, sancionou uma lei (nº 5598/2004) que declara o guarani língua oficial alternativa da província (ZAMBORAIN; BENGOCHEA; SARTORI, [20--]). Também, explicam os autores, as políticas de Estado usam o guarani como símbolo da identidade correntina, de modo que essa significação permeia os discursos oficiais locais.

Por outro lado, esses mesmos autores, comparando outros estudos sobre a realidade linguística correntina com o seu próprio, verificaram que, apesar da lei e da propaganda estatal, nessa área predomina um discurso de proibição de uso do guarani, que faz com que seus falantes neguem o domínio dessa língua. Também, enfatizam, as políticas anteriores consideraram o

bilinguismo espanhol-guarani incorreto, fazendo com que muitos pais não transmitissem a língua a seus filhos. No entanto, existem zonas de fala predominantemente guarani, em geral, mais afastadas das cidades. Além disso, o guarani é majoritariamente falado por pessoas de baixo poder aquisitivo, motivo pelo qual há setores que resistem a associar o guarani à identidade correntina (ZAMBORAIN; BENGOCHEA; SARTORI, [20--]). Em Misiones, o guarani também é língua materna de certa parte da população, embora, nessa província, ela possua menos destaque social que em Corrientes, por dividir espaço com línguas maternas de grupos étnicos de outras origens, como poloneses, ucranianos e alemães (LIPSKI, [201-]).

Segundo dados da Linguamón, a língua guarani está presente no Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil, totalizando mais de cinco milhões falantes, distribuídos em sete dialetos, dos quais o mais numeroso é o guarani paraguaio, falado por cerca de cinco milhões de pessoas no Paraguai; por aproximadamente um milhão na Argentina; e por cerca de cinco mil no Brasil. A Figura 6 mostra a extensão territorial de abrangência dos povos guarani (e também da língua) no período colonial platino e no período atual. O retângulo assinala que, atualmente, os guarani constituem povos situados, notadamente, na fronteira entre países, tendo a língua um alcance um pouco maior, devido ao guarani paraguaio.

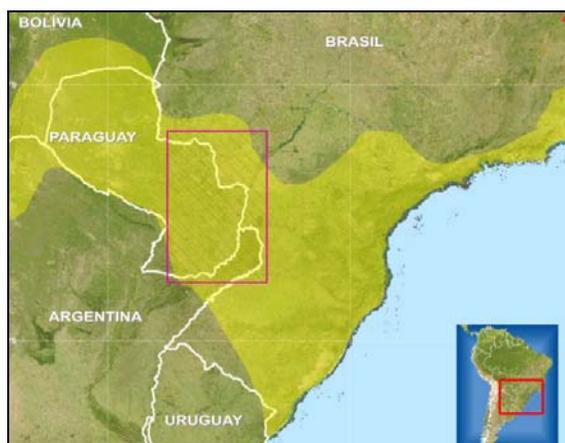


Figura 6- Antiga e atual área habitada por povos e línguas guarani na América do Sul. Fonte: Mapa Guarani Retã (Melià et al, 2008).

Se, por um lado, apenas no Paraguai o guarani tem o estatuto de nacional e oficial; por outro, essa língua possui o reconhecimento de alguns países, como o Brasil, onde o amparo a essa e a outras línguas autóctones concentra-se na educação primária bilíngue e intercultural (exclusivamente nas comunidades indígenas), conforme observa Eichenberger (2011). Além

disso, recentemente, algumas cidades brasileiras como, por exemplo, a de Tacurú, no Mato Grosso do Sul, co-oficializaram o guarani (EICHENBERGER, 2011). Na Argentina, como resultado das reivindicações das organizações indígenas desde a década de 1980, o Estado nacional e as províncias têm desenvolvido programas de educação intercultural bilíngue em comunidades indígenas, com o objetivo não só de conservar a língua autóctone, como também de facilitar a integração na sociedade através da alfabetização em língua materna (UNAMUNO, 2011). Apenas no Uruguai não existe o reconhecimento nem da língua, nem da herança das populações guaranis, embora estudos, como os de Haberkorn (2004), mostrem que o país foi amplamente povoado por índios guaranis missioneiros, que, por sua vivência nas reduções, rapidamente se incorporaram à sociedade uruguaia.

Na medida em que nos aproximamos da fronteira Brasil-Paraguai, o guarani, o português e o espanhol tomam parte em um conflito entre fazendeiros brasileiros e camponeses paraguaios²⁰. A projeção brasileira sobre a fronteira paraguaia, explica Albuquerque (2009), está presente não só no poder econômico e político dos produtores rurais que cultivam as terras locais, mas também da significativa influência cultural que exercem, através da religião, da música, das danças, das tradições e da culinária. Os meios de comunicação, principalmente os canais de televisão brasileiros, mais potentes e modernos que os paraguaios, captados pelas antenas parabólicas, vêm reforçando a presença do português nessas áreas, nos últimos 20 anos (ALBUQUERQUE, 2009). Segundo dados do censo paraguaio de 2002, 7,2% da população do país fala português (ZAJÍKOVÁ, 2009). Embora os jovens e as crianças estudem espanhol e guarani, assim como história e geografia paraguaias na escola, muitas referências cotidianas são emitidas do Brasil via satélite, pontua o autor.

Nesse embate por terras e culturas, as línguas acabam atuando como fator determinante da identificação nacional de seus falantes, tendo em vista os significados que cada uma delas (português, espanhol e guarani) constitui nesse contexto. O guarani, de acordo com Albuquerque (2006) e Rodriguez-Alcalá [20--], é visto pela maioria dos paraguaios como a expressão máxima da nacionalidade e como o elemento cultural que singulariza esse povo no contexto do Mercosul. Mas, para determinados setores dominantes da sociedade paraguaia, a língua guarani é considerada de índio ou de camponês, em um discurso que remete à imagem que os espanhóis

²⁰Produtores rurais brasileiros têm ocupado, por meio de compra ou posse, e cultivado terras paraguaias próximas à fronteira com o Brasil desde a década de 1950, com intensificação nas de 1960 e 1970. O expansionismo do agronegócio brasileiro tem resultado em conflitos com setores camponeses indígenas, envolvendo, sobretudo, a posse da terra, mas também a destruição florestal e o uso de agrotóxicos, bem como a invasão cultural e linguística (ALBUQUERQUE, 2006, 2009).

tinham das línguas nativas, reforçado pela influência cultural que a Argentina exerce sobre as instituições de ensino e os meios de comunicação do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2006). Nesse contexto, nas palavras do autor (2006, p. 12),

...a identidade paraguaia dos imigrantes brasileiros só passa a ser reconhecida se estes já falarem fluentemente o guarani. Não é a cidadania o critério para o reconhecimento social, mas o domínio desse idioma nacional (...). A língua aparece como um importante critério para o reconhecimento nacional e como um fator de superação da identificação “racial”. Nesse ambiente de disputas e tentativas de legitimação de identidades nacionais, os imigrantes “brancos e loiros” são praticamente reconhecidos como nacionais se falarem o guarani.

Por outro lado, como mostra Albuquerque (2006, 2009), os contatos fronteiriços têm duplo efeito, o do conflito e o da integração. Nesse segundo ponto, o autor observa, na fronteira Brasil-Paraguai, a construção de uma sociedade mestiça e de cultura fronteiriça, fundamentada no portunhol (português e espanhol) e no portuguaranhol (português, guarani e espanhol). Essas línguas nascidas da mistura resultaram dos casamentos entre sujeitos de distintas nacionalidades, do nascimento de filhos mestiços entre brasileiros, com ascendência europeia, e paraguaios de origem indígena e espanhola (ALBUQUERQUE, 2009). Igualmente, segundo o autor (2006), os descendentes de brasileiros que frequentam a escola paraguaia aprendem as duas línguas nacionais do país.

Se, na fronteira brasiguiaia tanto o portunhol como o portuguaranhol são duas línguas características do contato e da confluência entre os povos de fala de portuguesa, guarani e espanhola, tal qual descrito por Albuquerque (2006, 2009), na fronteira Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai predomina o portunhol. Mesmo que frequentemente significado pela mídia, por estudantes ou professores da língua, por turistas ou migrantes brasileiros, a partir da ideia de deturpação ou de interlíngua (CELADA, 2002), o portunhol da fronteira é “um cruzamento que pode ser entendido como símbolo de resistência à imposição soberana dos Estados nacionais sobre os territórios das zonas de fronteira” (STURZA, 2004, p.152).

Para essa autora, o portunhol é uma prática linguística legítima, que diz sobre as particularidades da vida fronteiriça, uma língua veicular usada coloquialmente pelas pessoas que vivem na região, tanto que é designada, em alguns pontos da área, como um falar fronteiriço. O portunhol é, para esses falantes, uma língua sem erros, um dos traços identitários que permite reconhecê-los como gente da fronteira, explica.

O surgimento do portunhol é resultado da estrutura morfossintática similar de ambas as línguas, de um contexto sociocultural que reforça um universo lexical comum e uma comprovada

interferência fonético-fonológica de uma língua sobre a outra (STURZA, 2004). A presença de certas tradições típicas da cultura gaúcha, presentes na vida social e econômica da fronteira, conforme a autora, também contribui para a preservação e renovação desse léxico comum próprio do local, com maior vigor nas zonas rurais.

Essa língua apresenta, ainda, uma instabilidade gramatical própria de uma prática linguística em formação, o que contribui para restringi-la ao domínio da fala e da coloquialidade, mesmo nas áreas fronteiriças, segundo Sturza (2004). No entanto, hoje é possível encontrar obras literárias e *sites* na internet publicados total ou parcialmente em portunhol, em geral, organizados por moradores fronteiriços ou egressos da fronteira (MOTA, 2012). Isso assinala que a língua está ganhando novos espaços, que são espaços midiáticos, ainda que seu uso esteja voltado, nesse momento, a conteúdos artísticos e outros de caráter coloquial. Desse modo, como uma língua local, o portunhol também pode estar presente na mídia fronteiriça. Sua presença ou ausência, bem como os modos com que a primeira se materializa, podem ser importantes indicadores da política de línguas local, do funcionamento do imaginário social acerca das línguas espanhola, portuguesa e guarani na fronteira.

2.5 A relação entre política de línguas e política editorial nos jornais de fronteira.

Maluly e Venâncio (2009), citando um dos pioneiros dos estudos de Comunicação no Brasil, Luiz Beltrão, afirmam que a política editorial de um veículo é sua orientação ideológica e a do público para o qual ele se dirige. Desse modo, na fronteira, política de línguas e política editorial se encontram, na medida em que as línguas fazem parte de uma orientação ideológica que coaduna os interesses do veículo e do público. Isso porque, em uma área fronteiriça como a platina, de intenso contato entre nações e línguas, os meios de comunicação têm na diversidade linguística uma importante característica do seu público consumidor. Em se tratando de veículos jornalísticos, nessa área, as línguas guarani, espanhola e portuguesa têm potencial para compor, juntas ou separadas, as páginas dos jornais ou os noticiários das rádios e televisões locais, estejam os veículos fixados de um ou de outro lado da linha divisória.

Segundo Neveu (2006, p.77), a política editorial dos jornais emerge de uma negociação em funcionamento na redação, que envolve os interesses e valores dos acionistas, de um diretor ou de uma sociedade de redatores.

Ela [a política editorial] pode residir num posicionamento político no sentido amplo, na escolha do tipo de informação e do tratamento do fato que a publicação privilegiará. Ela se traduz em cada edição na escolha dos acontecimentos a ser valorizados, ao ângulo sob o qual os cobrir: é preciso dar a primeira página à queda de um Concorde ou não? Valorizar a emoção ligada ao drama ou propor um comentário distanciado sobre segurança do transporte aéreo e a saturação dos aeroportos parisienses?

A observação sobre o funcionamento das revistas ajuda a entender a noção de política editorial de uma publicação. Por constituírem publicações segmentadas (gênero, idade, geografia e tema são as segmentações mais comuns), geralmente com públicos bastante específicos, sua política editorial fica mais evidente (SCALZO, 2006). Desse modo, a política editorial de uma revista para adolescentes contempla temas de interesse desse público (estudos, namoro, moda, trabalho, lazer) e os aborda com uma linguagem valorizada pelos sujeitos dessa faixa etária (fotos, gírias, testes, quadrinhos). Segundo Scalzo (2006), a política editorial serve para o veículo posicionar-se objetivamente em relação ao público e ao mercado, definindo quem são os leitores da revista, planejando os cenários futuros para a publicação, levantando dados sobre a concorrência, antevendo os possíveis riscos e propondo estratégias de ação.

Sendo assim, a política editorial de um jornal ajudará a definir o que as teorias do jornalismo chamam de agendamento (o que será publicado) e de enquadramento (como será publicado) das notícias (TRAQUINA, 2005a). Contudo, essas normas podem ser pouco claras, tanto para o público leitor quanto para o jornalista que produz as notícias, sendo, muitas vezes, obtusas até para a própria equipe diretiva do jornal, ressalta o autor. Diferentemente das revistas, que contemplam públicos e temas específicos, os jornais costumam ser mais genéricos nesses dois quesitos, o que torna suas políticas editoriais menos evidentes. Se tomarmos, por exemplo, a política editorial explícita do jornal Folha de São Paulo, um dos mais importantes do Brasil, concluiremos que ela serve pouco, por ser demasiado ampla, para orientar jornalistas, na rotina produtiva de seleção e enquadramento de notícias, bem como o público, na leitura do jornal: “A Folha estabelece como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista”.

Quando se trata de pequenos jornais, a política editorial se direciona para a relação de proximidade com o público. No que diz respeito à política, Dornelles (2005), estudando jornais do interior do Rio Grande do Sul, verificou que a filosofia editorial dos pequenos e médios jornais é, em geral, voltada para comunidade local. Os editores dos jornais do estado, entrevistados pela autora, entendem que as matérias produzidas para o jornal devem atender aos anseios e reivindicações da comunidade, sem privilegiar nenhum interesse partidário e com a

participação ativa do diretor e dos jornalistas em todas as atividades promovidas pela comunidade, ajudando a buscar soluções para os problemas locais.

Se o atendimento à comunidade local é uma das premissas da política editorial de jornais de pequeno porte, os jornais fronteiriços, em sua peculiaridade, têm duas considerações fundamentais a realizar: a identificação dos limites do local, isto é, se ele incluirá ou não o lado de lá da linha divisória; e a identificação de quais línguas a comunidade local fala. A partir dessa delimitação inicial, as decisões sobre a enunciação nas diversas línguas estão sujeitas a um imaginário social que as distribui como locais, nacionais, de integração regional ou globais. Isto é, a língua espanhola pode ser usada por um jornal fronteiriço com sede no Brasil por significar uma língua local, de domínio tanto do público que habita o Brasil como do que habita o país vizinho; ou por significar simplesmente a língua nacional do país vizinho, cujo público o jornal quer alcançar. Também pode ser usada por significar como língua do Mercosul, como elemento identitário no bloco ou, ainda, por significar uma língua global, relacionada aos intercâmbios comerciais internacionais.

Com o intuito de conhecer a relação entre a política de línguas e política editorial nos jornais, foram efetuadas sete entrevistas com diretores, chefes de redação e jornalistas de jornais brasileiros sediados em cidades geminadas da fronteira com Argentina e Uruguai, ao longo da linha divisória internacional que contorna o estado do Rio Grande do Sul, conforme explicado no Tópico 1.3. Com base nessas entrevistas, apreendemos que a maioria dos jornais fronteiriços sul-rio-grandenses é projetada para o público brasileiro apenas, sobretudo os jornais sediados nos limites com a Argentina. Os jornais da fronteira com o Uruguai, por sua vez, costumam incluir os sujeitos uruguaios e os “doble-chapas”²¹ como seu público-alvo. O jornal Folha Barrense, situado na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Uruguai, é o único que inclui sujeitos das três nacionalidades como leitores em potencial do jornal. Os jornais projetados para o público brasileiro são, sem exceção, redigidos apenas em língua portuguesa; os jornais projetados para brasileiros e uruguaios ou brasileiros, uruguaios e argentinos usam as línguas portuguesa e espanhola em suas edições. Nenhum jornal usa o guarani ou uma língua de imigração para enunciar.

Logo, deduzimos desses depoimentos de diretores, chefes de redação e jornalistas que há uma relação direta entre a nacionalidade dos leitores e a língua com que o jornal enuncia. Ou seja, é a partir da projeção editorial que se faz sobre a língua do público, que se define a política de

²¹Pessoas com cidadania (dupla) brasileira e uruguaia.

línguas do jornal. Adicionalmente, para a política linguístico-editorial dos veículos, cada lado da linha divisória comporta uma única língua, a nacional. Se o jornal compreende como a “comunidade local” por ele atendida as cidades fronteiriças de ambos os países, então, o jornal comporta as línguas portuguesa e espanhola, a primeira como nacional do Brasil e a segunda como nacional da Argentina e do Uruguai. Se o jornal delimitou como “comunidade local” apenas as cidades próximas dispostas no lado brasileiro da fronteira, então, a língua usada será a portuguesa apenas. Os jornais, na sua maioria, usam a língua espanhola não com o intuito de atingir brasileiros falantes dessa língua ou falantes de português, mas sim de alcançar argentinos e uruguaios.

Nessa projeção linguístico-editorial dos jornais fronteiriços, portanto, atua um imaginário linguístico que não enxerga nem a língua guarani, apesar da sua existência em certas comunidades fronteiriças, nem a presença das línguas portuguesa e espanhola transbordando as fronteiras nacionais, isto é, o público falante de espanhol que vive no lado brasileiro da fronteira e o público falante de português que vive nos lados argentino e uruguaio.

Apesar do imaginário que situa as línguas portuguesa e espanhola como nacionais dos países, é possível que a proposta de integração do Mercosul possa ter tido influência sobre a política de línguas de, pelo menos, dois jornais fronteiriços. Tanto o jornal A Plateia, criado em 1937, quanto o jornal Folha de Quaraí, de 1978, segundo os depoimentos colhidos, iniciaram a divulgação contínua em língua espanhola a doze e sete anos atrás, respectivamente. Isso não significa que tais jornais não publicassem nessa língua antes dessas datas, mas que tal prática era, até então, ocasional. Ou seja, foi no período de funcionamento do Mercosul que ela se consolidou. Além disso, para os diretores dos dois principais jornais fronteiriços em funcionamento atualmente, o Folha de São Borja (na fronteira com a Argentina e que publica apenas em português) e o A Plateia (no limite com o Uruguai e que publica em português e espanhol), a língua do Mercosul é o espanhol, por ser a língua da maioria dos países do bloco. Também, segundo os depoimentos, apesar de apenas três jornais fronteiriços publicarem em língua espanhola, todos os sete consideraram positiva a existência de publicações na língua do país vizinho.

Indagados sobre as razões pelas quais usam uma ou mais línguas em seus jornais, aqueles que eram redigidos exclusivamente em língua portuguesa justificaram essa prática com a área de abrangência limitada do jornal, que se limita ao Brasil; com a falta de interesse dos argentinos pelos jornais brasileiros; com a preocupação de que o uso de duas línguas poderia confundir o

leitor; com o fato de a estrutura de pessoal do jornal não comportar o trabalho em duas línguas. O diretor do jornal Folha de São Borja, por exemplo, argumenta que a língua local daquele ponto da fronteira, considerando as áreas de abrangência do jornal (cidades fronteiriças brasileiras), é exclusivamente o português, ao passo que o espanhol e o portunhol são línguas de comércio, apenas, usadas por alguns poucos sujeitos que fazem compras na cidade de Santo Tomé.

Já os jornais que usam o espanhol na redação das suas notícias explicam essa prática linguística com a intenção unir e promover a integração entre os países que leem o jornal ou com o interesse de aumentar a circulação e os leitores da publicação (ver Figura 16, Tópico 4.3). A proximidade dos países e das cidades, bem como o cotidiano bilíngue português-espanhol destas, é apontada como deflagradora da ideia de publicar em duas línguas. Desse modo, na fronteira Brasil-Uruguai, apesar das marcantes história e presença do português e das recentes políticas linguísticas favoráveis a essa língua (BEHARES, 2010; BROVETTO, 2010; STURZA, 2006), o espanhol é mobilizado pelos jornais brasileiros como língua de publicação, o que atesta a afirmação de Behares (2010) de que o imaginário local uruguaio ainda associa o português ao meio rural pouco escolarizado e o espanhol ao meio urbano culto. Para o diretor do jornal A Plateia, de Santana do Livramento, a língua local da fronteira em que o jornal circula não é nem o espanhol, nem o português, mas o portunhol. Ela é usada tanto por riverenses como por santanenses diariamente, no comércio ou fora dele, segundo sua percepção. Mesmo assim, o portunhol não compõe a escritura do jornal que ele dirige, possivelmente devido à associação dessa língua com a ideia de oralidade.

Se, por um lado, a política editorial dos pequenos e médios jornais costuma ter clareza no que diz respeito ao seu compromisso no atendimento da comunidade local, por outro lado, muitas vezes, ela se distorce diante da impossibilidade de noticiar com imparcialidade todos os segmentos da comunidade a que se vincula. Como explica Traquina (2005a), o jornalismo é um negócio cuja receita provém, sobretudo, da venda de publicidade, o que leva muitos diretores de publicações a evitarem o confronto com potenciais anunciantes. O resultado é que quase a metade dos assinantes de jornais do interior do Rio Grande do Sul considera os veículos parciais na cobertura de assuntos políticos locais (DORNELLES, 2005). Isso porque muitos desses veículos dependem da publicação oficial das prefeituras ou das escassas verbas do comércio e dos prestadores de serviços locais para sua sobrevivência.

Na fronteira, essa situação tem influência sobre a política de línguas dos jornais locais. Segundo o depoimento de um diretor de jornal fronteiriço, circular do outro lado da linha

divisória e publicar em língua espanhola leva, naturalmente, o jornal a abrir espaço para os anunciantes da cidade vizinha. Considerando as flutuações na moeda dos dois países limítrofes, anunciar produtos e serviços (mais baratos) do outro país pode prejudicar o comércio do lado brasileiro. Por já ter sofrido represálias do comércio local nesse sentido, esse jornal não abre espaço para os anunciantes do país vizinho. Materializa-se nessas represálias um imaginário do outro como inimigo, que resulta na interdição de sua presença no espaço público brasileiro do qual o jornal local é representativo. Outro jornal fronteiriço, em contrapartida, publica em língua espanhola igualmente por motivos financeiros: com isso conquista público leitor e anunciante do outro lado da linha divisória, ocupando o vácuo editorial deixado pelos jornais pouco competitivos da cidade vizinha. Aqui, estabelece-se um imaginário de livre concorrência, do qual a cidade internacional contígua faz parte, de modo “natural”, pela proximidade geográfica, sem que se leve em consideração as demarcações geopolíticas.

Se a política editorial de um jornal nem sempre está explícita em seus documentos empresariais ou nas suas próprias publicações, ela pode ser percebida através de diversos gestos de organização do conteúdo (nos textos opinativos, nos fatos selecionados para noticiar, no seu enquadramento, etc.). Um desses gestos é a criação de seções temáticas, como colunas, editorias e cadernos. Conforme Moiullaud (2002), enquanto a capa de um jornal está submetida ao fluxo informacional em sua imprevisibilidade cotidiana, as páginas interiores tendem a captá-lo em temas que pertencem à cultura do jornal, tanto quanto ao conhecimento do leitor. Essas seções, segundo Neveu (2006), configuram um elemento essencial da divisão do trabalho entre jornalistas. Elas funcionam, primeiramente, como um instrumento de percepção da realidade, na medida em que definem que fato se encaixa em cada segmento da realidade por elas operado, explica. Nesse sentido, os efeitos da seca à agricultura de uma cidade da fronteira Argentina pode ser localizada, por um jornal fronteiriço brasileiro, em um caderno, editoria ou coluna como a de Rural, Economia, Internacional, Região ou outras, novas ou tradicionais, que a política editorial do jornal julgar pertinente.

Além disso, comenta Neveu (2006), um fato terá mais chances de ser promovido a acontecimento jornalístico se fizer sentido para uma seção, se tiver essa ancoragem institucional. Sendo assim, o uso das línguas pelos jornais pode, igualmente, se ajustar a conteúdos específicos. Em outras palavras, haveria alguns temas noticiáveis em espanhol e outros não, bem como alguns temas noticiáveis em português e outros não. Indagados sobre essa organização, dos três jornais que usaram a língua espanhola em suas publicações, dois disseram existir temas específicos para

cada língua, dispostos em cadernos ou reportagens especiais. Outro jornal alegou não haver direcionamento na relação língua-conteúdo. As razões para abordar temas específicos em língua espanhola foram os 1) interesses comerciais, ou seja, publicar determinados fatos em língua espanhola cativa e amplia o público leitor, e 2) a existência de um ponto turístico comum às cidades fronteiriças em que o jornal circula.

Assim, nos jornais de fronteira, notamos uma forte relação da política de línguas com estratégias comerciais que embasam a política editorial dos veículos, que são privados. A política de línguas de veículos públicos na fronteira, certamente contemplaria outros princípios. Essa diferença ecoa sobre a dimensão regional, se pensarmos na política de línguas de jornais ou emissoras de rádio e televisão privados, interessados em tomar a região do Mercosul como mercado para seus produtos, e na política de línguas de veículos estatais ou públicos, cujos produtos deveriam organizar a heterogeneidade linguística com propósitos de promover a cultura e o bem dos cidadãos.

3. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O MERCOSUL E SUAS FRONTEIRAS.

El Portuñol nació en la Triple Frontera y está de moda. Tiene cada vez más adeptos, un congreso anual en Brasil y es un boom en Internet (Clarín.com, julho de 2011).

3.1 A fronteira como delimitadora e integradora dos países platinos.

Considerando a prerrogativa de Guimarães (2005b), segundo a qual as línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas, não é possível conhecer a política das línguas dos meios de comunicação da fronteira platina sem aproximar-se das condições de produção dessas políticas. As fronteiras se organizam pela dicotomia limite-continuidade e as línguas ajudam a compor essa ordem, significando ora finitude, ora continuidade. Na região platina, quando a fronteira é tida como lugar de fim, de limite entre Estados, as línguas espanhola, portuguesa e guarani, por serem línguas dos Estados nacionais que a integram, também significam o limite, a divisão, a diferenciação entre povos e territórios; já quando a fronteira é vivida como lugar de continuidade, de vizinhança entre Estados, essas línguas, por serem línguas do Mercosul e também locais-fronteiriças, significam o encontro entre as comunidades dos países limítrofes, as suas semelhanças, sua proximidade.

Quando se pensa em limites entre Estados, a primeira imagem que se delineia à mente é a da fronteira geopolítica: um traço no mapa que situa um país em cada lado da linha divisória. Ou a da fronteira linguística, presente nos atlas que delimitam o espaço de cada língua nacional. Outra imagem é a da fronteira física, em que um rio, uma montanha ou outro obstáculo natural assinalam uma ruptura no relevo terrestre. Também são indícios de fronteira os marcos físicos e simbólicos que indicam o fim de um país e o começo de outro, por meio de estátuas, bandeiras e placas. Mas há muitas outras formas de marcar e visualizar os limites entre países, como no fim das linhas telefônicas e da rede de energia, no fim da cobertura do seguro dos veículos, no fim da rede de ensino, no fim da estrada, na aduana, nas diferentes placas dos carros, nas diferentes línguas inscritas nos *outdoors*. Diferentemente daqueles, os marcos físicos, estes, os simbólicos, são limites que não se transpõem, em princípio. Trata-se de divisões que estão significadas nos

sentimentos dos sujeitos, na vida cotidiana, na cultura, na língua, ajudando a sustentar e justificar as linhas divisórias visíveis e invisíveis.

A fronteira platina é, para este estudo, uma fronteira geopolítica e cultural, cujo funcionamento ajuda a organizar as relações entre as línguas. Sendo assim, recorreremos aos aportes da Geografia, da História, da Sociologia e da Linguística para entendê-la. Com relação à fronteira geopolítica, Pesavento (2006, p.10) a conceitua como aquela que “trabalha com os jogos de poder, com as negociações diplomáticas e com as guerras de fronteira”, que se forma a partir de um jogo de forças cujo centro irradiador é o Estado, em movimentos de expansão e contração para a ocupação de territórios. Nesse sentido, a região platina foi, inicialmente, uma área de expansão de Portugal e Espanha na América do Sul, formada a partir da irradiação das forças econômicas, políticas e culturais das duas metrópoles ibéricas. Foi também, portanto, uma zona de expansão das línguas portuguesa e espanhola.

A palavra inglesa *frontier* está tomada por esses significados de continuidade que a palavra fronteira possui em sua etimologia: a fronteira era aquilo que estava na frente, um lugar de expansão, um espaço de continuidade (MACHADO, 1998). Atualmente, contudo, o significado de fronteira e frontera, no uso corrente em português e espanhol, se aproxima mais do conceito inglês de *bordeline*, ou seja, um lugar de fim, de limite. Então, na história, a região platina gradativamente deixou de ser uma *frontier* ibérica para criar seus *bordelines* internos, primeiro com divisões entre o Vice-Reino do Rio da Prata e o Brasil e, posteriormente, entre os Estadosnacionais do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Assim, a bacia do Prata, que nos dois primeiros séculos do descobrimento europeu foi um lugar de expansão ilimitada das línguas portuguesa e espanhola, a partir de então, passou a ser lugar de disputa entre elas, em que o espaço de uma deveria terminar para dar início ao espaço da outra.

Se nos afastamos no tempo até a origem do litígio entre as potências marítimas europeias, constatamos que a constituição das fronteiras platinas remonta a um quadro de disputas e alianças territoriais entre as coroas espanhola e portuguesa que iniciou com as imprecisões do Tratado de Tordesilhas, ainda no século XV (STURZA, 2007; GARCIA, 2010). Como resultado dessas imprecisões, diversas disputas bélicas e acordos políticos entre as duas metrópoles e, posteriormente, entre os jovens Estados nacionais da América do Sul, ocasionaram diversas mudanças nas linhas divisórias platinas: a região passou por um período de total união político-territorial entre as colônias portuguesa e espanhola, formando uma única colônia; acompanhou a alternância de poder português e espanhol sobre a área das missões jesuíticas; registrou a

expansão do domínio espanhol até Florianópolis, no Brasil, e do português até Colônia, no Uruguai; observou a anexação e a separação do território uruguaio ao/do brasileiro (GARCIA, 2010).

Esses fatos históricos apontam para a grande flexibilidade das fronteiras platinas, cujos limites foram sendo definidos até o século XX. Segundo Garcia (2010), o último ponto da fronteira austral do Brasil a ser delimitado e demarcado foi o limite entre as cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), em 1923. Muitas das disputas por territórios e das mudanças nas linhas divisórias entre os Estados nacionais se deram com zonas de fronteira já habitadas, com falantes e línguas ali estabelecidos, uma vez que a ocupação humana esteve entre as principais estratégias para a conquista dos territórios na região (GARCIA, 2010).

Com a consolidação dos Estados nacionais platinos²², a fronteira entre esses países se orientou em direção aos protecionismos, a fim de identificar e garantir os domínios de cada Estado naquilo que, idealmente, o caracterizava: território, cidadãos, culturas, línguas. A fronteira platina se inscreveu, a partir desse momento, em uma “cultura de controle” voltada à proteção da soberania do país e relacionada à ideia de segurança, que a transformou em uma área militarizada e fiscalizada pelo Estado (ZAIOTTI, 2008). É representativo dessa perspectiva protecionista, o dispositivo legal da Faixa de Fronteira, instituído no Brasil em 1850 e em vigor, com certas alterações, até hoje. Ele coloca sob o controle do Conselho de Defesa Nacional a prática de atos referentes à concessão e alienação de terras rurais, aberturas de vias internacionais, instalação de meios de comunicação, construção de pontes e campos de pouso, estabelecimento de indústrias de interesse da segurança nacional, além de restrições específicas a estrangeiros (ABREU, 2009).

Segundo esse autor, atualmente, a faixa de fronteira compreende todos os municípios localizados a até 150 Km da linha divisória, o que resulta em 27% do território brasileiro. A existência desse dispositivo, considerado essencial por uns e retrógrado por outros, é justificada, na legislação, por ser a fronteira uma área indispensável à segurança nacional²³. Segundo Abreu

²² Ver Nota de Rodapé nº17, no Tópico 2.3.

²³ Segundo Sprandel (2013), em novembro de 2012, tramitavam no Congresso Nacional Brasileiro, quatro Projetos de Emenda Constitucional (PECs) e 22 Projetos de Lei (PLs), num total de 26 matérias tratando do assunto “faixa de fronteira”. Deles, duas PECs têm o objetivo de reduzir a faixa de fronteira brasileira dos atuais 150 km para 50 km, ambas apresentadas por parlamentares do Rio Grande do Sul. Da leitura das PECs, a autora percebeu a defesa de dois argumentos principais: 1) uma faixa de fronteira nos moldes da Constituição Federal de 1988, pensada para a defesa nacional, não se coadunaria mais com o momento atual, de integração regional e de globalização; 2) existe uma faixa de fronteira dinamizada, ao Sul do país, e outra não dinamizada, na região amazônica, sendo que apenas nesta o sentido de defesa nacional ainda seria necessário. A discussão envolve interesses de empresas internacionais de reflorestamento e celulose.

(2009), a Argentina não utiliza o conceito de faixa de fronteira e o Uruguai discute uma legislação que estabelece uma faixa de 50 km apenas para fins fundiários e de controle ambiental.

Apesar das forças nacionalizantes dos Estados, a zona fronteira platina, historicamente, mostrou-se permeável no domínio social, cultural, linguístico e comercial em relação ao outro lado, como mostram estudos de Sturza e Fernandes (2009), Mota (2010), Colvero (2004) e Müller (2003). Tal permeabilidade sugere outro tipo de fronteira, a fronteira cultural, que separa ou une os sujeitos a partir de sua vivência, de sua história. Pesavento (2006, p. 10) chama de fronteira cultural aquela que está relacionada aos domínios da identidade, à construção simbólica de pertencimento, “onde está pressuposto que um universo simbólico de sentidos viaja no tempo e no espaço dentro de uma comunidade de agentes que são, pela sua condição fronteira, semelhantes e díspares ao mesmo tempo”. Assim, o estabelecimento de limites geopolíticos não significa, necessariamente, a afirmação de limites culturais ou linguísticos. Em geral, entretanto, como mostra a autora, a identidade fronteira é conflituosa, pois ela se debate entre a proximidade e a semelhança com o outro lado, com seus sujeitos e línguas, e a separação que a linha divisória assinala.

A aproximação entre os dois lados da fronteira no Prata se deu por variadas razões, como a identificação a um modo de vida baseado na agropecuária de corte, a formação das chamadas cidades-gêmeas ao longo da linha divisória, as raízes culturais comuns. Como relata Colvero (2004), a fronteira platina mostrou relações muito mais intensas com os vizinhos hispânicos do que qualquer outro ponto da fronteira brasileira, ao longo da história.

O Prata foi, durante todo o período colonial no continente americano, o mais importante ponto de contato entre as colônias espanholas e portuguesas. De fato, os conflitos e os intercâmbios- lícitos e ilícitos- entre essas duas colonizações não foram tão significativos no restante da imensa fronteira entre o Brasil e os virreynatos da América do Sul espanhola, como na bacia do Rio da Prata, onde se mostraram inúmeros e constantes (COLVERO, 2004, p. 21).

Os contatos “inúmeros e constantes”, todavia, devem muito a um fator em especial: o comércio legal e ilegal que produziu um cotidiano de trocas nessa região. Unidos pelos rios Paraná e Uruguai, nações como Argentina, Uruguai e Brasil mantiveram por suas vias de navegação intenso contato comercial e social. Nas cidades da fronteira do Rio Grande do Sul, em certas épocas, as trocas de produtos e pessoas com Buenos Aires e Montevideú eram maiores do que com Porto Alegre, conforme os estudos de Colvero (2004). A comunicação com a Europa e até com o próprio Brasil se fazia, segundo ele, a partir da navegação até o Rio da Prata. Muitas mercadorias também chegavam pelo rioUruguai aos portos de Uruguaiana, Itaqui e São Borja e

depois rumavam por terra para Cruz Alta, Passo Fundo e Santa Maria. Mais tarde, as estradas de ferro argentina e uruguaia, que alcançavam a fronteira com o Brasil, substituíram a navegação pelo rio (COLVERO, 2004). Os fronteiriços brasileiros eram atraídos para os demais países platinos, também, devido ao desenvolvimento das suas capitais, que apresentavam um refinamento material, social e cultural mais acessível do que o das capitais do Rio Grande do Sul e do Brasil, explica o autor.

Essas trocas foram, segundo Colvero (2004), muito intensas até o fim do século XIX. Pelos recortes apresentados na Figura 7, extraídos do jornal A Notícia, que circulou em Uruguaiana por volta de 1900, concluímos que os jornais locais registravam essa relação de proximidade entre a fronteira sul-rio-grandense e os países vizinhos. O anúncio publicitário (Figura 7a) posiciona Montevideú ao lado de outras cidades brasileiras, incluindo a capital, Rio de Janeiro. O outro fragmento noticioso (Figura 7b) provém de uma seção de avisos do jornal, em que a Sociedad Rural de Paso de los Libres divulga os meios de transporte (“tren”, “vapores” e “coches de plaza”) disponíveis aos moradores de Corrientes (capital), Monte Caseros e Uruguaiana interessados em visitar a exposição agropecuária que a entidade organizava, em 1905.

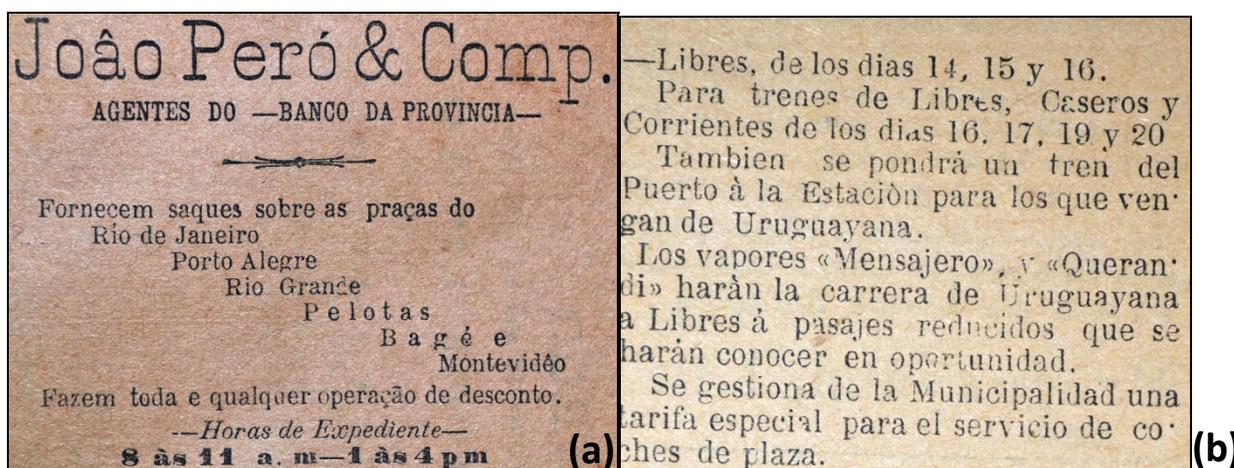


Figura 7-(a) Anúncio de serviços financeiros em Montevideú; (b) Fragmento de notícias descrevendo as ligações ferroviárias, fluviais e terrestres entre Uruguaiana, Paso de los Libres e outras cidades argentinas. Publicados pelo Jornal A Notícia, de Uruguaiana, nos anos de 1899 e 1905, respectivamente.

Se a importância de Montevideú e Buenos Aires para os povos fronteiriços teve a dimensão relatada pelo autor supracitado, podemos considerar que a língua espanhola exercia um papel importante no cotidiano dos moradores locais, pelo menos como língua de comércio. O próprio aviso da Sociedad Rural de Paso de los Libres (Figura 7b) sugere a familiaridade dos

povos fronteiriços com o espanhol, já que o editor do jornal optou por não traduzi-lo ao português. Além disso, nesse momento da história, Montevideu e Buenos Aires constituíam importantes polos políticos, comerciais e culturais, não só para os moradores da fronteira platina, mas para o mundo sul-americano, uma vez que esses países desfrutavam de um desenvolvimento econômico e social superior ao da maioria dos países do continente (CERVO; RAPPOPORT, 1998; COLVERO, 2004; GARCIA, 2010), o que, possivelmente, acentuava o prestígio da língua espanhola na região.

As comunidades fronteiriças platinas compartilharam, além dos fluxos comerciais e culturais, uma história socioeconômica análoga, caracterizada pelo auge e decadência da produção agropecuária. Como explica Oliveira (1992), a fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai foi marcada, inicialmente, pelo trabalho dos jesuítas, a partir do qual a pecuária extensiva constituiu-se na atividade produtiva predominante e, nos padrões em que era praticada, foi a responsável pela forma de apropriação da terra, a grande propriedade, originando unidades administrativas de grande dimensão territorial e de baixa densidade populacional. Esse modelo de exploração da terra produziu uma poderosa elite econômica e política até o século XIX, seguida de uma decadência e estagnação que perduram até os dias atuais, esclarece o autor.

Tal estagnação econômica começou a ser revertida, nos últimos anos, pelo impulso dado às áreas de fronteira pelo Mercosul. Em entrevista concedida à TVBrasil, por ocasião da comemoração dos 20 anos do Tratado de Assunção, o ministro brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior explicou que o Mercosul, em suas duas décadas de funcionamento, fez aumentar em nove vezes volume do comércio entre os países-membro. Além disso, os acordos de livre trânsito entre os países do bloco, que dispensaram a necessidade de passaporte, aumentaram o turismo e os relacionamentos profissionais entre os cidadãos dos Estados signatários (TVBRASIL, 2011). A intensificação do comércio e do turismo teve importante impacto sobre as áreas de fronteira, já que grande parte da movimentação de produtos e pessoas, na região, ocorre por via terrestre.

O desenvolvimento observado nesses dois setores é resultado do investimento do bloco em medidas de cooperação internacional, as quais visam, especialmente, intercâmbios com propósitos econômicos. O Mercosul, inicialmente, estruturou-se como um bloco de cooperação econômica formado por Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, referendado em 1991. Ao longo dos seus 20 anos de funcionamento, aderiram como membros-associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Venezuela teve, em 2006, aprovada sua solicitação de ingresso

como Estado-parte, concluída em 2012, simultaneamente à suspensão do Paraguai, conforme mostra o *site* oficial do Mercosul. Ao longo desse período, também, o bloco mudou sua orientação política, passando da perspectiva da cooperação econômica para a da integração regional, conforme diferenciação apresentada por Mariano (2007, p. 141):

A integração regional é mais ampla do que a cooperação internacional porque pode resultar em novas unidades ou entidades políticas, ou ainda em uma mudança nas últimas (MATLARY, 1994). A integração regional, portanto, não se restringe à esfera governamental ou à cooperação intergovernamental, atinge a sociedade como um todo, gerando interações entre grupos de interesse e representantes das sociedades que fogem ao controle estatal. Outra diferença entre cooperação e integração é que a cooperação pode ser uma estratégia contextualizada e ser abandonada de acordo com a conveniência, enquanto a integração regional é menos flexível.

Esse entendimento é compartilhado por Arnoux (2012), segundo quem os blocos regionais devem decidir se vão passar do plano meramente econômico à integração política e social, como tem tentado fazer a União Europeia (UE), ou se permanecerão em um mercado comum, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Segundo a autora, em um momento inicial, o Mercosul se propôs a ser um tratado de cooperação econômica e foi visto, em parte, como um mercado submetido às grandes potências. Mas essa orientação começou a ser alterada, em especial, a partir do tratado constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que, desde sua origem, busca uma integração política, com vistas a construir uma identidade e uma cidadania sul-americanas. Porém, a integração atualmente almejada, tanto pela Unasul como pelo Mercosul, insiste a autora, só pode ser alcançada a partir do desenvolvimento do bilinguismo português-espanhol nas suas áreas de abrangência.

Para isso que isso ocorra, contudo, é necessária a intervenção dos Estados-membro do Mercosul em termos de política linguística, garantindo que a difusão das línguas no bloco obedeça não apenas às orientações da economia. Isso porque, sem tal intervenção, a língua portuguesa possivelmente observaria uma projeção maior que as demais, relacionada ao desenvolvimento econômico largamente superior do Brasil em comparação com o da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. As assimetrias econômicas entre os países do Mercosul são reconhecidas pelo próprio bloco, principalmente no que se refere à liderança brasileira, tanto que, para combatê-las, foi criado um fundo cujos ingressos são 70% brasileiros (TVBRASIL, 2011). Mesmo assim, esse desequilíbrio compromete o processo integrador, ao produzir um sentimento de prejuízo entre os países de menor porte.

Para Bernal-Meza (2006), a posição de liderança do Brasil produz desconfianças e receios em países medianos como a Argentina e Chile, que veem no Brasil um país interessado em utilizar o Mercosul como elemento de poder político frente aos Estados Unidos. Ginesta (1999) identifica um projeto político hegemônico brasileiro implícito por trás do Mercosul. Candeas (2010) observa na opinião pública Argentina um ressentimento pela percepção da dominação econômica e política que o Brasil exerce sobre os demais países sul-americanos. E Albuquerque (2008) aponta para a emergência do nacionalismo paraguaio em contraposição ao avanço dos brasileiros sobre as terras agricultáveis daquele país.

Segundo Guimarães (2004b), a projeção econômica brasileira se apoia em dois fatores que auxiliaram os Estados Unidos no passado: a população numerosa e o território extenso. Para o autor, esses fatores têm, juntos, efeito notável sobre a capacidade econômica e o potencial militar de um país e, em consequência disso, sobre o poder de exercer influência política nos âmbitos regional e mundial. Estudando os dados atualizados disponibilizados pelo site oficial do Mercosul, dos 13.771.174 milhões de quilômetros quadrados correspondentes à sua região de atuação, 61,8% são ocupados pelo Brasil; 27,3% pela Argentina; 6,6% pela Venezuela; 2,9% pelo Paraguai e apenas 1,2% pelo Uruguai. Esses mesmos dados nos mostram que a disparidade brasileira também aparece nos índices populacionais: aproximadamente 71% dos habitantes do Mercosul são brasileiros; 14,7% argentinos; 10,6% venezuelanos e, respectivamente, 2,3% e 1,2% são paraguaios e uruguaios.

As vantagens econômicas, territoriais e populacionais do Brasil se refletem também sobre suas áreas de fronteira, fazendo com que, na maioria dos casos, as cidades brasileiras tenham maior porte que as vizinhas argentinas, uruguaias e paraguaias. Esse desenvolvimento, por sua vez, propicia que o lado brasileiro apresente uma maior oferta local, em termos comerciais educacionais, comunicacionais, hoteleiros, etc., bem como favorece a projeção da língua portuguesa através dessa oferta. Nesse contexto, a língua portuguesa é projetada com significados de língua global, como resultado da competição econômica internacional que a globalização estabelece.

Esses significados, porém, não coadunam com o propósito de integração regional que vem sendo almejado pelo Mercosul, nos últimos anos. Isso motivou políticas integradoras nas áreas de fronteira, isto é, ações que ajudam a construir um desenvolvimento econômico sustentado por relações políticas, sociais e culturais positivas. Grande parte dessas ações se concentra na área

educacional e algumas já foram brevemente mencionadas ao longo do Capítulo 2 desta tese. De todas elas, destacaremos três, uma em cada nível de ensino: fundamental, técnico e superior.

No nível fundamental, tem relevância o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF), que, em 2009, envolvia as séries iniciais do ensino fundamental de 24 escolas em 20 cidades-gêmeas fronteiriças, trabalhando com o intercâmbio de docentes entre escolas de diferentes países, os quais ministram aulas, de diversas disciplinas, na língua nacional do país de origem (THOMAZ, 2010). No nível médio, o projeto Escolas Técnicas de Fronteira, em funcionamento desde 2011, oferece 50% das vagas do Curso Técnico Binacional em Informática para Internet, em Santana do Livramento, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL), para estudantes uruguaios fronteiriços, tendo como contrapartida a oferta de 50% das vagas para estudantes brasileiros fronteiriços no Curso Técnico Binacional em Controle Ambiental, da Universidade Tecnológica do Uruguai (UTU), em Rivera. E, no ensino superior, uma ação relevante em funcionamento, atualmente, é a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que delimita como sua vocação e abrangência a América Latina, com especial ênfase no Mercosul e nas áreas fronteiriças, operando com 50% dos seus alunos e professores brasileiros e os outros 50% provenientes dos vários países latino-americanos.

Se o setor educacional vem tendo seu potencial integrador explorado pelo Mercosul, como os exemplos acima atestam, poderíamos esperar algo semelhante para o setor midiático. A mídia é, assim como a educação, um campo-chave para promover a integração regional entre nações, do mesmo modo que foi para promover a integração nacional em um passado recente. Além disso, seus veículos são importantes vetores para culturas e línguas, capazes de contribuir para a projeção de ambas nos países do bloco. Em razão disso, é importante refletir sobre a atuação e as potencialidades dos meios de comunicação no Mercosul, como operadores da integração regional.

3.2 Os meios de comunicação na integração nacional e regional dos países platinos.

Entendemos que os meios de comunicação podem atuar tanto como delimitadores quanto como integradores de nações no Mercosul. E isso se aplica não só aos veículos situados nas periferias dos Estados nacionais, como a mídia fronteiriça, mas também àqueles localizados nas capitais e centros urbanos. Essa atuação está inscrita, entre outros lugares, no modo como a malha de veículos comunicacionais está instalada, se conectados ou não a veículos de países

adjacentes; nas redes de circulação dos produtos midiáticos, que podem extrapolar ou não os limites geopolíticos dos países; no discurso presente nas mídias de cada país, cujos sentidos podem ser favoráveis ou desfavoráveis à integração com as nações vizinhas. As línguas de cada nação acompanham os movimentos da mídia, se projetando sobre a região platina ou se recolhendo aos limites do território nacional correspondente.

O desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, Argentina e Uruguai deu-se, majoritariamente, sob o controle de suas elites coloniais e nacionais. Nesses países, também foi análoga sua organização a partir do capital privado, mas com forte regulamentação estatal, em uma combinação dos modelos norte-americano e europeu (BRITTES, 1997). Ainda assim, é possível identificar algumas particularidades que caracterizaram os três países nesse processo. Uma delas é o fato de que o desenvolvimento da imprensa escrita foi mais acelerado na América espanhola, em decorrência da maior preocupação desses Estados em montar um aparato educativo e cultural para seus cidadãos, especialmente após a organização dos Estados nacionais (OLIVEIRA, 2003; BRITTES, 1997). Já no Brasil, a impressão de jornais fora proibida no território até 1808 e, depois de autorizada, não contou com uma organização social e educativa que permitisse sua rápida expansão (SODRÉ, 2004).

A imprensa argentina iniciou com o bonaerense Telégrafo Mercantil, em 1801, ainda na condição de Vice-reino do Rio da Prata (SÁNCHEZ-ZINNY, 2008). Segundo Brittes (1997), por volta de 1900, o país desfrutava do consumo *per capita* de jornais e revistas mais desenvolvido da América Latina e possuía a imprensa em língua espanhola mais poderosa do mundo, devido ao surgimento de uma classe urbana letrada no país. O jornalismo uruguaio, por sua vez, desde que foi estabelecido, na primeira metade do século XIX, esteve ligado a partidos políticos. O primeiro jornal fundado no Uruguai foi o montevidense e bilíngue espanhol-ínglês Estrella del Sur, em 1807 (SÁNCHEZ-ZINNY, 2008). Já o primeiro jornal impresso no Brasil foi a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial da coroa recém-instalada no país, em 1808. Durante o período monárquico, a expansão da imprensa brasileira foi lenta, entre outros fatores, pela falta de sujeitos letrados, de centros urbanos, de desenvolvimento comercial e industrial e, também, pelos obstáculos impostos pela censura oficial, como explicam Brittes (1997) e Sodré (2004).

Já o rádio e a televisão surgiram na Argentina, Brasil e Uruguai em períodos semelhantes (rádio na década de 1920 e televisão na de 1950) e se consolidaram de modo análogo: pelo gerenciamento privado de concessões públicas para exploração dos canais, com pequena presença de canais estatais e públicos (BRITTES, 1997; JAMBEIRO et al, 1998). Nesses três

países, em meados do século XX, rádio e televisão foram cada vez mais ocupados pelo capital privado, estrangeiro e nacional (e, muitas vezes, estrangeiro disfarçado de nacional), bem como por tecnologias e produções estrangeiras, ao mesmo tempo em que seu conteúdo era rigidamente controlado pelos governos ditatoriais em nome da soberania nacional (BRITTES, 1997; JAMBEIRO et al, 1998). Esses governos asseguraram o controle sobre o conteúdo e direcionaram a propriedade dos veículos através de dispositivos legais que foram abundantemente criados, muitos deles em vigor até hoje, durante esses períodos (ditatoriais) da história dos países platinos²⁴.

A legislação comunicacional dos países signatários do Mercosul tem sido, de acordo com Jambeiro et al (1998), sobretudo nas suas leis de radiodifusão (rádio e televisão aberta), marcada por dispositivos de caráter nacionalista. Esses dispositivos, identificam os autores, são mais fortes e visíveis em dois aspectos: 1) na programação das emissoras e 2) na propriedade das empresas. Segundo eles, a interferência na programação se deu, sobretudo, obrigando as empresas a divulgarem temas como a preservação dos costumes, a busca de objetivos nacionais e a identidade nacional. Na propriedade das empresas, o nacionalismo se revela nos artigos que limitam o fluxo de capitais e de mão-de-obra entre os países (JAMBEIRO et al, 1998). Assim, no Brasil e no Uruguai, a propriedade de empresas de radiodifusão é restrita a nacionais e nacionalizados. No Brasil, além da propriedade, também a responsabilidade intelectual das empresas de radiodifusão e jornalísticas (jornais impressos) deve ser de nacionais, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988. Outro tema recorrente na legislação dos três países é a preferência por artistas e produções nacionais (JAMBEIRO et al, 1998).

No Brasil, os meios de comunicação começaram a ser mais fortemente mobilizados para a integração nacional na década de 1930, a partir do encontro de interesses do presidente Getúlio Vargas e do empresário das comunicações Assis Chateaubriand (ELIOMAR-FILHO, 2010). O governo forneceu as bases estruturais para a integração do extenso e, até então, fragmentado, território brasileiro, por meio da construção de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, telégrafos. Por esses canais, Chateaubriand fez circular a informação nacional, através da construção de um império comunicacional, os Diários Associados, que, no seu auge, aglutinou cerca de uma centena de veículos, entre jornais e emissoras de rádio e televisão, em todos os pontos do país,

²⁴ A ditadura militar na Argentina ocorreu nos períodos de 1966-1973/1976-1983; no Uruguai houve uma ditadura civil-militar de 1973-1985; e no Brasil, uma ditadura militar de 1964-1985.

explica o autor. No extremo Sul, a rede chegava a Porto Alegre, com o Diário de Notícias do RS (1929) e a Rádio Farroupilha (1943), bem como com a Rádio Difusora, o Jornal A Hora e a TV Piratini, estes criados na década de 1950. O veículo dos Diários Associados que mais se aproximou da fronteira do Rio Grande do Sul, foi o Jornal A Razão, da cidade de Santa Maria, adquirido pelo grupo em 1943 e responsável pela cobertura noticiosa dessa área, como mostra o *site* oficial dos Diários Associados.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a coesão nacional através dos meios de comunicação foi organizada, sobretudo, para a televisão. Em 1969, deu-se o início das transmissões em rede, marco da história integradora da televisão brasileira (DELA-SILVA, 2008). Nesse momento, todavia, a proposta de integração da nação combinava elementos diversificados, como a política de segurança nacional, a tentativa de inserção do país em um capitalismo de consumo e a necessidade de difusão de uma identidade nacional de cunho patriótico e moralista (WANDERLEY, 2008; RIBEIRO; BOTELHO, 2005; DELA-SILVA, 2008). Segundo Dela-Silva (2008, p. 211), a televisão foi, mesmo, discursivizada em revistas e jornais do país como integradora e modernizadora:

A televisão, ao conciliar interesses políticos e econômicos da iniciativa privada e do governo, como apontam as condições de produção, é discursivizada como pertencente à coletividade dos brasileiros, a todo o país, e como apta a promover melhorias em setores essenciais da vida em sociedade. Esta formação discursiva será essencial para a efetiva transformação da TV em grande mídia, a partir da década de 1960, em consonância com o discurso dos governos militares no Brasil.

Para alcançar esses objetivos, apontam Wanderley (2008) e Ribeiro e Botelho (2005), o Estado assegurou o funcionamento das emissoras por meio da renovação das antigas leis de comunicação, da criação de um órgão responsável pelo assunto, a EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), do financiamento e execução da eletrificação do país, da viabilização de uma rede de comunicação por satélite e micro-ondas e da instalação de torres de repetição. A televisão de abrangência nacional, compatível com o “projeto nacional de desenvolvimento com segurança” (WANDERLEY, 2008, [sp]), deveria servir não só para unir o Brasil, mas também para protegê-lo de seus inimigos, como os vizinhos sul-americanos (ELIOMAR-FILHO, 2010) e os países comunistas (JAMBEIRO et al, 1998).

Para Ribeiro e Botelho (2005), embora todas as emissoras de televisão tenham sido beneficiadas com a injeção de recursos para a expansão do sistema, houve um particular entendimento entre as aspirações mercadológicas da Rede Globo e as ambições políticas do regime militar, de modo que, enquanto a maioria dos canais se esfacelou, a Globo prosperou

vertiginosamente. Como consequência dessa centralização, as produções locais passaram a ser muito raras, a partir das décadas de 1960 e 1970, tanto na própria Rede Globo como nas demais emissoras, ao mesmo tempo em que “a TV Globo assume efetivamente o ideário estatal da política de integração nacional” (RIBEIRO; BOTELHO, 2005, p. 480), com seu alcance e conteúdo organizados para a construção de um imaginário de unidade no Brasil. As práticas linguísticas da emissora também foram involucradas nesse propósito, como aprofundaremos no Capítulo 4.

A notícia seguinte (Figura 8) exemplifica o modo como a política de integração nacional dos governos ditatoriais militares brasileiros atingia a fronteira e atesta que tal política fazia eco nessa área não só por meio da televisão de abrangência nacional, mas também através dos próprios jornais locais. Em uma edição de 1970, a Folha de São Borja noticiava, na capa, o esforço da Polícia Federal brasileira em cadastrar, pela primeira vez na história do país, os cerca de 50 mil estrangeiros residentes na faixa de fronteira. Os trabalhos iniciariam na fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia e se estenderiam até as Guianas, “tendo em vista preservar a segurança nacional e controlar sistematicamente o fluxo estrangeiro”. A justificativa do governo para o ato é representativa dos sentidos sob os quais o estrangeiro sul-americano estava inscrito no discurso da integração nacional: “Muitos [estrangeiros] sofrem as condições precárias do subemprego, alguns se dedicam ao tráfico de entorpecentes e pequenos contrabandos, outros são considerados perigosos para a segurança nacional”. Para a produção dessa notícia, nenhum estrangeiro foi ouvido pelo jornal, que se limitou à versão oficial dos fatos, isto é, à versão de um governo ditatorial, militar e conservador, para o qual a soberania sobre o território era decisiva para seu projeto de unidade nacional.

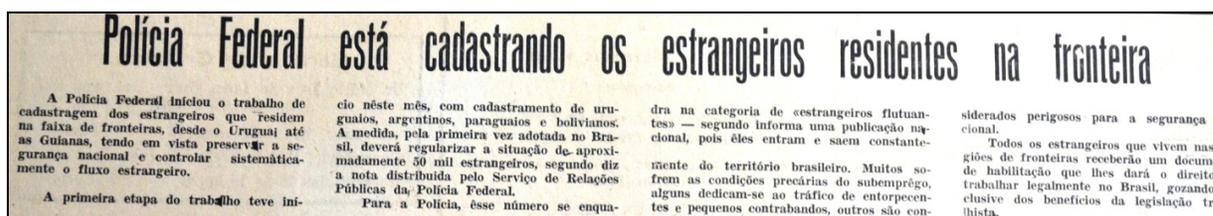


Figura 8 - Estrangeiros são ameaça à segurança nacional. Notícia publicada na Folha de São Borja, São Borja, em 1970.

Se, hoje, a internet vem possibilitando que o fluxo de informações extrapole os limites dos Estados nacionais na esfera global, em uma área de fronteira, as edições de jornais e as ondas de

rádio e televisão sempre tiveram potencial para ultrapassar as linhas divisórias. Por isso, as áreas fronteiriças mereceram especial atenção da política de comunicação dos países platinos, especialmente durante governos que tinham como estratégia a construção de um sentimento nacional ou patriótico. No Brasil, por exemplo, o dispositivo legal da Faixa de Fronteira, recepcionado pela Constituição Federal (1988), coloca sobre o controle do Conselho de Defesa Nacional a prática de atos referentes à instalação de meios de comunicação na região de fronteira (ABREU, 2009), o que faz significar a comunicação fronteiriça, portanto, como uma parte estratégica da defesa nacional.

Já a Lei de Radiodifusão argentina, de 1980, como mostra Zamin (2008), determinava que o Estado nacional promoveria e proveria serviços de radiodifusão, quando estes não fossem prestados pela iniciativa privada, especialmente nas áreas de fronteira, com o objetivo de assegurar a cobertura máxima do território argentino. Em um momento pouco anterior à promulgação dessa lei, no ano de 1978, o Ministério de Defesa argentino produziu documentos mostrando a necessidade de instalar meios de comunicação massivos nas áreas de fronteira do país, complementados por “um plano de ação psicológica”, a fim de combater a forte penetração e influência de emissoras estrangeiras [brasileiras], com sérios riscos para a “aculturação manifestada nos costumes e na língua” (GRIMSON, 2003, [sp]).

A preocupação do governo argentino da época sugere que a fronteira brasileira possuía um poder comunicacional, comparativamente, mais forte. Esse entendimento vai ao encontro de pesquisas que se dedicam a elucidar a história dos meios de comunicação no extremo Sul do Brasil, como as de Dornelles (2004), Adamczuck e Silveira (2004) e Silveira e Pippi (2007), que indicam um precoce e intenso desenvolvimento da imprensa e da radiofonia nessa área. Entre os principais fatores impulsores de tal desenvolvimento, assinalam os autores, estiveram a prosperidade econômica e a vivacidade política da fronteira gaúcha durante o século XIX, alguns possíveis apoios governamentais, tendo em vista a integração do território e, também, a própria proximidade com a Argentina e o Uruguai, que permitiu o contato com um sistema editorial e radiofônico tecnicamente mais desenvolvido que o brasileiro.

Observando as datas e locais de fundação dos primeiros jornais do Rio Grande do Sul, verificamos que eles datam ainda da primeira metade do século XIX e que eram editados na capital, Porto Alegre, e em cidades próximas da fronteira internacional do estado. Dornelles (2004) nos fornece a cronologia de fundação desses jornais: o primeiro surgiu em 1827, na capital, sob o nome de O Diário de Porto Alegre, na condição de partidário da revolução

Farroupilha; nos oito anos que se seguiram ao seu aparecimento, foram lançados 32 jornais de pequeno formato e tiragens, com aproximadamente 400 exemplares cada um; em 1851, foi criado O Pelotense, em Pelotas e, em seguida, o mesmo editor publicou jornais em Jaguarão; em 1861, na cidade de Bagé, foram lançados A Aurora e O Bageense e, em Alegrete, foi fundado o jornal abolicionista A Gazeta de Alegrete, em 1882, o mais antigo jornal em circulação no Rio Grande do Sul, hoje. A descrição da autora mostra que grande parte dos jornais fundados na fronteira gaúcha, ao longo do século XIX, estava ligada à divulgação de ideologias políticas.

Em Uruguaiana, encontram-se, atualmente, exemplares do jornal A Notícia, editado nessa cidade na virada do século XIX e, neles, reproduções de notícias do jornal argentino La Nación. No mesmo arquivo, estão guardadas edições da década de 1920 do La Nación. Esses dois fatos atestam que jornais portenhos circulavam em Uruguaiana nessa época e eram lidos pelos editores do A Notícia. Por outro lado, os jornais uruguaienses desse período, como o próprio A Notícia, podem também ter circulado em Buenos Aires ou em outras cidades platinas, pois eles costumam dispor, em sua tabela de preços, os custos de assinatura “Para o Estrangeiro” ou “No exterior”, os quais, a propósito, não diferem muito dos custos da assinatura nacional. Assim, podemos conjecturar que existia, pelo menos no início do século XX, um intercâmbio internacional de jornais na região platina, possivelmente facilitado pela navegação do Rio Uruguai.

Também a malha radiofônica do interior do Rio Grande do Sul se constituiu precoce e rapidamente. Raddatz (2009), em sua tese de doutorado sobre o papel do rádio na fronteira, comenta que as emissoras de rádio fronteiriças do estado costumam ser muito antigas e exemplifica sua afirmação com a Rádio Charrua de Uruguaiana, criada em 1936, e a Rádio Cultura de Santana do Livramento, de 1946. A Rádio Charrua, por sua vez, é interessante pontuar, foi fundada e dirigida por um argentino até 1939, quando o governo nacional suspendeu suas atividades por ser ilegal a propriedade de meio de comunicação por estrangeiro no Brasil (ADAMCZUCK; SILVEIRA, 2004). Essas mesmas autoras afirmam que o Uruguai e a Argentina influenciaram a radiofonia gaúcha, também, através do alto nível técnico que possuíam e dos estilos musicais platinos que eram veiculados por suas emissoras e apreciados no Sul do Brasil. Rádios de Buenos Aires e Montevideú eram sintonizadas no Rio Grande do Sul desde a década de 1920, em alguns pontos, com melhor qualidade de sinal do que as de São Paulo e do Rio de Janeiro (FERRARETO, 2002), fazendo com que as capitais platinas funcionassem como referência de cultura e modernidade no imaginário local.

Contudo, tanto Raddatz (2009) quanto Adamczuck e Silveira (2004) acreditam que a expansão da malha radiofônica na fronteira pode ter tido motivações para além da capacidade econômica e técnica de operar as emissoras, uma vez que o rádio funcionaria como uma marca do nacional e uma barreira contra o estrangeiro nessa zona limítrofe. Isso justificaria a existência, na faixa de fronteira, do dobro de emissoras em relação ao resto do estado do Rio Grande do Sul, das décadas de 1920 a 1940 (ADAMCZUCK; SILVEIRA, 2004). O fato de ter se construído na interface da radiofonia argentina e uruguaia, no entanto, não interferiu nos propósitos nacionalizantes do rádio daquela época, segundo as autoras (2004, p. 126-127), pois a grade de programação das emissoras, nesse período, apresentava um tom nacionalista, que “contribuiu para desenvolver na mentalidade fronteiriça a noção de um nacionalismo de inserção periférica, franqueou a defesa de um ideal de brasilidade, contrastando com a precária integração anterior”.

Algo semelhante se pode conjecturar para os veículos impressos, pois os jornais uruguaianenses, até meados do século XX, privilegiavam destacadamente os conteúdos nacionais, eram redigidos em língua portuguesa praticamente em sua totalidade, publicavam com pouca frequência anúncios comerciais ou classificados da vizinha Paso de los Libres ou, mesmo, de outras partes da Argentina ou do Uruguai. O jornal A Notícia, em 1905, por exemplo, trazia como uma espécie de slogan da época, ao lado do seu nome, as palavras “Pátria” e “República”, enquanto sua linha editorial se resumia em “Defende os interesses licitos do commercio”. Outro jornal chamava-se “A Nação” e, em 1937, se apresentava como órgão da Frente Única, isto é, atuava como representante de um grupo de oposição ao governo no cenário político brasileiro do período.

Isso não significa que não houvesse espaço para os países vizinhos nas páginas desses jornais e, tampouco, que a representação deles efetuada fosse principalmente negativa. Os exemplos das figuras 7a e 7b, contradizem uma afirmação dessa natureza, pois mostram como a língua espanhola e os fatos dos países limítrofes estavam presentes nesses jornais. Também os já citados estudos de Sturza e Fernandes (2009) identificam a presença da língua italiana e francesa, além da espanhola, em jornais do início do século XX, frequentemente em notas de associações étnicas e instituições representativas direcionadas aos seus membros. O que o estudo dos jornais fronteiriços, como os de Uruguaiana, desse período, evidencia é que eles buscavam se significar como brasileiros. Eles estavam territorialmente situados na fronteira, o que produzia contatos com o país limítrofe e, conseqüentemente, notícias dele decorrentes, mas não comprometia seu vínculo primordial com o Brasil. Os jornais impressos da fronteira inseriam-se, assim, em um

“nacionalismo periférico”, como nas palavras de Adamczuk e Silveira (2004), e ajudavam a alimentá-lo no imaginário local. Nosso entendimento é de que a leitura dos jornais dessa época pode revelar um cotidiano fronteiriço menos integrado do que ele realmente era, em decorrência do vínculo dos jornais com grupos de elite, letrados e com o próprio Estado brasileiro e sua política.

Portanto, a fronteira como limite também está significada nos meios de comunicação, por meio da origem das notícias, da representação que fazem do outro lado, da língua em que enunciam, dos espaços por onde circulam os jornais e por onde as ondas de rádio e televisão se espalham. A questão é se esse nacionalismo periférico que a mídia ajudou a construir na fronteira foi ou está sendo afetado por novos significados projetados pela relação de integração que fundamenta o Mercosul, atualmente. Um estudo sobre a radiofonia na província de Misiones, Argentina, elaborado por Carlos da Rosa (2005), sugere que sim: que os meios de comunicação da província, na sua relação com os veículos brasileiros que a alcançam, começam a construir uma nova condição de integração em locais específicos de contato.

O exemplo de Misiones é representativo das particularidades fronteiriças, pois se trata de uma província que possui 70% do seu território em área de fronteira, com o Brasil e o Paraguai; além disso, apresenta uma história de colonização brasileira e paraguaia, bem como de forte presença das línguas portuguesas e guarani (ROSA, 2005). Segundo o autor, a história da radiofonia da província pode ser dividida em três etapas, que se caracterizam pelas diferentes interpretações do que é uma fronteira internacional em cada momento histórico. Na primeira etapa, que vai até 1960, na fronteira de Misiones com o Brasil, havia um vazio comunicacional do lado argentino, enquanto o lado brasileiro era marcado pelo que o autor chama de “uma política comunicacional definida” para a fronteira. A segunda etapa vai dos anos 1960 aos 1980, na qual, sob a ótica de governos militares argentinos, a fronteira missioneira é concebida como o começo do fim do país, de modo que veículos de comunicação são criados na área não para integrar, mas sim para opor, resistir e afrontar os meios estrangeiros, fundamentalmente, os brasileiros (ROSA, 2005).

A terceira e atual etapa, contudo, é de integração, a qual se iniciou com o Mercosul e que ainda está em andamento. De acordo com Rosa (2005), muitos meios de comunicação surgiram desde então, menos com o propósito de contrapor e mais com o de conviver e compartilhar um espaço comum. Os meios de comunicação, na opinião do autor, já não funcionam como uma barreira para a penetração dos sinais brasileiros, antes, atuam como mediadores em pequenos

microclimas que possuem uma história comum. Em cidades como Bernardo de Irigoyen e El Soberbio, na fronteira com o Brasil, por exemplo, Rosa (2005) identificou, na programação das rádios locais, espaços que emitem informação específica para um público que está do outro lado. Desse modo, o Mercosul estaria contribuindo para uma reorganização midiática do local-fronteiriço.

Entendemos, com Cataia (2011), que, no presente, as regiões fronteiriças são as primeiras a sentir os efeitos da integração econômica e cultural. Isso, porém, não significa que elas perderam sua função ou significado no mundo globalizado. As palavras do autor (2011, p. 30) são elucidativas dessa concepção:

As fronteiras políticas não precisam, necessariamente, serem vistas como agentes da cisão dos povos subordinados à soberania do Estado territorial, tal como foram concebidas desde o Tratado de Westphalia, tampouco precisam ser desmanteladas em nome de uma globalização perversa a serviço das grandes empresas, mas podem ser instrumentos de compartimentação de projetos socioterritoriais que, apesar de divididos, podem espessar princípios gerais de dignidade e humanidade.

Para Cataia (2011), a globalização torna a problemática das fronteiras mais complexa na medida em que aspectos técnicos e políticos tornaram o território mais poroso. Essa porosidade ocorre, segundo o autor, devido a uma disjunção técnica entre soberania e território, que aumenta na medida em que evoluem e se difundem as tecnologias de comunicação e em que, simultaneamente, se abrem os mercados internacionais. A interseção entre território e soberania foi a marca fundamental do Estado moderno, mas já não é a dos Estados atuais, os quais, no marco da globalização, são impelidos a criar inovações legais que, por um lado, buscam traçar o território como chão da nação e, por outro, procuram desenhar o território para a fluidez das empresas transnacionais (CATAIA, 2011).

Segundo o autor (2011), o grau de permeabilidade, entretanto, é diferenciado quando se trata de fluxos humanos e materiais e de fluxos informacionais:

Hoje, as fronteiras políticas não perderam seu significado de barreira jurídica estabelecida pelo Estado- que é sua razão de ser-, sobretudo quando nos referimos ao trânsito de pessoas e mercadorias, no entanto, as fronteiras políticas não são eficazes contra os fluxos informacionais (de voz, de imagens, de dados, enfim, de mensagens, inclusive e principalmente financeiras), por isso, os territórios são mais permeáveis. A nova variável que desponta no pós-guerra, mas especialmente a partir dos anos 80, que vai dar novos significados às fronteiras e aos territórios é a variável informacional (CATAIA, 2011 p. 16).

Portanto, os meios de comunicação, por sua capacidade técnica de ultrapassar fronteiras com mais facilidade do que pessoas ou bens materiais, são eficientes operadores da integração

regional. Do ponto de vista do conteúdo, isto é, da informação veiculada pela mídia, entendemos que sua circulação colabora para a integração regional em três principais frentes: econômica, política e sociocultural. Na cooperação econômica, a mídia fornece informações para que os usuários possam usá-la como matéria-prima para anteciparem-se aos fatos do mercado em que estão intervindo (CALDERON, 1995). Por isso, a partir dos exemplos de Caro (1995), extraímos que processos de integração regional tendem a mudar a agenda das notícias na direção de pautas econômicas, a fim de suprir a demanda de informações para o controle dos investimentos.

A informação midiática também contribui para o funcionamento da esfera política, quando blocos atingem o nível de representação regional (CARBAJO, 1995), como é o caso do Parlamento Europeu e do Parlamento do Mercosul. Por fim, de um ponto de vista sociocultural, a informação veiculada pode ajudar a construir um sentimento de pertencimento ao bloco, bem como a promover um ambiente de paz na relação entre os países que o compõem: “Hay que desechar el temor a integrarse; pero, lo primero, es conocerse. La ignorancia, la falta de especialización sobre los temas a tratar, la dependencia de las agencias noticiosas o la carencia de nuestro propio punto de vista, atentan contra el juicio objetivo e imparcial” (CANALES, 1995, p. 71), afinal, “nadie se integra con el enemigo por simple conveniencia” (CALDERON, 1995, p. 45).

Os autores supracitados discutem a participação dos meios de comunicação na integração regional com base na história da União Europeia, na qual teve grande relevância a ampliação do mercado comunicacional para rádio e televisão. Em 1980, esse bloco lançou a primeira iniciativa no campo midiático, com uma carta que estabelecia um mercado comum para rádio e televisão, o que impulsionou a criação de canais transfronteiriços, de modo que, em 2005, funcionavam 160 deles, a maioria privada (HIRSCH; PETERSEN, 2007). O mercado comunicacional comum foi estimulado pela União Europeia para competir com a programação norte-americana, altamente consumida na Europa (MCQUAIL, 2007). Porém, isso resultou em duas limitações: em um desequilíbrio entre países produtores e consumidores na Europa, já que a maioria dos produtos midiáticos é produzida na França, Alemanha, Espanha, Itália e Reino Unido (TUNSTALL, 2007); e em uma programação de entretenimento e popular, que é o carro-chefe desses canais privados (MCQUAIL, 2007). Assim, atualmente, a diversidade midiática na União Europeia diz respeito apenas à variedade de oferta e consumo de produtos midiáticos. Para sua ampliação, os veículos públicos e estatais configuram o principal (senão único) lugar em que seria possível contemplar

uma programação de conteúdo integrador e com produções diversificadas, a partir da intervenção direta dos Estados sobre eles (MCQUAIL, 2007).

Já no Mercosul, o papel dos meios de comunicação na integração do Mercosul parece ter sido, até o momento, incipiente ou insatisfatório, na visão dos diversos autores que trazemos, na sequência, para compor esse debate. As primeiras instâncias de discussão sobre o tema na estrutura organizacional do bloco datam de 1995 e, atualmente, ele (o tema meios de comunicação) se dispersa entre o Subgrupo de Trabalho Comunicação (SGT1 do Grupo Mercado Comum), criado em 1995; a Reunião Especializada em Comunicação Social (RECS), instituída em 1996; a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais (RECAM), instaurada em 2003; e a Reunião de Ministros da Cultura, que iniciou em 1995, como podemos verificar no *site* oficial do Mercosul. Como destacam Haussen, Conte e Franceschi (1999), não há uma política de comunicação no Mercosul, de modo que, no bloco, é preservada a autonomia dos Estados-parte.

Nesse sentido, os últimos governos dos países signatários do Tratado de Assunção têm mostrado uma disposição à renovação de leis de comunicação nacionais e ao investimento em veículos estatais, públicos e educativos, os quais podem ser mais facilmente mobilizados para projetos conjuntos voltados à integração, conforme podemos interpretar do “Seminário Políticas Públicas de Comunicación en el Conosur”, ocorrido em 2005 e com anais publicados em 2008. Essa disposição também foi alvo de debates organizados no marco do Mercosul, como mostra a ata da Reunião Especializada em Comunicação Social de 2010, na qual constituíram temas de pauta os “informes actualizados sobre la situación de los medios públicos”, a “realización del II Seminario sobre ‘La Comunicación Pública en el Proceso de Integración Regional’” e a “Creación de una Comisión Ad Hoc para elaborar um estudio de las legislaciones nacionales sobre medios de comunicación audiovisual”.

Porém, explicam Haussen, Conte e Franceschi (1999) e Soares (2008), as ações de integração na área radiofônica e audiovisual, além de infrequentes, têm sido mais frutíferas na mão de agentes externos ao Mercosul, privados ou públicos. São exemplos o Programa DocTv Iberoamerica (SOARES, 2008); exposições no âmbito do Itaú Cultural (RIBENBOIN, 2002); a formação de parcerias entre veículos de comunicação, como é o caso do Grupo Diários das Américas (CALDERON, 1995), da Rede de Diários Econômicos da América Latina (CRESPO, 1995), da Rede Cone Sul de Comunicações (PEREIRA, 2004) e da Via Radiofônica do Mercosul

(HAUSSEN; CONTE; FRANCESCHI, 1999), estas duas últimas formadas por rádios gaúchas em parceria com outras do extremo Sul do continente americano.

Sobre esse aspecto, é válida a comparação com a situação da União Europeia, que enfrenta dois principais problemas relacionados a produções de circulação regional, recorrentemente comentados na publicação do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), de 1995, que discute o papel dos meios de comunicação no processo de integração: 1) a diversidade linguística, mas, sobretudo, 2) a dificuldade em alcançar publicidade internacional (LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995).

Diferentemente da Europa, a diversidade linguística da mídia do Mercosul é menos contundente, uma vez que o português e o espanhol estão presentes na quase totalidade dos produtos midiáticos produzidos no bloco. Isso contribuiu para que, mesmo antes do Mercosul e das parcerias dele decorrentes, os países-membro já realizassem o intercâmbio de produtos comunicacionais, mas, nesse caso, com sua circulação orientada exclusivamente pela lógica comercial, sobretudo entre os países de língua oficial espanhola (Argentina, Paraguai e Uruguai) (MAZZIOTTI ET AL, 2001).

Esses autores nos mostram que, na indústria audiovisual, essa lógica alimentou grandes assimetrias na relação produção-consumo entre os países do Mercosul, com Brasil e Argentina sendo exportadores e Uruguai e Paraguai importadores de filmes, telenovelas, seriados e outros formatos ficcionais. Isso sugere que, enquanto uma política comunicacional com vistas à integração regional no Mercosul não receber a devida atenção, os países com a indústria cultural mais poderosa, se projetarão culturalmente sobre os demais, pois, como adverte Mattelart (2000), o livre-arbítrio não impera no universo da cultura global, uma vez que existe um grande desequilíbrio nas relações entre os diversos países e regiões produtores e difusores de cultura.

As disparidades entre os Estados não afetam somente a circulação dos produtos culturais em seus mercados, mas também sua própria representação na imprensa. O Grupo Mercado Comum do Mercosul, ciente desse problema, ainda em 1996, criou, através da Resolução nº 155, a Reunião Especializada em Comunicação Social (RECS), com o argumento de que “a integração será mais efetiva com um melhor conhecimento e apreciação mútua do processo em curso, através de um amplo e ágil intercâmbio de notícias que contribuam para o entendimento recíproco”. Nesse mesmo documento, estava prevista a “difusão de toda informação vinculada ao

Mercosul, de forma individual ou conjunta, por meio de programas de cooperação entre agências de notícias, rádios e televisões oficiais, assim como outros meios de comunicação social”.

Ao lermos as atas resultantes dos encontros da Reunião Especializada em Comunicação Social de 2006 (ata nº 1), 2008 (atas nº 1, 2 e 3), 2009 (acta nº 1) e 2010 (acta nº 1), apreendemos que a criação de um órgão de divulgação para o Mercosul ainda não foi concretizada de maneira satisfatória. Uma unidade de divulgação e comunicação social foi sugerida em 2008, pois “Las delegaciones coincidieron en la importancia de la creación de una Unidad de Divulgación y Comunicación Social del MERCOSUR”. Em 2010, tal unidade foi novamente requisitada: “La RECS entiende que la creación de una estructura mínima que cuente con un plan de comunicación es fundamental para ayudar a la sociedad de los diferentes países a entender el MERCOSUR y su proceso de integración y consolidación”.

Nesse sentido, é produtiva outra comparação com a União Europeia, onde, em 1995, trabalhavam na sua sede, em Bruxelas, cerca de 790 profissionais dedicados a difundir informação sobre o bloco e seus países (ELPHICK, 1995), com o principal objetivo de fazer os cidadãos tomarem conhecimento do funcionamento e influência do bloco em sua vida cotidiana (PICCAROLO, 1995). Assim mesmo e apesar de a imprensa ter assumido, em geral, um compromisso ativo em favor da ideia europeia em praticamente todos os Estados-membro, Carbajo (1995) identificou na mídia da Europa um baixo índice de referência ao bloco, cerca de 3,5% da informação total, bem como a apresentação dos temas da comunidade a partir dos problemas domésticos, sua alocação em seções distantes do público, como na de Internacional, predomínio de temas relacionados à economia e ausência daqueles que reforcem a identidade e os vínculos entre as nações europeias (CARBAJO, 1995).

Bierhoff (1995) explica que, na Europa, os meios de comunicação ainda têm uma postura muito nacionalista, e os jornalistas, inabilidade para tratar dos assuntos e da diversidade regional, para cuja solução formou-se uma rede informal de escolas de comunicação, visando a uma capacitação conjunta:

La segunda razón que explica la actitud cautelosa hacia la integración radica en que, en Europa, los medios de comunicación tienen todavía una actitud cultural sorprendentemente nacionalista. El idioma es un factor importante, por supuesto, pero lo son también los diferentes estilos periodísticos [cinco estilos diferenciados en Europa] y los papeles desempeñados por los medios que han determinado que la penetración a otras partes de Europa sea algo bastante excepcional. La gran mayoría de los periodistas carece simplemente de las herramientas para expresarse en el extranjero, no sabe cómo actuar en otras partes de Europa, ni cómo identificar las fuentes en otro país (BIERHOFF, 1995, p. 73).

Verificamos, desse modo, que as dificuldades vivenciadas pela União Europeia não são tão diferentes das enfrentadas pelo Mercosul, no âmbito da mobilização dos meios de comunicação para a integração regional. A organização dos blocos, em geral conduzida por técnicos, privilegia a vertente econômica, deixando de lado as demais questões sócio-políticas e culturais (HAUSSEN; CONTE; FRANCESCHI, 1999). Isso se reflete, nos meios de comunicação dos países, na pequena presença de produtos culturais dos países vizinhos e na veiculação reduzida, negativa ou assimétrica da imprensa. Mesmo na mídia do Rio do Grande do Sul, onde a proximidade geográfica e cultural torna os acontecimentos do Mercosul de maior interesse noticioso, a abordagem da mídia não vai muito além do futebol e da economia e não reflete nem a identidade platina, nem a vida dos seus fronteiriços (BATISTA; CORREA, 2010).

Como resultado da falta de políticas midiáticas para a integração regional, estudos realizados ao longo dos 20 anos de vigência do Mercosul mostram que o bloco e os países que o compõem são pouco, assimetricamente e, até mesmo, negativamente noticiados na imprensa brasileira, argentina, paraguaia e uruguaia (PICCININ; SELLI, 2008; HAUSSEN; CONTE; FRANCESCHI, 1999; SOUSA, 2001; BATISTA; CORREA, 2010; STEINBERGER-ELIAS, 2005; JACKS; MACHADO; MÜLLER, 2004; PEREIRA, 2004). Existe uma baixa referenciação ao Mercosul nos jornais brasileiros, a qual decresce na medida em que se avança para o Norte do país (SOUSA, 2001). Quando o Mercosul está presente na imprensa, costuma ser representado como um “sonho bolivariano” precariamente realizado a partir do modelo da União Europeia e dos interesses dos países do Norte (STEINBERGER-ELIAS, 2005). Também, muitas vezes, os países vizinhos são noticiados individualmente, sem que seja realizada menção ao Mercosul (PICCININ; SELLI, 2008).

No Jornal Nacional, apenas 4,21% do tempo das notícias internacionais e 1,09% de todo o telejornal dizem respeito a acontecimentos ocorridos nos países que compõem o Mercosul, sendo sobre a Argentina a quase totalidade das informações (PICCININ; SELLI, 2008). Nas principais rádios de Porto Alegre, do total das 30 horas pesquisadas, apenas 10 minutos e 5 segundos (0,5% da programação) trataram de temas relativos ao Mercosul (HAUSSEN; CONTE; FRANCESCHI, 1999). Comparando o grau de referencialidade de Brasil e Uruguai na mídia online desses países, Batista e Correa (2010) constataram que o jornal brasileiro Zero Hora Online dedicava 2,55% de suas entradas ao Uruguai, enquanto o jornal uruguaio El País dedicava 9,19% do seu espaço ao Brasil, no mesmo período. Além disso, Zero Hora Online enfatizava temas esportivos e

marginalmente, ao passo que El País priorizava temas econômicos e centralmente, revelando um desequilíbrio noticioso entre países mais e menos desenvolvidos do bloco.

Em relação à Argentina, Jacks, Machado e Müller (2004) explicam que jornais sul-brasileiros constroem uma representação dos argentinos que oscila entre desfavorável (48,6% dos textos), tensionada (26,6%) e favorável (24,8%), com grande recorrência à palavra “hermanos”, atrelada a significados, frequentemente, negativos²⁵. Desse último exemplo, pode-se dizer que, no discurso dos jornais sul-brasileiros, o sentido da palavra “hermano” sofreu um deslocamento, passando a designar, especificamente, os sujeitos de língua hispânica do Mercosul, como modo de distinção em relação aos de fala portuguesa.

As potencialidades integrativas dos meios de comunicação, portanto, não foram ainda mobilizadas de modo significativo no Mercosul, seja na criação de veículos de alcance supranacional, no intercâmbio ou produção conjunta de produtos midiáticos, na difusão de um discurso midiático frequente e positivo sobre o bloco e sobre os países que o compõem. A isso se somam um século de políticas nacionalizantes para os meios de comunicação com vistas à promoção da integração nacional de cada país membro. Como clama Arnoux (2012), “los medios deben hacer un esfuerzo y los gobiernos deben implementar políticas para que esas emisiones que permiten el conocimiento del otro latinoamericano lleguen a todos”.

Diante disso, a questão que se apresenta a este estudo é se, na mídia fronteiriça, essa realidade se repete ou se a proximidade geográfica tem favorecido uma maior integração na circulação dos produtos midiáticos e nos discursos por eles difundidos. O estudo do funcionamento dos jornais fronteiriços atuais pode apontar, mesmo que parcialmente, para uma resposta a essa questão. Por isso, no próximo tópico, com base nos jornais que compuseram o *corpus* desta pesquisa, discutiremos como eles atuam na reprodução e na construção de um local submetido às forças das esferas nacional, regional e global.

²⁵Um mapeamento histórico realizado pelas autoras, em edições do jornal Zero Hora, de 1974 a 2001, mostra que, nas décadas de 1970 e 1980, a palavra “hermanos” era muito pouco usada nos textos do jornal; que suas aparições começaram a ascender a partir da década de 1990 e tiveram seu ápice no ano 2000 (JACKS; MACHADO; MÜLLER, 2004), ou seja, o uso da palavra se proliferou no momento da consolidação do Mercosul e da dolarização da economia argentina.

3.3 A articulação entre local, nacional, regional e global nos jornais da fronteira: uma aproximação à circulação e ao conteúdo noticioso.

Os jornais produzidos em áreas limítrofes do país são, neste estudo, a exemplo dos de Müller (2003, 2004, 2005), Müller et al (2010), Zamin (2008, 2010) e Raddatz (2009), chamados de jornais de fronteira ou fronteiriços. Essa especificação “de fronteira/frenteiriço” busca assinalar as particularidades de um funcionamento em que o internacional e o local podem se sobrepor, isto é, podem conformar, ao mesmo tempo, um só eixo de produção do jornal e um só público consumidor. Nos jornais produzidos em áreas centrais, longe das periferias da nação, esses dois espaços, o local e o internacional, são inconfundíveis, a ponto de constituírem diferentes editoriais. Por isso, frequentemente, há nos jornais impressos centrais uma ou mais páginas (a editoria de internacional) dedicadas somente a notícias de outros países, as quais se caracterizam por abordar fatos geograficamente distantes da redação e dos leitores do jornal. Nos jornais fronteiriços, o que acontece em outro país pode estar próximo da redação e dos leitores, desde que ocorra na zona de fronteira, se confundindo, portanto, com as notícias locais.

Os jornais de fronteira, apesar das notícias, da rotina produtiva e do público internacional que possuem (ou podem possuir), funcionam como jornais locais. Isto é, têm uma área de abrangência local e mantêm vínculos muito próximos com a sua comunidade de leitores (DORNELLES, 2004, 2005). De acordo com Dornelles (2005), os jornais locais, de interior, se estabeleceram no Rio Grande do Sul no final do século XIX até a segunda metade do século XX, a partir da percepção dos empresários comunicacionais acerca da necessidade que o público sentia de ser informado sobre os acontecimentos locais e de contar com um veículo em que pudesse manifestar suas reivindicações e realizar denúncias, o que não era oportunizado pela grande imprensa²⁶. No estado, houve um período de decadência da imprensa interiorana na década de 1950, seguido da sua reascensão em meados de 1970, explica a autora (2004). É nessa conjuntura de reascensão que se enquadra a quase totalidade dos jornais fronteiriços mobilizados por este estudo (Ver Quadro 1).

Outros jornais são ainda mais recentes, das décadas de 1990 e 2000, estando sua fundação atrelada à consolidação da globalização. Paradoxalmente, a globalização impulsionou a criação de jornais locais no Brasil e em outras partes do mundo, em decorrência de transformações conjunturais, como a facilidade de acesso (custo e operação) a novas tecnologias de edição e impressão, a construção de mais vias de ligação (pontes, estradas, rotas aéreas, etc.), a crise da

²⁶ Sobre jornais locais e suas políticas editoriais, ver Tópico 2.5.

grande imprensa e um movimento de reterritorialização que não exclui, nem despreza o global (PERUZZO, 2003; FERNANDES, 2004; STAHLBERG, 2005). Na fronteira platina, essas transformações foram acompanhadas por outras atreladas ao Mercosul, em que se inclui a revitalização dessa área como rota comercial e turística, fato que, indiretamente, impulsiona o desenvolvimento das mídias locais.

Mas o que é local na fronteira? Segundo Peruzzo (2003), o local se constitui num espaço característico constituído por partes que se relacionam, mas que ora se identificam, dependem umas das outras, e ora são excludentes. No entanto, o local, ao mesmo tempo em que não permite a demarcação exata de limites, também carrega o sentido de um espaço determinado, de um lugar específico, no qual o sujeito se sente inserido e partilha sentidos com seus semelhantes.

Sendo assim, o local na fronteira pode incluir apenas as cidades brasileiras próximas ou pode incluir, também, a cidade-gêmea internacional. Jornais uruguaianenses do início do século XX abrangiam uma área cujas cidades estavam distantes cerca de 500 km uma da outra, de São Borja a Jaguarão. Ou seja, o local se delimitava pela própria condição de ser fronteira brasileira, o que significa que essas cidades geograficamente distantes convergiam em uma unidade social, política, econômica e cultural. Hoje, o local dos jornais fronteiriços é geograficamente mais restrito, em razão do maior número de cidades e da maior quantidade de jornais circulando nessa área, de tal modo que podemos encontrar, em quase todas as cidades fronteiriças, pelo menos um jornal nelas editado.

Não necessariamente um jornal fronteiriço brasileiro está editorialmente projetado para o público da cidade-gêmea com que faz divisa, como podemos constatar pelos depoimentos de diretores, chefes de redação e jornalistas apresentados no Tópico 2.5. Isto é, um jornal de fronteira pode ter como público-alvo os moradores apenas das cidades brasileiras limítrofes à Argentina ou ao Uruguai, sem pretender atingir os moradores das cidades uruguaianas e argentinas, mesmo que elas estejam territorialmente mais próximas e sejam consideradas geminadas às brasileiras. É o caso do Diário da Fronteira, de Uruguaiana, que, na capa, especifica as cidades que abrange, todas do lado brasileiro da fronteira, área que ele designa como “Fronteira Oeste” (Figura 9). Isso, porém, não impede que fatos da cidade vizinha Paso de los Libres, ocasionalmente, façam parte do noticiário, mas diminui a intensidade dessa presença, em comparação com os jornais que têm na cidade geminada um público-alvo.

Já o jornal Folha Barrense, de Barra do Quaraí, inclui as argentinas Monte Caseros e Paso de los Libres, bem como a uruguaia Bella Unión, entre as suas cidades de abrangência (Figura 10).



Figura 9 - Abrangência do jornal Diário da Fronteira, de Uruguiana. Capa do jornal, em 2011.



Figura 10- Abrangência do jornal Folha Barrense, de Barra do Quaraí. Capa do jornal, em 2011.

Por meio da observação dos jornais e dos depoimentos de seus diretores, chefes de redação e jornalistas, organizamos um quadro sobre sua circulação (Quadro 3), isto é, sobre o espaço que delimitam como o local-fronteiriço. A leitura desse quadro nos mostra que, de nove jornais, três incluem cidades uruguaias à sua área de abrangência e um inclui cidades uruguaias e argentinas. Os seis restantes delimitam o local-fronteiriço apenas com cidades brasileiras.

Jornal	Cidade	Circulação
A Gazeta do Povo	Porto Xavier	Brasil (Cândido Godói, Campina das Missões, Porto Xavier, Porto Lucena)
Folha de São Borja	São Borja	Brasil (São Borja, Santo Antônio das Missões)
Folha de Itaqui	Itaqui	Brasil (Itaqui, Maçambará)
Diário da Fronteira	Uruguiana	Brasil (Alegrete, Barra do Quaraí, Garruchos, Maçambará, Itaqui, Quaraí, São Borja e Uruguiana)
Folha Barrense	Barra do Quaraí	Brasil, Argentina e Uruguai (Barra do Quaraí, Bella Unión, Monte Caseros, Paso de los Libres, Uruguiana, Caxias do Sul)
Folha de Quaraí	Quaraí	Brasil e Uruguai (Quaraí, Artigas)
A Plateia	Santana do Livramento	Brasil e Uruguai (Santana do Livramento, Rivera)
A Folha Regional	Jaguarão	Brasil (Jaguarão, Arroio Grande e Herval)
Manchete Regional	Aceguá	Brasil e Uruguai (Aceguá-Acegua)

Quadro 3 - Circulação dos jornais fronteiriços que integram o *corpus* da pesquisa. Fonte: o autor.

Noticiar fatos ocorridos em países fora do eixo principal de produção e circulação do jornal faz parte do chamado jornalismo internacional (NATALI, 2004). Nos jornais impressos dos centros econômicos e políticos das nações, o eixo de produção e circulação se concentra em um único país, de modo que tudo que acontece fora dele é classificado como internacional. A nacionalidade dos leitores e a do jornal central frequentemente coincide, de modo que as notícias internacionais são produzidas tendo em mente um leitor nacional, que quer informar-se sobre outras partes do mundo. Em contrapartida, nos jornais fronteiriços, tal eixo de produção e circulação não se limita a um único país: os consumidores das notícias são de distintas nacionalidades, pois os jornais, potencialmente, circulam dos dois lados da linha divisória. Assim, um uruguaio pode informar-se sobre seu país através de um jornal brasileiro da fronteira, em detrimento de um jornal local ou nacional do Uruguai. Cabe, então, compreender os jornais fronteiriços nessas duas dimensões, local e internacional, que, combinadas, resultam em um funcionamento muito particular.

São exemplos de notícias que poderíamos chamar de internacionais-locais aquelas que organizam títulos como: “PF apreende cerca de 300 quilos de maconha em Libres” (Diário da Fronteira, 15/04/2010); “Segundo *freeshop* é realidade em Aceguá” [Uruguai] (Manchete Regional, 1-15/02/2011); “Uma balsa na tríplice fronteira” (Folha Barrense, 30/11/2011). Também são veiculadas, na imprensa fronteiriça, notícias internacionais propriamente ditas, sobretudo, embora não apenas, quando o país vizinho é público consumidor dos jornais, como é o caso das informações uruguaias publicadas por A Plateia: “Trabajo infantil: 35 mil niños en el Uruguai” (A Plateia, 13/06/2010). O conteúdo internacional-local dessas notícias é revelador de uma territorialidade fronteiriça, em que se estabelecem trocas de diversas ordens, apesar da regulação jurídico-política dos diferentes Estados (MOTA, 2010).

Estudos sobre a história do jornalismo internacional na América Latina, como os de Díaz-Rangel (1991), mostram que, do período colonial aos dias atuais, os países mais presentes no noticiário internacional dos jornais latino-americanos foram aqueles com os quais esses países apresentavam relações políticas e econômicas (em geral de dependência) mais acentuadas. Assim, enquanto colônias, os países mais noticiados pelos jornais hispano e luso-americanos eram Espanha e Portugal, respectivamente; na medida em que as colônias se tornaram nações independentes, potências europeias, como Inglaterra, França e Alemanha, começaram a ganhar espaço nas páginas noticiosas dos seus jornais; situação que se manteve até meados do século XX, quando os Estados Unidos tornou-se o principal tema do noticiário internacional latino-americano,

devido à sua projeção econômica e política sobre o continente. Essa posição se mantém, com alguma variação, até os dias atuais (NATALI, 2004; DÍAZ-RANGEL, 1991).

Se a lógica do jornalismo internacional latino-americano voltar a se repetir no tempo presente, isto é, dar prioridade às notícias sobre as potências econômicas com as quais cada país mantém relações, teríamos como resultado potencial uma maior presença brasileira nos noticiários uruguaios e argentinos do que o inverso, devido à atual projeção econômica e política do Brasil sobre o bloco. Os estudos apresentados no Tópico 3.2 sobre a referenciação de Brasil, Argentina e Uruguai, na imprensa dos três países, parecem confirmar essa suposição. Cabe ressaltar, contudo, que a presença de um país no noticiário de outro não se deve apenas à importância econômica e política do primeiro, mas, igualmente, a todo um aparelhamento estratégico de difusão de informação que acompanha tal condição de potência. Assim, pela leitura da obra de Díaz-Rangel (1991), podemos perceber que, na história latino-americana, por exemplo, houve uma articulação entre as agências de notícias Havas (francesa), Reuters (inglesa), Wolf (alemã) e Associated Press (norte-americana) e os governos de seus países para a intensa difusão de notícias sobre essas potências entre os países latino-americanos e, mais do que isso, de notícias “convenientes”. A ascensão econômica e política de uma nação, portanto, é acompanhada de um desenvolvimento dos seus aparatos informacionais, seja desde os interesses do governo, seja desde os interesses da iniciativa privada, seja desde a articulação de ambos.

Já, nos jornais fronteiriços, tais assimetrias entre as nações podem se revelar não só nos diferentes graus e modos de referenciação aos países mais e menos poderosos, mas também no sucesso dos próprios jornais como mercadorias, como bens de consumo. Hoje, por exemplo, enquanto Uruguai possui pelo menos cinco jornais, incluindo diários e semanários (Diário da Fronteira, Jornal de Uruguai, Momento de Uruguai, Tribuna e Cidade), Paso de Los Libres conta com apenas o semanário Horizonte. Em Santana do Livramento, encontramos um jornal de grande tradição e qualidade, A Plateia, que compete por leitores uruguaios com o pequeno Jornada, de Rivera. Na fronteira São Borja/Santo Tomé, do lado brasileiro circula diariamente, há 40 anos, a Folha de São Borja, contrastando com o lado argentino que não possuía nenhum jornal impresso editado na cidade, no final de 2011. Assim, a imprensa brasileira parece ser mais proeminente e bem-sucedida nas cidades fronteiriças do que a imprensa das cidades geminadas correspondentes, pelo menos nas principais delas e no domínio dos jornais impressos. A exceção, nessa regra, é a fronteira Chuí/Chui, onde a cidade brasileira não produz jornais locais. Isso

assinala que o rápido e intenso desenvolvimento da mídia de fronteira do Brasil em relação à dos países vizinhos, apresentada no Tópico 3.2, a favorece ainda hoje.

Segundo Sousa (2001), as notícias e os fluxos internacionais de informação têm sido objeto de preocupação científica desde os anos 1950, por sua importância na construção das imagens que os povos têm uns dos outros, na tomada de decisões sobre assuntos internacionais, no impacto cultural sobre os grupos sociais que, em tempos de globalização, compartilham as mesmas experiências noticiosas. Para Steinberger-Elias (2005), o jornalismo contribui para a construção de um imaginário internacional, a partir da imagem que os meios de comunicação promovem sobre países estrangeiros e a realidade internacional, em categorias geopolíticas instituídas discursivamente como países, blocos, nações, comunidades. O impacto das notícias internacionais nos jornais é apresentado por Zamin (2010), em termos de efeitos sobre a geopolítica, isto é, sobre a distribuição de poderes entre as nações:

Por fazer referência ao contexto externo, já que trata de narrar o que acontece em outro país, o jornalismo internacional apresenta, por suas escolhas e construções discursivas, uma cartografia do outro, do estrangeiro. Ao fazer isso estabelece uma geopolítica própria que revela (e silencia) pelo menos três aspectos: uma geopolítica dos fatos; uma geopolítica dos que falam, dos que ocupam o lugar de fonte, das falas que por estar entre aspas compõem o discurso jornalístico; e uma geopolítica dos que são citados, dos fatos e personagens que o jornalismo faz referência, direta e indiretamente, de quem fala sem deixar falar (ZAMIN, 2010, p. 231).

Nos jornais de fronteira, a geopolítica dos fatos diz respeito a que tipo de notícias sobre o país vizinho o jornal seleciona para a divulgação (sobre política, cultura, economia, clima, esporte); a geopolítica das fontes remete a que classe de sujeitos é entrevistada para compor as notícias (chefes de Estado, empresários, operários, fronteiriços ou forâneos); e a geopolítica dos que são citados envolve a seleção ou a exclusão do país limítrofe para compor as notícias do jornal fronteiriço, em comparação com outros países de influência na região. O grau e modo de inserção do país vizinho em um jornal de fronteira são indicadores das relações que se estabelecem entre esses países em um âmbito que vai além do fronteiriço e que, em nosso estudo, pode ser ampliado para a própria região do Mercosul. Sendo assim, a direção do processo de integração projetado pelo bloco pode ser interpretada a partir dessas notícias.

O Mercosul, nos jornais fronteiriços atuais, segundo Müller (2005), ao contrário do que ocorre nos jornais centrais brasileiros, é pauta frequente de notícias e é referenciado positivamente. Isso pode ocorrer porque, entre outras razões, como discutimos no Tópico 3.2, as decisões tomadas em âmbito regional têm efeitos diretos sobre a fronteira ou a tem como palco, o que as torna de interesse noticioso para os jornalistas. É um bom exemplo dessa situação a notícia

do jornal A Plateia (13/06/2010) intitulada “Millones de dolares destinados a la integración en la frontera”, cujo subtítulo é “El Mercosur es mucho más que um acuerdo comercial, apuesta muy fuerte al desarrollo de sus países-membro”. Até mesmo a pequena Porto Xavier sente os efeitos do Mercosul, o que motivou a Gazeta do Povo (26/11/2010) a noticiar o “Dia do Mercosul”, uma reunião entre representantes do estado do Rio Grande do Sul e da província argentina de Misiones, que ocorreu nesse município. Ações econômicas e políticas, como essas noticiadas pelos jornais fronteiriços, do mesmo modo que as ações educacionais mencionadas no Tópico 3.1, trazem a fronteira, periferia das nações, para o centro do Mercosul, direcionando os holofotes políticos e midiáticos para ela.

Adicionalmente, segundo Müller (2005), nos jornais fronteiriços atuais, encontram-se marcas discursivas que reforçam a preocupação da população e da mídia local em exaltar os movimentos de integração promovidos pelos fronteiriços. Isso ocorre, sobretudo, nos jornais que circulam dos dois lados da linha divisória internacional. O jornal A Plateia é, de todos os analisados por este estudo, aquele em que essa postura é mais explícita, a ponto de a palavra “Fronteira” ser grafada sempre em com letra inicial maiúscula, significando a soma de Santana do Livramento com Rivera: “Fronteira da Paz une-se na torcida da copa”, “BQB insere a Fronteira na rota da aviação”. Também, na imprensa fronteiriça, em comparação com a central, o país vizinho aparece com mais recorrência, em temas mais variados (para além da economia e do futebol) e mais positivos, isto é, não relacionados à política, futebol e economia apenas. A notícia seguinte (Figura 11), mostra a integração no Mercosul como uma promessa de prosperidade para a fronteira, através do turismo e do comércio crescentes entre os países.

Mas, de modo contrastante, notícias com sentidos integracionistas entre países no Mercosul misturam-se a outras em que a nação é reafirmada, em alguns casos, com significados fortemente patrióticos, como os da notícia publicada pelo mesmo jornal anterior, o Folha Barrense, em 30/11/2011 (Figura 12). O jornal de Barra do Quaraí, que circula também em Monte Caseros (Ar), Paso de Los Libres (Ar) e Bella Unión (Uy), publicou uma nota sobre a Liga da Defesa Nacional, que, segundo o jornal, “honrou o seu compromisso de difundir, incentivar e passar conhecimentos sobre nosso símbolo nacional mais importante: A Bandeira Nacional. Os membros da LDN, imanados pelo amor que nos une à Pátria...”.



Figura 11-A integração no Mercosul significada positivamente nos jornais fronteiriços. Fragmento de notícia publicada na Folha Barrense, Barra do Quaraí, em 2011.



Figura 12 - Exaltação ao nacional. Notícia publicada no jornal Folha Barrense, Barra do Quaraí, em 2011.

Desse modo, entendemos que hoje, mais do que no passado (conforme Tópico 3.2), a integração entre os países está presente no discurso da mídia fronteiriça, mas que isso não exclui eventuais assinalamentos de limites. Nesse sentido, consideramos que a fronteira é espaço de tensão, de convergências e divergências, sendo a nação e a região mobilizadas conforme a conveniência, como já constatou Grimson (2003), ao estudar os jornais da fronteira Argentina-

Paraguai. De toda sorte, seja em um caso ou em outro, a nação persiste como uma categoria central de percepção e ação do local na esfera regional e global, processo em que os meios de comunicação (supostos operadores unicamente de globalização) cumprem um papel central (GRIMSON, 2003). Portanto, na fronteira, a mídia pode ter sido historicamente operadora da nacionalização, em diferentes graus e modos, nas diferentes épocas. Hoje, também, ela acompanha os movimentos de regionalização e de globalização, mas sem desvincular-se da nação, retomando-a, recursivamente, na relação com o regional e o global.

Para finalizar, cabe ressaltar que, quando se discutem as relações entre países, os jornais fronteiriços, em comparação com os jornais centrais, fornecem um “dado extra”, para compor o quadro do debate, que é a sua diversidade de línguas. Na fronteira, as línguas, assim como os fatos noticiados, respondem a uma distribuição geopolítica e, nos jornais fronteiriços, podem ser um dos elementos pelos quais os significados das relações entre os países se materializam. Ou seja, se nos jornais centrais dos países latinos as relações entre as nações não pode ser visualizada a partir da diversidade linguística da sua imprensa, em razão de seu monolinguismo, nos jornais da fronteira isso é possível: estudar sua geopolítica a partir das línguas que compõem o noticiário. Portanto, os jornais produzidos na zona de fronteira podem significar os outros países não só pelo que dizem deles, mas também pela língua com que dizem. E isso, também se aplica a outros veículos midiáticos.

Partindo dessa proposição, desenvolveremos o próximo capítulo (Capítulo 4), buscando compreender como as práticas linguísticas dos jornais (o dizer-nas línguas e sobre-as línguas) são capazes de apontar os horizontes da relação entre os países, na medida em que a relação entre as línguas configura a própria relação entre seus falantes e os Estados envolvidos.

4. A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO MERCOSUL: POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS NAS ESFERAS GLOBAL, NACIONAL, REGIONAL E LOCAL.

Google quer preservar línguas em extinção (Estadão.com.br, junho de 2012).

4.1 As políticas linguísticas dos Estados nacionais para os meios de comunicação.

Em 2005, aconteceu o Seminário de Políticas Públicas de Comunicação no Cone Sul, organizado pela Universidad de la República(UDELAR), em Montevideu no Uruguai, do qual resultou uma coletânea, publicada em 2008, com artigos de pesquisadores chilenos, argentinos, uruguaios, brasileiros, venezuelanos e mexicanos. Dos 24 artigos selecionados para compor o livro, um único aborda a temática da política linguística para os meios de comunicação. Seus autores, Jorge Olivera e Gabriela Cabrera Castromán, no artigo intitulado “La lengua y las políticas de comunicación: ¿un problema para debatir?”, comentam a pouca presença que o tema tem obtido junto às discussões sobre políticas de comunicação, apesar de sua relevância social:

La circulación masiva de la prensa, ya sea en formato gráfico o formato virtual, da como resultado que miles de lectores interactúen y pongan en relación su sistema de lengua y su concepción lingüística con la propuesta realizada por el medio en cuestión, sea éste el que fuere. Este hecho, relevante por sí, como forma de identificación de los hablantes con el medio, parece ser un elemento que no entra en las discusiones sobre políticas de comunicación. El debate parecería centrarse sobre el manejo de los medios y su relación con los centros de poder, sus implicancias en la relación de construcción del sentido dentro de un marco social determinado, en una sociedad democrática (OLIVERA; CASTROMÁN, 2008, P. 342).

Para os autores, pensar a relação entre língua e meios de comunicação implica refletir sobre a necessária existência de uma política linguística de comunicação para o Mercosul. E essa reflexão leva, inevitavelmente, a uma série perguntas, das quais a primeira é se deve realmente existir um sistema regulador da língua para a mídia ou se se deve deixar a cargo do mercado essa regulação. O que, em geral, é inquestionado é o significativo poder dos meios de comunicação na promoção de uma língua, na difusão de neologismos, na valorização ou depreciação de uma variante. Mesmo assim, como pontua Contursi [20--], nenhuma previsão foi feita no Mercosul a respeito da presença das línguas do bloco na mídia, pois a política de meios de comunicação do Mercosul ficou restrita a um investimento na harmonização regulatória, técnica e tecnológica dos

canais de comunicação massiva, na difusão das atividades do próprio Mercosul e na comunicação entre os países signatários para o desenvolvimento das atividades do projeto de integração.

Apesar da carência de discussões a respeito do tema, em muitos países do Mercosul, as línguas usadas pelos meios de comunicação foram e são alvo de políticas de Estado, que visam organizar a heterogeneidade linguística em circulação nos espaços midiáticos. Podemos entendê-las como políticas linguísticas para os meios de comunicação, pois, como ressalta Mariani (2004), estas tratam do estabelecimento de regras para a efetiva utilização de uma língua ou para o silenciamento de outra, organizando, simultaneamente, os espaços institucionais por onde as línguas circulam e o modo como elas circulam. Assim, Estados nacionais, através de variados dispositivos legais, determinam quais línguas podem ser usadas para publicação ou emissão nos veículos midiáticos, bem como em que lugares do conteúdo ou da programação essas línguas podem se fazer presentes.

Se, na Europa, a relação entre Estado, línguas e jornais foi decisiva na criação das bases nacionais, ao fixar e difundir línguas oficiais de base vernácula, na América Latina, o capitalismo tipográfico contribuiu para emergência de uma consciência americana, composta de diversas ilhas locais, como mostram os estudos de Anderson (2008). Também contribuiu, posteriormente, para a afirmação de diversas consciências nacionais, na medida em que os países se tornavam independentes. O caso da República Oriental do Uruguai é, nesse sentido, exemplar, uma vez que o país foi criado a partir de articulações internacionais que o situaram como área neutra diante dos conflitos entre Portugal e Espanha e, posteriormente, Brasil e Argentina (GARCIA, 2010). Nele, a orientalidade teve de ser insistentemente construída, por várias frentes, entre elas, a imprensa, onde os homens públicos escreviam artigos, em espanhol, tendo como interlocutores os uruguayos, aos quais se referiam por “nosotros”, projetando uma comunidade nacional imaginada (PRADO; SOUZA, 2002).

A partir do século XX, nos países platinos, a relação Estado-mídia-língua se encaminhou para o controle legal do Estado sobre a questão da língua nos jornais e nos demais meios de comunicação que foram surgindo ao longo do período. Nas décadas de 1930 e 1940, no Brasil e Argentina, a intervenção sobre o uso das línguas nos meios de comunicação se acirrou, apoiada em propostas nacionalizantes, que, muitas vezes, ocultavam ideais nazifascistas e anti-imigratórios de governos populistas, como os de Getúlio Vargas e de Juan Perón (VITALE, 1999; ROCHA, 2006; GONÇALVES; NASCIMENTO, 2006).

No governo de Getúlio Vargas, os artigos 86 e 87 do Decreto-lei nº 406/1938 regulavam o uso das línguas em toda sorte de manifestações públicas, incluindo cultos e a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira:

Art. 86. Nas zonas rurais do país, não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.
Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Direcionado às numerosas comunidades de imigrantes que ocupavam as áreas rurais do país, esse dispositivo visava não só integrá-las à nação a partir da língua portuguesa, mas também combater a difusão, através da imprensa, das ideias anarquistas e comunistas que fervilhavam nessas comunidades a partir da sua ligação com a Europa (ROCHA, 2006; GONÇALVES; NASCIMENTO, 2006; FERNANDES, 2004). No Brasil, como nos mostra Fernandes (2004), essa política, associada a perseguições no marco da primeira e da segunda guerras mundiais, teve forte impacto sobre a desenvolvida imprensa alemã das colônias do estado de Santa Catarina, que, nessa época, já contavam com jornais quase centenários. No período entreguerras, pontua o autor, muitos jornais fecharam, e outros passaram a circular traduzidos para o português. Também é esclarecedor da fecundidade da imprensa imigrante brasileira o texto elaborado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo [20--][s.p], para a página de abertura da seção sobre Imprensa:

A imprensa imigrante está longe de ser uma curiosidade datada; sua relevância está expressa em impressionantes números: em 1893, o *Fanfulla* (jornal da colônia italiana que circula até hoje em São Paulo) teve uma tiragem de 15 mil exemplares contra os 20 mil do jornal *O Estado de São Paulo*. Em 1914, circulavam, entre Rio de Janeiro e São Paulo, 4 títulos em língua árabe. Os números apontam para uma rica sociabilidade em torno desses jornais, o que pode ser constatada nos diversos Auto-crimes abertos por conta de denúncias de difamação e injúria, o que também ocorria em jornais imigrantes – e que, por vezes, obrigava a tradução de trechos dos jornais para apreciação de delegados e juízes.

Também o medo que ainda incutiam os imigrantes, sobretudo italianos, na Argentina das décadas de 1930 e 1940, fez que com a radiofonia fosse alvo de dispositivos legais que adotavam uma postura coibitiva em relação às línguas, restringindo ou proibindo dialetos que “desfiguram el castellano”, como o gauchesco, o cocoliche, o lunfardo e o rio-platense (VITALE, 1999; BEIN, [20--]). Segundo os autores, o Estado, através de intervenções sobre o uso das línguas no rádio, entre os anos de 1934 e 1946, pretendia torná-lo uma ferramenta de apoio às políticas nacionalizantes já vigentes no ensino, de modo que educação e meios de comunicação convergissem para a difusão da língua nacional entendida como correta, o castelhano culto.

A partir da década de 1950, Brasil, Argentina e Uruguai, já sob regimes ditatoriais contínuos ou recursivos²⁷, seguiram intervindo sobre as línguas usadas pelos seus veículos de comunicação, para cujo rol acabava de ingressar a televisão. Como pontuam Jambeiro et al (1998), as legislações de Argentina, Brasil e Uruguai estabeleciam, com pequenas variações, que programas em língua estrangeira somente poderiam ser veiculados mediante prévia autorização dos órgãos reguladores de cada um daqueles países. Essa política, paradoxalmente, não impediu o avanço da indústria cultural anglo-saxônica (JAMBEIRO et al, 1998). Isso porque, explicam os autores, as determinações nacionalizantes para os meios de comunicação se destinavam a frear o avanço ideológico de inimigos da guerra fria, como a União Soviética e seus aliados. Logo, a obrigatoriedade de uso da língua nacional, espanhola ou portuguesa, na televisão e no rádio, constituía uma estratégia de combate à circulação de produtos midiáticos em russo, chinês ou alemão, ao mesmo tempo em que fazia vistas grossas ao inglês.

Jambeiro et al (1998) nos mostram que a Argentina foi o país que mais preocupação apresentou no que se refere à preservação da língua espanhola do país. Os dispositivos do art. 15 da Lei nº 22.285 de 1980 determinavam que as emissões de radiodifusão seriam transmitidas em castelhano e, caso fossem difundidas em outras línguas, deviam ser traduzidas simultaneamente (de preferência por argentinos), exceto nos seguintes casos: 1) letras de composições musicais; 2) programas destinados ao ensino de línguas estrangeiras; 3) programas da radiodifusão argentina ao exterior; 4) programas de coletividades estrangeiras e aqueles em que se usem línguas aborígenes, mas com prévia autorização do Comitê Federal de Radiodifusão. A mesma lei estabelecia que todo anúncio publicitário “debe expresarse en castellano, sin alterar el significado de los vocablos ni distorsionar la entonación fonológica de los enunciados” (JAMBEIRO et al, 1998, p.09).

Já o Uruguai se caracterizou por uma legislação mais enxuta e menos restritiva no que se refere ao uso de línguas pelos meios de comunicação. Jambeiro et al (1998) citam um decreto de 1978 que estabelecia que 80% das propagandas veiculadas na televisão deveriam ser de produção nacional e executadas totalmente por profissionais uruguaios ou estrangeiros radicados no país (Art. 29, Decreto nº 734/1978). Esse decreto também especificava que os programas em língua estrangeira deveriam obter autorização para serem veiculados, mediante justificativa apresentada junto à Dirección Nacional de Comunicaciones (JAMBEIRO et al, 1998).

²⁷Sobre os períodos ditatoriais nos países platinos ver Nota de Rodapé nº 24.

No Brasil, de 1963 até 1990, explicam os autores supracitados, somente as estações que operavam em ondas curtas poderiam realizar programas falados em língua estrangeira e, ainda assim, mediante autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL). As estações com maior alcance estavam impedidas de fazê-lo, a menos que obtivessem autorização do Ministério das Relações Exteriores. Aulas de línguas estrangeiras, palestras e entrevistas em outra língua deveriam, sempre que possível, ser acompanhadas de tradução (JAMBEIRO et al, 1998).

Dessa forma, o agenciamento dos meios de comunicação pelos Estados nacionais para fins político-linguísticos ocorreu nesses três países, com diferentes intensidades e algumas especificidades, mas com semelhantes propósitos nacionalizantes ao longo do século XX. No caso da Argentina e do Brasil, privilegiar a língua nacional e dificultar as emissões em língua estrangeira, as quais sempre dependiam de autorizações especiais, constituía não só um modo de combater as influências estrangeiras indesejadas (JAMBEIRO et al, 1998), de corroborar o trabalho de ensino da língua culta já realizado pela escola (VITALE, 1999; BEIN, [20--]), como também um modo de integrar os extensos territórios nacionais, pelo rádio e pela televisão (RADDATZ, 2009; ZAMIN, 2008; ADAMCZUCK; SILVEIRA, 2004; RIBEIRO; BOTELHO, 2005; SILVEIRA; PIPPI, 2007), através da língua. No caso do Uruguai, a ênfase sobre a língua espanhola na mídia poderia contribuir, entre outros propósitos, para conter a língua portuguesa, o “mal fronterizo” da região Norte do país, de cuja eliminação a escola já vinha se encarregando (BEHARES, 2010; BROVETTO, 2010).

Nesse sentido, na história brasileira, é marcante o caso da Rede Globo, emissora de televisão mobilizada pelos militares do país para sustentar ideologicamente o regime sob uma política de integração nacional (RIBEIRO; BOTELHO, 2005). Em virtude de atingir todos os pontos do país por meio do seu sistema de retransmissoras, a emissora desenvolveu um padrão linguístico “nacional”, a ser adotado em seu jornalismo (MENDES, 2006). Esse padrão, criado por uma fonoaudióloga e vigente desde 1974, consiste em amenizar os sotaques regionais dos jornalistas, tomando como base a pronúncia do português falado no Rio de Janeiro, com restrições apenas aos s(que deveriam ser pouco sibilantes) e aos r(menos guturais) (MENDES, 2006). O padrão linguístico adotado pela Rede Globo, apesar de assentar-se sob a justificativa da necessidade de intercompreensão entre os falantes das diversas regiões, faz parte de um projeto de exaltação ao sentimento nacional, que perpassava também o conteúdo das notícias, o qual, assim como a língua, deveria ser o menos regionalizado possível, explica o autor.

O idealizado “sotaque neutro”, almejado pela Rede Globo para seus jornalistas, constitui uma das faces de um movimento pró-uniidade linguística no Brasil, cujas bases Mariani e Medeiros (2007) identificam no período do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960). Segundo as autoras, políticas que remetem ao desenvolvimentismo, à interiorização e à integração nacional, das quais o principal símbolo é a construção de Brasília, convivem com congressos e publicações sobre a questão das línguas, que convergem para a idealização da unidade da língua falada. “Uma década após os debates sobre que nome dar à língua, colocava-se como foco de investigações lingüísticas a língua falada pelo povo (...) e a cultura do povo (...)” (MARIANI; MEDEIROS, 2007, p 140). Nesse contexto de desejo de homogeneização, explicam as autoras, sugeriram-se, inclusive, normas fonéticas a serem seguidas no teatro, para as quais o próprio Antônio Houaiss²⁸ indicou o padrão culto carioca como base.

Passa-se, portanto, de uma política linguística do Estado brasileiro voltada à promoção da língua portuguesa, para a qual os meios de comunicação do país foram mobilizados através da legislação, para uma política de línguas constituída pela Rede Globo, com o apoio velado do Estado e alegitimação da intelectualidade da época, de inscrição de significados de unidade ao português brasileiro, através da eliminação das marcas regionais da fala dos repórteres. Os significados de unidade nacional construídos pelo dizer em português “neutro”, eram, por sua vez, reforçados pelo conteúdo das notícias assim oralizadas, as quais, segundo Ribeiro e Botelho (2005), também apresentavam um Brasil unitário, nacional e integrado. Logo, a política da emissora para a língua portuguesa se construía nessa interface entre o queé dito (o conteúdo) e como é dito(em que língua). A isso deve somar-se, ainda, o monolinguismo português dos meios de comunicação, uma obrigatoriedade legal, que se difundia entrecortado pelos produtos em língua inglesa, recebidos com tolerância governamental, como já assinalado.

Os dispositivos legais citados anteriormente começaram a sofrer alterações a partir da década de 1990. Nesse momento, a redemocratização dos países platinos, o fim da guerra fria e a globalização econômica e cultural convergiram para uma maior tolerância à diversidade linguística (OLIVEIRA, 2007; BARRIOS, 2009; BEIN, [20--]), que repercutiu também sobre o controle das línguas nos meios de comunicação. No Brasil, por exemplo, a Lei de Radiodifusão de 1963 (nº 52.795/1963) sofreu modificações nos anos 1990, no seu Capítulo IV, que tratava das “Irradiações em Idioma Estrangeiro”. A partir dessas alterações, as emissoras de rádio e televisão

²⁸ Eminentíssimo estudioso da língua portuguesa, que, entre outras atividades, organizou o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e foi membro da Academia Brasileira de Letras.

passaram a ter liberdade para transmitir em qualquer língua, para dentro do Brasil, sem necessidade de autorização governamental, como consta no Art.75:

Art. 75. As emissoras de radiodifusão poderão transmitir programas em idioma estrangeiro (Redação dada pelo Decreto nº 99.431, de 31.7.1990).

Na Argentina, em 1998, a Ley de Radiodifusión de 1980 foi modificada, permitindo aos “titulares de servicios de radiodifusión (...) emitir programación en lenguas extranjeras sin previa autorización del COMITE FEDERAL DE RADIODIFUSION (COMFER), sin perjuicio de lo cual, deberán orientar su programación a la difusión del idioma castellano, intentando promover las lenguas aborígenes de nuestro país” (BEIN, [20--]). Essa medida, explica o autor, facilitou a entrada no país do negócio da televisão a cabo, que tinha na exigência de emissão em castelhano um entrave, além de acompanhar o discurso politicamente correto em relação às minorias linguísticas.

Recentemente, nesse país, a nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (nº 26.522) de 2009, popularizada como Ley de Medios, que substituiu a Lei de Radiodifusão (nº 22.285) de 1980, determinou que as emissões devem ser feitas na língua oficial do país e nas línguas dos povos autóctones:

ARTICULO 9º — Idioma. La programación que se emita a través de los servicios contemplados por esta ley, incluyendo los avisos publicitarios y los avances de programas, debe estar expresada en el idioma oficial o en los idiomas de los Pueblos Originarios²¹, con las siguientes excepciones:

- a) Programas dirigidos a públicos ubicados fuera de las fronteras nacionales;
- b) Programas destinados a la enseñanza de idiomas extranjeros;
- c) Programas que se difundan en otro idioma y que sean simultáneamente traducidos o subtitrados;
- d) Programación especial destinada a comunidades extranjeras habitantes o residentes en el país;
- e) Programación originada en convenios de reciprocidad;
- f) Las letras de las composiciones musicales, poéticas o literarias;
- g) Las señales de alcance internacional que se reciban en el territorio nacional.

Apesar de manter a obrigatoriedade de emissão “em idioma oficial”, divergindo da legislação brasileira que não impõe nenhuma restrição linguística aos meios de comunicação, as exceções previstas nas alíneas *d*, *e* e *g* sugerem um avanço em direção à presença da diversidade linguística na mídia argentina, ao acatarem as línguas de comunidades imigrantes (que antes necessitavam de autorização para emissão), as línguas de países com que a Argentina possui acordos de reciprocidade, bem como aquelas que chegam através de sinais de alcance internacional que são recebidos em território argentino. Essas três exceções garantem a presença de línguas estrangeiras nos veículos de comunicação do país, inserindo-o em uma perspectiva

mais contemporânea relacionada às línguas, em que os contingentes migratórios são significativos, a circulação de informações perpassa facilmente as fronteiras nacionais e os acordos de integração regional se consolidam.

Quando nos voltamos ao Uruguai, por sua vez, nos deparamos com o mesmo Decreto 734/1978, mencionado por Jambeiro et al (1998), mas com alterações nos anos de 1980, 2008 e 2011. Essas alterações não afetam o uso das línguas pelos meios de comunicação, continuando válida, portanto, as determinações citadas por esses autores, que na sequência são apresentadas textualmente:

Artículo 29º)

j) El ochenta por ciento de los avisos publicitarios pasados por jornada de producción serán de producción nacional. El veinte por ciento restante de avisos será administrado de acuerdo al criterio de cada medio.

A los efectos de este literal, se considerará producción nacional, a los avisos que se realicen con placa fija, en vivo (ante cámaras) con voz de cabina o estudio, filmación o grabación (audio visual) que sean producidos en su arte, técnica, interpretación, escena, locución y música publicitaria cantada o instrumental, en un cien por ciento por ciudadanos naturales o legales radicados en el país; (*) (*)

Artículo 30º)

La transmisión de programas en idioma extranjero deberá obtener la autorización de la Dirección Nacional de Comunicaciones - y estar a sus directivas - especificándose si se trata de una emisión de enseñanza de la lengua, el espacio de una colectividad dada, una expresión cultural, informativa, miscelánea o de comentarios. Se tendrá a la orden la traducción correspondiente. Estos programas estarán sometidos a las mismas responsabilidades de los nacionales.

Até aqui compreendemos que as legislações dos Estados platinos tenderam a um favorecimento da língua oficial e dominante em cada país, isto é, das línguas espanhola e portuguesa, em seus meios de comunicação, com uma crescente abertura a outras línguas, a partir dos anos 1990. Entre essas outras línguas, estão as indígenas ou autóctones, entre as quais pode situar-se o guarani, embora esta língua nunca seja mencionada diretamente na legislação analisada. Portanto, apesar de o guarani figurar, em seus diversos dialetos, entre as mais importantes línguas autóctones desses países, especialmente no Brasil e na Argentina, atualmente, suas legislações não a contemplam diretamente na sua política linguística para os meios de comunicação. Em realidade, até mesmo a legislação do Paraguai, país em que o guarani assume o status de língua co-oficial com o espanhol, faz uma menção recente à presença do guarani nos meios de comunicação nacionais, como explanaremos na sequência.

No que diz respeito ao aporte legal à língua na mídia, no Paraguai, de acordo com a legislação consultada para este trabalho, há omissão na questão do uso das línguas nos meios de comunicação. Foram examinadas a Constituição Nacional de 1992; a Lei de Telecomunicações nº 642/1995; o Regulamento do Serviço de Radiodifusão sonora (Resolução de Diretório

nº009/1998); a Resolução nº 143/1998 pela qual se aprova a ampliação dos regulamentos de serviço de radiodifusão sonora, de serviço de radiodifusão televisiva por ondas métricas VHF e ondas desimétricas UHF; o Decreto nº 14135/1996 pelo qual se aprovam as normas regulamentárias da Lei nº 642/1995 de telecomunicações, e a Lei de Radiodifusão Comunitária, nº 898/2002. Apenas a recente Lei de Línguas (nº 4251/2010) faz menção ao equilíbrio na presença das línguas nacionais do país, o que inclui o guarani, em seus meios de comunicação.

No que diz respeito ao uso da língua guarani pelos meios de comunicação, independentemente do que estabelecem as leis nacionais de cada país, verifica-se uma presença muito incipiente da língua, nesse âmbito, fora do Paraguai. Na Argentina, há uma pequena presença do guarani, que se reduz a alguns programas de rádio e a um canal de televisão em guarani, conforme dados do site Linguamón. No Brasil, um documento elaborado em 2011, pelo IPOL, a partir do Encontro sobre o Inventário da Língua Guarani Mbya, pontua que há pouca presença e divulgação sobre os povos guarani na imprensa e, quando há, é negativa (IPOL, 2011). Diante disso, o instituto sugere desenvolver estratégias de promoção e divulgação da língua: publicação de jornal, produção de vídeos, material instrutivo em língua guarani.

Mesmo no Paraguai, os meios de comunicação estiveram e seguem estando, predominantemente, castelhanizados (MELIÀ, 2007). Relatos históricos indicam que, durante as duas principais guerras enfrentadas pelo país utilizaram-se publicações de jornais e emissões radiofônicas em guarani como estratégia para ludibriar os inimigos e alentar o povo paraguaio à guerra (FERNANDEZ, 2002; ZAJÍKOVÁ, 2009). Passadas as guerras, o país viveu quase um século sem a presença de jornais impressos em guarani, sustenta a organização catalã Linguamón, mas com uma pequena presença da língua no rádio e na televisão (MELIÀ, 2007; ARMELE, 2010; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2001).

Foi, sobretudo, com a oficialização do guarani que, relata Villagra-Batoux (2002, [sp]), houve uma revalorização social da língua, a qual abriu novos espaços comunicativos para seus falantes: “Su uso en los medios masivos de comunicación, en los avisos publicitarios, aunque insuficiente, ha aumentado. La producción literaria se ha enriquecido considerablemente”. Conforme Olivera (2011), no Paraguai, as pessoas lentamente deixam de pedir permissão para falarem guarani nos programas de rádio, e os políticos se veem cada vez mais obrigados a falar mais e melhor essa língua para atingir seus eleitores. Em diagnóstico de Rodriguez-Alcalá (2001), o guarani aparece em alguns suplementos de jornais, como os direcionados a estudantes, bem como em trechos de colunas políticas e de fofocas; no rádio, os programas em guarani

abordam folclore, meio rural, conteúdos cômicos e infantis, entrevistas e comentários políticos; na televisão, a língua está presente em programas de ficção, entretenimento e noticiários. Estudos de Thun (2002), a partir de entrevistas em 44 distintos pontos do território paraguaio, mostram que a audiência de rádio em guarani é alta, sobretudo entre os homens, que falam com entusiasmo e satisfação desse fato. Já a audiência de televisão é menor, devido à menor oferta de programas televisivos do queradiofônicos em guarani, atualmente.

Armele (2010), em contrapartida, tem uma visão menos otimista em relação à presença do guarani nos meios de comunicação paraguaios. Para o autor, apesar da crescente ampliação da presença dessa língua na mídia, os espaços conquistados pelo guarani na imprensa, no rádio e na televisão, seguem estando em páginas e horários marginais. Ele argumenta que nenhum programa de horário nobre utiliza o guarani de forma sistemática e que “Las viñetas de identificación de los canales, las promociones, la publicidad de productos de consumo masivo desconocen lo que por la Constitución Nacional vigente es un hecho y un derecho del pueblo paraguayo” (ARMELE, 2010). Mesmo na publicidade, atividade sempre muito conectada com as idiosincrasias e anseios do público, o uso do guarani é raro, à exceção de algumas marcas multinacionais de refrigerantes e telefonia, que recentemente têm recorrido a essa língua em seus anúncios (ARMELE, 2010; OLIVERA, 2012). Melià (2007), por sua vez, é ainda mais descrente do avanço da mídia em guarani no Paraguai. O autor entende que os meios de comunicação seguem castelhanizados, tanto por razões econômicas quanto porque se deparam com o problema da falta de manejo de uma língua que deveria ser moderna (no léxico, na ortografia, na gramática), mas não é.

Segundo os autores supracitados, na modalidade escrita, a presença do guarani é menor que na oral. Entre as poucas publicações impressas duradouras está o *Diario Popular*, de Assunção, no Paraguai, criado nos anos 1990, que usa, simultaneamente, espanhol, guarani e jopará nas suas versões impressa e digital. Na Figura 13, podemos identificar o modo como o guarani se combina com o espanhol nas páginas do jornal *Diario Popular*. Trata-se de palavras e expressões em língua guarani inseridas em frases em/de língua espanhola. Esse jornal, como o próprio nome aponta, é projetado para classes populares, sugerindo uma proximidade entre a língua guarani e esse grupo social.



Figura 13 – Jornal em espanhol e guarani. Capa do paraguaio Diario Popular, em 2012. Fonte: o site do jornal (imagem modificada pelo autor).

A própria Lei de Línguas paraguaia, promulgada em 2010, ao mencionar a necessidade de uso equitativo do guarani e do espanhol pelos meios de comunicação do país na mídia, sugere a existência de uma assimetria nesse sentido. Segundo a lei, entre os direitos linguísticos do cidadão paraguaio, figura o de receber emissões estatais em ambas as línguas oficiais do país: “Tener la presencia equitativa de las lenguas guaraní y castellana en los medios de comunicación del Estado y en los programas oficiales emitidos por medios privados de comunicación”. Sobre a presença das duas línguas nos meios de comunicação privados, a lei estabelece a criação da Direção Geral de Planificação Linguística, entre cujas incumbências estão as de “Regular la presencia de las lenguas oficiales y de las lenguas indígenas del Paraguay en los medios de radiodifusión y televisión privados” e “Promover la presencia de las lenguas oficiales y de las lenguas indígenas de Paraguay en las nuevas tecnologías y en las industrias culturales”. Com o objetivo de promover o guarani e outras línguas indígenas, recentemente, em abril 2012, foi habilitada a primeira rádio indígena do país, na região do Chaco, cuja programação será transmitida em castelhano, guarani e enxet, conforme notícia publicada no jornal paraguaio Última Hora, intitulada “La primera radio indígena será habilitada en Paraguay” (LA PRIMERA..., 2012).

Apesar das garantias asseguradas pela Lei de Línguas, em abril de 2011, o país viveu uma polêmica envolvendo a suspensão de um programa dedicado à cultura e língua guaranis na televisão e a proibição do uso da língua guarani no telejornalismo de um dos principais canais de televisão do Paraguai. Trata-se do programa intitulado *La Revista de la Semana*, que era produzido e conduzido por Manuel Cuenca, há 17 anos, no Canal 9, cujo fim foi atribuído a uma postura antiguarani do, então, novo diretor de jornalismo da emissora, o argentino Jorge Pizarro. Ele também teria proibido os jornalistas da emissora de usarem o guarani em suas entrevistas. Notícias envolvendo essas questões estão disponíveis no *site* do próprio jornal *Diário Popular*, como na intitulada “Pizarro suspendió los reportages especiales de Manuel Cuenca” e “¡Repudían Imposición de Pizarro!”.

A confrontação entre legislações e práticas linguísticas nos meios de comunicação, sobretudo no que diz respeito à situação atual do guarani nos países platinos, sugere que há uma disparidade entre o que a lei determina ou possibilita e o que se executa no cotidiano midiático desses países. Mesmo que, hoje, a diversidade linguística nos meios de comunicação seja total ou parcialmente autorizada pela legislação dos países do Prata, as línguas portuguesa e espanhola podem seguir tendo presença quase exclusiva nos veículos, como efeito da própria história das línguas na mídia, que é uma história de hegemonia dessas línguas, acompanhadas pelo inglês presente nos produtos importados. Esse pode ser o futuro das línguas nos veículos ditos tradicionais, como rádio, televisão e jornais impressos, que são, na realidade, os atingidos pela legislação linguística descrita ao longo deste tópico,

Essa não é, contudo, a situação da internet, que nasceu e prosperou sem a regulação linguística dos Estados nacionais. O potencial plurilinguismo da internet discrepa do tradicional monolinguismo do rádio, da televisão, dos jornais e das revistas, e marca a diferença entre um veículo efetivamente global, nascido na e para a globalização, e veículos de menor alcance territorial, que acompanharam o surgimento e a consolidação dos Estados nacionais, permanecendo a eles vinculados em seu funcionamento, mesmo depois de alguns ganharem amplitude mundial com o avanço das tecnologias e a globalização de seus produtos. A internet é, portanto, uma mídia global por excelência e essa inscrição motiva uma política de línguas diferente não apenas para a rede, mas para todos os meios de comunicação que buscam sobreviver nesse novo panorama político, social e cultural que a globalização da economia e das tecnologias de comunicação está estabelecendo.

4.2 Mídias globais e política de línguas.

A regulamentação mais flexível relacionada ao uso das línguas nos meios de comunicação dos países platinos, que acompanhou a democratização desses Estados e o fim da guerra fria, também se inscreve em um momento de globalização da economia e das tecnologias de comunicação. Temos, atualmente, Estados cada vez mais integrados por políticas de cooperação econômica e política, que, conjuntamente, movimentam as migrações e os intercâmbios científicos e culturais entre os povos; temos também um mundo cada vez mais interligado por tecnologias de comunicação de alcance global, das quais se destaca a internet, mas que incluem também satélite e cabos (CASTELLS, 2006). Segundo esse autor, o extenso alcance territorial dessas tecnologias, aliado à formação de poderosas corporações midiáticas internacionais, possibilitou que informações de todas as partes do mundo fossem rapidamente captadas e difundidas, escapando, inclusive, dos dispositivos de controle dos Estados. Com isso, também o fluxo de línguas nos meios de comunicação aumenta, na medida em que os polos de produção se descentralizam e sofrem menor controle estatal.

Estudiosos comparam o papel agregador da internet no mundo globalizado ao dos jornais impressos e livros na formação dos Estados nacionais. Entre eles, Ribeiro (1996) sugere que, assim como o capitalismo editorial foi importante para consolidar uma comunidade imaginada que evoluiria para se tornar uma nação, tal qual propõe Benedict Anderson (2008), o “capitalismo eletrônico-informático” é o ambiente necessário para o desenvolvimento de uma “transnação”, cuja sede de controle está nos Estados Unidos, onde se localiza o nó da rede, que permite exercer o poder eletrônico (censura, organização, distribuição), à semelhança do poder dos Estados no controle das mídias tradicionais.

Pensando pontualmente na problemática das línguas nesse contexto, Tonkin (2003-2004) considera que se vive, com a internet, um movimento plurilíngue semelhante ao ocorrido com o latim, que, a partir do Renascimento europeu, perdeu espaço para as línguas vernáculas, conforme se popularizavam o ensino, os livros e os jornais. Segundo o autor, na medida em que a internet está se difundindo, a proporção de publicações em inglês está decaindo em relação à de línguas minoritárias, que começam a ampliar sua presença nesse âmbito. Por essa ótica, comunidades e nações menores, com línguas também de menor prestígio internacional, sofreriam uma tomada de consciência de si mesmas a partir de sua presença na internet, esclarece o pesquisador. A essa observação é importante acrescentar o fato de que a difusão dos livros, dos jornais e do ensino em línguas vernáculas, na Europa renascentista, contou com instrumentos

linguísticos, como gramáticas e dicionários, como tecnologia de apoio à consolidação dessas línguas (AUROUX, 1992). Nesse sentido, línguas minoritárias, para alcançar algum êxito na internet, também podem depender de tecnologias linguísticas que lhes deem suporte.

Embora o inglês venha sendo, historicamente, a língua mais presente na internet, desde a criação da rede, sua proporção em relação às demais línguas vem continuamente decaindo, argumenta Guessser (2007). Por ter nascido nos Estados Unidos, como variação de um projeto militar (CASTELLS, 2001), no início, quase a totalidade da comunicação na internet era em língua inglesa, pois a maioria das pessoas envolvidas nos projetos provinha desse país ou de comunidades científicas nas quais o inglês era a língua usada (GUESSER, 2007). Com o aumento da utilização da internet em diferentes países, a hegemonia do inglês na rede passou a ser contrabalançada pela proliferação de conteúdos em línguas nacionais. Segundo o autor, houve uma queda de 50% nessa proporção em um intervalo de apenas nove anos, de 1998 a 2005. Por outro lado, a presença das línguas latinas na internet praticamente duplicou nesse período, com destaque para o francês e o espanhol, que registraram acréscimos de 11% e 10,23%, respectivamente (GUESSER, 2007).

De modo semelhante a Guessser (2007, p.79), que interpreta a crescente diversidade linguística da Internet como uma “reação contra-hegemônica das tendências de centralização do império”, Oliveira (2010) entende que a mídia global se tornou promotora do plurilinguismo e não da homogeneização linguística, como alguns estudiosos da globalização previam. Para o autor, a ameaça de um mundo dominado por uma única língua era mais provável quando tínhamos, no ramo das comunicações, canais únicos ou poucos canais a serem disputados pelas diversas línguas, no tempo em que o lucro advinha da venda massiva de produtos culturais unificados. Desse modo, ainda que línguas de menor prestígio e difusão mundiais ou línguas de regiões pobres do globo não ocupem posições de destaque no *ranking* de presença das línguas na internet (como é possível conferir pela visualização da Figura 14), elas têm alcançado visibilidade na esfera pública através da presença na rede mundial de computadores.

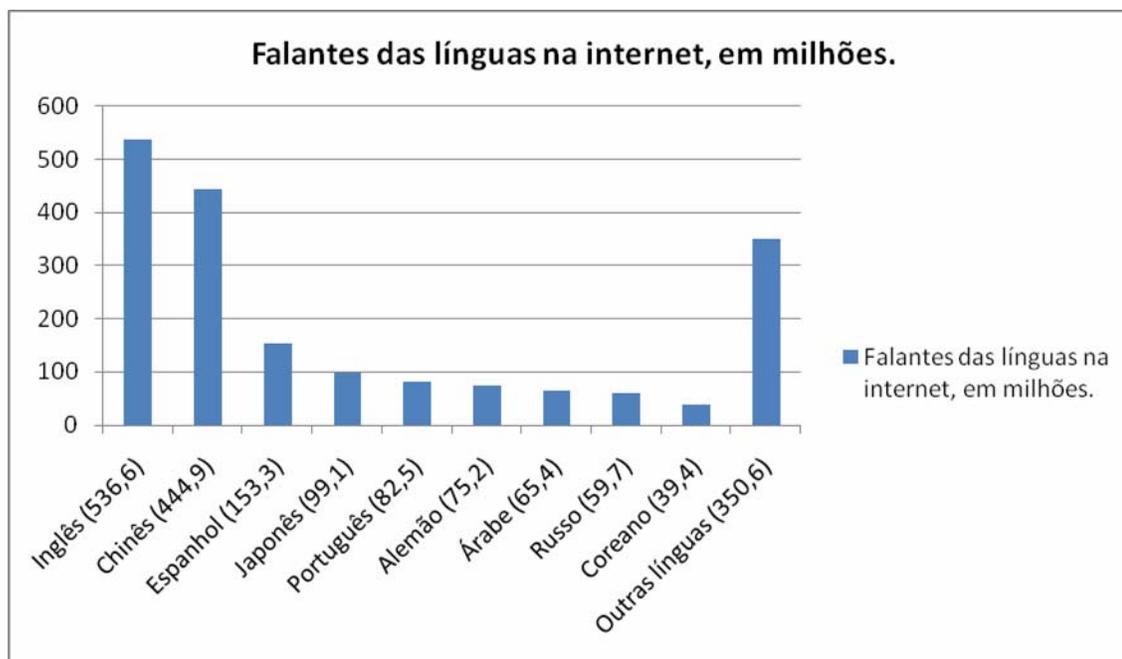


Figura 14- A presença das línguas na internet (2010). Fonte: Internet. Observatório da Língua Portuguesa.

No entanto, o abalo da hegemonia do inglês na internet não significa que essa língua perdeu a liderança na rede. Na Figura 14, podemos observar que, apesar da contínua queda em proporção desde o surgimento da *web*, o inglês segue à frente das demais línguas em termos de presença na internet. O japonês fica em quarto lugar, o que significa quatro posições à frente daquela que ocupa no *ranking* de falantes reais (oitavo lugar). O espanhol é a terceira língua mais presente na internet, e o português é a quinta, ambas muito próximas das posições que ocupam na escala de falantes reais (2º e 4º, respectivamente). A expansão da internet no Brasil, nos últimos dez anos, é responsável, em grande parte, por essa posição de destaque da língua portuguesa (CHADE, 2013).

Apesar das interpretações positivas sobre a tendência democrática e plurilíngue da internet, como as de Oliveira (2010) e Guessier (2007), há opiniões mais cautelosas sobre o futuro das línguas na rede. Ribeiro (1996), além de assinalar que a produção descentralizada da internet possui um ponto de controle e de domínio, que está situado entre algumas poucas agências norte-americanas que organizam a distribuição das informações pelo mundo, cita outros limitadores à suposta democracia da internet, tais como o custo dos computadores, dos equipamentos e serviços correlatos, o acesso e conhecimento aos códigos da rede e da computação, a educação de um modo amplo, o conhecimento da língua inglesa. Nesse sentido, o autor volta a comparar a comunidade imaginada global com aquela que sustentou os Estados nacionais: nem o livro, nem a

instituição do ensino público gratuito, nem a emergência e desenvolvimento dos meios de comunicação de massas destruíram as profundas desigualdades sociais existentes ou os abusos de poder, logo, tampouco se pode afirmar que redes baseadas na “ilusão da interação e da disponibilidade ilimitada de informações” significarão uma libertação.

As diversas limitações que comunidades economicamente desprivilegiadas ou socialmente excluídas dos avanços tecnológicos sofrem para estar na rede mundial de computadores contribuem para a assimetria na presença das línguas nesse meio. A preocupação com as desigualdades linguísticas da internet está assinalada em dois recentes documentos elaborados pelas Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e analisados por Reis (2010). Um deles, de 2007, se intitula *¿Cómo garantizar la presencia de una lengua en el ciberespacio?*, e outro, de 2003, se chama “Recomendación sobre la promoción y el uso del plurilingüismo y el acceso universal al ciberespacio”. Nesses documentos, conclui Reis (2010), a relação entre a proteção de uma língua e a preservação de uma cultura está posta de maneira explícita, de modo que assegurar a presença de uma determinada língua no ciberespaço equivale a documentar uma cultura correspondente.

Também, nesses documentos, a internet é significada como um espaço democrático: “El ciberespacio esta abierto a todas las lenguas del mundo ya que su infraestructura no esta sujeta a la autoridad de un poder central que determine su uso”. Entretanto, fazem a ressalva de que existem línguas menos “dotadas”, que carecem de apoio para inserir-se e permanecer na rede. A dotação de uma língua é caracterizada, nos textos da UNESCO, como a disposição total ou parcial de uma ortografia estável em um sistema de escrita, instrumentos linguísticos, obras didáticas e literárias, aplicações informáticas na língua, bem como todo tipo de publicação, incluindo a imprensa escrita e audiovisual, filmes, canções, publicidades, manuais, publicações técnicas e científicas. A pouca dotação pode resultar em extinção da língua (no mundo real, não apenas no virtual) e, segundo os documentos, cabe aos Estados nacionais a responsabilidade de incentivar a produção de conteúdos locais em línguas locais, sobretudo, em línguas indígenas, na internet.

Desse modo, extraímos de sua leitura que, assim como os Estados nacionais mobilizaram os meios de comunicação tradicionais para o monolinguismo, em um contexto de nacionalização, eles devem, em um contexto de globalização, promover políticas plurilíngues para a internet. Além disso, o próprio conceito de dotação usado pela UNESCO passa, em grande medida, pela presença das línguas em meios de comunicação, contemplando, desde produtos massivos até

publicações mais restritas, como as científicas, o que atesta o reconhecimento pelo órgão da importância da mídia como articulador linguístico no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a própria internet parece estar assimilando esse papel protetor do plurilinguismo, como sugere a criação, em 2012, pelo Google, de um *site* chamado Endangered Languages (em português: “Idiomas em Risco – Um projeto da Aliança pela Diversidade Linguística”), no qual textos e gravações de áudio e vídeo podem ser carregados para montar arquivos online das línguas ameaçadas do mundo.

Apesar de a internet ser a atual protagonista da discussão sobre as línguas no mundo globalizado por seu impacto e novidade, é preciso considerar outras tecnologias que igualmente contribuem para a promoção das línguas em nível global. Agências de notícias, redes de televisão a cabo e por satélite, distribuidoras de filmes, de músicas e de produtos editoriais exercem um papel expressivo na circulação global das línguas. A força dessas mídias pôde ser identificada, ao longo do século XX, pela superdifusão da indústria cinematográfica, televisiva e fonográfica anglófona, a ponto de essa projeção mundial ter sido tomada como uma ameaça não só às indústrias culturais nacionais, como também às próprias línguas nacionais.

Para combatê-la, diversos países desenvolveram mecanismos de resistência. A França adotou o protecionismo às produções locais como estratégia, em políticas que incluem apoio à veiculação de músicas em francês no rádio, a sobrevivência da produção e distribuição musical independente, a exportação da música e dos filmes gravados na França (FERREIRA, 2010). No Brasil, o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional pelo deputado Aldo Rebelo em 1999, com medidas de combate ao uso de estrangeirismos nos espaços públicos do país, embora não identificasse tacitamente os anglicismos como principais inimigos, deixava antever que eram eles o alvo da proposta (RAJAGOPALAN, 2005). Lideradas pela Espanha, as Academias da Língua dos países hispano-falantes reafirmaram, em 1999, um compromisso entre si de combate à “avalancha de anglicismos innecesarios” (DEL VALLE; GABRIEL-STHEEMAN, 2004, p. 242).

Para a indústria cultural globalizada, as línguas são oportunidades de mercado. Daí o interesse das corporações comunicacionais espanholas, como a Telefónica Media, a Hispasat e a Prisa pela América Latina, onde sua entrada é facilitada pelo compartilhamento das duas principais línguas ibéricas, espanhol e português. As multinacionais da área da comunicação, assim como outras da área da energia, da reciclagem, dos combustíveis, têm acordos de colaboração firmados com o Instituto Cervantes e a Real Academia Espanhola, como expõem Del Valle e Gabriel-Stheeman (2004). No entanto, enquanto estas (as empresas de energia, reciclagem,

combustíveis) usam a língua como estratégia de construção de uma imagem positiva junto a consumidores, políticos e formadores de opinião latino-americanos (DEL VALLE; GABRIEL-STHEEMAN, 2004), aquelas (as empresas de comunicação) têm interesse nas línguas porque delas depende o funcionamento do mercado comunicacional. As línguas são a referência para a delimitação do próprio negócio, como podemos ver na apresentação da espanhola Prisa, em sua página institucional na internet:

PRISA es la compañía líder en creación y distribución de contenidos culturales, educativos, de información y entretenimiento en los mercados de habla española y portuguesa, gracias a su oferta multicanal de productos de máxima calidad. Presente en 22 países, llega a más de 50 millones de usuarios a través de sus marcas globales El País, 40 Principales, Santillana o Alfaguara. Como líder en prensa generalista, televisión en abierto y de pago, radio hablada y musical, educación y edición, es uno de los grupos mediáticos más rentables del mundo con un abanico extraordinario de activos. Su presencia en Brasil y Portugal, y en el creciente mercado hispano de Estados Unidos, le ha proporcionado una dimensión iberoamericana, y le ha abierto un mercado global de más de 700 millones de personas (Extraído de <http://www.prisa.com/quienes-somos/>).

Por um lado, as línguas são peças basilares na constituição de nichos de mercado para as mídias globalizadas; por outro, as mídias globalizadas são vetores estratégicos às políticas linguísticas dos Estados que visam à promoção internacional das suas línguas nacionais. Constitui-se, assim, uma parceria benéfica às duas classes de interesses, de empresas midiáticas e Estados, em que ambas se apresentam e representam como guardiãs de um patrimônio imaterial, a língua (e não como operadoras de um capitalismo expansionista).

Esse compromisso de proteção ao patrimônio linguístico assumido pela mídia também pode ser depreendido da leitura dos anais do “Encontro Internacional Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”, promovido pela União Latina em 2010, do qual foram painelistas um representante da Impresa (principal grupo de comunicação português), o presidente da Agência de Notícias Lusa, o presidente da Imprensa Nacional-Casa da Moeda portuguesa, o editor de música gravada e ex-presidente da Associação Fonográfica Portuguesa e o presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros e da Editora Babel (ENCONTRO INTERNACIONAL LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURAS LUSÓFONAS NUM UNIVERSO GLOBALIZADO, 2010).

Nesse encontro, ressaltou-se a pequena participação dos produtos em língua portuguesa no mercado mundial, bem como a quantidade incipiente dos fluxos de produtos midiáticos entre os países lusófonos. Em contrapartida, a potencialidade da lusofonia como área de expansão do mercado comunicacional foi recorrentemente assinalada. Para Norton (2010), o representante da

Impresa, isso é resultado de uma carência de políticas que façam da lusofonia um espaço integrado em matéria de meios de comunicação. Para Ferreira (2010), porta-voz da indústria fonográfica, trata-se da carência de políticas de Estado protecionistas para seus produtos dentro dos países lusófonos. Ambos comentam que línguas de menor porte costumam ter mais lançamentos culturais no mercado global do que a língua portuguesa.

No caso do espanhol, para Elvira Arnoux (2007), os meios de comunicação são protagonistas na globalização dessa língua. A autora entende a globalização da língua a partir de López-Morales, para quem o processo constitui-se na homogeneização da língua, ou seja, quando as variantes autóctones são substituídas por outras mais gerais, prestigiosas ou úteis. Trata-se, explica Arnoux (2007), por um lado, de estratégias dos países centrais ou do desejo de muitos de reforçar sua própria língua, mas, por outro, também, da tendência da indústria editorial e audiovisual em concentrar a produção em cada vez menos empresas, no que, em geral a Espanha tem se sobressaído, comprando empresas latino-americanas e exportando produtos midiáticos para esses países.

Ávila (2003) e Oliveira (2010) identificam esse processo de homogeneização linguística nas transmissões de alcance internacional em língua espanhola, nas quais, para assegurar aceitabilidade e compreensão, usa-se uma pronúncia e entonação não marcadas do ponto de vista dialetal. Por isso, é difícil saber a nacionalidade dos locutores, comentaristas e atores que se expressam nas mídias audiovisuais produzidas para exportação. Trata-se de um espanhol depurado de suas características nacionais, criado por empresas midiáticas, a fim de evitar a resistência a seus produtos em decorrência do rechaço a certas entonações (OLIVEIRA, 2010). Com isso, os meios de difusão internacional, ao eliminar as fronteiras políticas, estão dando coesão a comunidades linguísticas cada vez mais extensas do ponto de vista da língua que recebem (ÁVILA, 2003), passando a ser co-gestores da língua, e não mais meros consumidores de normas estabelecidas (OLIVEIRA, 2010).

Com relação ao guarani, Olivera (2011) afirma que há muito pouco tempo essa língua começou a marcar presença na internet, sobretudo, nas redes sociais e *blogs*. Não há estudos científicos sobre a penetração do guarani na internet, atesta o autor, que, apesar disso, assegura que existem pelo menos 365 páginas na internet que contêm textos em guarani. O guarani (ou *avañe'ê*) ingressou na rede em 1995, com a publicação de uma página que combinava guarani, espanhol e alemão, mantida por um professor da Universidade de Mainz (OLIVERA, 2011). Depois desse primeiro passo, outras páginas foram criadas e mantidas, especialmente, com o

objetivo de divulgação da língua e da cultura dos povos guarani, explica o autor. Ele ainda disponibiliza uma cronologia de fatos importantes para o reposicionamento do guarani no mundo virtual: em 2005, o Google criou sua versão do buscador *online* em guarani; em 2007, a Wikipedia lançou a Vikipetã e, em 2011, foi a vez do Mozilla FireFox em guarani (ver Figura 15). Hoje, entre as diversas inserções do guarani na internet, o autor também destaca a importância das páginas oficiais do governo paraguaio e o dicionário *online* guarani.



Figura 15- O guarani na internet (em maio de 2012). Fonte: Internet.

Em se tratando de um mercado midiático para as línguas portuguesa, espanhola e guarani no Mercosul, a reduzida circulação de produtos uruguaios, argentinos e brasileiros (e pode-se acrescentar paraguaios), apresentada no Tópico 3.2, sinaliza que essas línguas ainda desfrutam de pouca presença nos meios de comunicação regionais. O Mercosul não é mobilizado, atualmente, um nicho de mercado regional, em que produtos midiáticos de um país poderiam ser consumidos em outro, tanto traduzidos/dublados como na língua original. Tampouco figura como um alvo prioritário das políticas dos Estados, que, embora já o façam em pequena escala, poderiam incentivar a circulação dessas línguas através dos meios de comunicação públicos ou estatais. Recentemente, em maio de 2013, o jornal argentino Clarín promoveu uma inovação com esse propósito, lançando um *site* em português com notícias sobre a Argentina. O *site* não apresenta a política editorial da publicação, mas uma notícia publicada pela Folha de São Paulo reproduz uma entrevista com o diretor do grupo Clarín, que explica que os públicos-alvo da publicação são os empresários e executivos brasileiros, já que o Brasil é o principal parceiro econômico da Argentina ('CLARÍN' LANÇA...in Folha de São Paulo, 2013). Nesse caso, a iniciativa de

publicação foi privada e não estatal. Por isso, ela assinala um modo e um início de como as línguas portuguesa e espanhola podem constituir mercados linguísticos no Mercosul.

Por fim, cabe destacar que o efeito das mídias globais sobre as línguas não se dá apenas no âmbito da internet ou dos produtos midiáticos de distribuição globalizada. As novas tecnologias de comunicação afetaram, igualmente, a produção midiática local, facilitando a operação de pequenas rádios e a impressão de jornais de circulação reduzida (FERNANDES, 2004). Esse movimento pode ter relação próxima com uma reconfiguração das práticas linguísticas nos meios de comunicação, como mostra Stahlberg (2005), ao estudar o caso da imprensa indiana. Segundo o autor, tecnologias recentes, como a impressão em *offset*, a edição eletrônica e a comunicação informática possibilitaram a irrupção de jornais locais e regionais em línguas vernáculas, sobretudo em hindi, em um país cuja imprensa era dominada por jornais de alcance nacional em língua inglesa.

Diante disso, consideramos que o plurilinguismo pode constituir uma tendência para os jornais, rádios e televisões locais, em decorrência da globalização, por dois motivos: 1) a facilidade de produção propiciada pelas novas tecnologias de comunicação e 2) a gradativa formação de um imaginário social que significa a diversidade linguística como natural e positiva.

Sobre esse último aspecto, entendemos que esse imaginário se constitui no momento em que a internet oferece um espaço midiático plurilíngue (TONKIN, 2003-2004; GUESSER, 2007; OLIVEIRA, 2010) e em que a diversidade linguística é protegida por organismos internacionais (REIS, 2010; BARRIOS, 2009), sendo apresentada como uma das causas politicamente corretas do mundo atual (BARRIOS, 2009) e sendo conveniente do ponto de vista dos nichos de mercado que é capaz de constituir (OLIVEIRA, 2010). Pela união desses fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, que convergem para a valorização do plurilinguismo do mundo, uma maior diversidade de línguas, além da nacional, passaria mais facilmente a compor as mídias locais, categoria em que se enquadram os jornais fronteiriços.

No próximo tópico, examinaremos as práticas linguísticas da mídia fronteiriça do Rio Grande do Sul, em comparação com veículos das demais fronteiras do Brasil, no que diz respeito aos usos das línguas guarani, portuguesa e espanhola nos jornais e emissoras de rádio e televisão locais. Também faremos uma aproximação aos usos linguísticos e ao conteúdo publicado sobre as línguas em reportagens, notícias, colunas e notas presentes nas edições de jornais que compõem o *corpus* deste estudo.

4.3 O uso e a tematização das línguas na mídia fronteiriça.

Pelo percurso traçado nos dois tópicos anteriores, é possível concluir que, atualmente, jornais locais com anseios de publicar em mais de uma língua ou em uma língua que não seja a nacional/oficial se dividem entre um contexto global que aponta para o plurilinguismo e a organização dos Estados nacionais que, apesar de uma maior flexibilização no que diz respeito à diversidade linguística nos meios de comunicação, têm uma história, cultura e orientação legal monolíngue. Para a mídia fronteiriça platina, a disputa política se dá, sobretudo, entre as línguas nacionais dos Estados contíguos (espanhol e português), que são línguas poderosas no contexto interno de cada país; as línguas do Mercosul (espanhol, português e guarani), em ascensão devido aos intercâmbios mercadológicos (globais) e às políticas de integração do bloco (regionais); e as línguas locais, que, além das recém mencionadas e das variedades resultantes dos contatos entre elas, incluem as imigratórias e as autóctones. O local fronteiriço se conformaria, portanto, entre o nacional, o regional e o global.

Criada para, entre outros objetivos nacionalizantes, fixar o predomínio da expressão em língua portuguesa nos confins meridionais do Brasil (SILVEIRA; PIPPI, 2007), a malha de comunicação que se constituiu precocemente nas cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul, atualmente, se configura entre a expressão exclusiva em língua portuguesa e o predomínio do português com inserções em espanhol. Essa afirmação se assenta em estudos sobre mídia fronteiriça realizados no campo das Ciências da Comunicação, como os de Raddatz (2009), Müller (2003 e 2005), Müller et al (2010) e Zamin (2008), bem como na observação de jornais impressos produzidos nas cidades-gêmeas da fronteira do Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai. O Quadro 4 quantifica (de modo aproximado) a presença das línguas espanhola, portuguesa e guarani no *corpus* desta pesquisa, considerando o espaço que cada uma delas ocupava em cada edição do jornal²⁹.

Pela leitura do Quadro 4, constatamos que, quando ocorre a expressão em língua espanhola, o espaço dedicado a essa língua não ultrapassa 10% de cada edição do jornal, assinalando o predomínio da língua portuguesa. Notamos também que a presença do espanhol nos jornais é proeminente nos pontos mais meridionais da fronteira, isto é, nos limites com o Uruguai (Aceguá, Santana do Livramento, Quaraí) ou na tríplice fronteira Brasil-Uruguaí-Argentina (Barra do Quaraí).

²⁹A aferição da presença das línguas nos jornais foi realizada contabilizando, de modo aproximado, o espaço físico ocupado por cada língua na extensão das páginas de cada exemplar dos jornais.

Fronteira	Cidade	Jornal (data)	Português	Espanhol	Guarani
Brasil/Argentina	Porto Xavier	A Gazeta do Povo (26/11/2010)	Todo o exemplar	-	-
Brasil/Argentina	São Borja	Folha de São Borja (02/06/2010)	Todo o exemplar	-	-
Brasil/Argentina	Itaqui	Folha de Itaqui (17/09/2010)	Todo o exemplar	-	-
Brasil/Argentina	Uruguaiana	Diário da Fronteira (15/04/2010)	Todo o exemplar	-	-
Brasil/Uruguai	Barra do Quaraí	Folha Barrense (30/11/2011)	99% do exemplar	1%	-
Brasil/Uruguai	Quarai	Folha de Quarai (25/03/2010)	90% do exemplar	10%	-
Brasil/Uruguai	Santana do Livramento	A Plateia (13/06/2010)	90% do exemplar	10%	-
Brasil/Uruguai	Jaguarão	A Folha Regional (30/09/2010)	Todo o exemplar	-	-
Brasil/Uruguai	Aceguá	Manchete Regional (01-15/02/2011)	95% do exemplar	5%	-

Quadro 4 - Presença das línguas portuguesa, espanhola e guarani nos jornais da fronteira do RS. Fonte: o autor.

Essa diferença pode ser pensada em relação às diferentes formações de cada fronteira: a divisa seca com o Uruguai e a fluvial com a Argentina; a história de colonização portuguesa do Uruguai e a conseqüente presença dos DPUs nessa área; a intensidade das trocas comerciais em cada cidade-gêmea, com *freeshops* nas cidades uruguaias e com o porto seco Uruguaiana-Paso de los Libres. Aqueles jornais que apresentam índices de presença de espanhol entre 5% e 10% são os que possuem cadernos ou editorias fixas nessa língua, isto é, espaços (uma ou várias páginas) destinados a reportagens, notícias e também, muitas vezes, anúncios em língua espanhola. O jornal que apresenta índice de 1% usa algumas palavras ou frases em língua espanhola, também em um espaço previamente delimitado na coluna “Contos e Cuentos da antiga Barra do Quaraí”.

Para Müller (2005), o uso do português e do espanhol em jornais fronteiriços constitui uma estratégia de naturalizar o uso das línguas mais faladas na sua área de abrangência, o que é aceito pelos leitores dos jornais justamente porque reflete suas práticas de comunicação cotidianas. A autora identifica esse uso em jornais de outras áreas fronteiriças do país, ainda que com diferentes graus de presença, como no Jornal da Praça, de Ponta Porã, fronteira com Pedro Juan Caballero, no Paraguai, e na Folha de Corumbá, da cidade de Corumbá, fronteira com Puerto Quijaro, na Bolívia. O uso de português e espanhol pelos jornais, assim como por rádios locais, argumentam Müller et al (2010), é uma das marcas fronteiriças reafirmadas na comunicação midiática da fronteira, em uma demonstração de como se estabelece a integração transnacional através do local.

Apesar de significarem a integração entre nações sul-americanas, como sugerem as autoras supracitadas, a combinação das línguas espanhola e portuguesa na mídia fronteiriça tem nuances que apontam para os horizontes dessa integração. Isto é, até que ponto as práticas jornalísticas ou midiáticas reproduzem o cotidiano do uso das línguas pelos seus falantes na fronteira e de que modo português e espanhol podem se entrelaçar nas páginas dos jornais ou nos estúdios de rádio e televisão. Tanto quanto a presença de uma e outra língua, os lugares que elas podem ocupar nas páginas dos jornais são constitutivos da política de línguas dos meios de comunicação da fronteira. Nesse sentido, quatro práticas são marcantes: 1) a alocação separada de uma e outra língua; 2) o uso de cada língua atrelado aos fatos e sujeitos de cada país; 3) a reduzida presença do português; 4) a ausência do guarani.

Sobre a alocação das línguas nas páginas dos jornais, observamos que aqueles que enunciam parcialmente em espanhol, caso dos jornais Folha Barrense, Folha de Quaraí, A Plateia e Manchete Regional, mobilizam a língua espanhola para a composição de cadernos, editorias ou colunas específicas. Repetindo a observação de Neveu (2006) já apresentada no Tópico 2.5, segundo a qual um fato terá mais chances de ser promovido a acontecimento jornalístico se fizer sentido para uma editoria, se tiver uma ancoragem institucional, ao criarem editorias para a língua espanhola e para os fatos de cada país, os jornais fronteiriços garantem a presença de ambos, fatos e línguas, em todas as suas edições.

Por outro lado, a composição de editorias separadas faz com que o espanhol não se junte ao português nas páginas, nem se situe próximo a ele, nem se alterne com ele, nem o substitua, pois cada língua ocupa um lugar, que é, ao mesmo tempo, espacial e simbólico, nas edições dos jornais. Esse lugar do espanhol é o lugar da nação limítrofe, pois o uso da língua espanhola está condicionado à narração de fatos relacionados ao país vizinho. Assim, a editoria escrita em espanhol é formada por notícias da Argentina ou do Uruguai, que podem incluir tanto fatos fronteiriços, ocorridos próximos à linha divisória, como provenientes das capitais e de outros pontos desses países.

A prática de constituição de cadernos e editorias na língua do país vizinho também está presente no Jornal da Praça, de Ponta Porã, analisado por Müller (2005), e pode ser aproximada de algumas práticas linguísticas encontradas em rádios fronteiriças estudadas por Raddatz (2009). Segundo esta autora, na rádio RCC de Santana do Livramento (pertencente aos mesmos proprietários do jornal A Plateia), o uso do português e do espanhol está condicionado à origem de quem fala, se um locutor (sempre brasileiro por exigência da legislação) ou se um entrevistado

uruguaio. Cada qual enuncia em sua língua durante os diálogos, supostamente sem prejuízo, segundo Raddatz (2009), à intercompreensão entre locutor, entrevistado e público. Nos anúncios publicitários, pela descrição da autora, também a língua é distribuída conforme o país de origem do anunciante: *jingles* de empresas uruguaias são divulgados em espanhol; de empresas brasileiras, em português. Compreendemos que a língua é, assim, nos jornais e nas rádios fronteiriças, mobilizada como uma marca de pertencimento e significada pelo vínculo com cada nação.

Outra prática que organiza a presença das línguas na mídia fronteiriça é o uso de algumas expressões em espanhol em textos ou falas constituídos em língua portuguesa. Exemplo dessa prática é o enunciado “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!”, usado pelo jornal A Plateia para intitular uma reportagem, em português, sobre as vitórias da seleção uruguaia na Copa do Mundo de 2010. Raddatz (2009) identifica essa mesma prática na fala de locutores da Rádio 96 FM de Uruguiana e da Transamérica Hits de Corumbá, onde a autora encontra o que chama de “alternância de idiomas”, em diálogos do locutor de Uruguiana com entrevistados argentinos e no uso da palavra *hermanos* pelo locutor de Corumbá, para se referir aos bolivianos. Também, outras vezes, explica a autora, a fala em português é “ornamentada” com “o sotaque espanhol” em menções ao país vizinho. Assim, o falante de português se apropria de traços fonéticos e de elementos lexicais usuais da língua espanhola falada nos países limítrofes para marcar a presença “do outro” no fato narrado ou na sua audiência. Constitui-se, assim, uma estratégia enunciativa de aproximação ao público hispano-falante, um uso político das línguas.

Nas palavras de Müller et al (2010, p. 123), comentando as línguas na radiofonia fronteiriça:

A música e a utilização de expressões lingüísticas que misturam o português e o espanhol são os principais elementos da cultura de fronteira que realmente aparecem na programação das emissoras. Ritmos como o tango, a cumbia, a guaranha, o samba e o pagode convivem nas rádios desses cinco países, sendo anunciados por locutores que no Paraguai, na Bolívia e na Argentina, podem estar falando português, porque são profissionais brasileiros que trabalham em rádios do país vizinho. Encontrar locutores brasileiros em emissoras uruguaias é raro, bem como não acontece em emissoras brasileiras, pois a legislação não permite. Mesmo assim os locutores das rádios brasileiras não deixam de aplicar o idioma espanhol em suas falas. De vez em quando, misturam a língua do vizinho com a materna, de forma espontânea, porque isto é um comportamento rotineiro no lugar onde vivem, e o rádio reproduz boa parte das práticas orais do cotidiano da fronteira.

A política de línguas dos jornais fronteiriços é, por um lado, resultado das próprias práticas lingüísticas em funcionamento no cotidiano local; por outro, faz parte de uma estratégia política de boa vizinhança entre cidades e habitantes locais (MÜLLER et al, 2010); mas, também

constitui, em grande medida, uma estratégia de mercado. O rádio, através das ondas que cruzam voluntária ou involuntariamente as linhas divisórias, assim como os jornais que podem ter seus exemplares circulando no país limítrofe, têm um público consumidor formado por sujeitos de outra nacionalidade e, potencialmente, falantes de outra língua. Isso faz com que a língua se torne um nicho de mercado na fronteira, de modo semelhante ao observado por Oliveira (2010) para as línguas da internet e da indústria audiovisual.

A compreensão da outra língua como um potencial público consumidor foi comentada pelos jornalistas, chefes de redação e diretores de jornais fronteiriços nos depoimentos apresentados no Tópico 2.5 e está presente na edição comemorativa dos 70 anos do Jornal A Plateia, de Santana do Livramento (Figura 16). Seu título “A Plateia en Español: conquistando de vez o lado uruguaio da Fronteira” já inscreve na notícia significados expansionistas, de dominação, por meio da palavra “conquistando”. O uso dessa palavra no gerúndio marca um processo em curso, ainda não finalizado. O título também sugere, através da expressão “de vez”, que essa conquista já foi efetuada, com sucesso menor, em um momento anterior da história da “Fronteira” e que, no movimento presente de conquista, ela resultará definitiva. Assim, a fronteira do jornal A Plateia é significada como um lugar da supremacia e da projeção santanense e brasileira.

Na textualidade dessa notícia, o “bilinguismo” do jornal é significado como um dos instrumentos de conquista. O editor, enquanto enunciador, assume, no discurso, o lugar político da dominação, presentificando a história da ocupação colonial, mas agora em um contexto capitalista. Por vincular-se ao capitalismo atual, faz uso de palavras próprias desse âmbito discursivo, que remetem a como público, mercado, concorrência, anunciantes: trata-se de um “estreitamento dos laços com o público de Rivera”, de uma conquista de “espaço no mercado riverense, concorrendo diretamente com as rádios e os jornais locais” e de uma ampliação de “público e anunciantes”.

Essa edição comemorativa também descreve as diferentes formas como as línguas nacionais de Brasil e Uruguai foram movimentadas pelo jornal em seus 74 anos de existência. Nos anos 1950, a língua espanhola se fazia presente no jornal, mas apenas em textos literários e de opinião, isto é, não em noticiosos. A língua vizinha estava, dessa forma, relacionada à expressão artística e opinativa, mas não à informação, ou melhor, à credibilidade da informação jornalística.

4 **A PLATEIA** 74 anos Segunda-feira, 10 de janeiro de 2011

A Plateia En Español: conquistando de vez o lado uruguaio da Fronteira

Com sede na Cidade Símbolo da Integração no Mercosul, A Plateia, como todos os santanenses, sempre manteve forte vínculo com o lado uruguaio da Fronteira da Paz. Os registros dos primeiros textos em língua espanhola nas páginas de A Plateia datam dos anos 50, quando poesias e artigos de opinião já eram publicados em seu formato original. Hoje, 60 anos depois, A Plateia é o único diário bilingue do Brasil - e estreitou os laços com o público de Rivera a partir do inovador A Plateia En Español.

Notícias do lado uruguaio da Fronteira da Paz começaram a ser registradas em A Plateia ainda nos anos 60 e 70. O formato, contudo, era diferente do praticado hoje. Naquela época, o mesmo texto era escrito nas duas línguas - português e espanhol. Nos anos 80 e 90, Victori- ano Cabrera foi o primeiro repórter da editoria Espanhol a conquistar uma página inteira do jornal dominical.

No início dos anos 2000, A Plateia inovou: colocou à disposição do leitor fronteiro duas páginas diá-

rias, escritas em língua espanhola. Em 2010, o salto foi ainda maior. Com oito páginas de notícias locais de Rivera, e totalmente redigido em língua espanhola, o caderno A Plateia En Español revolucionou o jornalismo da Fronteira da Paz.

Com qualidade nas informações que repassa, A Plateia En Español logo conquistou seu espaço no mercado riverense - concorrendo diretamente com as rádios e os jornais locais, agradando leitores dos dois lados da Fronteira. Para confeccionar o caderno, foram contratadas três jornalistas uruguaias, com formação específica na área, cursada em Montevideu.

A Plateia En Español reinventou a relação do diário A Plateia com a comunidade riverense. Com notícias do dia a dia da sociedade uruguaia da Fronteira, o jornal conquistou público e anunciantes - e aposta num maior crescimento em 2010.



Figura 16 - Jornal brasileiro conquista o público uruguaio. Publicado na edição comemorativa do Jornal A Plateia, Santana do Livramento, em 2011.

Nos anos 1970, o jornal passou a registrar as informações sobre o Uruguai de modo bilingue, com notícias em português e espanhol dispostas lado a lado. Nas décadas de 1980 e 1990, anos da redemocratização, do fim da guerra fria e da globalização econômica e tecnológica, o espanhol passou a ter uma editoria jornalística própria, sem necessidade de tradução, a qual cresceu em tamanho e importância até se tornar um caderno, nos anos 2000.

Essa trajetória sugere um reposicionamento gradativo e positivo da língua espanhola no jornal A Plateia, nesses 74 anos, saindo da condição de expressão artístico-opinativa e passando para a de língua de informação jornalística, bem como dispensando a versão em português de fatos narrados em espanhol. A partir dos anos 1980 e 1990, conforme o texto, a quantidade de notícias sobre o Uruguai e em língua espanhola cresceu significativamente, em um movimento de aproximação entre as duas nações, que pode ter sido impulsionado pela própria criação do Mercosul. Assim, o lugar das línguas no jornal acompanha a transformação do mercado local, que inclui a existência de anunciantes interessados em atingir o outro lado da linha divisória e de um público disposto a aceitar a presença da língua do país vizinho em certos lugares espaciais e simbólicos do jornal. Também projeta um leitor conhecedor de espanhol, o qual, pelo discurso do jornal, depreendemos tratar-se de um leitor uruguaio. Percebemos, porém, que o espanhol não

ocupou, nessa trajetória, em nenhum momento, o lugar das notícias sobre o Brasil, para as quais foi destinada a enunciação exclusiva em língua portuguesa. Politicamente, portanto, a língua portuguesa (dominante) cede espaços pré-determinados à língua espanhola, estabelecendo, com isso, uma fronteira entre elas e entre os países que elas representam.

Jornais da fronteira com a Argentina, como os de São Borja e Uruguaiana, por sua vez, mostram uma relação diferente com a língua espanhola. A Folha de São Borja, desde sua fundação, não adota a prática de publicar textos noticiosos em espanhol, conforme relatou o atual diretor do veículo e conforme pudemos constatar com a observação dos arquivos do jornal disponíveis na Biblioteca Municipal da cidade. Em uma edição de 03 de agosto de 1970, em reportagem intitulada “Onde brasileiros e argentinos se unem no amor à (sic) duas Pátrias”, o jornal apresenta ao leitor a cidade de Santo Tomé. Escrita em português, a reportagem usa uma única palavra em espanhol, “calle”, que é grafada entre aspas, para marcar a diferença linguística e, também, o lugar político de cada língua nas relações fronteiriças, que é o lugar do Estado nacional no qual é oficial. A fronteira foi, assim, significada como limite, pela língua.

Nesse mesmo jornal, pudemos encontrar anúncios de estabelecimentos comerciais de Santo Tomé, alocados na última página, enquanto os de São Borja ocupavam a primeira. Mesmo se tratando de estabelecimentos comerciais argentinos, a maioria dos anúncios estava traduzida ao português, poucos eram bilíngues ou em espanhol, como aclara a Figura 17:



Figura 17- Anúncios publicitários de estabelecimentos comerciais de Santo Tomé. Publicados na Folha de São Borja, São Borja, em 1970.

O primeiro anúncio (Figura 17a) é dirigido a visitantes de Santo Tomé, os quais, pela língua em que está redigido o texto, o português, se supõem sejam visitantes brasileiros. Já os anúncios de Marcel (Figura 17b) divulgam seus produtos apenas em espanhol ou em espanhol e português, projetando consumidores falantes das duas línguas. Assim, a Folha de São Borja, em 1970, inscreve em sua textualidade, certa integração com a cidade vizinha, a qual pode ter se dado no âmbito das trocas comerciais (brasileiros compram em Santo Tomé) ou de consumo do próprio jornal (moradores de Santo Tomé leem a Folha de São Borja). Nas edições mais atuais, a Folha de São Borja, além de redigida, na sua totalidade, em língua portuguesa, não publica anúncios da cidade-irmã de Santo Tomé, conforme atestam seu diretor e nossa observação.

Em jornais antigos de Uruguiana, disponibilizados pela Casa de Cultura do município, como A Notícia (edições publicadas por volta de 1900), A Nação (décadas de 1920 e 1930), A Fronteira (década de 1940) e A Vanguarda (década de 1950), tampouco são encontrados, com frequência, textos em espanhol. Nessas edições, até mesmo anúncios uruguaios ou argentinos são publicados, geralmente, em língua portuguesa. No entanto, ao contrário do que ocorre nos jornais contemporâneos, quando a língua espanhola aparecia, seu lugar não estava editorialmente marcado. Exemplos dessa prática estão no uso da palavra “Tarjetas”, ao divulgar os horários de ônibus a Paso de los Libres, no jornal A Vanguarda de 1953; em uma nota de A Nação, de 1918, que divulga a “5º Exposición Nacional e Internacional de Ganaderia”, promovida pela “Asociación Agro-Pecuaria Hipica del Salto”; e em uma seção de avisos de A Notícia, em 1905, que divulga a “1º Exposición-Feria de la Sociedad Rural Paso de los Libres”.

A Figura 18 mostra, por exemplo, a relação dos fronteirios com a cidade de Salto, no Uruguai, distante, aproximadamente, 230 Km da Uruguiana, mas conectada a ela pelo Rio Uruguai e pela ferrovia uruguia que passava por Salto e se estendia até Barra do Quaraí. A nota, em forma de aviso, foi publicada integralmente em língua espanhola.



Figura 18 - Aviso, em espanhol, sobre a 5ª Exposición Nacional e Internacional de Ganadería de Salto. Publicado no jornal A Notícia, Uruguiana, em 1905.

Outro ponto relacionado ao lugar das línguas portuguesa e espanhola nos jornais está na questão do portunhol. Nos jornais fronteiriços essa forma de expressão se faz presente apenas raramente na reprodução de alguma fala local. Seu uso tampouco é mencionado por Müller (2005), ao estudar jornais fronteiriços sul-mato-grossenses. Por outro lado, Raddatz (2009, p.122) identifica sua presença em algumas rádios fronteiriças, ao compará-las com a RCC de Santana do Livramento, que constitui uma exceção por fugir do “estilo portunhol”: “Não é hábito da emissora [RCC] misturar idiomas em seus programas, fugindo totalmente do estilo portunhol assumido por outras [rádios] de fronteira”. Também Zamin (2008), examinando as práticas discursivas sobre o local-fronteira, em programas jornalísticos das rádios Comunitária Nova Aurora de Santana do Livramento e Rádio Elshaday de Uruguiana, identifica a presença do portunhol na fala dos locutores. Para a ausência do portunhol nos jornais impressos e sua presença no rádio pesam os fatores escrita/oralidade e audiência elitizada/popular, característicos de um e outro meio de comunicação, respectivamente.

Se, hoje, na mídia fronteiriça, o português e o espanhol são praticamente as únicas línguas mobilizadas, essa hegemonia foi contrastada por outras línguas, em momentos específicos. Em Sturza e Fernandes (2009), encontramos que, até o início do século XX, jornais das cidades fronteiriças brasileiras veiculavam textos em línguas de imigração, como o italiano e o francês.

Müller (2004) também destaca a presença de textos, sobretudo literários, no jornal A Plateia, escritos em árabe, por membros dessa comunidade étnica, que viviam, na fronteira Santana do Livramento-Rivera. Sobre as publicações em árabe, segundo a autora, no início, a iniciativa causou impacto e desconforto entre os leitores brasileiros e uruguaios que não tinham condições de decifrar os códigos linguísticos empregados nos textos. Por isso e por dificuldades técnicas de reproduzir caracteres árabes nos equipamentos (de edição e impressão), o jornal optou por colocar somente o nome do caderno, Caderno Literário, escrito nessa língua, explica Müller (2004).

Já o guarani não esteve presente em nenhum jornal amostrado para este estudo, nem nos jornais, rádios e emissoras de televisão analisados por Müller et al (2010), espalhados pela fronteira do Brasil com Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. Para compreender a ausência do guarani na mídia fronteiriça do lado brasileiro, é elucidativo o estudo de Sigrist (2004), que discute a existência de um programa jornalístico e de entretenimento, apresentado intercaladamente, em três línguas - o guarani, o espanhol e o português - na Rádio Educativa 104.7 FM, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Apesar de não se tratar de uma rádio localizada próxima à linha divisória entre os países, a emissora, que pertence ao governo do estado, representa, nesse programa, um modo de falar típico da fronteira Brasil-Paraguai, pois é voltado à comunidade que migrou dessa zona à capital sul-mato-grossense, assinalando a existência de uma fronteira social nessa cidade (SIGRIST, 2004).

Segundo a autora, durante 20 anos, fracassaram várias tentativas para que o programa fosse ou permanecesse no ar, bem como não prosperou o intuito de divulgar informações em guarani por meio de jornais impressos. Ela aponta duas causas para esse insucesso: o guarani ser uma língua, principalmente, de comunicação oral, o que tornava difícil sua leitura nos jornais, e a resistência do setor comunicacional, que não aceitava a “fala misturada”, exigindo o uso de uma única língua epadrão. Na Figura 19, um fragmento da “fala misturada” estudada por Sigrist (2004).

Ñande pújare imarangatuve jahguá, oñêpürú agha, ñe' ê ngatu. Buenas noches. Soy Margarida Román y usted está en ñe' ê ngatu, programa indo-latino informativo, educativo y cultural de la comunidad paraguaya guarani, residentes en Campo Grande, sigue, en directo com ñe' ê ngatu, [...]. Este é o seu ñe' ê ngatu desta quarta-feira, dezoito de dezembro de 2002.

Figura 19 - Transcrição da fala guarani-espanhola-portuguesa usada em extinto programa radiofônico da Rádio Educativa, de Campo Grande-MS. Fonte: Sigrist (2004).

Até este ponto do Tópico 4.3, nosso olhar se voltou para os usos das línguas portuguesa, espanhola e guarani pela mídia fronteiriça. Por meio dele, apreendemos que se, por um lado, a mídia de fronteira dá espaço para pautas do cotidiano das populações fronteiriças, como aduana, câmbio, polícia e política, atuando como elemento de integração entre diferentes culturas, tal qual salienta Raddatz (2009), por outro, no domínio das línguas, a exposição à língua do país limítrofe e à mistura entre línguas, ainda encontra resistência, especialmente no âmbito da imprensa escrita. Passamos agora, a focalizar não o uso das diferentes línguas para enunciação, mas os enunciados que tomam a língua enquanto tema, isto é, que dizem sobre as línguas. É possível que, apesar da resistência à incorporação e ao contato entre línguas no domínio dos usos, isso não se repita no domínio do conteúdo. Isto é, as línguas, seu funcionamento e sua diversidade, podem ser um assunto frequente na mídia fronteiriça, pela própria condição de contato com a qual ela se depara cotidianamente.

Para verificar tal suposição, conferimos a presença das línguas como tema de reportagens, notícias, notas e colunas, em jornais fronteiriços, e constatamos que, em consonância com as práticas da mídia dos grandes centros, as línguas não são pauta frequente nesses jornais locais. Isso ocorre, na visão de Guimarães (2009), porque a produção do conhecimento em si não tem valor de notícia, mas apenas seus produtos, seus instrumentos. No caso do conhecimento linguístico, seus instrumentos seriam, por exemplo, gramáticas e dicionários (AUROUX, 1992). Além disso, para que se transforme em notícia, o conhecimento deve satisfazer os chamados valores-notícia do jornalismo. São eles, segundo Traquina (2005b), a novidade, o tempo (atualidade), a proximidade (geográfica ou cultural), a relevância (interesse público, o impacto social), a notabilidade (facilidade de ser percebido, notado), o conflito, a infração, o escândalo, entre outros. Assim, até mesmo os instrumentos linguísticos, para se tornarem notícia, muitas vezes, dependem de um evento a eles vinculado, como um lançamento, uma campanha, uma demonstração, um teste ou um recorde de vendas, para gerar, minimamente, novidade e notabilidade.

O conhecimento linguístico se aproxima mais facilmente dos valores-notícia do jornalismo, também, quando se coaduna com alguma política linguística, constituindo um fato de atualidade, notabilidade, proximidade e relevância social. Exemplos recentes de inserção da temática das línguas na mídia, pela sua relação com políticas linguísticas, são a polêmica do livro didático, mencionada Tópico 1.2, e a lei de obrigatoriedade de ensino de espanhol nas escolas brasileiras, da qual tratamos no Tópico 2.2. No jornal Diário da Fronteira da cidade de

Uruguaiana, entre o final de 2009 e início de 2010, no auge dos acontecimentos político-linguísticos relacionados à língua espanhola no Brasil, podemos encontrar algumas notícias tratando da inclusão dessa língua nas instituições de ensino brasileiras (Figura 20).

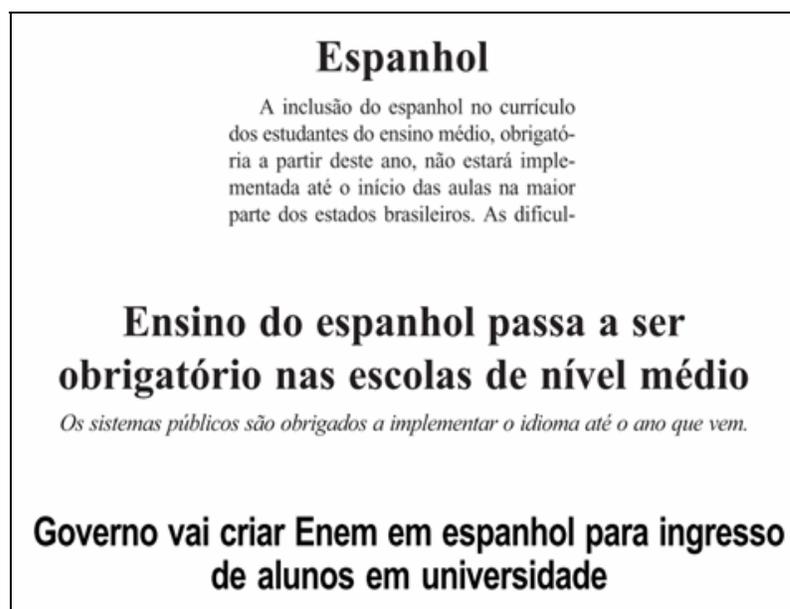


Figura 20 – Notícias cuja temática central é a língua. Publicadas no jornal Diário da Fronteira de Uruguaiana, em 2009 e 2010.

Nos três exemplos anteriores, a língua espanhola constitui a temática central das notícias. Igualmente, nas três notícias, a língua espanhola está associada ao ensino de línguas. No entanto, em outras ocasiões, as línguas são apenas elementos secundários dos fatos, mencionados como informação complementar ao assunto central tratado nas notícias. Nas edições que compuseram o *corpus* deste estudo, por exemplo, as línguas ocupam sempre a posição de coadjuvantes, com papel meramente complementar ao foco noticioso.

Encontramos, nos jornais analisados, menções às línguas no título de três editoriais: “En español” (A Plateia), “Notícias en español” (Manchete Regional) e “Espanhol” (Folha de Quaraí). Essas três editoriais contêm notícias de diversas temáticas sobre o país limítrofe, que nos três casos é o Uruguai. Na notícia do jornal Manchete Regional, intitulada “Arroz produzido no estado conquista o reconhecimento internacional”, por sua vez, as línguas aparecem como ferramentas que ajudam a exportar o arroz brasileiro, na medida em que as embalagens são bilíngues, escritas em português e nas línguas dos países para os quais o produto será vendido (inglês e espanhol).

Em outras cinco notícias, as línguas são relacionadas à questão do ensino, com os seguintes títulos:

- “Unipampa promove oficina que dá dicas para a banca” (Folha de São Borja).
- “Datos de nuestra historia” (A Plateia).
- “Prefeitura Municipal investe na qualificação profissional dos jaguarenses” (A Folha Regional).
- “Vestibular de Inverno da Urcamp terá quase 360 vagas em Livramento” (A Plateia).
- “Classificação dos alunos na Olimpíada de Português” (Folha de Itaqui).

Na primeira notícia, a oficina realizada pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) buscava esclarecer que a língua, assim como outros componentes da linguagem, era levada em conta pelos avaliadores no momento da apresentação de trabalhos finais de curso. Na segunda notícia, intitulada “Datos de nuestra historia”, rememoram-se fatos importantes da cidade de Rivera, entre eles, a chegada de uma “preceptora”, no ano de 1886, à escola pública local, assinalado a defesa da soberania e dos valores uruguaios, dos quais a língua é apresentada como o principal. A terceira notícia trata de diversos cursos oferecidos pela prefeitura municipal de Jaguarão, visando à qualificação de seus munícipes, dentre os quais os de espanhol e inglês. Na quarta notícia, sobre o vestibular de inverno da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), as línguas portuguesa e espanhola são uma das opções de curso superior oferecidas no vestibular da instituição. Por fim, a Folha de Itaqui publicou o resultado da classificação dos alunos das escolas da cidade na Olimpíada de Português, promovida pelo governo federal brasileiro.

Interpretamos, então, que mesmo nos jornais locais fronteiriços, onde o contato entre as línguas nacionais dos países é frequente e corresponde, no mínimo, ao valor-notícia da proximidade geográfica e cultural, as línguas são raramente selecionadas como pauta na agenda jornalística. Quando aparecem, ocupam uma posição coadjuvante no texto noticioso, o qual, por sua vez está frequentemente relacionado ao campo educativo.

Esses dois modos de entrada para o estudo das línguas nos jornais, isto é, como recurso para a composição das notícias e como tema das notícias, serão aprofundados no próximo capítulo. Eles serão tomados como indicadores de um dizer-nas línguas (no primeiro caso) e de um dizer-sobre-as línguas (no segundo caso) constitutivos dos jornais locais da fronteira. Os significados políticos desses dizeres serão analisados com base na Semântica do Acontecimento, com foco na categoria de designação (GUIMARÃES, 2005a).

5. O IMAGINÁRIO POLÍTICO SOBRE AS LÍNGUAS NO MERCOSUL: O DIZER-NA E O DIZER-SOBRE-AS LÍNGUAS NOS JORNAIS DE FRONTEIRA.

Nas fronteiras da língua (Folha.uol.com, abril de 2009).

5.1 Um olhar enunciativo sobre a política de línguas dos jornais fronteiriços.

Ao lançarmos nosso olhar sobre os jornais de fronteira, buscamos interpretar os sentidos políticos presentes no dizer-nas línguas e do dizer-sobre-as línguas nesses jornais. Quando pensamos nos significados políticos que se inscrevem no dizer-nas e no dizer-sobre-as línguas, materializados nas páginas dos jornais locais, estamos visualizando uma divisão que afeta os sentidos das línguas, distribuindo-as politicamente como globais, de integração regional, nacionais e locais (ver Tópico 1.1). Assim, consideramos que, ao dizer certos enunciados nas línguas (e não dizer outros) e dizer certos enunciados sobre as línguas (e não outros), o sujeito enunciativo já está distribuindo-as politicamente, e que, em sua condição fronteiriça, como a dos jornais mobilizados para este estudo, tal distribuição é especialmente afetada pelos sentidos das esferas global, regional, nacional e local. Esses dizer-nas e dizer-sobre-as línguas, presentes nos jornais fronteiriços, configuram, assim, um imaginário linguístico relacionado a tais esferas de significação, o qual é, simultaneamente, produzido e reproduzido pelos meios de comunicação na fronteira platina. Nesse imaginário, a fronteira é reescrita, a partir da tensão política presente na divisão das línguas.

Considerando que, conforme explanamos no Tópico 1.2, 1) os sentidos atribuídos às línguas são os próprios sentidos atribuídos aos seus falantes; 2) que línguas e jornais mostraram ter, historicamente, papel relevante na configuração de comunidades nacionais e; 3) que os meios de comunicação são operadores da construção de imaginários sociais; acreditamos que, se entendermos esse imaginário linguístico, poderemos entender as relações entre os países platinos signatários do Mercosul e a sua conformação na zona fronteiriça, a partir das relações entre as línguas ali presentes. Portanto, trata-se de discutir a integração no Mercosul a partir dos sentidos políticos das línguas reconhecidas como do bloco, em seu contato com o global, o regional, o nacional e o local, tal qual se inscrevem na enunciação fronteiriça platina.

Para nos aproximarmos de tais significados, mobilizaremos o referencial teórico-metodológico dos estudos enunciativos. A Linguística da Enunciação como campo do

conhecimento dos estudos da linguagem corresponde ao conjunto das teorias enunciativas cujo eixo central é a concepção de que a língua possui uma ordem própria que é atualizada pelo sujeito a cada instância de uso (FLORES; TEIXEIRA, 2005). Essa atualização faz com que a enunciação constitua um acontecimento único e irrepetível, configurado sempre em uma relação entre enunciador e enunciatário, a partir da qual o sujeito-enunciador se manifesta na linguagem (BENVENISTE, 1988). Assim, na textualidade jornalística, enquanto os enunciados se repetem em milhares de exemplares de uma mesma edição do jornal, a enunciação será sempre diferente, única, pois a cada leitura ela se renova, porque a temporalidade e os sujeitos são outros, significados no acontecimento do dizer.

Ao nos vincularmos aos estudos enunciativos, o fazemos, sobretudo, a partir dos trabalhos de Eduardo Guimarães. A posição do autor é a de que toda enunciação é um acontecimento: um acontecimento que produz enunciados (GUIMARÃES, 2008) e no qual se dá a relação do sujeito com a língua (GUIMARÃES, 2005a). Assim, o autor denominou de Semântica do Acontecimento o campo do saber que considera que a análise do sentido da linguagem deve se localizar no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. Dessa perspectiva, a língua e as línguas são entendidas no acontecimento enunciativo, em sua relação com os sujeitos e produzindo sentidos. Sendo assim, o acontecimento, ao invés de ser um fato na linha tempo, é antes um fato temporalizador, dado que todo acontecimento de linguagem só possui significação porque projeta em si um futuro, ao mesmo tempo em que funciona por um passado (GUIMARÃES, 2005a). Na enunciação jornalística, a temporalização é ainda mais impactante, pois, além do acontecimento de linguagem, como mostra Mariani (1996), ela organiza filiações de sentidos possíveis para o acontecimento noticioso, não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros.

Para Guimarães (2005a), a língua(gem) não é transparente, uma vez que sua relação com o real é histórica, logo, os sentidos também são constituídos historicamente. Essa concepção o situa em uma posição materialista, próxima à da Análise do Discurso, em que a língua opera um constante lembrar de sentidos (GUIMARÃES, 2005a). Nessa perspectiva, a relação entre língua e memória tem, para este estudo, proximidade com o processo de constituição dos discursos, que está calcado na memória do dizer e refletido na formulação e na circulação dos textos (ORLANDI, 2008a, 2008b). Assim, para compreender a produção de sentidos na enunciação jornalística fronteiriça, é importante aprofundar as noções de constituição, formulação e circulação dos discursos:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir, o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2008b, p. 9).

Segundo a autora, a formulação de um texto é determinada pela sua constituição, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem. Sendo atualização da memória discursiva, a formulação se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização. Assim, os textos jornalísticos fronteiriços são resultados da história da fronteira, que inclui a memória das línguas (espanhola, portuguesa, guarani) que ajudaram a constituí-la. Isto é, no dizer jornalístico fronteiriço está presente não só as lembranças sobre as guerras de fronteira, o comércio legal e ilegal entre os países, a convivência dos povos, mas também o imaginário acerca de cada língua e a memória lexical, sintática e fonética que uma deixou na outra, a partir dos seus contatos.

Acrescentamos, ainda, a importância da circulação dos discursos, dos trajetos dos dizeres, dos meios e da maneira como circulam. Segundo Orlandi (2008b), os meios pelos quais os discursos circulam não são nunca veículos neutros, indiferentes aos sentidos, como se fossem meros receptáculos de textos. Em se tratando de veículos jornalísticos, os dizeres ali inscritos são imediatamente afetados pelos significados de atualidade, credibilidade e imparcialidade identificados com a atividade da imprensa, como também, pelo significado de relevância social, em razão de um fato ter sido selecionado (entre tanto outros acontecimentos) para compor o noticiário. Além disso, cada meio dispõe de certas possibilidades técnicas (imagem, áudio, escrita, cores, interação, etc.), que produzem certos significados, como, por exemplo, a relação entre a modalidade escrita do jornal impresso e a seriedade, a formalidade. Dessa perspectiva, o dizer-na língua e o dizer-sobre-a a língua presente nos jornais de fronteira ganham estatuto de verdade, de assunto sério e socialmente relevante, do mesmo modo que a ausência desses dizeres os desqualifica nesses mesmos critérios.

Na enunciação fronteiriça configurada em jornais locais, os sentidos políticos se conformam a partir dos sujeitos nela envolvidos. Os sujeitos, em suas diversas manifestações, são os atores centrais dos espaços de enunciação: eles não só constituem o espaço enunciativo como são constituídos por ele; não só falam estas ou aquelas línguas, mas são determinados pelas línguas que falam (GUIMARÃES, 2004a). Então, o sujeito fronteiriço é um sujeito dividido politicamente pela língua, cuja divisão reporta à própria separação política dos Estados (STURZA, 2006). Enquanto jornais locais, produzidos e consumidos na fronteira, os sujeitos

envolvidos nessa enunciação são fronteiriços, isto é, são sujeitos que compartilham de uma mesma inscrição sócio-histórica, de um mesmo conjunto de significações que só é possível de significar na fronteira.

Das manifestações dos sujeitos na enunciação, destacaremos três, em consonância com Guimarães (2005a, 2011): o falante, o enunciador e o locutor. Para o autor, mesmo os falantes devem ser incluídos entre as figuras da enunciação, ao entendê-los não como pessoas na atividade fisiológica ou psíquica de falar, mas como sujeitos da língua enquanto constituídos pelo espaço de enunciação. Logo, o falante não é uma figura empírica, mas uma figura política. É para o falante que as línguas se distribuem como globais, de integração regional, nacionais e locais. Assim, o sujeito que escreve nos jornais da fronteira o faz atravessado pelo português e pelo espanhol, como constatamos no Tópico 4.3, que são as línguas que constituem seu espaço enunciativo. No entanto, como ressalta Guimarães (2006), esse sujeito será tomado diferentemente por cada língua se for dela um falante materno ou de segunda língua. Com isso, embora falante de espanhol, o sujeito brasileiro que escreve a coluna “Contos e Cuentos”, no jornal Folha de Quaraí, é tomado pela língua espanhola de um modo distinto dos sujeitos uruguaios que produzem o caderno “en español”, de A Plateia.

Embora o falante seja a figura determinada pelos espaços de enunciação, no acontecimento enunciativo, o falante é agenciado por um enunciador ou locutor para participar da situação enunciativa (GUIMARÃES, 2011). Guimarães (2005a, 2006, 2011) os distingue como sendo o enunciador aquele que é constituído historicamente e, portanto, figura que significa o dizer, enquanto o locutor é o lugar que se representa no próprio dizer como sua fonte, aquele que o enunciado representa como responsável pelo dizer. Enquanto lugar do dizer, o enunciador pode se apresentar como genérico, individual e universal. O enunciador universal representa um lugar de enunciação como sendo o lugar do qual se diz sobre o mundo: “o enunciador universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso. Este lugar é próprio do discurso científico, embora não seja exclusivo dele” (GUIMARÃES, 2011, p. 25).

O discurso jornalístico, ao dizer sobre o mundo a partir do domínio da verdade dos fatos, constitui um espaço de inscrição para o enunciador universal. Nele, o enunciador fala predicado por um lugar social e político, que coincide com o lugar do editor do jornal, que é quem, em última instância, organiza, adapta, aperfeiçoa o texto de acordo com a política editorial e com a política de línguas do jornal a que se vincula. Esse lugar enunciativo do sujeito-editor é relevante para o estudo do discurso jornalístico, na medida em que, como bem observa Mariani (1996), a

imprensa contemporânea opera um discurso institucional específico, que busca, por todos os meios, apagar os muitos enunciadores que encerra, de modo que o texto final do discurso jornalístico congrega, simultaneamente, tanto o apagamento das posições enunciativas dos sujeitos-jornalistas quanto a unificação do conjunto de vozes que interfere no resultado textual final. Sendo assim, a prática jornalística é heterogênea durante seu processo de produção, mas resulta em uma enunciação homogeneizada quanto ao produto final (MARIANI, 1996), da qual o sujeito-editor é o aglutinador, o organizador e o responsável institucional.

O lugar sociopolítico do editor é, portanto, o lugar da tentativa de controlar os efeitos de sentidos do discurso do jornal. Através do mecanismo de antecipação de seu interlocutor (ORLANDI, 2008a), o enunciator-editor busca ajustar o discurso jornalístico que coordena a significados compartilhados por seus leitores, como estratégia de aceitação por seu público. Dessa perspectiva, o jornal se torna representativo da realidade e dos anseios da comunidade em que se insere, em um determinado espaço-tempo. Nas palavras de Vizeu (2004, p.10), “a recepção é construída na própria economia enunciativa”, isto é, ao projetar enunciativamente seus interlocutores, o enunciator-editor tanto adapta seu discurso a eles, quanto exclui da enunciação aqueles que não compartilham dos mesmos significados. Assim, a presença da língua espanhola em um jornal de fronteira significa que essa prática enunciativa é aceita pelo público, o que pode ser efeito da convivência com essa língua nas suas próprias práticas linguísticas cotidianas, como argumentam Müller et al (2010). Por outro lado, enunciar em espanhol significa incluir na cena enunciativa, como interlocutores, os que dominam essa língua e excluir os que não a dominam.

Portanto, no espaço de enunciação fronteiriço, o enunciator-editor movimenta-se entre uma língua e outra, conforme a memória das línguas e a projeção que faz das possibilidades de interpelação de seus interlocutores. Relembrando os Tópicos 2.5, 3.3 e 4.3, nos quais nos aproximamos do *corpus* de estudo desta tese, inferimos que esse movimento se relaciona, frequentemente, embora não necessariamente, a uma estratégia de mercado, pois os interlocutores são público consumidor e anunciante. No espaço enunciativo fronteiriço, são constituídos os sentidos para as línguas “ao se confrontarem, ao se mesclarem, ao serem contidas e interdidas, na configuração de um espaço próprio, significadas enquanto línguas, dadas à existência pela existência de seus falantes” (STURZA, 2006, p. 60). Trata-se, desse modo, de um movimento relacionado ao lugar político que cada língua ocupa nesse espaço de enunciação.

Ao refletirmos sobre os sentidos políticos das línguas nos jornais da fronteira, tomamos a noção de língua em consonância com Guimarães (2006): de um lado, temos a língua enquanto

objeto histórico, trata-se de línguas diversas; de outro, temos a língua enquanto conjunto de regularidades semiologicamente constituídas. Por essa concepção dicotômica, devemos considerar *as línguas* enquanto constituintes de um espaço de enunciação e *a língua* como um sistema de regularidades colocado em funcionamento pelo locutor em certas condições sócio-históricas (GUIMARÃES, 2006, 2008). Desse modo, através da análise enunciativa *da línguana* textualidade discursiva, poderemos entender *as línguas* como constituintes de um espaço de enunciação.

Sendo a enunciação o acontecimento em que a língua funciona e assim constitui sentido, a questão do sentido diz respeito à relação do enunciado com seu texto e se põe pelo modo como o acontecimento constitui o falante enquanto locutor (GUIMARÃES, 2006). Para compreender os sentidos políticos das línguas nos jornais da fronteira, buscamos ver, na textualidade desses jornais, indícios que constituem a enunciação, onde sentidos emergem, significam. Consonante com Orlandi (2008a), entendemos que o sentido é uma relação e, com Guimarães (2003a; 2011), que essa relação é integrativa.

Sobre a relação integrativa, Guimarães (2011) esclarece que a relação de integração de uma expressão em um enunciado só pode ser analisada se consideramos que este enunciado é enunciado em um texto. Desse modo, ao fazer uso da relação integrativa, o autor afirma (contrariando Benveniste, para quem ela não passava do limite do enunciado) que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento. Nesse sentido, pode-se dizer que um texto integra enunciados, mas não que seja composto por enunciados, pois o sentido dos enunciados é a própria relação de integração (GUIMARÃES, 2011).

Assim sendo, buscaremos interpretar os sentidos políticos das línguas nos jornais fronteiriços a partir da relação dos seus enunciados com o texto ao qual estão integrados e com as suas condições de produção na enunciação. Entretanto, ao nos propormos esse projeto, é imperativo, antes, esclarecer o que entendemos por texto e enunciado, bem como o modo como os tomamos analiticamente. Para isso, dialogamos com Guimarães (2011), para quem o texto é uma unidade complexa de significação e pode ser mobilizado de dois modos para análise: 1) buscando compreender o que faz dele um texto, sua composição, suas partes; ou 2) procurando interpretar como o texto faz sentido.

Situando-nos nesse segundo modo, tomamos como textualidades os nove jornais fronteiriços apresentados no Tópico 1.3. Deles, efetuamos recortes com o objetivo de extrair enunciados, entendidos como sequências linguísticas cuja característica é ter consistência interna

e, ao mesmo tempo, independência relativa (GUIMARÃES, 2011). No entanto, enunciados não são sequências de materialidade linguística, mas, sim, recortes que representam fragmentos de um acontecimento linguístico:

Nesta medida o enunciado se caracteriza como um elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto que se fala (Guimarães, 2008, pg. 73).

Consideramos como enunciados, neste estudo, cada um dos nove jornais, em sua totalidade. Dos enunciados, recortamos, de modo não segmental, Sequências Enunciativas (SEs), as quais mantêm, igualmente, unidade de sentido e podem coincidir ou não com a extensão do enunciado. Essas sequências enunciativas constituirão o *corpus* de análise deste estudo. Para sua seleção, operamos duas formas de entrada no *corpus*, que chamamos de dizer-nas e de dizer-sobre-as línguas. Para estudar o dizer-nas línguas, fixamo-nos nos nomes que significam politicamente as línguas espanhola e portuguesa, designando editoriais, colunas e títulos noticiosos que compõem e organizam a textualidade desses jornais. São eles:

Dizer-nas línguas
“en español” (A Plateia)
“Contos e Cuentos” (Folha de Quaraí)
“!!!Vamo arriba la Celeste!!!” (A Plateia)

Para conhecer o dizer-sobre-as línguas, selecionamos recortes em que as línguas portuguesa e espanhola são textualmente mencionadas, ou seja, fixamo-nos nos nomes (enunciados em português ou espanhol) “língua”, “linguagem”, “bilíngue”, “idioma”, “portuguesa”, “português”, “espanhola”, “espanhol”. Desse modo, as sequências enunciativas mobilizadas foram:

Dizer-sobre-as línguas
<p>“en español” (A Plateia)</p> <p>“Notícias enespañol” (Manchete Regional)</p> <p>“Espanhol” (Folha de Quaraí)</p> <p>“Em 1886 fue designada Preceptora de la Escuela Pública de niños No. 8, la maestra Maria Balestra, destacando-se de esta manera la defensa de la soberanía y de nuestros valores como el idioma principalmente” (A Plateia)</p> <p>“Classificação dos alunos na Olimpíada de Português” (Folha de Itaquí)</p> <p>“Em Sant’ Ana do Livramento serão disponibilizadas quase 360 vagas em oito cursos, todos no turno da noite. São 50 vagas para Administração, 50 para Ciências biológicas, 38 para Ciências Contábeis, 36 para Direito, 36 para Engenharia Civil, 46 para Informática, 50 para Letras-Língua Portuguesa e Língua Espanhola e respectivas Literaturas, 50 para Pedagogia” (A Plateia)</p> <p>“Em contêineres, dentro de sacos, exporta o arroz em embalagens bilíngues de um, cinco e dez quilos. Estratégia que assegurou vendas para países como Canadá, Estados Unidos, Libéria e Argentina” (Manchete Regional)</p> <p>“De acordo com o secretário Paulo Vieira diversos cursos são oferecidos, os quais abrangem desde a área musical, como acordeom, bateria e piano, passando pelas artes manuais, através das aulas de fuxico, pintura e costura, e até mesmo cursos que exigem mais esforço e concentração, como os de espanhol, inglês, informática e auxiliar de administração” (A Folha Regional)</p> <p>“Um aspecto bastante destacado pelas organizadoras da oficina foi que a fala, a língua, as cores, o direcionamento do olhar, o modo de expressão e a gestualidade, todos esses fatores correspondem à linguagem, sendo levados em conta no momento de exposição do trabalho” (Diário de São Borja).</p>

Para interpretar os sentidos políticos desses nomes, consideramos a relação de integração no texto, que, como destaca Guimarães (2011), não é segmental. Quanto à não-segmentalidade, a leitura de Guimarães (2008, 2011) nos orienta a entendê-la como uma relação entre enunciados que independe de uma linearidade de apresentação no texto. “Trata-se de tomar recortes do texto, descrevê-los e interpretá-los”, resume (GUIMARÃES, 2011, p. 44). Então, segundo o autor, a interpretação do texto parte da análise de um recorte, à qual vão se acrescentando outros recortes, que a própria análise vai indicando como pertinentes. Considera-se, assim, um movimento de sentidos no texto, em que qualquer recorte significa, simplesmente por integrar um texto (GUIMARÃES, 2011).

Essa operação constitui o procedimento analítico desenvolvido por Guimarães e apresentado no livro *Análise de Texto* (2011). Com ela, o autor pretende fornecer subsídios para o que chama de “uma leitura sustentada”. Segundo ele, analisar um texto é procurar dizer o que ele significa e de que modo significa; analisar é ler sustentadamente:

Trata-se de considerar a leitura não como um simples procedimento próprio da linguagem, mas como um processo que procura dar à interpretação uma sustentação própria de procedimentos cientificamente sustentados (...). Ler é dispor de um procedimento que estabelece uma distância e ao mesmo tempo exige uma descrição do material analisado (GUIMARÃES, 2011, P. 36)

Uma leitura sustentada busca interpretar os sentidos de um texto através de procedimentos descritivos que partem do ponto de vista da semântica à qual o analista se vincula (GUIMARÃES, 2011). Diante disso, definimos como dispositivo de interpretação a designação, tal qual se insere na perspectiva da Semântica do Acontecimento. Entre os estudos recentes que utilizam a designação como dispositivo analítico, pode-se mencionar, pela proximidade que possuem com este estudo, o trabalho de Eduardo Guimarães, que desenvolve e aplica o conceito de designação ao estudo enunciativo do nome das ruas de uma cidade, apresentado no livro *Semântica do Acontecimento* (2002). Também Sturza (2006) mobiliza esse conceito para estudar as línguas de fronteira, e Diniz (2008b), para entender a instrumentação brasileira do português como língua estrangeira, ambos em suas teses de doutorado. Machado (2011) e Santos (2012), em suas dissertações de mestrado, usam a designação para compreender, respectivamente, as marcas da brasilidade presentes no exame Celpe-Bras e o nome português, na América Latina. Mobilizaremos, assim, a designação, na tentativa de interpretar a deriva de sentidos de nomes que constituem as textualidades dos jornais, significando politicamente as línguas espanhola e portuguesa no espaço de enunciação fronteiriço platino.

Para esclarecer a designação, Guimarães (2003a, 2005a) a relaciona com a nomeação e a referência. Usando conceituações e exemplificações, o autor caracteriza a referência como um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na e pela enunciação, como ao enunciar “o jogador” se particulariza, se indica uma pessoa; e a nomeação como o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome, tal qual o dono de um barco que escreve sobre ele o nome “Brisa”. Entendemos, com isso, que a referência e a nomeação são parte daquilo que as palavras designam. Já a designação é definida pelo autor como a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2003a, 2005a).

Essa relação com a história é o que torna as designações importantes na trama dos sentidos de um texto. Segundo Guimarães (2003a), o papel das designações não se reduz ao de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. “Um nome, ao designar, funciona como um elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (GUIMARÃES, 2003a, p. 54). Como toda palavra está constituída socio-historicamente, ao designar, renomeamos aquilo que já está nomeado, tornando-o singular.

Por produzir, a cada enunciação, uma singularidade, cada designação é um acontecimento. A designação, como dispositivo de interpretação de sentidos, deve, por isso, ser tomada de um ponto de vista integrativo, isto é, na sua relação com os demais enunciados do texto e com o acontecimento enunciativo.

Para explicar essa passagem da sequência enunciativa ao texto e ao acontecimento, para tomar o sentido como constituído pela relação integrativa, recorreremos ao exemplo do próprio Guimarães (2003a), resultado do estudo da designação do nome de restaurante “Miski”.

[1] “Miski

F-884-3193/7006, Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 1690, Jardim paulista (78 lugares). 11h/20h (sáb. até 18h; dom. até 17h; fecha seg.). Cc: todos. T.:C,T,Tr e V.Estac. c/manobr.”

Neste enunciado, observando a relação do nome com o texto em questão, o autor, inicialmente, descreve o endereço em que o nome está. Ele afirma que, sob o modo neutro do endereço, o endereçamento qualifica o restaurante, lhe atribui sentidos de refinamento ao ter, entre outras características, estacionamento com manobrista. Sendo assim, essa sequência tem um nome próprio que é reescriturado numa descrição que funciona metonimicamente, explica. Desse modo, aquilo que esse nome designa está predicado por estas reescrituras, politicamente. Em seguida, o autor considera a inserção do nome em um espaço de enunciação. Observa, então, que Miski não é uma palavra da língua portuguesa, indicando que o espaço de enunciação do qual se nomeia é linguisticamente internacionalizado, no qual os falantes não são simplesmente falantes de português. Dessa análise, conclui que o nome Miski designa uma divisão política dos espaços da cidade (GUIMARÃES, 2003a).

De modo análogo, encontramos, nos títulos das seções (cadernos, editorias, colunas) ou das matérias (notícias, textos opinativos, reportagens, notas), movimentos de designação importantes na rede de sentidos de um jornal. Moillaud (2002) chama essas formas fixas do jornal, orientadas por uma diagramação que os separa e une, de “dispositivos”, os quais, segundo ele, preparam o interlocutor para o sentido do texto. Os títulos, por exemplo, são dispositivos que se desprenderam do corpo dos artigos (textos, notícias, notas) para oporem-se aos mesmos, substituí-los e, ao mesmo tempo, designá-los (MOILLAUD, 2002). O título desempenha, assim, esclarece o autor, o papel intermediário entre o interior e o exterior do jornal, entre um invariante e uma série de variantes, entre a cultura do meio e o presente sempre renovado pela atualidade.

Além da relação integrativa, também contribui para a interpretação dos sentidos de um nome sua apresentação no espaço público. Ou seja, o estudo da designação é enriquecido pela

observação das formas gráficas e materiais sob as quais o nome se assenta. A nosso ver, essas formas ajudam a organizar a designação. Para Guimarães (2003a), ao estudar nomes de lojas, a forma gráfica do nome é um predicado do nome, ao lado de outros predicados que o nome posto na entrada da loja reúne. A forma gráfica é parte do que faz o nome significar, designar. Usando o exemplo da marca *COMMCENTER*, o autor conclui que essa forma gráfica significa uma contemporaneidade garantidora de modernidade e qualidade, devido à inclinação das letras à direita, assinalando um movimento para adiante.

Esses movimentos interpretativos, que consideram a relação integrativa, os espaços de enunciação e a apresentação gráfica e material, aplicados aos nomes *Miski* e *COMMCENTER*, foram todos apresentados por Guimarães no artigo intitulado “Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano” (2003a). Como ressalta o autor (2003a), uma descrição como essa funciona como uma qualificação do nome: é uma colocação em movimento do sentido do nome, por uma reescrituração. Esse texto nos inspira a buscar, por um mecanismo semelhante, como o político opera na língua, no funcionamento do dizer jornalístico fronteiriço. Com esse objetivo, operaremos a análise das designações do seguinte modo, nas duas entradas para o *corpus*, quais sejam, dizer-nas e sobre-as línguas:

(1) Dizer-nas línguas: dividimos a análise da designação de cada sequência enunciativa em duas etapas. Na primeira, que constitui o domínio da organização em formas fixas e da representação gráfica das línguas na materialidade linguística, nos dedicamos a interpretar como o jornal, na figura de seu enunciador-editor, arranja as línguas, determinando, com isso, uma designação. Na segunda, que remete à distribuição política das línguas no plano enunciativo, buscamos interpretar os sentidos políticos das designações mobilizadas na textualidade jornalística.

(2) Dizer-sobre-as línguas: operamos apenas a distribuição política das línguas no plano enunciativo, buscando interpretar os sentidos das designações para o espanhol e o português.

5.2 O dizer-nas línguas.

O que denominamos aqui de dizer-nas línguas constitui um conjunto de sequências enunciativas inscritas em língua espanhola e portuguesa e politicamente organizadas na materialidade jornalística para certos espaços físicos e conteúdos noticiosos. Esses lugares em que os enunciados são alocados em uma ou outra língua são espaços físicos e simbólicos

possíveis para uma língua, mas não para outra, fazendo, assim, com que elas signifiquem diferentemente em cada enunciação. Tais significados são políticos e constituintes de um imaginário que distribui as línguas como locais, nacionais, de integração regional e globais.

O primeiro recorte mobilizado para este estudo é “en español”, que consiste no título de um caderno dominical publicado pelo jornal A Plateia, da cidade de Santana do Livramento.



Figura 21-“en español”, A Plateia, Santana do Livramento, 2010.

Sob o slogan “O jornal de maior circulação e credibilidade da Fronteira”, o jornal A Plateia, de Santana do Livramento, veicula, na sua edição dominical, um caderno de oito páginas em língua espanhola, chamado “en español”. Apesar de o jornal ser produzido e impresso na cidade de Santana do Livramento, vemos que esse caderno, por meio do registro do local-data situado no canto superior direito, se apresenta como sendo da cidade de Rivera, bem como, por meio da bandeira localizada na lateral esquerda, se apresenta como do Uruguai. Ou seja, este caderno se apresenta riverense e uruguaio. Outros cadernos compõem as edições de domingo, como o “Variedades” e o “Classificados”. Por sua condição de caderno, isto é, encarte semi-independente da linearidade do jornal, o “en español” constitui, por um lado, um aglomerado de informações unidas por um elo temático comum e, por outro, um conteúdo possível de ser destacado (aqui entendido como recortado e salientado) do conjunto noticioso do jornal.

Ao refletirmos sobre a primeira característica, ou seja, qual o elo temático que une as informações dispostas no caderno, da leitura das páginas que o compõem depreendemos que esse elo é o Uruguai. Os títulos e subtítulos das principais notícias do caderno no dia 13/12/2010, tomadas aqui como sequências enunciativas (SEs), esclarecem essa característica.

SE1 “Lanzaron el ciclo de Arte y Deporte llegará a todo el país ” (sic) (p. 2)
SE2 “(Formación) Ministerio lanzó programa de inserción laboral. Participa la Cámara Uruguaya de Tecnologías de la Información ” (p. 3)
SE3 “(Política) Trabajo Infantil: 35 mil niños en Uruguay ” (p. 4)
SE4 “(Rivera) Millones de dólares disponibles para obras de integración en la frontera . El MERCOSUR es mucho más que acuerdo comercial, apuesta muy fuerte al desarrollo de sus países miembros” (p. 5)
SE5 “(Mundial) Uruguay-Francia - un partido a la uruguaya . Terminó siendo un puntazo, pero preferíamos tres puntos” (p. 8)

Pelas marcações em negrito, apreendemos que, nessas sequências enunciativas, o Uruguai é ressignificado pelos sentidos de conjunto (“todo el país”; “en Uruguay”; “a la uruguaya”) e de Estado-nação (“Ministerio”, “Cámara Uruguaya de Tecnologías de la Información”, “Mundial Uruguay-Francia”). A palavra “Rivera”, que localiza, por meio de uma referência, o lugar dos fatos do Mercosul, na SE4, por sua vez, produz sentidos de inclusão e diferença, simultaneamente. Isso ocorre porque se, por um lado, Rivera é uma cidade uruguaia, portanto parte do conjunto da nação que o caderno “en español” busca representar, por outro, ao presentificá-la, na textualidade do caderno, com um tópico que busca condensar os significados da notícia, o enunciador-editor destaca (recorta e salienta), no domínio do simbólico, a cidade do conjunto da nação. Ao fazê-lo, a reescreve por sinonímia através da palavra “frontera”. Assim, no conjunto de SEs que apresentamos, “Rivera” funciona por sinonímia na relação com “frontera” e por composição na relação com “el país” e “Uruguay”, revelando uma interface entre o local (a fronteira) e o nacional (o Uruguai).

Temos, dessa forma, a primeira característica que organiza a designação do caderno “en español” do jornal a Plateia: as notícias do caderno reescrevem o Uruguai em sua totalidade e enquanto um Estado-nação, do qual se singulariza a fronteira, localizada a partir de Rivera. Através dessa reescrituração, o caderno é predicado por possuir um determinado padrão temático que focaliza o Uruguai como nação. Desse modo, aquilo que “en español” designa está predicado por essas reescriturações presentes na textualidade das notícias que o título introduz. Esquemáticamente, temos a seguinte representação, em que – (o traço) deve ser lido como “significa” e } (a chave) deve ser lida como “singulariza”:

Uruguai -- nação } fronteira – Rivera

A segunda característica que organiza a designação do caderno é sua condição de ser avulso, separável da linearidade do jornal. O lugar do Uruguai, portanto, no jornal A Plateia é de um lugar adjacente, próximo, mas diferente do Brasil. O caderno significa, assim, a própria sociologia da fronteira, da qual a continuidade e o limite, a convergência e a divergência, são as características fundamentais de seu funcionamento real e simbólico (MACHADO, 1998; GRIMSON, 2003). Do mesmo modo que na zona fronteira, no caderno “en español”, o Uruguai é significado como nação, situando-se junto ao Brasil, porém, marcado pela diferença, por uma ruptura na continuidade. A fronteira significa uma ruptura na continuidade do território e do Estado; o caderno significa uma ruptura na continuidade do jornal. Metaforicamente, o jornal

significa o Brasil, enquanto o caderno significa o Uruguai. Politicamente, isso configura uma divisão social na fronteira entre as nações que a constituem; um reforço aos sentidos do nacional sobre os do local: o local está dentro de um nacional que, por sua vez, o constitui.

Pela visualização da Figura 21, percebemos que a expressão “en español”, que designa a editoria, está alocada, na materialidade textual, na parte superior da página, sobre um fundo azul, com as letras grafadas em azul de tom mais escuro, estando ilustrada, à esquerda, por uma bandeira do Uruguai em movimento. Com esses recursos visuais, o enunciador-editor significa o caderno como uruguaio, por meio da principal cor da bandeira desse país, o azul. O sintagma nominal “A Plateia”, em contrapartida, é grafado na cor branca. Estabelece-se, assim, no plano do simbólico, pelo uso das cores, um reforço à ruptura jornal/Brasil versus caderno/Uruguai. O nome do jornal, “A Plateia”, em branco, significa o Brasil; o nome da editoria, em azul, significa o Uruguai. O enunciador-editor reforça, com isso, a posição de brasileiro do jornal, ou seja, não se trata de um jornal uruguaio, ou uruguaio e brasileiro, ou fronteiro, mas sim de um jornal do Brasil que abre espaço (mas um espaço material e simbolicamente separado) para o país vizinho, o Uruguai.

O nome do caderno “en español” é precedido no *layout* da página pelo nome do jornal “A Plateia”. Tomemos, então, essa apresentação como uma sequência enunciativa (SE6):

SE6 “A PLATEIA ► en español”

O nome “A Plateia” é grafado em letras maiores e maiúsculas, seguido de uma seta que aponta para o nome “en español”, grafado em letras menores e minúsculas. Os sentidos dessa organização são de hierarquia: o jornal (“A Plateia”) é superior ao caderno (“en español”). Essa SE é composta por dois nomes, o do jornal e o da editoria, materializados em duas expressões, que se relacionam por uma seta apontando para a direita. A seta produz sentidos de movimento, que vão do maior para o menor, do jornal ao caderno. Tal representação gráfica, que significa um movimento, pode ser interpretada, por sua relação de integração com a representação gráfica dos nomes “A Plateia” (em maiúsculas) e “en español” (em minúsculas), como um movimento de inclusão, de modo que o enunciado poderia ser parafraseado por “o [jornal] A Plateia inclui [o caderno] en español”. Considerando o jornal como metáfora do Brasil e o caderno como metáfora do Uruguai, tal qual assinalamos nos dois parágrafos anteriores, a representação gráfica dos nomes, apresentada na SE6, agrega a essa relação sentidos de grandiosidade ao Brasil, que, na

sua dimensão, abarca o Uruguai. Rememora-se aqui a história colonial, em que o atual território uruguaio fez parte do Brasil, na condição de Província Cisplatina.

Complementarmente, se nos ativermos ao que significa o nome do jornal “A Plateia”, percebemos que ele remete à prática fundamental da atividade jornalística, que é a de observar. Uma plateia é composta por um ou mais espectadores, que se dedicam a acompanhar um evento, um fato, um espetáculo. Portanto, o nome do jornal o significa como um observador dos fatos fronteiriços. Pela constituição do sintagma apresentado na SE6, depreendemos que “A Plateia” observa “en español”, ou seja, o Brasil observa o Uruguai. Assim, além de o Uruguai estar contido no Brasil, ele também é observado pelo Brasil, isto é, tem seus movimentos, seus fatos, sua história, atentamente monitorados pelo interesse brasileiro.

Passamos, agora à análise do nome do caderno, “en español”, que será tomado como a SE7.

SE7 “En español”

Efetuada uma comparação com o estudo de nomes de ruas de Guimarães (2005a), em que ele afirma que nomes de ruas constituem enunciações que visam localizar, compreendemos que um nome de um caderno jornalístico configura uma enunciação cujo objetivo é condensar, resumir. O nome “en español” apresenta ao interlocutor, por meio de um sintagma nominal, uma condensação do conteúdo do caderno. Interpretado desse modo, o conteúdo do caderno seria a língua em que ele está enunciado. No entanto, a preposição “en” significa que “español” não constitui um tema, mas sim um modo realização, um procedimento, uma maneira de apresentação ou organização. Não se trata de um caderno que diz sobre-a-língua espanhola, mas sim na-língua espanhola. O que ocorre é que, nessa designação, a língua espanhola está no lugar de Uruguai, este sim, o elo temático que organiza o dizer do caderno.

Na classificação de Mouillaud e Pôrto (2002), “en español” constitui um título-assunto, que movimenta os sentidos não agregando uma nova informação, mas fazendo referência a um saber pressuposto. Esse tipo de enunciados, esclarecem os autores, funcionam por meio de uma dêixis, pois são ligados aos seus lugares, e só fazem sentido, como etiquetas, lá onde são enunciados, designando, metonimicamente, o espaço que lhes é contíguo. Eles fazem a ponte entre o jornal e o mundo, o que justifica que títulos-assuntos estejam alocados na borda ou no topo da página (MOIULLAUD; PÔRTO, 2002).

Portanto, o modo como opera essa designação se caracteriza pelo mecanismo de substituição, tendo em vista que “en español” está no lugar de “Uruguai”. Mais especificamente, trata-se de uma substituição por metonímia, em que a parte (a língua espanhola) é tomada pelo todo (o Uruguai). O nome “en español” é reescriturado em uma descrição (as notícias, as cores, a bandeira) que funciona metonimicamente. Nas palavras de Guimarães (2003), é pela contiguidade que a descrição é descrição de um nome e, sendo descrição do nome, faz este significar metonimicamente.

Se a língua espanhola é mobilizada para representar o Uruguai na designação do caderno, isso significa que a língua espanhola funciona semanticamente como um condensador do que é o Uruguai, do que é ser uruguaio. O outro, o vizinho, é significado, desse modo, por sua língua. O político está, assim, presentificado na língua em que se enuncia, já que, por ela, se identificam e se dividem uruguaio e brasileiros. No discurso dos jornais impressos da fronteira platina, a língua funciona como uma marca da nacionalidade. Isso coaduna com a afirmação de Sturza (2006), segundo a qual no espaço de enunciação fronteiriço, os sujeitos são convocados a posicionarem-se como pertencentes a uma ou outra nação, pela língua.

A Plateia constitui, portanto, lugares para cada língua no jornal, os quais são espaciais e políticos ao mesmo tempo. Pode-se dizer que a distribuição espacial das línguas no jornal produz e reproduz um imaginário social que distribui politicamente as línguas no espaço de enunciação da fronteira. Nesse espaço, onde todo sujeito é chamado a posicionar-se como nação pela língua, o enunciator-editor de A Plateia posiciona o jornal como brasileiro, por meio de operações simbólicas, como o uso do português em cerca de 90% de sua textualidade (ver Quadro 4) e de uma designação que destaca e significa o Uruguai, metonimicamente, pela língua espanhola. Se, como pontua Guimarães (2005a), falar português no Brasil é antes de tudo vincular-se ao Estado onde ela é oficial, fazê-lo na fronteira, na interface com a língua espanhola, significa reforçar a presença do Estado nesse ponto limiar do território.

De todo modo, o espaço de enunciação fronteiriço, a partir do qual se designa o caderno “en español”, é um espaço em que estão presentes a língua espanhola e a língua portuguesa, em que os falantes são, de variados modos, afetados por elas (como falantes maternos de uma ou ambas as línguas, como segundas línguas, como línguas de uma nação, como línguas de comércio, etc.). Mas, apesar de presentes no mesmo espaço, elas ocupam posições políticas diferentes, sendo, cada uma mobilizada para distintas enunciações. Para dizer sobre o Uruguai, mobiliza-se a língua espanhola; para dizer sobre o Brasil, mobiliza-se a língua portuguesa. Logo, o que se diz

está atravessado pela língua em que se diz. Os sentidos constituem-se nessa relação, para a qual se pode traçar uma analogia com a estratégia da Rede Globo nos anos 1970: não bastava dizer sobre o Brasil integrado, era preciso dizer em uma língua que representasse essa integração brasileira (RIBEIRO; BOTELHO, 2005ab; MENDES, 2006).

Assim, resumidamente, no espaço de enunciação fronteiriço, no domínio dos jornais impressos, a língua espanhola é distribuída politicamente como nacional do Uruguai, enquanto a língua portuguesa é distribuída como nacional do Brasil. Nessa enunciação fronteiriça, portanto, não são memoráveis as designações dos pesquisadores sobre os DPU's (STURZA, 2006), nem as da Ley de Educación de 2009, que significam o português como língua do Uruguai. Tampouco é memorável a presença do portunhol enquanto língua de contato entre português e espanhol na fronteira (BROVETTO, 2010; STURZA, 2004). Rememoram-se, sim, os sentidos que unem (um) Estado, (uma) nação e (uma) língua (HOBSBAWN, 2002).

Noticiar o país limítrofe e, sobretudo, enunciar na língua do país limítrofe, sem dúvida, constituem um movimento de reconhecimento e atribuição de importância a esse país e à vizinhança com ele constituída, uma transposição das fronteiras latino-americanas, tal qual sugerem Müller et al (2010). No entanto, considerando o Mercosul, o estudo do dizer-nas línguas do jornal A Plateia sugere que se trata de uma integração regional controlada, espacialmente e politicamente, pelos lugares ocupados por cada língua no jornal e no espaço enunciativo fronteiriço. Também, considerando os Tópicos 2.5 e 4.3, em que o uso da língua espanhola é justificado pela expansão mercadológica e Rivera é significada como mercado consumidor do caderno “en español”, respectivamente, podemos tecer que se trata de uma integração regional orientada pelo mercado. Isso vai ao encontro do contexto atual da globalização mundial e da organização do Mercosul, em que o cultural vai à esteira do econômico (ANDER-EGG 2010; BERNAL-MEZA, 2006; TVBRASIL, 2011), bem como da concepção contemporânea das línguas como nichos de mercado (OLIVEIRA, 2010).

Passamos, agora, ao segundo recorte.



Figura 22- “Contos e Cuentos”, Folha Barrense, Barra do Quaraí, 2011.

O jornal Folha Barrense da cidade de Barra do Quaraí, situada na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguai, publica uma coluna (cultural, memorialista, literária) intitulada “Contos e Cuentos”, de autoria de João Albino da Rosa. Textos assinados por colaboradores, a exemplo do anterior, constituem a maior parte da edição de 15/01/2010 do Folha Barrense, em comparação com o conteúdo não assinado e, portanto, de responsabilidade exclusiva do jornal. A coluna “Contos e Cuentos” é, desse modo, um entre os diversos textos de colaboradores que conformam o jornal Folha Barrense. Por isso, o sujeito-enunciador de “Contos e Cuentos” tem a liberdade editorial de não respeitar as premissas éticas do jornalismo, como a verdade, a imparcialidade, a isenção, a precisão e a linguagem, nem seus valores-notícia típicos (TRAQUINA, 2005a). Disposta no lado esquerdo da contracapa do jornal, a coluna é composta pelo título da narrativa apresentada em cada edição, pela foto de um homem lendo um livro e por uma foto ilustrativa da história narrada. O título da narrativa da edição de 15 de janeiro é “Torta Frita”.

Para entender o significado do nome “Contos e Cuentos”, primeiramente, visualizaremos o conteúdo que organiza essa designação. Trata-se da história de Ramón Sabina Barreto, um “uruguaio de nascimento”, cujo apelido local era “Torta Frita”. Ele nasceu em 1923, em Pueblo Cuareim, e viveu de fazer “mandados para os pequenos comerciantes de Cuareim e também para os brasileiros desta vila da Barra”. Ficou conhecido na comunidade porque “adorava de coração o trem Maria fumaça que cruzava a ponte de ferro”, sabendo imitar seu apito com perfeição. Mesmo depois de finda a atividade ferroviária, quando algum conhecido lhe perguntava “- Torta, que hora yega El tren? Ele respondia: - tui, tui, tui, tui, tui, chan, chan, chan, tui, tui...e ficava imóvel, prestando continência”. Tomaremos os recortes textuais apresentados entre aspas como sequências enunciativas:

SE8 “**uruguaio** de nascimento”

SE9 “**Torta Frita**”

SE10 “**1923**”

SE11 “mandados para os pequenos comerciantes de [Pueblo] **Cuareim** e também para os **brasileiros** desta **vila da Barra**”

SE12 “adorava de coração o **trem Maria fumaça** que **cruzava a ponte de ferro**”

SE13 “- Torta, **que hora yega El tren?** Ele respondia: - tui, tui, tui, tui, tui, chan, chan, chan, tui, tui...e ficava imóvel, prestando continência”

O elo temático fundamental da coluna é a história da comunidade local fronteira Barra do Quaraí/Bella Unión, na qual o jornal Folha Barrense circula. As duas cidades são

ressignificadas no texto, em um movimento de especificação por referência, por “vila da Barra” e “[Pueblo] Cuareim”. “[Pueblo] Cuareim”, por sua vez, rediz Bella Unión metonimicamente, pois constitui uma vila dessa cidade: trata-se da vila de Bella Unión mais próxima geograficamente de Barra do Quaraí. Essas duas cidades fronteiriças, apesar de significarem o local-fronteira, também funcionam como condensadoras, por metonímia, dos sentidos do nacional, inscritos em duas menções de nacionalidades: “uruguaio de nascimento” (SE8) e “brasileiros desta vila da Barra” (SE11). Ao usar o dêitico “desta” para referir-se à “vila da Barra”, o enunciador-colunista se posiciona, espacialmente, como morador de Barra do Quaraí e, politicamente, como brasileiro.

Apesar de posicionar-se como brasileiro, o enunciador-colunista reescreve a fronteira em que vive como um lugar de confluências, de unidade. Esses significados de confluência e unidade estão presentes na menção à “ponte de ferro”, na SE12, a qual foi inaugurada em 1915, sobre o Rio Quaraí, ligando Barra do Quaraí, que, na época, era uma vila da cidade de Uruguaiana, a Montevideú, capital uruguaia. Também estão presentes no apelido do personagem “Torta Frita” (SE09), que remete a um prato típico da região platina. Além disso, a reprodução da fala de um dos personagens coadjuvantes da narrativa “Torta, que hora yega el tren?” (SE13), sugere a presença do portunhol nessa comunidade fronteiriça.

Outro movimento de sentidos rediz a fronteira Barra do Quaraí/Bella Unión, na textualidade da coluna, por significados de antiguidade, presentes na data de nascimento do seu protagonista (“1923”); pela condição de vila da qual o atual município de Barra do Quaraí ainda gozava (“vila da Barra”); pela existência dos extintos trens movidos a carvão (“trem Maria fumaça”) com extintas rotas ainda em funcionamento (“cruzava a ponte de ferro”). Trata-se de uma fronteira do passado, de uma época que vai do início à metade do século XX, que é trazida ao presente, rememorada na/pela língua, no texto, como um lugar de fortes intercâmbios comerciais e culturais entre os países do Prata, tal qual aquela apresentada pelos estudos de Colvero (2004).

Sendo assim, a primeira característica que organiza a designação da coluna “Contos e Cuentos” é a significação de uma fronteira repleta de confluências, por suas particularidades locais, mas onde as nacionalidades não se apagam. O enunciador-colunista, influenciado pelo contexto atual, marca as nacionalidades dos personagens, mesmo descrevendo um passado de integração local. Ou seja, os sentidos do nome “Contos e Cuentos” foram colocados em movimento por reescrituras presentes na textualidade da coluna, que apontam nessa direção interpretativa: de inter-relação entre o local e o nacional, na conformação do local-fronteira.

Ao visualizarmos a Figura 22, percebemos que o nome “Contos e Cuentos”, que designa a coluna, está alocado, na materialidade textual, na parte superior da página, sobre um fundo marrom. Logo abaixo dele, ainda sobre o fundo marrom, há uma espécie de continuidade do nome representado por “da antiga Barra do Quaraí”. “Contos e Cuentos” aparece em letras verdes, grandes e estilizadas, localizadas acima de “da antiga Barra do Quaraí”, que, por sua vez, é grafado em letras pequenas, de cor preta e sem trabalho de estilização. As formas gráficas dessas duas partes do nome fazem, então, a designação da coluna significar separadamente em duas expressões: o enunciador-editor dá superioridade simbólica a “Contos e Cuentos”, significando-a como principal, enquanto “da antiga Barra do Quaraí” é uma expressão que complementar que faz referência ao lugar de onde se enuncia. Essa representação gráfica pode ser esboçada na seguinte sequência enunciativa (SE14):

SE14: Contos e Cuentos da antiga Barra do Quaraí
--

Considerando a relação integrativa do texto, em que se inclui na análise o entorno gráfico do nome, concluímos que a SE14 é composta por dois nomes, um principal e um complementar, materializados em dois sintagmas nominais, que se relacionam pela preponderância do primeiro sobre o segundo, significando a preponderância das histórias narradas (os contos/cuentos) sobre o lugar em que elas acontecem no tempo (a antiga) e no espaço (Barra do Quaraí). Ou seja, mesmo se tratando de um tempo passado e do lado brasileiro da fronteira, as histórias, as narrativas, os contos transpõem esses referentes espaço-temporais. Eles podem, portanto, ir além do passado de Barra do Quaraí e incluir o tempo presente, bem como o lado uruguaio e argentino da fronteira.

Além disso, apesar de “antiga Barra do Quaraí” situar o enunciador e o leitor no lado brasileiro dessa área fronteira, essa componente do nome da coluna é ressignificada pela própria história de Torta Frita, apresentada nessa edição de 15 de janeiro de 2010, como um lugar que inclui o lado uruguaio, representado por Pueblo Cuareim. Dessa forma, a “antiga Barra do Quaraí”, que, no conto, ainda se chama “vila da Barra”, no tempo rememorado pelo enunciador, compreendia uma unidade local que envolvia os povos fronteiriços do Uruguai e do Brasil.

Os mesmo sentidos de unidade são produzidos por “Contos e Cuentos”, que aqui será tomado como a SE15.

SE15 “Contos e Cuentos”

Tal qual a designação de um caderno jornalístico, como vimos na análise do caderno “en español”, também a designação de uma coluna configura uma enunciação cujo objetivo é condensar, resumir. O nome “Contos e Cuentos” apresenta ao interlocutor uma condensação do conteúdo da coluna. Assim interpretado, seu conteúdo consistiria em narrativas curtas em/de língua portuguesa (“Contos”) e em narrativas curtas em/de língua espanhola (“Cuentos”). A palavra “e” produz sentidos de adição, de modo que narrativas de ambas as línguas se somariam na textualidade da coluna. No entanto, a rede de significados formada pelas diversas reescrituras dos sentidos do sintagma principal “Contos e Cuentos” mostra que não se trata de narrativas enunciadas em português e espanhol, mas sim de narrativas que envolvem brasileiros e uruguaios que vivem em um mesmo espaço fronteiriço, no qual circulam essas duas línguas. No entanto, elas são usadas na composição de um título bilíngue e, portanto, significam uma fronteira bilíngue, que vive na interface entre as línguas nacionais dos países que a conformam.

O político está, dessa maneira, presentificado na designação em duas línguas colocadas em paralelo por meio de uma adição, significando o funcionamento das línguas espanhola e portuguesa em um espaço fronteiriço que une (e não separa) uruguaios e brasileiros. No discurso jornalístico da fronteira Barra do Quaraí/ Bella Unión, apesar de as nacionalidades serem presentificadas, as línguas significam independentemente de tais nacionalidades. Assim, o personagem Torta Frita, que era uruaio, teve sua história narrada em português, com uma pequena fala em portunhol, em uma coluna cujo título era bilíngue português-espanhol. O espaço de enunciação a partir do qual se designa é um espaço em que estão presentes a língua espanhola e a língua portuguesa, em uma situação de bilinguajamento: em que as duas línguas, em sua relação, ajudam a constituir o próprio pensamento do falante (MIGNOLO, 2003). E essas línguas que, no cotidiano local, estão em contato, resultam em contato também no espaço da coluna. Ao narrar fatos cotidianos da fronteira, enuncia-se nas línguas desse cotidiano, as quais, na divisa Barra do Quaraí/Bella Unión, são português, espanhol e portunhol, distribuindo-as politicamente na enunciação.

Portanto, o espaço de enunciação do jornal Folha Barrense é um espaço de contato entre as línguas portuguesa e espanhola, distribuídas politicamente como línguas locais fronteiriças, integrantes de um espaço de unidade e confluências. As nacionalidades não delimitam as línguas nessa enunciação. Isso vai ao encontro da política linguístico-editorial do jornal, que, segundo depoimento de seu diretor, visa unir os três países que compõem a tríplice fronteira e desenvolver um ponto turístico comum. Coaduna também com a área de circulação do jornal, que, como

mostra o Quadro 3, apresentado no Tópico 3.3, inclui municípios brasileiros, argentinos e uruguaios do entorno de Barra do Quaraí. Porém, como podemos verificar no Quadro 4, quase a totalidade do jornal é publicada em língua portuguesa (99%), sendo a coluna “Contos e Cuentos”, a exceção. Sendo assim, os demais conteúdos noticiosos e opinativos que compõem o jornal, em seus diversos assuntos, não foram mobilizados pelo enunciador-editor como um espaço possível para a língua espanhola ou para o portunhol.

A coluna “Contos e Cuentos” tem como eixo temático a vida social e cultural fronteiriça, em que o tempo dos fatos e da narrativa é o passado, o qual, como a própria significação da palavra contos/cuentos sugere, se aproxima da literatura, da ficcionalidade. Esse estilo narrativo difere significativamente dos formatos jornalísticos, que se concentram, sobretudo, em assuntos de interesse público acontecidos e narrados no presente. Desse modo, a designação de “Contos e Cuentos” faz significar uma fronteira cultural (PESAVENTO, 2006), que cabe no espaço físico e simbólico de uma coluna não noticiosa, dedicada a resgatar a memória local e narrar o cotidiano fronteiriço, o qual é permeado pelas línguas espanhola e portuguesa e pelo seu contato (BROVETTO, 2010; BEHARES, 2010; STURZA, 2006). Desse modo, até mesmo o portunhol, fortemente vinculado à oralidade na enunciação fronteiriça (STURZA, 2004), foi transportado, na enunciação do jornal, para a modalidade escrita.

Dessa forma, a coluna “Contos e Cuentos” sugere um movimento de integração entre os povos fronteiriços, vinculado ao cultural, isto é, uma integração que vai além da união política e econômica, a qual tem sido almejada pelo Mercosul. Tal integração é relembrada de um passado de unidade, em que o nacional não estava tão marcado no cotidiano e em que a fronteira não significava o fim de um país, mas uma continuidade do local (MACHADO, 1998). Esse passado é, então, projetado, pela enunciação da coluna, para um presente de regionalização e globalização, em que a integração se inscreve com outros significados.

Por outro lado, ainda permanece, no espaço do jornal, uma divisão política para as línguas, que diz respeito aos lugares possíveis de serem ocupados por cada língua nas suas edições. A relação língua-conteúdo que se estabelece no imaginário social local é de que, no espaço de enunciação fronteiriço, espanhol, português e portunhol podem ser combinados para representar o local em seus domínios cultural e histórico. Mas, fora desses domínios, é o português a língua adequada e legítima para um jornal brasileiro. Ou seja, o português é a língua politicamente autorizada para tratar de assuntos “duros” e atuais, como economia e política, por exemplo.

O terceiro recorte analisado, constitui o título de uma notícia:



Figura 23 - “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!”, A Plateia, Santana do Livramento, 2010.

Na edição de 13 de junho de 2010 do jornal A Plateia, a notícia intitulada “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!” (Figura 23) ocupava uma página inteira da editoria de Esporte. Cerca de um terço da página era preenchido com texto, e os dois terços restantes com fotografias de torcedores nas ruas das cidades de Santana do Livramento e Rivera. Por sua condição de notícia, considera-se que o fato atendeu aos critérios de noticiabilidade típicos do jornalismo (TRAQUINA, 2005b) e que tal fato configurou, portanto, naquele momento, uma informação importante a ser sociabilizada entre a população da fronteira Santana do Livramento-Rivera, área de circulação do jornal. O referido fato é o estímulo dos torcedores fronteiriços à seleção uruguaia na Copa do Mundo de 2010, que fez com que, durante o jogo Uruguai x França, ocorrido no dia 11 de junho, as ruas das cidades de Rivera e Santana do Livramento ficassem vazias. As sequências enunciativas 16, 17, 18 e 19, extraídas da notícia, ajudaram a organizar a designação do título ¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!.

SE16 “**Brasileiros e uruguaios**, de **Sant’Anado Livramento e Rivera**, respectivamente, pararam na tarde da última sexta-feira para assistir a estreia da **Seleção Celeste** na Copa do **Mundo da África do Sul**”.

SE17 “É bom destacar que nem sempre há unanimidade, pois sempre haverá aqueles que se **negam a apoiar “los hermanos”**, mas é bem maior o número de torcedores que dão seu **apoio** aos “**vizinhos**””.

SE18 “Esses **fronteiriços** apenas são **adversários** ferrenhos quando as Seleções **Brasileira e Uruguaia** se encontram dentro das quatro linhas”.

SE 19 “Só então aí a **integração** fica em segundo plano”.

Pelas marcações em negrito, podemos apreender que existe uma rede de significação formada por relações de síntese e antítese que constroem a designação do título. Assim, formam-se dois grupos que significam separadamente na textualidade da notícia: um significando o Brasil (“Brasileiros”, “Sant’Ana do Livramento”, “[seleção] Brasileira”) e outro significando o Uruguai (“uruguaios”, “Rivera”, “Seleção Celeste”, “seleção uruguaia”). A palavra “respectivamente”, presente na SE16, faz significar, de modo contundente, o lugar de cada nacionalidade em cada uma das duas cidades fronteiriças. Esses dois grupos semânticos, marcados pelas nacionalidades

brasileira e uruguaia, passam a constituir um único conjunto, quando as relações entre as nações são de convergência (“fronteiriços”, “integração”, “apoio”, “vizinhos”, “hermanos”), embora deixem de sê-lo quando a situação é de divergência (“adversários”, “se negam a apoiar”).

Essa rede de significação é representativa da fronteira em tensão, que oscila conforme a conveniência (GRIMSON, 2003). Nessa rede, é especialmente interessante a reescrituração de “hermanos” por “vizinhos”. Jacks, Machado e Müller (2004) observaram o uso depreciativo da palavra “hermanos”, através de um efeito de ironia, por jornais do Sul do Brasil, para referirem-se aos habitantes dos países platinos vizinhos. No entanto, na relação de reescrituração construída pela notícia “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!”, do jornal A Plateia, a palavra “hermanos” é ressignificada por “vizinhos”, que inscreve a ela sentidos positivos.

Essas marcas discursivas são atribuídas, na textualidade da notícia, a sujeitos brasileiros entrevistados pelo jornal, como podemos constatar pelo uso de “aqueles” e “torcedores” na SE17 (“sempre haverá aqueles que... mas é bem maior o número de torcedores que...”), bem como pelo uso de aspas nas duas palavras, “hermanos” e “vizinhos”. Ou seja, sujeitos enunciadorees brasileiros usam as aspas para colocar em relação uma palavra em espanhol e outra em português, representando, simbolicamente, a própria relação entre sujeitos uruguaioes e brasileiros.

Sendo assim, a sequência enunciativa “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!” é reescrita na textualidade da notícia com significados tensionados, que oscilam entre divergências e convergências, separação e unidade. Focalizando essa sequência, tal qual ela se apresenta graficamente como título, percebemos que ela está rodeada por um pré-título “torcedores fronteiriços” e um subtítulo “Fronteira da Paz une-se em uma só torcida em apoio à seleção uruguaia que estreou na Copa 2010 diante da França”, que tomaremos como uma sequência enunciativa, a SE20:

SE20
Torcedores fronteiriços
¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!
Fronteira da Paz une-se em uma só torcida em apoio à Seleção Uruguaia que estreou na Copa 2010 diante da França

Por essa esquematização do *layout* gráfico da titulação da notícia, vemos que apenas o título em si possui sinal de pontuação e que ele foi grafado com letras de tamanho maior comparativamente às demais. Assim, o título significa destacadamente em relação aos componentes do seu entorno. O pré-título “Torcedores fronteiriços”, alocado na parte superior

esquerda, constitui o início da leitura, uma introdução ao título, que antecipa os interlocutores projetados pelo título “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!” . Já o subtítulo busca esclarecer, de modo resumido, o conteúdo da notícia. Em ambos, pré-título e subtítulo, a fronteira aparece reescrita por “fronteiriços” e “Fronteira da Paz”, movimentando significados de união, por um efeito de totalização, em que “Fronteira” e “fronteiriços” constituem a soma, o conjunto harmônico de Santana do Livramento/Rivera e Brasil/Uruguai.

Desse modo, fronteiriços de nacionalidade brasileira estariam torcendo, junto com fronteiriços de nacionalidade uruguaia, pela seleção de futebol do Uruguai. Esse posicionamento de nãoapoio ao Brasil, cuja equipe de futebol também participa da competição, produz sentidos de estranhamento, como se fosse um fato infrequente, inesperado, alentar outra nação, mesmo que em uma competição esportiva. É justamente esse fora-do-comum o valor-notícia que o levou para as páginas de A Plateia. Apesar do apoio à equipe uruguaia pelos brasileiros constituir um acontecimento surpreendente, o jornal não o significa como negativo, pelo contrário, o apresenta, simplesmente, como uma espécie de dupla cidadania, semelhante àquela que possuem os dobre-chapas fronteiriços. Isto é, brasileiros fronteiriços estão em uma condição de singularidade, que os autoriza a torcer por uma nação à qual se vinculam pela vizinhança e convivência. O jornal joga, assim, com os sentidos do nacional (rivalidade, diferença) projetados sobre o local (integração, semelhança), que geraram um fato curioso, incomum.

Considerando a relação integrativa do texto, temos que um pré-título e um subtítulo forneceram uma descrição que reescreveu, com significados de localismos, unidade e apoio, a designação do título “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!”, que configura a SE21:

SE21 ¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!

A SE21 constitui um título noticioso, e um título de notícia é uma forma fixa jornalística (MOUILLAUD; PÔRTO, 2002), cujos objetivos são resumir o conteúdo e atrair o interlocutor para a leitura do texto. O nome “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!” configura a expressão de sentimentos do enunciador-editor, que é potencializada pelas três repetições do ponto de exclamação antes e depois do título e pelo próprio tamanho das letras com que foi grafada. Ela significa um intenso grito de torcida, que representa os sentimentos da comunidade fronteiriça Rivera-Santana do Livramento na ocasião da Copa do Mundo. Esse enunciado é característico da torcida à seleção uruguaia, compondo o refrão de uma das mais tradicionais canções

“mundialistas” (mundial de fútbol) do país: “Cuando juega Uruguay”, de Jaime Roos. A palavra “Vamo”, que está na primeira pessoa do plural, inscreve ao título sentidos de coletividade, pois inclui o sujeito enunciador e a “Celeste” na enunciação. A ausência da letra s no final da palavra, que comporia a flexão no plural do verbo na língua espanhola, constitui uma transposição à escrita da enunciação oral, em que esse fonema é suprimido³⁰. Por fim, “Celeste” é reescrita na textualidade da notícia como “seleção uruguaia” e reescreve por metonímia o próprio Uruguai, já que toma a parte (o azul da bandeira nacional) pelo todo (o país).

Portanto, o enunciador-editor brasileiro se posiciona, nessa enunciação, entusiasticamente ao lado do Uruguai, em um movimento de ascendência (“arriba”). E o faz em espanhol. Ou seja, a designação do título é realizada em língua espanhola, apesar de o restante da notícia estar em língua portuguesa. Ambas as línguas são usadas para enunciar uma mesma notícia. Percebe-se, com isso, que o espaço de enunciação a partir do qual se designa é um espaço em que estão presentes a língua espanhola e a língua portuguesa, em que os falantes são afetados por elas, pelo menos em contextos informais, como o futebolístico, no qual se insere o grito de torcida “¡¡¡Vamo arriba la Celeste!!!”. Significa-se, na enunciação, o histórico de confluências sociais e linguísticas locais (BEHARES, 2010; BROVETTO, 2010; STURZA, 2006, 2004).

Porém, é preciso atentar para dois pontos: 1) é infrequente encontrar títulos de notícias em língua espanhola no jornal A Plateia, fora do seu caderno “en español”; 2) na notícia, apenas o título e a palavra “hermanos” são enunciadas em língua espanhola. A primeira situação sugere que não qualquer assunto jornalístico pode ser enunciado em língua espanhola, sendo o futebol, um dos autorizados. Nesse sentido, o futebol é um dos temas privilegiados pelo jornal gaúcho Zero Hora, quando se trata de noticiar os países platinos (BATISTA; CORREA, 2010), de modo que existe, para além da dinâmica jornalística fronteiriça, uma abertura dada a essa relação “platinos = futebol” pela imprensa brasileira. As notícias sobre futebol comportam a presença da língua espanhola em sua materialidade, em enunciados coloquiais, como o da SE20.

O segundo ponto é que a língua espanhola é movimentada pelo enunciador-editor somente para a produção do título, mas não para a totalidade da notícia. O próprio título em espanhol, alocado em um caderno em português, constitui uma distribuição em que a língua espanhola se inscreve no espaço de enunciação da língua portuguesa. O enunciador-editor é falante de língua

³⁰ Exemplos do uso jornalístico desse enunciado, podem ser conferidos no suplemento esportivo do site do jornal argentino Página 12, edição de 12/10/2009, na notícia intitulada “Vamo' arriba la celeste...y blanca”. Também no jornal El País, o principal do Uruguai, esse uso está presente na edição de 23/05/2013 na entrevista intitulada “Muchos creen que soy Uruguaio”.

portuguesa na enunciação do jornal e morador de Santana do Livramento, como a indicação do local e data na parte superior da página assinala. No entanto, o título consiste em um movimento em que esse enunciador-editor se apodera da língua nacional do Uruguai e se coloca (“Vamo”) ao lado do país (“Celeste”), na busca por conquistas (“arriba”). Com isso, reafirmam-se os sentidos de unidade evidenciados pela análise integrativa do texto e presentes em uma rede de significação formada por “fronteira”, “fronteiriços”, “integração”, “hermanos”, “vizinhos” e “apoio”.

Por outro lado, apesar da enunciação aproximar ambas as línguas, portuguesa e espanhola, na constituição de uma mesma notícia, essas línguas não são politicamente distribuídas como locais-fronteiriças indistintamente, mas sim como brasileira e uruguaia, que, juntas compõem uma mesma fronteira. Isto é, as línguas não são destituídas de sua nacionalidade, e isso fica evidenciado tanto nas antíteses presentes no corpo da notícia, quanto no agenciamento da língua espanhola pelo enunciador-editor para manifestar seu estímulo ao Uruguai: o enunciador-editor, ao designar, demonstrou seu apoio na língua do apoiado, que é a língua nacional no Uruguai e também a língua da classe média uruguaia (BEHARES, 2010), potencial leitora do jornal.

Essa distribuição política das línguas coaduna com aquela já identificada para a designação do caderno “en español”, desse mesmo jornal, em que a integração fronteiriça é reforçada pelo uso da língua espanhola, mas sem que essa língua deixe de significar o outro, o diferente, o de outra nacionalidade. A noção de fronteiriço, nos movimentos de significação efetuados pelo jornal A Plateia, remete a uma junção de nacionalidades, em que ambas convivem pacificamente, mas sem que se apaguem. O local é constituído pela soma de dois nacionais, mas não por sua combinação em um produto sociocultural único e peculiar. Da mesma forma, as línguas legitimadas no imaginário social da fronteira são as tradicionalmente nacionais de Brasil e Uruguai (português e espanhol), mas nunca a sua combinação (portunhol). A integração regional reafirmada na textualidade jornalística de A Plateia mobiliza constantemente as nações e as línguas nacionais que compõem o Mercosul, significando a fronteira como uma união de diferentes e não como uma divisão de iguais.

5.3 O dizer-sobre-as línguas.

Para este estudo, o dizer-sobre-as línguas constitui a análise de um conjunto de sequências enunciativas em que a língua não é um meio de enunciação, mas sim o referente, o assunto, da enunciação. Como concluímos no Tópico 4.3, nos jornais fronteiriços que conformam nosso

corpus, a língua é sempre coadjuvante dentre os diversos temas e subtemas abordados nas notícias. Mesmo assim, consideramos que existe um dizer-sobre-as línguas inscrito nessas textualidades, uma vez que o próprio movimento de secundarizar a língua como pauta jornalística já produz significados sobre ela. Em consonância com Mariani e Medeiros (2007), acreditamos que o estudo dos discursos-sobre é relevante, pois, neles, “fazem-se presentes outros dizeres, joga-se com outras vozes, organizando os sentidos, fazendo-os significarem em uma determinada direção, ressignificando-os ou silenciando-os”. Neste trabalho, portanto, os dizeres-sobre-as línguas são indicadores da distribuição política das línguas no espaço de enunciação da fronteira e configuram o próprio imaginário linguístico fronteiriço e platino. Assim, buscaremos interpretar a designação de língua, tal qual ela é operada nos dizeres-sobre.

Para tanto, organizamos o estudo dos dizeres-sobre-as línguas com base em grupos de fragmentos enunciativos, extraídos dos jornais fronteiriços. Na análise do dizer-sobre, já não consideraremos o entorno gráfico da designação, nem o gênero textual/discursivo em que ela se inclui, a exemplo da operação realizada no dizer-na. Isso porque, no dizer-sobre, as sequências enunciativas não necessariamente constituem títulos ou nomes de cadernos, colunas e notícias, sendo, muitas vezes, apenas sequências linguísticas destacadas da composição de um parágrafo, sem nenhum tipo de realce gráfico ou textual (título, nome, etc). Essas sequências são palavras que significam historicamente e politicamente um dizer-sobre-as línguas. Passamos, assim, diretamente para o nome com que as línguas são designadas na textualidade do jornal.

O primeiro grupo de sequências enunciativas é composto por “Espanhol”, “Noticias en español” e “en español”. Os três constituem os nomes de cadernos e editoriais dos jornais Folha de Quaraí, Manchete Regional e A Plateia, respectivamente, que reúnem notícias sobre o Uruguai e as enunciam em língua espanhola. Como nos mostrou a análise no plano do dizer-nas línguas do nome “en español”, de A Plateia, ele designa o próprio Uruguai, a partir de uma metonímia relacionada à língua nacional do país, o espanhol. Tomaremos esse mesmo recorte já analisado da perspectiva do dizer-nas e, junto com outros dois, o analisaremos da perspectiva do dizer-sobre-as línguas. Assim, “en español” se transforma em uma nova sequência enunciativa (SE24), que será interpretada em conjunto com “Espanhol” (SE22) e “Noticias en español” (SE23).



Figura 24- SEs 22, 23 e 24.

Nas três SEs apresentadas acima, a língua reescrita é a espanhola. Nessa deriva de sentidos, a língua espanhola é, contudo, reescrita por especificação, já que seu elemento genérico, a língua([língua] espanhol[a]), é deixado em elipse nessas sequências. Recuperando Guimarães (2006), compreendemos que há, de um lado, a língua enquanto objeto histórico, na diversidade linguística (o específico) e, de outro, a língua enquanto conjunto de regularidades semiologicamente constituídas (o genérico, o comum a todas as línguas). Sendo assim, nas SEs 22, 23 e 24, produz-se um efeito de sentido em que se salienta a especificidade dialetal, o objeto histórico, aquilo que é variável nas línguas do mundo e que as distingue, ao mesmo tempo em que se secundariza a própria noção de língua enquanto sistema de regularidades, ou seja, a base que as línguas do mundo compartilham.

A designação da língua espanhola, nessa enunciação, é sustentada por um imaginário de língua como instrumento comunicativo, inscrito na palavra “en” presente nas sequências enunciativas. Segundo o Dicionário Online da Real Academia Espanhola, “en” constitui uma preposição que “denota en qué lugar, tiempo o **modo** se realiza lo expresado por el verbo a que se refiere (grifo nosso)”. Para o dicionário de língua portuguesa Houaiss (2007), “em”, entre outros, pode significar “a forma como se pratica uma ação”, como no caso de “Ex.: falou-lhe em alemão”. Ou seja, a língua espanhola é ressignificada, pelo uso dessa preposição, como um modo-de-fazer, nesse caso particular, como um modo de fazer notícias. Mesmo na SE22, e que a preposição está ausente, a interpretação integrativa do texto mostra que, ao constituir uma editoria cujas notícias estão enunciadas em língua espanhola, “Espanhol” movimentada para a língua esses mesmos significados de modo-de-fazer, indicando ao leitor o modo como o caderno foi produzido e organizado.

Com relação ao espaço de enunciação, interpretamos que nas SEs 23 e 24, o enunciador-editor apresenta-se como falante de língua de espanhola, enquanto na SE22, ele se significa como falante de língua portuguesa. Tem-se, portanto, nesse último caso, uma ruptura entre a língua da designação da editoria “Espanhol” (portuguesa) e a língua de enunciação das notícias (espanhola). Desse modo, o enunciador-editor da Folha de Quaraí, afirma-se, politicamente, na relação língua-nacionalidade, como brasileiro, enquanto os enunciadores-editores dos jornais Manchete Regional e A Plateia significam-se como uruguaios. Assim, a língua espanhola é distribuída politicamente como um instrumento de comunicação dos uruguaios, logo, como materna desse povo e nacional desse país. E a integração regional e fronteiriça significada, portanto, como o encontro de diferentes nações e línguas.

Outros três recortes que movimentam um dizer-sobre-as línguas foram extraídos dos jornais A Plateia, Folha de Itaquí e Folha de São Borja, conformando as SEs 25, 26 e 27, as quais são apresentadas na Figura 25.

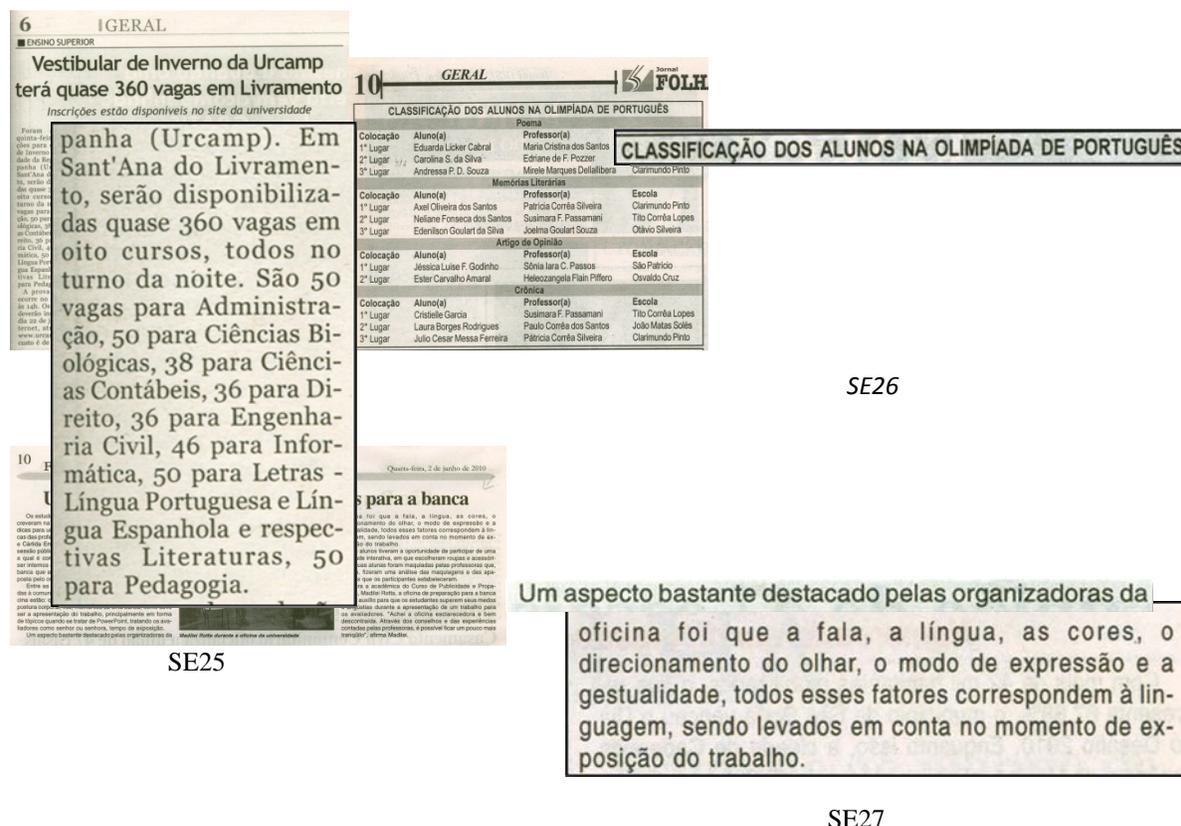


Figura 25- SEs 25, 26 e 27.

A primeira, a SE25, constitui um fragmento da notícia intitulada “Vestibular de Inverno da URCAMP terá quase 360 vagas em Livramento”. Nela, a designação de língua é reescrita, inicialmente, a partir de um processo de especificação que a particulariza em duas: a “espanhola” e a “portuguesa”. Essas duas línguas são ressignificadas, por sua vez, pelos sentidos de “língua” e “literaturas”, sob o conjunto denominado “Letras”. Assim, ao contrário das SEs 22, 23 e 24, a sequência enunciativa SE25 faz significar a língua enquanto um conjunto de regularidades semiologicamente constituídas, conforme conceituação de Guimarães (2006), complementado por suas “respectivas literaturas”.

Igualmente, a SE25, reescreve as línguas espanhola e portuguesa com significados institucionais, ao inscrevê-las como “cursos” de nível superior da “URCAMP”. Considerando que a institucionalização acadêmica é um movimento que dá, ao mesmo tempo, unidade e

legitimidade a um conhecimento, a partir de uma forma própria de organização, que é a da escrita e do saber científico (LAGAZZI-RODRIGUES, 2002), essa sequência enunciativa faz funcionar as línguas espanhola e portuguesa como saberes dotados da complexidade e importância necessárias para tornarem-se parte do seletivo grupo de conhecimentos científicos da humanidade. As línguas, aqui, são reescritas como saberes de alto nível, cujo ensino-aprendizado se desenvolve em uma das mais altas instâncias sociais, a universidade.

Efeito de sentido semelhante está inscrito na SE26, “Classificação dos alunos na Olimpíada de Português”, em que a língua portuguesa, além de sentidos de institucionalidade também apresenta os de disciplinaridade. Segundo Puech (2004), a disciplinarização é um processo histórico em que as proposições intelectuais criam, retomam e tentam controlar a temporalidade do desenvolvimento de certo domínio do conhecimento, que, nesse caso, é o domínio da própria língua materna da maioria da população brasileira, o português. Ao disciplinar, significa-se a língua como imaginária, ao retirá-la da fluidez dos usos e contê-la, delimitá-la, fixá-la, para estudo (ORLANDI, 2002). Além disso, ao reescrever “Português” a partir de “Olimpíada”, ressignifica-se essa língua como uma competição, uma disputa, cujo intuito é identificar os melhores sujeitos no domínio da língua portuguesa. Sendo assim, institui-se uma rede de significação em que, entre próprios falantes maternos da língua, dividem-se os que a dominam mais ou menos, criando uma divisão política entre o certo e o errado, que atravessa as diversas línguas (GUIMARÃES, 2002b).

Na SE27, que constitui um recorte da notícia intitulada “Unipampa promove oficina que dá dicas para a banca”, a “língua” é reescrita por um procedimento de dissociação como diferente de “fala” e por um procedimento de inclusão como pertencente à “linguagem”. Presentifica-se, desse modo, a clássica divisão entre língua e fala operada por Saussure, no início do século XX (SAUSSURE, 2002), em que a língua constitui um sistema de signos, e a fala, apenas o lugar dos usos variáveis da língua. Portanto, a língua é reescrita na textualidade da notícia como um sistema: artefato mental, sistemático, regido, transmitido como herança de um povo. É também apresentada apenas como conjunto de regularidades semiologicamente constituídas, sem significá-la enquanto objeto histórico, como línguas diversas (GUIMARÃES, 2006).

Apesar da reescritura da língua enquanto sistema, de um ponto de vista estrutural, ela também é significada como instrumento de comunicação, por um viés funcional. Isso ocorre pela reescritura de língua e fala por “oficina”, bem como por “sendo levados em conta [pela banca] no momento de exposição do trabalho”. Essas reescrituras inserem a língua e a fala em um

contexto semântico de ensino-aprendizagem-avaliação, cujo objetivo é obter bons resultados finais. Esse resultado final é a “exposição do trabalho”, logo, um momento de expressão, de comunicação, operado através da língua e da fala. Estas são, então, reescritas como um instrumento comunicativo que deve ser ensinado ou, pelo menos, aperfeiçoado pelo ensino.

Desse modo, nas SEs 25, 26 e 27, as línguas portuguesa e espanhola fazem parte do espaço de enunciação da fronteira, mas no plano de suas instituições educativas, como um saber dominado por poucos sujeitos, e não no plano dos usos cotidianos, compartilhados localmente. Revela-se, assim, um imaginário social que institucionaliza e disciplinariza as línguas, tirando o poder e a legitimidade dos falantes sobre suas características e suas mudanças. Nesse contexto, elas são distribuídas politicamente como nacional e estrangeira, respectivamente, atravessadas pelas divisões de certo e errado, e não como maternas ou segundas línguas. Assim, mesmo nas zonas fronteiriças com o Uruguai e a Argentina, o imaginário sobre as línguas portuguesa e espanhola, que circula nos jornais impressos locais de Santana do Livramento, Itaqui e São Borja, corrobora a política de difusão das línguas oficiais do bloco, que busca inseri-las nos sistemas educativos dos países envolvidos, a fim de promover a integração regional (BARRIOS, 2003).

A Figura 26 apresenta a SE28, que foi extraída de uma coluna intitulada “Datos de nuestra Historia”, presente no caderno “en español” do jornal A Plateia. Nela, a designação de língua é reescrita, em um processo de substituição, por “idioma”, portanto, com significados de nacionalidade e instrumentalidade, conforme discutido no Tópico 1.1, ao tratarmos da Política do Idioma em comparação à Política de Línguas e à Política Linguística. Sentidos de nacionalidade também estão inscritos para “idioma”, nessa sequência enunciativa, por “nuestros valores”, “escuela pública” e “soberanía”. A palavra “principalmente”, que indica um processo de ênfase, faz a língua significar destacadamente em relação aos demais “valores” nacionais possíveis, e a palavra “defender”, que remete a uma ação, a significa como um valor ameaçado, com o futuro comprometido.



Figura 26- SE28.

Rememora-se, assim, a fronteira platina como limite, como um lugar de fiscalização, de controle, de guerras pelo território e pela soberania sobre ele (GARCIA, 2010; ABREU, 2009). Igualmente, essa reescrituração recupera, na língua, a significação dessa política educativa quando foi implementada, com a Lei de Educação de 1877, como uma política linguística voltada à castelhanização e nacionalização do país (STURZA, 2006).

Aos enunciar a palavra “nuestros”, o enunciador-editor se situa, por um procedimento de inclusão, como alguém que compartilha dos mesmos valores e da mesma língua que a professora María Balestra buscou defender, quando da sua chegada à Escola Pública de Niños nº 8, em 1886. Sendo essa língua nacional a espanhola, evidenciada pelo dizer-na língua do sujeito enunciador, o enunciador-editor significa sua nacionalidade como uruguaia. “Nuestros”, portanto, inclui a ele e a seus interlocutores uruguaio, deixando de fora de sua interpelação os sujeitos brasileiros que vivem na fronteira e que não têm o espanhol como língua nacional. Assim, apesar de enunciar em um jornal brasileiro, o enunciador-editor, através de um processo de reescritura, se significa como uruguaio, criando efeitos de aproximação entre o jornal e o público fronteiriço dessa nacionalidade. Isto é, o lugar do dizer do enunciador, que é um lugar político, é o do Uruguai.

Desse modo, a designação de língua é realizada em um espaço de enunciação em que o espanhol é politicamente distribuído como língua nacional uruguaia. Nele, circula um imaginário

de línguas em conflito, como em guerras ou batalhas (DEL VALLE; GABRIEL-STHEEMAN, 2004), em que o espanhol é ameaçado por outra língua e dela precisa se defender. Essa língua é a portuguesa e seus dialetos, tidos como o mal fronteiriço no período histórico narrado na notícia, época que coaduna com o início da implantação do sistema de ensino público, laico, generalizado e gratuito do Uruguai (BROVETTO, 2010).

A escola é, nessa metáfora, a principal arma de defesa, a última trincheira frente ao inimigo, em consonância com a história das políticas educativas uruguaias, que fizeram dela um aparelho de interdição do Estado sobre as línguas, buscando, conforme essa mesma autora, até por volta de 1960, educar os falantes de português do Norte como os falantes de espanhol do Sul. Assim, mesmo em um contexto de reconhecimento da língua portuguesa como materna no Uruguai, como o atual, o enunciador-editor do jornal *A Plateia* relembra e faz circular no imaginário local contemporâneo, sentidos inscritos em tempos históricos anteriores, para as línguas fronteiriças.

Nessa SE, tanto a fronteira quanto o Mercosul, como espaços de integração entre os povos platinos, são silenciados em prol dos sentidos do nacional e dos seus limites. As línguas são designadas como elementos de divisão e não de integração. Ao trazer para o presente o ano de 1886, trazem-se também os sentidos das línguas que compunham o imaginário local naquele momento da história da região platina, em que o português havia avançado sobre o Uruguai pelos movimentos de expansão lusitanos e brasileiros sobre a fronteira. E o enunciador-editor mobiliza esses significados presentes na história da palavra “idioma”, no ano de 2010, em um momento de globalização, em que o Brasil avança sobre os demais países do bloco, por seu poderio econômico e político destacado dentro do Mercosul (TVBRASIL, 2011; BERNAL-MEZA, 2006; GINESTA, 1999; CANDEAS, 2010; ALBUQUERQUE, 2008)

A Figura 27 introduz duas novas sequências enunciativas mobilizadas para o estudo do dizer-sobre-as línguas: as SEs 29 e 30.

CAMPO PÁG. 6

Arroz produzido no Estado conquista reconhecimento internacional

Dois navios, que juntos transportaram 23 mil toneladas de arroz, abriram em 2004, de forma tímida, um nicho até então pouco explorado. Do porto de Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul, o grão chegou aos mares, rumo a novos consumidores. Passados sete anos, o arroz gaúcho, quebrado ou parboilizado, ganhou reconhecimento internacional. Logo, as exportações se multiplicaram até ultrapassar 600 mil toneladas, em 2009. Após retração no mercado, o porto marítimo projeta para a atual safra alta de 11% nos embarques de 495 mil no ano passado para mais de 450 mil toneladas em 2011.

Em 2004, os navios, endereçados à Senegal e Holanda, partiram do complexo Termasa-Tergrasa. Ao observar a crescente conquista de mercados, em especial a partir de 2007, a direção do terminal ergue quatro silos verticais, com 5 mil toneladas de capacidade cada, exclusivos para o arroz.

"Como o pisco da safra do

arroz concorre e milho, var Queremos o das ao arroz Dawson, dit

A Ter na vocação da, resposta dição brasil do a Comi Abolucione o grão parti ténieres, et Estados Uni Ásia e Euro; cipal consa tino de 78; aponta leva de consulti

"No último ano comercial (de março de 2010 a janeiro de 2011), o Brasil exportou arroz para 62 países. O dado mostra que, embora recente, pois há sete anos as vendas não passavam de 50 mil toneladas, a participação do arroz brasileiro é uma realidade sólida." Insa Tiago Sacramento Barata, analista de mercado da Agrotendências.

Para os próximos anos, apesar da inflação do humor do câmbio, as exportações devem continuar favoráveis, com a demanda africana em alta e um maior interesse do Oriente Médio. O cenário anima quem busca ampliar o espaço no mercado externo, como Fernando Estima, diretor da Ei-LOG, corretora petrolífera associada à Bolsa Continental de Mercadorias.

"O Estado tem condições de exportar 10% do que produz. Além de garantir ganhos na venda, diminui a oferta no mercado interno e aj

destacam pre em bu com o futu retaria de área, com ção Profis sua qualifi Criado principal cidadãos j De acot os quais a passando e até mesmo cursos

GERAL

Prefeitura Municipal investe na qualificação profissional dos jaguarenses

Em um mercado cada vez mais exigente, onde os mais qualificados se

destacam pre em bu com o futu retaria de área, com ção Profis sua qualifi

Criado principal cidadãos j

De acot os quais a passando e até mesmo cursos

De acordo com o Secretário Paulo Vieira diversos cursos são oferecidos, os quais abrangem desde a área musical, como acordeon, bateria e piano, passando pelas artes manuais, através das aulas de fuxico, pintura e costura, e até mesmo cursos que exigem mais esforço e concentração, como os de espanhol, inglês, informática e auxiliar de administração. "São todos direcionados à ampliação dos conhecimentos como oportunidades de geração de renda", explica.

que exigem mais esforço e concentração, como os de informática e auxiliar de administração. "São todos lição dos conhecimentos como oportunidades de geração

ador de Qualificação Profissional, Ronaldo Geraldo, é ção ver os resultados positivos deste trabalho. "Uma das ões do Prefeito Cláudio Martins desde o início de seu porporcionar à população cursos de qualificação e em cima abalhou incansavelmente para concretizar a ideia", conta. ffo Martins salienta o importante trabalho que a Secretaria Econômica vem apresentando nesta área e destaca ções de qualificação profissional o início do Projovem á beneficiando 350 jovens com cursos de qualificação e 100,00.

SE30

neficiado. Em contêineres, dentro de sacos, exporta o arroz em embalagens bilíngues de um, cinco e 10 quilos. Estratégia que assegurou vendas para países como Canadá, Estados Unidos, Libéria e Argentina.

SE29

Figura 27- SEs 29 e 30.

A SE29 se insere no contexto de uma notícia sobre o aumento da exportação do arroz do Rio Grande do Sul, intitulada "Arroz produzido no estado conquista o reconhecimento internacional". Na enunciação materializada nessa SE, a designação de língua é reescrita por substituição pela palavra "bilíngue", significando-a como "duas línguas". "Bilíngues", por sua vez, reescreve "embalagens" por um processo de adjetivação, em que as predica como dotadas de duas línguas. Essas línguas, embora não estejam presentes na materialidade da sequência enunciativa, são identificáveis pela reescritura efetuada por "Canadá, Estados Unidos, Libéria e Argentina", cujas línguas oficiais ou co-oficiais são, respectivamente, inglês (Canadá, EUA e Libéria) e espanhol (Argentina), bem como pelo espaço de enunciação do qual fala o enunciador-editor, que é o da língua portuguesa. Portanto, "bilíngue" é ressignificado, por meio das reescrituras presentes na SE29, pelas combinações português-inglês e português-espanhol.

Essas línguas entram em cena em um contexto de globalização, que envolve tratativas econômicas ("assegurou vendas") para exportação de produtos ("exporta o arroz"), por via marítima ("em contêineres"). Nesse contexto, as línguas são "estratégia[s]" de mercado, assim como o são a organização dos pacotes em diferentes pesos, para garantir a comercialização. As

línguas portuguesa, inglesa e espanhola são, portanto, politicamente distribuídas como línguas globais, isto é, línguas de transações econômicas e de tecnologias de comunicação de alcance global, conforme conceitos apresentados nos Tópicos 1.1 e 2.1. Elas se configuram como globais, porém, na associação com os países em que são nacionais (EUA, Canadá, Libéria, Argentina e Brasil), atestando que o global, hoje, se constrói na relação com os Estados nacionais como agentes econômicos e não desligado deles, como explica Guimarães (2004b).

As línguas significadas como globais pela SE34 são as principais línguas de mercado para um falante platino: o inglês por ser a língua do mercado mundial (TONKIN, 2003-2004; OLIVEIRA, 2010); o espanhol e o português por serem as línguas oficiais e poderosas do mercado platino, que envolve o Mercosul. Estando vinculadas ao mercado, tais línguas representam oportunidades econômicas, o que torna seu aprendizado uma atividade interessante, como podemos depreender da análise da SE30, extraída da notícia intitulada “Prefeitura Municipal investe na qualificação profissional dos jaguarenses”, publicada pela Folha Regional. Foram as línguas espanhola e inglesa as selecionadas para compor os cursos oferecidos pela prefeitura de Jaguarão, uma vez que “São todos direcionados à ampliação dos conhecimentos como oportunidades de geração de renda...”. Assim, inglês e espanhol são significados como conhecimentos geradores de renda pela SE anterior, como línguas de poder econômico, portanto.

A língua é, na SE30, reescrita pelas palavras “inglês” e “espanhol”, sem a presença da palavra “língua” e, portanto, significada por sua diversidade e historicidade (GUIMARÃES, 2006). Essas línguas, espanhola e inglesa, são, também, ressignificadas como conhecimentos duros, por um efeito de paralelismo com “administração” e “informática”, ao mesmo tempo em que são distanciadas de conhecimentos artísticos da “área musical” e das “artes manuais”. Desse modo, a função poética, artística, da língua é silenciada nessa rede de significados. Simultaneamente, “espanhol” e “inglês” são reescritos por inclusão como “cursos que exigem mais esforço e concentração”, reafirmando sua condição de saberes difíceis, duros. Assim, espanhol e inglês são significados, na SE30, como línguas globais, como objeto de ensino-aprendizagem e como conhecimentos difíceis.

Desse modo, o espaço de enunciação significado por essas duas sequências enunciativas, presentes em jornais de Aceguá e Jaguarão, é o espaço de enunciação transnacional, em que as línguas transbordam as fronteiras dos países, mas sem perdê-los como referência (ZOPPI-FONTANA, 2009). No imaginário local que esses jornais captam e fazem circular, esse espaço de enunciação é constituído pelas duas principais línguas de economia para um brasileiro ou

fronteiriço platino, tendo essas próprias línguas valores econômicos no mercado de ensino aprendizagem (DEL VALLE; VILLA, 2008; MARIANI, 2009). A integração regional, o Mercosul, é significado, portanto, como um lugar de intercâmbios econômicos e as suas línguas oficiais como ferramentas para a realização desses intercâmbios. Ou seja, alcança a fronteira platina a perspectiva segundo a qual o plurilinguismo é funcional para o atual modelo capitalista globalizado (MARIANI, 2003; OLIVEIRA, 2010).

Refletindo acerca do dizer-sobre as línguas dos jornais fronteiriços, vemos que a principal significação nele presente remete à própria ausência de textos jornalísticos envolvendo a temática das línguas, já que as menções a elas são breves, em notícias cujo assunto principal é outro. Há de se considerar que, na maioria dos casos, esse assunto redundava em uma pauta educativa, o que reforça um imaginário social que associa línguas e ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na integração regional, como a almejada pelo Mercosul, a ação dos meios de comunicação pode ser tanto integradora como delimitadora, isto é, pode contribuir para criar um sentimento de unidade para o bloco, apesar da diversidade econômica, social e cultural que o compõe, ou para reforçar as diferenças nacionais e os pontos de discórdia nela assentados. O modo como os veículos de comunicação e os produtos midiáticos se distribuem na região, se apenas dentro do território nacional de cada país ou para além dele, bem como o discurso sobre o Mercosul e os países signatários que esses veículos e produtos fazem circular, são decisivos para a construção de um imaginário social platino sedimentado sobre a ideia de aliança ou rivalidade entre nações vizinhas. Na fronteira entre os países, o potencial integrador e delimitador dos meios de comunicação é intensificado pelo paradoxo de fim e de continuidade que é próprio da condição limítrofe. Eles ajudam a reforçar ou atenuar, no domínio do simbólico, a linha divisória que a constitui. Portanto, políticas integradoras no Mercosul devem considerar a atuação da mídia, seja na zona fronteira ou em âmbito regional, tanto no nível de circulação de produtos, quanto no nível do conteúdo.

Os Estados nacionais platinos se valeram do poder integrador dos meios de comunicação para unir simbolicamente seus territórios. Na Argentina, Brasil e Uruguai, a legislação que regula a área buscou garantir, salvas as particularidades de cada país, a posse e a responsabilidade intelectual dos meios de comunicação a natos e nacionalizados, bem como a prevalência de conteúdos e da língua nacionais nos veículos. Especificamente, a obrigatoriedade de redação e emissão em língua portuguesa ou espanhola remonta ao início do século XX e foi instituída com vistas à nacionalização dos imigrantes e à contenção da circulação de ideias anarquistas e comunistas, tanto durante o período das duas grandes guerras quanto, posteriormente, no marco da guerra fria. Assim, os meios de comunicação foram mobilizados pelos Estados platinos para difundir um sentimento de unidade nos territórios nacionais, mas também para ajustá-los ao modelo capitalista.

Nesse contexto, as fronteiras e sua permeabilidade às influências políticas e culturais provenientes do outro lado da linha divisória tornaram-se um mal nacional, que foi combatido de modos variados, como através de uma regulamentação especial para os meios de comunicação de áreas fronteiriças, no caso do Brasil, e da promoção e provisionamento de veículos pelo Estado em áreas periféricas, no da Argentina. Cogita-se que os Estados nacionais, sobretudo em governos ditatoriais, tenham contribuído com ações informais ou indiretas para o

desenvolvimento midiático das suas áreas periféricas. No entanto, a carência de obras sobre a história dos meios de comunicação nas áreas de fronteira do Brasil deixa sem amparo científico essa e diversas outras particularidades da trajetória da mídia local. O que se sabe é que, em termos de ocupação midiática de suas fronteiras, o Brasil superou e preocupou os países vizinhos, em decorrência de um desenvolvimento precoce de sua imprensa, rádio e televisão, especialmente nas fronteiras com o estado do Rio Grande do Sul.

Sabe-se também que esse desenvolvimento intenso e precoce foi favorecido, especialmente no caso da radiofonia gaúcha, pelo contato com recursos humanos e técnicos argentinos e uruguaios, à época, mais avançados que os brasileiros. A nossa incursão pelos antigos jornais de Uruguiana também mostra que alguns deles circulavam na Argentina e no Uruguai, bem como que seus redatores tinham acesso a exemplares de jornais desses países, possivelmente devido à facilidade de contato que a ligação ferroviária e fluvial entre eles possibilitava. Como resultado, sobretudo até o início do século XX, encontramos nesses jornais notícias e anúncios do país vizinho, seja das cidades fronteiriças, seja das capitais Buenos Aires e Montevideú. A história dos jornais de fronteira é, portanto, a própria história da construção das fronteiras platinas, da relação limite-continuidade que nelas se estabeleceu, oscilando ora para um ora para outro ponto dessa relação. Seu estudo é de suma importância, especialmente, em um momento anterior ao advento e popularização do rádio, quando os jornais eram um dos poucos meios de contato dos fronteiriços com a nação e com o mundo platino. Lamentavelmente, muitos desses jornais se perderam ou estão se deteriorando em pequenos museus e bibliotecas fronteiriços pouco preparados para resguardá-los.

Com a redemocratização, o fim da guerra fria e a globalização da economia, momento em que se insere a própria criação do Mercosul, os países platinos e suas fronteiras vivenciaram mudanças na organização dos seus meios de comunicação. Uma delas se relaciona à própria gestão das línguas nos veículos, pois a legislação para o setor, nesses países, passou, gradativamente, a incorporar dispositivos favoráveis à diversidade linguística, contemplando línguas autóctones, de imigração e, também, estrangeiras. Nesse momento, o desenvolvimento da internet e de outras tecnologias de alcance global, cujo controle estatal é mais difícil, se organizou com maior abertura à diversidade linguística, na medida em que esta proporcionou diversos nichos de mercado (sejam os de grande amplitude, como o da hispanofonia e da lusofonia, sejam os pequenos, como o do guarani) e, simultaneamente, foi elevada à condição de causa política na pauta internacional.

Nas áreas de fronteira, os novos tempos mudaram a perspectiva de atuação dos meios de comunicação, que deixaram de organizar-se em oposição aos veículos dos países vizinhos e passaram a conviver com eles em espaços comunitários, como o das cidades-gêmeas. Entre as razões para essa mudança está a dificuldade de controlar o fluxo de informações que cruza que a linha divisória, devido à evolução das tecnologias de comunicação e de transporte. Mas também tem relevância uma nova perspectiva sobre a integração platina que circula no imaginário social local e que ecoa na mídia fronteiriça. Hoje, por exemplo, mais do que no passado e mais do que nas mídias dos principais centros urbanos dos países, existe um discurso integracionista inscrito nos jornais de fronteira. Ou seja, neles, o Mercosul é noticiado com frequência e de modo positivo, até porque muitas das ações do bloco têm impacto direto sobre as áreas fronteiriças. Também, o país adjacente, sobretudo as cidades limítrofes próximas, é noticiado em temas para além do futebol, da economia e da política, os quais configuram a abordagem típica das mídias centrais. Por fim, parcerias institucionais, ações de colaboração, contatos cotidianos que conotam amizade e paz estão noticiados nesses jornais.

O discurso integracionista está mais presente em jornais cuja circulação compreende os dois lados da linha divisória internacional, isto é, naqueles em que o local e o internacional se sobrepõem, constituindo uma mesma área de cobertura e um mesmo público consumidor. No entanto, nem todos os jornais de fronteira estabelecem a cidade-gêmea correspondente ou outras cidades internacionais do seu entorno como parte de seu público consumidor. Alguns limitam sua área de atuação apenas a cidades brasileiras da fronteira, ainda que estas estejam mais distantes geograficamente do que as cidades dos países vizinhos. Essa delimitação depende do que o jornal fronteiriço define como local, uma vez que esses jornais funcionam, devido a seu pequeno porte e relação de proximidade com o público, como jornais locais. A noção de local-fronteiriço para um jornal de Uruguaiana do início do século XX, por exemplo, compreendia cidades brasileiras da linha de fronteira distantes, aproximadamente, 500km uma da outra. Portanto, um jornal local da fronteira considera, para a delimitação da sua atuação, não só a adjacência geográfica, mas também a proximidade cultural, social, política e linguística, entre as cidades do seu entorno, o que resulta ou na inclusão ou na exclusão das cidades internacionais vizinhas.

Outro fator que contribui para a inclusão ou exclusão de certas cidades, entre elas as internacionais, da área de atuação de um jornal fronteiriço é a identificação de um espaço mercadológico possível de ser ocupado por um (ou mais de um) veículo jornalístico impresso. Assim, atualmente, a amplitude geográfica da noção de local costuma ser mais reduzida, devido

ao maior número de cidades e também de jornais na área fronteira. Nesse sentido, quatro dos nove jornais brasileiros mobilizados por este estudo circulam nas cidades geminadas correspondentes, isto é, seus editores identificaram um vazio comunicacional “do outro lado” e trataram de ocupá-lo, como público consumidor e anunciante. De fato, no campo dos jornais impressos, é perceptível uma assimetria positiva na quantidade, na qualidade e na durabilidade dos jornais das principais cidades fronteiriças gaúchas (Uruguiana, Santana do Livramento e São Borja), em relação aos das cidades geminadas correspondentes. Isso sugere que, ainda hoje, o poder comunicacional da fronteira brasileira se destaca e, algumas vezes até se projeta, sobre os países vizinhos, à semelhança do que ocorria no passado. Ao se destacarem, asseguram o domínio da língua portuguesa no seu espaço de enunciação; ao se projetarem, projetam a língua portuguesa no espaço de enunciação do espanhol.

Considerando o discurso integracionista, a maior variedade temática das notícias sobre o país vizinho e a circulação do outro lado da linha divisória, pode-se dizer que os jornais fronteiriços foram afetados pelo Mercosul, implicando uma aproximação (ou reaproximação) com os países adjacentes. Essa aproximação, contudo, tem duas características importantes. Uma delas é que os países vizinhos surgem como um mercado potencial para os jornais, ou seja, trata-se de uma integração em que pesam os interesses econômicos. Outra característica é que os limites e diferenças também estão presentes no noticiário fronteiriço, assinalando que a fronteira, mesmo com o Mercosul, continua organizada sobre o paradoxo limite-continuidade, convergências-divergências, que constitui sua histórica condição. A integração regional, portanto, não anula o nacional, pois assim como a nação é uma categoria fundamental na proposta de integração do Mercosul, também ela continua sendo fundamental no discurso jornalístico, seja quando se exalta a integração, seja quando se ressaltam as diferenças e os limites entre os países.

Quando adentramos o domínio das línguas, vemos que essa situação se reafirma, tanto no domínio do dizer-nas quanto no domínio do dizer-sobre-as línguas. No primeiro caso, o dizer-nas línguas, ao tomarmos como objeto o uso de diferentes línguas para publicação, constatamos que a diversidade linguística esteve presente na história dos jornais fronteiriços de variados modos. Em jornais da cidade de Uruguiana, por exemplo, publicados nas primeiras décadas do século XX, encontramos eventuais notas, avisos e anúncios em língua espanhola, dispostos em meio a notícias em língua portuguesa. Neles, pesquisadores identificaram a presença também de línguas de imigração, como o francês e o italiano. Entre as décadas de 1950 e 1980, em Santana do Livramento, a língua espanhola compôs espaços literários e opinativos e, até mesmo, foi usada na

elaboração bilíngue português-espanhol das notícias, cujas versões eram dispostas lado a lado na mesma edição. Em São Borja, localizamos, na década de 1970, anúncios de Santo Tomé, em língua espanhola. Nas proximidades do ano 2000, segundo pesquisadores, também o árabe foi usado na construção de uma editoria jornalística em Santana do Livramento.

Atualmente, contudo, as práticas linguísticas dos jornais fronteiriços se restringem ao uso do português e do espanhol. As línguas de imigração já não fazem parte da enunciação desses jornais locais. Houve, portanto, uma redução da diversidade linguística no espaço de enunciação fronteiriço, pelo menos na sua dimensão pública, na qual se situa a atividade dos jornais. Deixando à parte a questão das línguas de imigração, que excede a proposta deste trabalho, as demais, português, espanhol e guarani, são línguas importantes na composição do espaço de enunciação da região platina, seja na condição de línguas locais, nacionais, de integração regional ou globais. E os meios de comunicação locais de fronteira são afetados por essas línguas, tendo em vista que elas constituem as práticas linguísticas do cotidiano das comunidades fronteiriças platinas (línguas locais); que sua presença foi historicamente garantida nos meios de comunicação pelos Estados platinos (línguas nacionais); que elas emergem no contexto político do Mercosul (línguas de integração regional), bem como no contexto econômico e tecnológico do mundo (línguas globais).

A ausência do guarani na enunciação jornalística, porém, sugere que, no imaginário fronteiriço, essa língua não está legitimada a compor essa dimensão pública, mesmo sendo língua local da fronteira Brasil-Argentina e mesmo tendo sido oficializada pelo Estado Paraguaio e reconhecida pelo Mercosul. Pesquisadores tampouco identificam o uso do guarani em jornais e rádios de outras partes da fronteira brasileira. Os recentes movimentos de valorização da língua não lograram alterar significativamente, ainda, a histórica exclusão do guarani dos meios de comunicação. Os poucos estudos existentes apontam que, mesmo no Paraguai, o espaço do guarani nos veículos de comunicação, em especial nos jornais, é promissor, embora incipiente. Nesse sentido, o estudo do guarani na mídia da região platina é ainda um tema em aberto, além de uma questão profundamente interessante, a começar pela avaliação dos efeitos de duas décadas de educação bilíngue guarani-espanhol sobre a mídia paraguaia.

A situação do guarani também sugere que, em se tratando da política de línguas dos meios de comunicação, apenas o reconhecimento oficial de uma língua ou a liberdade legal para seu uso não são suficientes para que ela figure nas publicações midiáticas. Existem interesses ideológicos e mercadológicos que direcionam os usos linguísticos da mídia, os quais não necessariamente vão

ao encontro dos interesses de governos, da sociedade civil ou de outros grupos que anseiam pela integração regional. Na esfera pública e acadêmica, a política de línguas dos meios de comunicação do Mercosul é, ainda, um tema a ser investigado e problematizado, o qual suscita, de imediato, um questionamento fundamental: os Estados devem intervir sobre as línguas presentes nos produtos midiáticos ou devem deixar para a lógica de mercado essa regulação? Hoje, as políticas linguísticas do Mercosul visando à integração regional se concentram, especialmente, na área educacional, contemplando pouco ou indiretamente as políticas culturais e comunicacionais. Certamente, a atual política educacional bilíngue português-espanhol terá efeitos sobre a produção e consumo midiáticos das gerações futuras nessas línguas, no entanto, tem-se nos meios de comunicação um potencial e, possivelmente, promissor campo de intervenção linguística a ser explorado.

Sendo assim, o fato de serem línguas locais da fronteira platina ou, mesmo, línguas do Mercosul e dos países signatários do bloco, não assegura que o espanhol, o português e o guarani estejam presentes na enunciação da mídia fronteiriça. Para que isso aconteça é preciso que essas línguas integrem a política editorial dos veículos de comunicação dessa área. Em se tratando de jornais fronteiriços, as línguas fazem parte da política editorial de um veículo local, na medida em que fazem parte de uma orientação ideológica que coaduna os interesses do jornal e do público. Assim, a política de línguas de um jornal, pode-se dizer, integra sua política editorial. Como a política editorial de jornais locais costuma contemplar a proximidade com o público, para que façam parte de um jornal, as línguas portuguesa, espanhola e guarani devem compor a vida da comunidade fronteiriça em que esse jornal circula. Os jornais dos grandes centros platinos, em geral, desconsideram a questão das línguas em sua política editorial, já que projetam um público idealmente monolíngue.

Na política linguístico-editorial dos jornais fronteiriços, ocorre uma correlação entre a área de circulação do jornal, a nacionalidade dos leitores e a língua em que o jornal deve enunciar. Se o jornal brasileiro circula do outro da linha divisória, ele antecipa leitores uruguaios ou argentinos e enuncia parcialmente em espanhol; se o jornal circula apenas entre cidades brasileiras da fronteira, ele antecipa leitores brasileiros e enuncia apenas em português. Sendo assim, nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, a imprensa é organizada em torno do português, com a presença do espanhol em alguns casos. Entre os jornais das cidades geminadas, por exemplo, a maioria é monolíngue português, e uma minoria enuncia em português e espanhol, sendo que esta última língua atinge, no máximo, 10% do espaço total de cada exemplar. O uso do

espanhol pelos jornais é mais comum naqueles situados em cidades da fronteira com o Uruguai ou próximos à tríplice fronteira Brasil-Uruguai-Argentina. Na fronteira com a Argentina, predominam os jornais publicados apenas em língua portuguesa. Pesquisadores identificam o uso do espanhol também em outros veículos (impressos, radiofônicos e televisivos) da fronteira internacional do Rio Grande do Sul e do Brasil, como uma estratégia de naturalização das práticas linguísticas de cada comunidade fronteiriça.

Mesmo que, como apontam esses pesquisadores, o uso das línguas espanhola e portuguesa na mídia fronteiriça integre uma estratégia de naturalização das práticas linguísticas locais, há que se considerar que, pelo menos em dois jornais fronteiriços gaúchos, a consolidação da presença do espanhol em suas publicações aconteceu no marco do Mercosul. Ou seja, isso ocorreu no momento em que foram instituídas políticas de facilitação do comércio entre os países signatários do bloco e em que a integração com o país vizinho foi envolvida por significados positivos no imaginário platino. O uso da língua espanhola por esses jornais foi estabilizado, em especial, através de um mecanismo que associa língua e conteúdo. Isto é, atualmente, na política linguístico-editorial dos jornais fronteiriços, existem espaços físicos e temas fixos do jornal que são destinados à publicação em língua espanhola.

Nesse sentido, três práticas linguísticas são marcantes na política editorial dos jornais da fronteira meridional do Brasil. A primeira delas é a alocação da língua espanhola em colunas, editorias ou cadernos, separada, portanto, da língua portuguesa, a qual predomina na maior parte do jornal. Em geral, esses lugares “destacáveis” são o lugar do país adjacente, pois a língua espanhola é mobilizada apenas para compor as notícias a ele relacionadas. Cria-se, assim, uma linha divisória marcada na relação língua-conteúdo das notícias. Outra prática encontrada nesses jornais é o uso da língua espanhola para a titulação de formas fixas do jornal, sejam elas títulos de notícias, de colunas, de editorias ou de cadernos, independentemente do fato de o conteúdo noticioso seguinte ser redigido em espanhol ou em português. A rara presença do portunhol, em geral restrita à reprodução de usos típicos da oralidade, é a terceira prática linguística dos jornais da fronteira do Rio Grande do Sul, cuja raridade pode ser explicada pela modalidade escrita e pelo público de classe média-alta dos jornais impressos, já que outros pesquisadores identificam o uso do portunhol em rádios fronteiriças sul-brasileiras.

Quando adentramos o plano das significações, analisando as designações no dizer-nas línguas, percebemos que, frequentemente, as línguas funcionam como metonímia das nações: o português como metonímia do Brasil e o espanhol como metonímia do Uruguai. Essas línguas

são usadas para distintas enunciações, cada uma para dizer sobre seu país, de modo que o que se diz está reforçado pela língua com que se diz. Sendo assim, cada língua ocupa um espaço controlado e delimitado na enunciação. Além disso, os jornais fronteiriços significam-se como brasileiros, situando o país vizinho como adjacente, isto é, próximo, mas diferente e separado. Também ajudam a compor essa rede de significados diversas antíteses para as nações e as cidades limítrofes, que envolvem rivalidade e integração, diferença e semelhança, limite e continuidade, nas quais os sentidos do nacional (os primeiros) são projetados sobre os do local (os segundos), inscrevendo certa tensão na textualidade noticiosa.

Portanto, predomina, no dizer-nas, a distribuição das línguas portuguesa e espanhola como nacionais dos países platinos. Se, no momento da consolidação dos Estados nacionais, a fronteira significou a separação de iguais, hoje, no contexto do Mercosul, ela significa uma união (ou tentativa de união) de diferentes. No acontecimento enunciativo, mesmo quando as línguas são significadas como locais-fronteiriças, as nações não se apagam da fala do enunciador.

A significação das línguas, inscrita no dizer-nas, também apontou para o fato de que apenas alguns espaços temáticos permitem a combinação, na mesma notícia, do português e do espanhol ou, mesmo, a presença do portunhol. As chamadas notícias leves (*softnews*), como o futebol, a cultura, o cotidiano estão entre esses espaços que aceitam o contato entre as duas línguas. No entanto, as notícias duras (*hardnews*), como as de economia, política e polícia, não apresentam essa combinação linguística. Assim, os jornais da fronteira gaúcha inserem a língua espanhola no espaço de enunciação do português apenas em temas tidos como apropriados para isso, conforme o imaginário social fronteiriço sobre as línguas. O mesmo pode-se aplicar à rara presença do portunhol, o qual, no imaginário local, pode estar atravessado pela noção de erro, sendo seu uso midiático autorizado para a oralidade, mas desautorizado para a modalidade escrita. Logo, são as línguas nacionais e padrão dos países platinos as mobilizadas para a enunciação no jornalismo fronteiriço e, ainda assim, em espaços delimitados pelo assunto em pauta.

Já a mobilização dessas línguas como pauta jornalística, isto é, como tema das notícias, obedece aos chamados critérios jornalísticos de noticiabilidade. De modo semelhante ao que ocorre nos jornais dos grandes centros, as línguas não são tema frequente no noticiário fronteiriço e, quando o são, estão relacionadas a políticas linguísticas, em geral, voltadas à área educacional. Mais recorrente é a menção às línguas como informação coadjuvante de notícias sobre comércio internacional, ensino e história. Secundarizar a língua como tema já é fazê-la significar como algo naturalizado, estabelecido e indiscutível. Essa significação mostra a força das políticas

linguísticas dos Estados, que conseguiram construir no imaginário nacional o entendimento das línguas como algo dado, a ponto de, mesmo em uma área de fronteira onde os contatos linguísticos são frequentes, os sujeitos não considerarem essa realidade suficientemente importante para compor a dimensão noticiosa ou opinativa dos jornais.

Nesse dizer-sobre as línguas dos jornais fronteiriços, a língua é, em certos momentos, significada como objeto histórico, na sua diversidade, e em outros, como um sistema de regularidades. Em ambas as situações, é recorrente sua designação como um instrumento de comunicação, seja como um modo de fazer notícias, seja como um objeto de ensino-aprendizagem para fins comunicativos. Nesse segundo caso, também as línguas são inscritas na textualidade noticiosa com significados institucionais e disciplinares, associadas ao espaço escolar, universitário e de aperfeiçoamento técnico. Nesses contextos, as línguas portuguesa e espanhola são significadas como nacional e estrangeira, respectivamente, sendo, em vários momentos, atravessadas pelas noções de certo e errado. A dimensão institucional e disciplinar é significada, no dizer-sobre-as línguas, como um espaço de proteção à nação pelo valor da língua (o nacionalismo) e também de formação de mão-de-obra para o mercado global (o capitalismo).

As línguas envolvidas nesses dois processos, de preservação do nacional e de inserção no global, são a espanhola, a portuguesa e a inglesa. A última surge como língua global de um mercado de amplitude mundial. Já as duas primeiras, alternam-se como nacionais e globais em um mercado regional, o Mercosul. As línguas são, portanto, significadas como recurso para resguardar a nação, ao mesmo tempo em que ela se abre ao contato econômico com o mundo. Se, no dizer-nas línguas, encontramos momentos em que espanhol e português se inscrevem como línguas locais na enunciação dos jornais fronteiriços, no dizer-sobre, isso não ocorre, embora isso fosse possível, a partir de notícias ou textos opinativos sobre o vocabulário fronteiriço, as particularidades linguísticas do comércio, a atuação das professoras nas escolas bilíngues de fronteira, a fala dos radialistas, entre outros temas do cotidiano local.

Por fim, se a ação dos meios de comunicação no Mercosul pode ser tanto integradora como delimitadora, pode-se dizer que os jornais fronteiriços indicam os horizontes dessa integração, tanto no nível de circulação dos produtos quanto no nível do conteúdo. Também apontam para o papel das línguas na integração regional: elas emergem como marca das nações, mas já não em um contexto de defesa da soberania nacional sobre o território, mas sim de encontro entre vizinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, G. Modelo brasileiro de faixa de fronteira: um imperativo estratégico a ser mantido ou uma concepção ultrapassada? **A defesa nacional - revista de assuntos militares e problemas brasileiros**, n. 813, p. 31-42, set/out/nov/dez, 2009.

ADAMCZUCK, L.; SILVEIRA, A. C. Hibridismo, censura e nacionalismo na produção radiofônica de emissoras fronteiriças durante o Estado Novo. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, n.2, p.115 -130, 2004. Disponível em: <http://www.locutor.info/Biblioteca/Hibridismo%20no%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 13 dez 2011.

ALBUQUERQUE, J. L.C. As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil. In: II Seminário internacional: fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão, 2006, Campo Grande. **Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI)**, 2006. Disponível em: www.neppi.org/gera_anexo.php?id=483. Acesso em: 21 mar. 2012.

ALBUQUERQUE, J.L.C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. **Cadernos CERU** [online]. Vol.19, n.1, p. 49-63, 2008. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-5192008000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 29 abr. 2011.

ALBUQUERQUE, J.L.C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n31/a06v1531.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

A Luta Pelo Guarani. UNILA, 10/02/2012. Disponível em: (<http://unila.edu.br/noticia/luta-pelo-guarani>). Acesso em: 15 mar. 2012.

ANDER-EGG, E. **Globalización: el proceso en el que estamos metidos**. 1. ed. Córdoba: Brujas, 2010.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARGENTINA. **Lei nº 26.468 de 17 de dezembro de 2008**(Dispõe sobre o ensino de língua portuguesa). Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/normas/13516.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

ARGENTINA. **Lei 26.522, de 10 de outubro de 2009**.Regúlense los Servicios de Comunicación Audiovisual en todo el ámbito territorial de la República Argentina.Disponível em: <http://www.afsca.gov.ar/ley-de-servicios-de-comunicacion-audiovisual-26-522/>Acesso em: 22 mar. 2012.

ARMELE, R. **Por qué no te callas!** Comunicación y poder en el siglo XXI. Asunción: Ed. Mbarete, 2010. Disponível em: <http://idioma-guarani.blogspot.com.br/2010/03/ray-armele-presento-por-que-no-te.html>. Acesso em: 14 fev. 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/imprensa.php>. Acesso em: 25 jul. 2012.

ARNOUX, E. **Miradas sobre la Lengua**, 2007. Disponível em: <http://miradassobrelengua.blogia.com/2007/091701-elvira-narvaja-de-arnoux-la-lengua-es-la-patria-nuestra-lengua-es-mestiza-y-el-e.php>. Acesso em: out. 2011.

ARNOUX, E. et al. Las representaciones de la lengua y de la prensa en los manuales de estilo periodísticos argentinos. In: ARNOUX, Elvira; BEIN, Roberto (orgs). **Prácticas y representaciones del lenguaje**. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 175-190

ARNOUX, E. [Entrevista disponibilizada em 10 de setembro de 2012, pelo Jornal Página12]. **Lo lingüístico es fundamental para la integración regional**. 2012. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-203013-2012-09-10.html>. Acesso em: 28 out. 2012.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ÁVILA, R. La pronunciación del español: medios de difusión masiva y norma culta. Nueva revista de filología hispánica. **El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios**. v. 51, no. 1, p. 57-79, 2003. Disponível em: http://codex.colmex.mx:8991/F/?func=service&doc_library=ECM01&doc_number=000523553&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA. Acesso em: 04 jan. 2012.

BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, Edmund (org). **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12853058/Bronislaw-Baczko-Imaginacao-Social>. Acesso em: 21 abr. 2012.

BAGNO, M. A dupla personalidade lingüística da mídia impressa: discurso prescritivista X prática não normativa. Seminário Mídia, educação e leitura. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL –COLE, 13, 2001. Campinas. **Anais eletrônicos...** Unicamp, 2001. Disponível em http://www.marcosbagnos.com.br/conteudo/arquivos/art_dupla_personalidade_midia.htm. Acesso em: 15 mai. 2011.

BAREI, S. Mundialización/ políticas de conocimiento/lenguages. In: ALONSO, Cleuza Maria Maximino Carvalho. In: ALONSO, Cleuza Maria Maximino Carvalho (org). ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS. 4. 2009. **Anais...** Santa Maria, UFSM, 2009. Núcleo Educação para a Integração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), 2009. p. 33-37.

BARRIOS, G. Minorías lingüísticas y globalización: el caso de la Unión Europea y el Mercosur. **Revista Letras**, n 27, p. 11-26, 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletras/letras27.html>. Acesso em: 12 mai. 2011.

BARRIOS, G. El tratamiento de la diversidad lingüística en el debate educativo: paradigmas teóricos, representaciones y políticas lingüísticas. In: ALONSO, Cleuza Maria Maximino Carvalho (org). ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS. 4. 2009. **Anais...** Santa Maria, UFSM, 2009. Núcleo Educação para a Integração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), 2009. p. 23-31

BATISTA, J.;CORRÊA, A. M. A notícia no contexto do Mercosul - Um estudo de caso da referencialidade Brasil-Uruguai na mídia online. **Revista Ciberlegenda**, n 23, p. 84-98, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/137/42>. Acesso em 12 dez. 2011.

BEHARES, L.E. Apresentação. **Revista Pro-posições**. Dossiê Educação fronteiriça Brasil/Uruguay, línguas e sujeitos. Faculdade de Educação da Unicamp, v. 21, n. 63, p. 17-24, set/dez, 2010.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I**. São Paulo: Pontes, 1988.

BEIN, R. Políticas lingüísticas en la Argentina. Legislación y promoción de lenguas [20--].In: **Linguasur**. Disponível em: <http://www.linguasur.org.ar/panel/archivos/bded1b1a285fcd7c2907b8706497cc9fBein%20Pols%20lings%20en%20la%20Argentina2.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2012.

BERNAL-MEZA, R. Política y economía en la segunda mitad del siglo XX: una interpretación sobre la evaluación de la integración en Latinoamérica. **Revista del CESLA** (Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidade de Varsóvia), n. 8, p. 159-158, 2006.

BIERHOFF, J. La Integración Europea y la Capacitación de Periodistas. LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS. 1995. **Anais eletrônicos...**Centro de formação para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 73 -77. Disponível em http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

BLANCO, M.I.; CONTURSI, M.E; FERRO, F. **La enseñanza de la gramática en los medios masivos de comunicación**, 2000. Disponível em: <http://www.comfer.gov.ar/documentos/pdf/edgelmm.pdf>Acesso em: 21 dez. 2011.

BRAND, A.; SOUSA, N.M.; GUIMARÃES, C.R. As fronteiras guarani no Prata (1536-1750). In: **Núcleo de Estudos e Pesquisas de Populações Indígenas – NEPPI**, [20--]. Disponível em: <http://www.neppi.org/producoes.php?id=22>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930->

1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 18 maio de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro 1963.** Regulamenta os serviços de radiodifusão (atualizado). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D52795.htm. Acesso em: 25 out. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 01 de mar. 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.161, de 05 de agosto 2005.** Dispõe sobre o ensino de língua espanhola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm. Acesso em: 29 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIN). Secretaria de Programas. **Cartilha do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**– PDF, 2009. Disponível em http://www.mi.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixa_de_frenteira.asp. Acesso em 22 jun. 2010.

BRITTES, J.G. **Políticas de Comunicação no Mercosul:** do nacional ao mega-regional. 1997. 189f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1997.

BROVETTO, C. Educación bilíngüe de frontera y políticas lingüísticas em Uruguay. **Revista Pro-posições.** Dossiê Educação fronteira Brasil/Uruguay, línguas e sujeitos. Faculdade de Educação da Unicamp, v. 21, n 63, p. 25-44, set/dez, 2010.

BURKE, P. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CALDERON, S. Retos y Logros de los Medios de Comunicación en los Procesos de Integración. LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS. 1995. **Anais eletrônicos...**Centro de formação para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 44 -47. Disponível em: http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

CALVET, J-L. **Mondialisation, langues et politiques linguistiques - Le versant linguistique de la mondialisation.** In: **Alexandria-Egito: Université Senghor**, 2002. Disponível em <http://www.usenghor-francophonie.org/international/conf/2002/calvet.pdf>. Acesso em: 02 fev 2011.

CALVET, J-L. **As políticas lingüísticas.** São Paulo: Parábola Editorial/Ipol, 2007.

CANALE, G. **Globalización y lenguas internacionales:** identidades, discursos y políticas lingüísticas - El caso del inglés, el español y el esperanto. Montevideo: Udelar, 2009.

CANALES, G. La Integración Regional y los Medios de Comunicación: Implicaciones y Desafíos LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995. **Anais eletrônicos...**Centro de formación para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 68-72. Disponível em: http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

CANDEAS, A. **A integração Brasil-Argentina: a história de uma idéia na visão do outro**. Brasília: Funag, 2010.

CANTEROS, A; SOSA, N. La formación de Profesores de Portugués como Lengua Extranjera en la Argentina: Orígenes, evolución y situación actual. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFESSORES DE LÍNGUAS OFICIAIS DO MERCOSUL-CIPLM, 2010. **Anais eletrônicos...** 2010. UNIOESTE. Foz do Iguaçu, 2010, p. 861-870. Disponível em: <http://www.apeesp.com.br/web/ciplom/Arquivos/artigos/pdf/nelida-sosa-adrian-canteros.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

CARBAJO, F. El Proceso de Construcción Europea: Del Carbón y el Acero a la Unión Europea-Cuatro Décadas de Integración (Documento de base). La Información sobre Europa: La Idea de Europa y los Medios de Comunicación. LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995. **Anais eletrônicos...**Centro de formación para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 22-31.

CARNEIRO, Z. de O. N. A língua vernácula na visão de redatores baianos: 1920 -1921. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 9-10, p. 79-92, 2003.

CARO, M. R. La Integración Regional y los Medios de Comunicación: Implicaciones y Desafíos LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995. **Anais eletrônicos...**Centro de formación para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 65-67. Disponível em http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

CARULLO, A. M; MARCHIARO, A. M. Nuevos desafíos: hacia la inclusión de la perspectiva plurilingüe y multicultural en las currículas de profesorado en lenguas extranjeras. In: ALONSO, Cleuza Maria Maximino Carvalho (org). ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS. 4. 2009. **Anais...** Santa Maria, UFSM, 2009. Núcleo Educação para a Integração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), 2009. p. 119-125.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.
CATAIA, M. Uso do território e fronteiras políticas no período da globalização. In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org). **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 13-32.

CAVALHEIRO, A. P. Uma mirada pelo prisma da identidade. In: CAVALHEIRO, Ana Pederzoli; IRALA, Valesca Brasil. **O imaginário da língua espanhola: da sala de aula ao ciberespaço**. Pelotas: Educat, 2007.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro**: uma língua singularmente estrangeira (Doutorado em Linguística). Campinas: Unicamp, 2002. 276 p. Disponível em: http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Tese_MaiteCelada.pdf. Acesso em: 15 dez. 2011.

CENSO 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. IBGE, 10/08/2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2194&id_pagina=1. Acesso em: 17 de novembro de 2012.

CERVO, A. L.; RAPOPORT, M. **História do Conesul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 1998.

‘CLARÍN’ Lança Site Em Português Com Noticiário Sobre a Argentina. Folha Online, 18/05/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/05/1280905-clarin-lanca-site-em-portugues-com-noticiario-sobre-a-argentina.shtml>. Acesso em 22 jun. 2013.

CHADE, Jamil. Português é a 5ª língua mais usada na Web. Jornal O Estado de S. Paulo, 14/05/2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,portugues-e-5-lingua-mais-usada-na-web-,1031475,0.htm>). Acesso em: 14 jul. 2013.

COLVERO, R. **Negócios na madrugada**: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Ed., 2004.

CONTURSI, M.E. Legislación político-lingüística del MERCOSUR: avances y dilaciones a casi dos décadas del Tratado de Asunción. In: **Linguasur**. [20--]. Disponível em: <http://www.linguasur.org.ar/panel/archivos/87aad16214a9baff4d20c2fdd25e7e6ccontursi.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2012.

CRESPO, G. O. La Información y la Comunicación en la Era de la Integración y la Globalización. LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995. **Anais eletrônicos...** Centro de formação para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 03-10. Disponível em http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

CRISE na Europa eleva Brasil a sexta economia mundial. Folha.com, 30 out. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/999014-crise-na-europa-eleva-brasil-a-sexta-economia-mundial.shtml>. Acesso em 05 nov. 2011.

CUNHA, L. Lusofonia e identidade nacional: narrativa e sedução. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org). **Língua portuguesa, lusofonia-memória e identidade cultural**. São Paulo: Educ, 2008. p. 43-56.

DELA-SILVA, S. C. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia.** Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. 225 p. Disponível em:
http://www.uff.br/las/images/stories/Tese_Silmara_Dela_Silva.pdf. Acesso em: 1 maio 2012.

DEL VALLE, J.; GABRIEL-STHEEMAN, L. “Codo con codo”: la comunidad hispánica y el espectáculo de la lengua. In: DEL VALLE, José; GABRIEL-STHEEMAN, Luis (orgs). **La batalla del idioma.** Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert, 2004, p. 229-252.

DEL VALLE, J.; VILLA, L. ¡Oye!: Língua e negócio entre o Brasil e a Espanha. **Calidoscópico**, vol. 6, n. 1, p. 45-55, jan/abr 2008. Disponível em:
[http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/vol6n1/45a55_a rt05_villa_e_valle\[rev_ok\].pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/vol6n1/45a55_a rt05_villa_e_valle[rev_ok].pdf). Acesso em: 25 out. 2011.

DIÁRIOS ASSOCIADOS (*website*). Disponível em: <http://www.diariosassociados.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2011.

DÍAS-RANGEL, Eleazar. **La información internacional en America Latina.** Caracas: Monte Avila, 1991.

(a) DINIZ, L. Mecanismos de promoção da língua nacional brasileira no exterior. In: CONGRESO INTERNACIONAL DA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL), 15. 2008. **Anais eletrônicos** Montevideu, Alfal, 2008. Disponível em <http://www.mundoalfal.org/indexe.htm>. Acesso em: 12 mai. 2011.

(b) DINIZ, L. **Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira.** 2008. 208f. Tese (Instituto de Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000440351&fd=y> . Acesso em: 15 jul. 2013.

DORNELLES, B. Trajetória da imprensa gaúcha. **Revista PJ:Br-Jornalismo Brasileiro.** n. 4, 2 sem, p. 1-9, 2004. http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia4_a.htm. Acesso em: agosto de 2011.

DORNELLES, B. Características de jornais e leitores interioranos no final do século 20. **Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação**, Covilhã/Portugal, v. 1, p. 1-15, 2005. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/dornelles-beatriz-jornais-interioranos.pdf. Acesso em: 30 abril 2011.

DOSSIÊ-Livro didático. Portal do Ministério da Educação do Brasil. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16649. Acesso em: 12 abr. 2011.

ENCONTRO INTERNACIONAL LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURAS LUSÓFONAS NUM UNIVERSO GLOBALIZADO. **Anais...União Latina**, 2010. 237 p.

LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995. **Anais eletrônicos...**Centro de formação para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 11 -16. Disponível em: http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

EICHENBERGER, A. Una experiencia escolar bilingüe (guarani – português), en Brasil. In: **Ateneo de lengua y cultura guaraní**, 2011. Disponível em: <http://lenguaguarani.blogspot.com.br/>

ELPHICK, R. Políticas Regionales y Nacionales en materia de Comunicación e Información y Sistemas de Difusión: La Experiencia Europea. LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995. **Anais eletrônicos...**Centro de formação para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 53-60. Disponível em http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

ELIOMAR-FILHO, J. Tentativas de integração nacional brasileira na primeira metade do século XX. ParaOnde!? v. 4, n. 7, sp, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22113/12875>. Acesso em 05 jan. 2011

ENDANGERED LANGUAGES. Disponível em: <http://www.endangeredlanguages.com>. Acesso em: 25 jul. 2012.

FANJUL, A.P. **Português-Espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo**. São Carlos: Claraluz, 2002.

FANJUL, A.P. “Policêntrico” e “Pan-hispânico”: deslocamentos na vida política da língua espanhola. In: LAGARES, X; BAGNO, M. (orgs). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011

FARACO, C.A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C.A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X; BAGNO, M. (orgs). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

FAULSTICH, E. Desafios para uma política do idioma. Conferência apresentada no I CONGRESSO DA SIPLE UNB/IL/LIV, 3, 2000. **Anais eletrônicos...**Brasília: UNB, 2000. Disponível em: <http://vsites.unb.br/il/liv/enilde/documentos/PLP.pdf>. Acesso em: 27 out. 2010.

FERIGOLO, J. Língua nacional versus língua estrangeira: a interdição linguística no período do Estado Novo. In: ALONSO, Cleuza Maria Maximino Carvalho (org). ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. 4. 2009. **Anais...** Santa Maria, UFSM, 2009. Núcleo Educação para a Integração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), 2009. p. 49- 54

FERNANDES, M.L. **A força do jornal do interior**. Itajaí: Univali, 2004.

FERNANDEZ, M. Breve historia del guaraní. In: Guarani Renda, 2002. Disponível em: http://www.datamex.com.py/guarani/marandeko/breve_historia.html. Acesso em: 25 mar. 2012.

FERRARETO, L.A. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40):** dos pioneiros às emissoras comerciais. Canoas: Ed.da Ulbra, 2002.

FERREIRA, D. Painei Valor econômico da língua portuguesa. Apresentação oral. In: ENCONTRO INTERNACIONAL LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURAS LUSÓFONAS NUM UNIVERSO GLOBALIZADO, 2010. **Anais...** União Latina, 2010, p. 119-128.

(a) FIORIN, J.L. Autodescrição da cultura brasileira: triagem ou mistura? As relações do português com outras línguas no espaço cultural brasileiro. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org). **Língua Portuguesa: Lusofonia- memória e diversidade cultural.** São Paulo: Educ, 2008. p. 27-46

(b) FIORIN, J.L. A internet vai acabar com a língua portuguesa? **Revista Texto Livre: Linguagem e tecnologia**, n 1, v1, Belo Horizonte, 2008. s/p. Disponível em <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/10/5>. Acesso em 03/12/2011.

FLORES, V.N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à Lingüística da Enunciação.** São Paulo: Contexto, 2005.

GALITO, M.S. Impacto económico da língua portuguesa enquanto língua de trabalho. **Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais**, p.2-99, 2006. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf. Acesso em: 14 fev. 2011.

GARCIA, F.C. **Fronteira iluminada:** história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GINESTA, J. **El mercosur y su contexto regional e internacional:** una introducción. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

GONÇALVES, A.M; NASCIMENTO, M.I.M. A Educação libertária e a imprensa anarquista (1917 -1927). In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A educação e seus Sujeitos na História, 2006. **Anais eletrônicos...** SBHE, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Aracely%20Mehl%20Goncalves.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2011.

GRABENDORFF, W. A integração da América Latina na perspectiva europeia. In: PLÁ, JUAN ALGORTA (ORG). **O Mercosul e a comunidade europeia: uma abordagem comparativa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p.122-136.

GRIMSON, A. La producción mediática de nacionalidad en la frontera: un estudio de caso en Posadas (Argentina)-Encarnación (Paraguay). In: **MOST: Mercosur: espacios de interacción, espacios de integración**, n. 26. 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/most/grimson.htm#parana> . Acesso em: 17 abr. 2010

GUESSER, A. A diversidade lingüística da Internet como reação contra-hegemônica das tendências de centralização do império. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 79-91, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/842> acesso em: 15 nov. 2011.

(a) GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Revista Letras**, n. 26, p. 53-62, 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras26.html>. Acesso em: 12 mai. 2011.

(b) GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras**, n.27, p. 47-53, 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras27.html>. Acesso em: 12 mai. 2011.

(a) GUIMARÃES, E. Civilização na Linguística Brasileira no Século XX. **Matraga**, n. 16, p. 116-145, 2004.

(a) GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.

(b) GUIMARÃES, E. Apresentação: Brasil país multilíngue. **Revista Ciência e Cultura**, vol.57, n.3, p. 22-23. São Paulo, jul/set, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a14v57n2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

GUIMARÃES, E. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica (orgs). **A palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006.p. 113-146.

GUIMARÃES, E. Semantique et grammaire: une histoire des études linguistiques au Brésil. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (orgs). **Un dialogue atlantique: production des sciences du langage au Brésil**. Lyon: ENS Éditions, 2007. p. 11-35.,

GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org). **História e sentido na linguagem**. Campinas: 2 ed aumentada: RG, 2008.p. 71-79.

GUIMARÃES, E. Linguagem e conhecimento: produção e circulação da ciência. **Revista Rua**. Campinas. v.2, n. 15, p. 5-14, Nov. 2009. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/15-2/1-15-2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2010.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**. Procedimentos, análises, ensino. Campinas: Ed. RG, 2011.

(b) GUIMARÃES, S.P. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

HABERKORN, L. Uruguay, tierra guaraní.2004.In: **Guarani Rienda**. Disponível em: http://www.datamex.com.py/guarani/marandeko/haberkorn_uruguay_tierra_guarani.html. Acesso em: 02 abr. 2012.

HAMEL, R. E. Las políticas lingüísticas en el Mercosur: ¿una barrera frente a la globalización del inglés? Tradução de “Regional blocs as a barrier against English hegemony? The language policy of Mercosur in South America”. In: **Languages in a Globalising**. World. Maurais, Jacques & Morris, Michael A. (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2003. P.

111-142. Disponível em: <http://www.hamel.com.mx/Archivos-PDF/Work%20in%20Progress/2003%20Mercosur.pdf>

HAUSSEN, D.F.; CONTE, V.O.; FRANCESCHI, V.B. O MERCOSUL no Rádio: o caso de Porto Alegre. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n 11, dezembro 1999. p.84-91. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3054/2332>. Acesso em: 12 nov. 2011.

HIRSCH, M; PETERSEN, V. Enlargement of the arena: european media policy. In: MEIER, W; TRAPPEL, J. (orgs). **Power, performance and politics: media policy in Europe**. Baden-Baden: Nomos, 2007.

HOBSBAWN, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOUAISS. **Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa**. Ed. Objetiva, 2007.

IPOL. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. **Encontro sobre o inventário da língua guarani mbya: documento final**. 2011. Disponível em: <http://guaranimbya.files.wordpress.com/2011/10/documento-final-do-encontro-inventc3a1rio-da-lc3adngua-guarani-mbya3.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2012.

JACKS, N.; MACHADO, M.B; MÜLLER, K. **Hermanos, pero no mucho**: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina. Buenos Aires, Ed. La Crujía, 2004.

JAMBEIRO, O. et al. O nacionalismo no Mercosul: uma análise da regulamentação da TV na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. **Latin American Studies Association**, 1998. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Jambeiro.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2011.

KRAMER, D. Por uma vida pior. Veja online. 17 mai. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/por-uma-vida-pior/>). Acesso em: 25 mai. 2011.

LA primera radio indígena será habilitada en Paraguay. Jornal Última Hora, 2012. Disponível em: <http://www.ultimahora.com/notas/517287-La-primera-radio-indigena-sera-habilitada-en-Paraguay>. Acesso em: 12 abr. 2012.

LA hora del “Portunhol”. Jornal El País, 2009. Disponível em: http://sociedad.elpais.com/sociedad/2009/08/04/actualidad/1249336814_850215.html. Acesso em: 10 dez. 2012.

LABRAÑA, L; SEBASTIAN, A. Lengua y poder: el argentino metropolitano. **Temas de patrimonio cultural, n 11**. Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2004.304 p. Disponível em: http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/cultura/cpphc/archivos/libros/temas_11.pdf Acesso em: 12 dez. 2011.

LAGARES, X. C. A ideologia do pan-hispanismo e o ensino de espanhol no Brasil. **Políticas Lingüísticas**. Año 2, Volumen 2, octubre 2010. Disponível em: http://politicasinguisticas.org/revista/pdf/vol002/rdpl_art06_2010.pdf. Acesso em: 23 out 2011.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. A língua portuguesa no processo de institucionalização da lingüística. In: GUIMARÃES, E. (orgs). **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas**. Pontes: Campinas, 2002. p. 13-22

LEGROS, P; MONNEYRON, F; RENARD, J-B; TACUSSEL, P. **Sociologia do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LINGUAMÓN – CASA DE LAS LENGÜES, [20--]. Disponível em http://www10.gencat.cat/casa_llengues/AppJava/pt/index.jsp. Acesso em: 25 mar. 2012.

LIPSKI, J. **Contactos lingüísticos hispano-portugueses en Misiones, Argentina**. Disponível em: <http://www.personal.psu.edu/faculty/j/m/jml34/Misiones.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

LIPSKI, J. Encontros fronteiriços espanhol-português. **Revista Ideação**, n 2, v 13, p. 83-100, 2º sem, 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/6109/4709>. Acesso em: 21 nov. 2012.

LIVRO distribuído pelo MEC defende errar concordância, Folha.com, 14 mai. 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuido-pelo-mec-defende-errar-concordancia.shtml>). Acesso em: 22 mai. 2011.

LÓPEZ-MORALES, H. **La aventura del español en América**. Editorial Espasa Calpe: Madrid, 1998.

MCQUAIL, D. Introduction: reflexions on media policy in Europa. In: MEIER, W; TRAPPEL, J. (orgs). **Power, performance and politics: media policy in Europe**. Baden-Baden: Nomos, 2007.

MACEDO, D; DENDRINOS, B; GOUNARI, P. **Lengua, ideología y poder**. La hegemonía del inglés. Editorial Graó: Barcelona, 2005.

MACHADO, L.O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T.M. et al. (orgs). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p.41-49. Disponível em: acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre1998. Acesso em: 10 ago. 2009.

MACHADO, T. R.M. **O exame CELPE-BRAS e o funcionamento do sentido da brasilidade**. 2011.127f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

MALULY, L. V.B; VENANCIO, R.D.O. A urgência de novas linhas editoriais. **Observatório da Imprensa**, 523 ed, 2009. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_urgencia_de_novas_linhas_editoriaiss. Acesso em: 22 abr. 2012.

- MARIANI, B. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 - 1989). 1996. 256f. Tese (Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692>. Acesso em: 23 abr. 2013.
- MARIANI, B. Políticas de Colonização Lingüística. **Revista Letras**, n 27, p.73-82, jul/dez, 2003. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_7.pdf. Acesso em: 05 jan. 2011.
- MARIANI, B. **Colonização Lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.
- MARIANI, B. Língua nacional e pontos de subjetivação. **Estudos Linguísticos**, n. 37 (3), p. 25-31, set/dez, 2008. Diponível em http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_03.pdf. Acesso em: 12 fev. 2011.
- MARIANI, B. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. **Revista Encontros de Vista**. Ed. 2, p. 1-12, jul/dez 2009. Disponível em: http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/QUANTO_VALE_UMA_LINGUA_O_APAGAMENTO_DO_POLITICO_NAS_RELACOES.PDF. Acesso em: 21 fev. 2011.
- MARIANI, B; MEDEIROS, V.G. Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e governo JK. **Veredas online** – aemática- 1/2007, p. 128-144. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo093.pdf>. Acesso em: 12 maio 2012.
- MARIANO, K.P. **Globalização, integração e o Estado**. Lua Nova [online]. 2007, n.71, pp. 123-168. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>. Acesso em: 07 out. 2011.
- MATTELART, A. **A globalização da comunicação**. Bauru: Edusc, 2000.
- MAZZIOTTI, N. et al. Tendencias en la circulación de programas televisivos en el Mercosur. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 14, abril 2001. p. 36-45. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/255/194>. Acesso em 27 dez. 2011.
- MELIÀ, B. **Una nación, dos culturas**. RP ediciones/Cepag: Asunción, 1988.
- MELIÀ, B. La crisis del bilingüismo en el Paraguay. In: **Congreso de la lengua española. Cartagena de Indias**, 2007. Centro virtual Cervantes. Disponível em: <http://congresosdelalengua.es/cartagena/participantes.htm#letram>. Acesso em: 01 abr. 2012.
- MELIÀ, B. et al. **Guarani Retã** 2008. Disponível em <http://www.neppi.org/>. Acesso em: 24 mar. 2012.
- MENDES, C.M. **O falar do jornal nacional**: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica. 2006. Monografia (Curso de Comunicação Social-Habilitação Jornalismo) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

MERCOSUR (*website* oficial). Disponível em: www.mercosur.int. Acesso em: março de 2011.

MERCOSUR/**Tratado de Asunción**, 1991. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria.
Acesso em: maio de 2011.

MERCOSUR/ Setor Educativo /**Protocolo de Intenciones de los Ministros de la Educación**, 1991. Disponível em: <http://repositorio.educacion.gov.ar:8080/dspace/handle/123456789/66160>.
Acesso em:
12/10/2011.

MERCOSUR/**Protocolo de Ouro Preto**, 1994. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria.
Acesso em: 15 maio 2011

MERCOSUR/GRUPO MERCADO COMÚN/RESOLUCIÓN n. 155/96. **Reunión Especializada de Comunicación Social**, 1996. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria
Acesso em: 13 ago. 2011.

MERCOSUR/REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL/ACTA N° 01/06. **V Reunión Especializada de Comunicación Social**, 2006. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria.
Acesso em: 13 ago. 2011.

MERCOSUR/CONSEJO DEL MERCADO COMÚN/ DECISIÓN N. 35/06. **XXXI Reunión del Consejo del Mercado Común**, 2006. Disponível em:
http://www.mercosur.int/innovaportal/v/1039/1/secretaria/decis%C3%B5es_2006 Acesso em: 06 abr. 2012.

MERCOSUR/REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL/ACTA N° 01/08. **XIII Reunión Especializada de Comunicación Social**, 2008. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria.
Acesso em: 13 ago. 2011.

MERCOSUR/REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL/ACTA N° 02/08. **XIV Reunión Especializada de Comunicación Social**, 2008. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria.
Acesso em: 13 ago. 2011.

MERCOSUR/REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL/ACTA N° 03/08. **XV Reunión Especializada de Comunicación Social**, 2008. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria.
Acesso em: 13 ago. 2011.

MERCOSUR/REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL/ACTA N° 01/09. **XVI Reunión Especializada de Comunicación Social**, 2009. Disponível em:

http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria
Acesso em: 13 ago. 2011.

MERCOSUR/Parlamento del Mercosur/SO/**Recomendación n° 01 /2009**.Secretaria Parlamentaria, 2009. Disponível em
http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/file/3038/1/rec_01_2009_guarani_-_idioma_oficial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2012.

MERCOSUR/CONSEJO DEL MERCADO COMÚN/ACTA N° 01/10. **XXXIX Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común, 2010**. Disponível em:
http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2334/1/cmc_acta01_2010__es_final.pdf. Acesso em: 23 maio 2012.

MERCOSUR/REUNIÓN ESPECIALIZADA DE COMUNICACIÓN SOCIAL/ACTA N° 01/10. **XVII Reunión Especializada de Comunicación Social, 2010**. Disponível em:
http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria. Acesso em: 13 ago. 2011.

MERCOSUR/REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO/COMITÊ COORDENADOR REGIONAL/GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS/ACTA 01/10). **X Reunião do Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas-GTPL/SEM, 2010**. Disponível em:
<http://www.sic.inep.gov.br/pt/.../doc...>Acesso em 1 nov 2012.

MERCOSUR/REUNIÓN DE LOS MINISTROS DE LA EDUCACIÓN/COMITÉ COORDINADOR REGIONAL/COMITÉ ASESOR DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS/ACTA 02/2011. **XII Reunión del Comité de Políticas Lingüísticas, 2011**. Disponível em:
http://www.mercosur.int/innovaportal/v/383/1/secretaria/busqueda_avanzada. Acesso em 2 nov. 2012.

META PESQUISAS DE OPINIÃO. **Relatório de pesquisa quantitativa: hábitos de informação e formação de opinião da população brasileira**. Março de 2010. Disponível em:
<http://www.fenapro.org.br/relatoriodepesquisa.pdf>. Acesso em 20 nov. 2012.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/ projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MOTA, S. S. **Línguas, sujeitos e sentidos**: o jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do Século XX. 2010. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

MOTA, S. S. Portunhol – do domínio da oralidade à escrita – indícios de uma possível instrumentalização? In: STURZA, E.R; FERNANDES, I. S. C; IRALA, V.B. **Português e Espanhol: Esboços, Percepções e Entremeios**. Santa Maria: PPGL Editores, 2012.

MOUILLAUD, M.; PÔRTO, S.D. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2002.

MÜLLER, K. Mídia e Fronteira. Publicação on line, 2003. Disponível em:
<http://www.midiaefronteira.com.br/index.htm> . Acesso em: 01 jun 2011.

MÜLLER, K. Inserções de Árabes-Palestinos na Fronteira e na Mídia impressa local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

MÜLLER, K. Espaços conturbados de fronteiras nacionais: “leituras” de jornais locais. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-16, julho/dezembro 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4209>. Acesso em: 14 set. 2011.

MÜLLER, K; et. al. Comunicação e Integração Latino-Americana: a participação da mídia local na construção da cultura e da identidade fronteiriça. **Revista Fronteiras- estudos midiáticos**, n12(2): 116-125, maio/agosto, 2010. Disponível em: <http://www.frenteiras.unisinos.br/pdf/92.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

NATALI, J.B. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVEU, É. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

NORTON, P. Painel Valor econômico da língua portuguesa. Apresentação oral. In: ENCONTRO INTERNACIONAL LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURAS LUSÓFONAS NUM UNIVERSO GLOBALIZADO, 2010. **Anais...União Latina**, 2010. pg. 135-142.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>. Acesso em: 12 jun. 2011.

OLIVEIRA, G.M. Prefácio. In: CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p.135-146.

OLIVEIRA, G.M. O lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na nova economia. **Synergies Brésil** n° spécial 1, p. 21-30, 2010. Disponível em <http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/BresilSPECIAL1/gilvan.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2011.

OLIVEIRA, G.M.; DORNELLES, C. Políticas internacionales del portugués. **Lengua y Cultura**, Real Instituto Elcano, ARI n. 135/2007, p. 1-6, 2007. Disponível em http://www.realinstitutoelcano.org/analysis/ARI2007/ARI135-2007_Müller_Dornelles.pdf. Acesso em. 21 jun. 2011

OLIVEIRA, M. **Estratégias de Comunicação para o Mercosul**. 2003. 84f. Projeto Experimental (Curso de Comunicação Social). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2003.

OLIVEIRA, N. Áreas de fronteira na perspectiva de integração latinoamericana. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 20, n.3, p.138-151, 1992. Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/718/966>. Acesso em 21 mar. 2011.

OLIVERA, D.G. La lengua guarani o avañe'ê em internet. 2011. In: **Idioma Guarani (blog)**. Disponível em: <http://idioma-guarani.blogspot.com.br/2011/10/la-lengua-guarani-o-avane-en-internet.html>. Acesso em 27 fe. 2012.

OLIVERA, D.G. El idioma guarani se instala cada vez más em marketing. 2012. In: **Idioma Guarani (blog)**. Disponível em: <http://idioma-guarani.blogspot.com.br/2012/02/el-idioma-guarani-se-instala-cada-vez.html>. Acesso em 27 fe. 2012.

OLIVERA, J.; CASTROMÁN, G.C. La lengua y las políticas de comunicación: ¿un problema para debatir? In: SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICACIÓN EN EL CONOSUR, 2005. **Anais...Licenciatura en Ciencias de la Comunicación**, UDELAR, 2008. p. 341-352. Disponível em: http://www.dialogosfelafacs.net/admin//images/proyectos/proyecto_10.pdf. Acesso em: 13 dez. 2011.

ORLANDI, E; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni (org). **Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001. p.10-22.

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E (org) .**Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2007.

(a) ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Contexto, 2008.

(b) ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PARAGUAY. **Constitución Nacional (1992)**. Constitución de la República del Paraguay. Asunción: promulgada en 20 de junio de 1992. Asunción, PY. Disponível em <http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm>. Acesso em: 13 abr. 2012.

PARAGUAY. **Ley nº 642/95**, de 14 de dezembro de 1995. Reglamenta las telecomunicaciones. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=paises/30>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PARAGUAY. **Decreto 14135/1996**. Por el cual se aprueba las normas reglamentarias, de la ley nº 642/95 “de telecomunicaciones”. Disponível em: www.mic.gov.py/v1/sites/172.30.9.105/files/decreto%2014135.pdf. Acesso em 15 maio 2013.

PARAGUAY. **Res. de Diretório nº 009/1998**. Reglamenta el servicio de radiodifusión sonora. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=paises/30>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PARAGUAY. **Resolução nº 143/1998**. Por la cual se aprueba la ampliación de los reglamentos de servicio de radiodifusión sonora, de servicio de radiodifusión televisiva por ondas métricas vhf y ondas desimétricas uhf. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=paises/30>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PARAGUAY. **Ley nº 898/2002**. Reglamenta el servicio de radiodifusión comunitaria. Disponíve-

lem: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=países/30>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PARAGUAY. **Ley n° 4251/2010**, de 29 de diciembre de 2010. El uso de las lenguas. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47496254/Ley-N%C2%B0-4-251-10-de-Lenguas-Del-Paraguay>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PAYER, M.O. O trabalho com a língua como lugar de memória. **Synergies Brésil** n° 7 – 2009 pp. 37-46. Disponível em: <http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Bresil7/payer.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2012.

PEREIRA, C.P. O Rádio na Integração dos Países do Mercosul: Realidade das Cidades de Porto Alegre e Montevideú. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, 2004. Porto Alegre, **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0727-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

PERUZZO, C.M.K. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Revista Comunicação: veredas**. Ano 2, n° 02, novembro 2003. p. 65-89. Disponível em <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacaoveredas/article/viewFile/5105/4723>. Acesso em: 25 nov. 2011.

PESAVENTO, S.J. Fronteiras culturais em um mundo planetário-paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA** (Centro de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Varsóvia), n. 8, p. 9-18, 2006.

PICCAROLO, M. El Papel de los Medios de Comunicación y de la Opinión Pública en el Proceso de Integración Europea. LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: IMPLICACIONES Y DESAFÍOS, 1995. **Anais eletrônicos...** Centro de formação para la integración regional-CEFIR, Montevideo, DT-14, 1995. p. 11 -16. Disponível em: http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/2009/07/DT_14.pdf. Acesso em: 26 dez. 2011.

PICCININ, F; SELLI, M. Vecinos lejanos: as representações do Mercosul no Jornal Nacional. In: XIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNISC, 2008, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://jandre.wikispaces.com/file/view/RG5P5.pdf>. Acesso em 17 dez. 2011.

PIZARRO suspendió los reportajes especiales de Manuel Cuenca. *Diário Popular*. Disponível em: (<http://www.diariopopular.com.py/?q=node/88651>). Acesso em: 12 abr. 2012

PRADO, F; SOUZA, S.B. O Brasil e suas representações na fronteira platina. In: RECZIEGEL, A.L.S; FÉLIX, L.O. **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

PROLO, S.S.; TAPIA KWIECIEN, M. Inmigración, lengua y educación: aproximación a las planificaciones lingüísticas en la Argentina durante la primera mitad del siglo XX a través de textos destinados a la enseñanza común. In: ALONSO, Cleuza Maria Maximino Carvalho (org). ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS. 4. 2009. **Anais...** Santa Maria, UFSM, 2009. Núcleo Educação para a Integração. Universidade

Federal de Santa Maria (UFSM)/Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), 2009. p. 183- 187

PUECH, C. Antinomies (V. Henry) et Dichotomies (F. de Saussure) l' idée d' une "science double" dans la linguistique générale de la fin du XIX siècle. In **Linguistique et partages disciplinaires à la charnières des XIX et XX siècles: Victor Henry (1850-1907)**. Louvan-Paris, Editions Peeters, Bibliothèque de l' Information Grammaticale, n. 55. 2004

QUADROS, C. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **TEIAS**. Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan/jun 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=56&path%5B%5D=58>. Acesso em 22 out. 2011.

RADDATZ, V. **Rádio de Fronteira: da cultura local ao espaço global**. 2010. 185f. Tese (Doutorado em Comunicação e informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

RAJAGOPALAN, K. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil. In: SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs). **A lingüística que nos faz falhar**. São Paulo: Parábola, 2005. p.11-36.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. **A crise da razão**. São Paulo; Brasília, Rio de Janeiro: Companhia das Letras; Ministério da Cultura; Fundação Nacional da Arte, 1996. Disponível em: <http://es.scribd.com/doc/59899380/o-disseso-jacques-ranciere>. Acesso em: 10 nov. 2012.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Dicionário online. Disponível em <http://lema.rae.es/drae/?val=en>. Acesso em: 21 abr. 2012.

REDONDO, E. Política, comunicación y multilinguismo. In: BUENO GARCIA, A (org). **La comunicación multilingüe**. Soria: Diputación Provincial de Soria. 2001.

REICHEL H. Para além das barreiras das fronteiras geopolíticas na construção historiográfica: a região platina no sul da América do Sul. In: **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia Coelho(orgs). Assis: FCL-Assis-UNESP; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. P. 441 a 458. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/leha/cms/UserFiles/File/Intercambios_Politicos_-_e-book.pdf. Acesso em: 12 maio 2012.

REIS, C.F. Uma Política de Língua para o Ciberespaço: Sobre os Limites da "Igualdade". **Língua e instrumentos linguísticos**, n. 25, 2010. Pg. 93-108. Disponível em: <http://www.cielli.com.br/downloads/432.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

¡REPUDIÁN Imposición de Pizarro! Diario Popular. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.py/?q=node/87807>. Acesso em: 12 mar. 2012.

RIBEIRO, G.L. **Internet e a comunidade transnacional imaginada-virtual**. INTERCIENCIA 21(6): 277-287, 1996. Disponível em:
http://www.interciencia.org/v21_06/ciencia_tecnologia.html. Acesso em: 15 nov. 2011.

RIBEIRO, S.N.; BOTELHO, I. A televisão e a política de integração nacional. In: NOVAES, Aduino (org). **Anos 70: ainda sob a tempestade**. Rio de Janeiro: Aeroplano: Senac Rio, 2005.

RIBENBOIN, R. Instituições culturais e o Mercosul. In: MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras culturais**. Cotia-SP: Ateliê, 2002. 167-171

ROCHA, S. O poder da linguagem na Era Vargas: o abasileiramento do imigrante. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 6, 2004, Florianópolis, SC. MIOTO, Carlos et. al. (Orgs.). **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Celsul, 2006. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/124.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, C. **El Guaraní en el escenario lingüístico del Paraguay**. In: Paraguay tierra del agua, alma guaraní. [20--] Disponível em:
<http://paraguaytierradelagua.com/curiosidades-guarani-es.html>. Acesso em: 23 jun. 2012

RODRIGUEZ-ALCALÁ, C. O sentido público no espaço urbano: a questão da língua. In: **Relatos**, nº 7, 2001. Disponível em:
http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#apresenta. Acesso em: 23 jun. 2012.

RODRIGUEZ-ZUCOLILLO, C. **Língua, nação e nacionalismo**: um estudo sobre o guarani no Paraguai. 254f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ROSA, C.G. **Misiones y sus radios: aportes para el debate de una política comunicacional**. Apunte de cátedra. Carrera de Comunicación Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones – UNM, 2005. Disponível em:
<http://www.encyclopediademisiones.com/data/rtf/soci/sociACT5742.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2012.

SÁNCHEZ-ZINNY, F. **El periodismo en el Virreinato del Río de la Plata**. 1 ed. - Buenos Aires: Academia Nacional de Periodismo, 2008.

SANTOS, G.L. **O tratamento enunciativo da metáfora no estudo da designação do nome "português" na América Latina**: um trabalho com Política de Línguas. 2012. 207f. Dissertação (Instituto de Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000850542&opt=4> . Acesso em: 21 jul. 2013.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHÄFFER, N.O. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do estado. In: RECZIEGEL, A.L.S; FÉLIX, L.O. **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

SCHERRE, M.M.P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICACIÓN EN EL CONOSUR, 2005.

Anais... Licenciatura en Ciencias de la Comunicación, UDELAR, 2008. p. 341-352. Disponível em: http://www.dialogosfelafacs.net/admin//images/proyectos/proyecto_10.pdf. Acesso em: 13 dez. 2011.

SIGRIST, M. Ñe' ê ngatu: o comunicador da fronteira mato Grosso do Sul-Paraguay. **Signos**, ano 25, n. 1, p. 79-91, 2004.

SILVEIRA, A.C.; PIPPI, J. Mídia e política de identidade: a malha de comunicação local-internacional nas fronteiras brasileiras. **Portal midiaticação e processos sociais**. Unisinos, 2007. Disponível em: http://projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos_externos/Artigo_Ada_Machado.pdf. Acesso em: 12 dez. 2011.

SIGUAN, M. **La política lingüística de la Unión Europea**. Documento de Trabajo nº 39/2004. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y estratégicos. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/riecano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/lengua+y+cultura/dt39-2004. Acesso em: 12 ju. 2013.

SOARES, M.S.A. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.51 (1), p. 53-69, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a03v51n1.pdf>. Acesso em: ago. 2011.

SODRÉ, N.W. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2004.

SOUSA, J.P. A informação internacional na imprensa Ibero-americana: uma visão portuguesa. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2001. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-duas-semanas.html. Acesso em: 01 abr. 2011.

SPRANDEL, M. Matérias em tramitação no Congresso Nacional, sob o tema “Faixa de Fronteira”. **Cienc. Cult.** [online]. 2013. v. 65, nº 1, pp 42-47.

STAHLBERG, P. Imprensa escrita e comunicação intercultural: a mundialização escreve-se também em hindí. In: TRAMONTE, Cristiana; SOUZA, Márcio Vieira de (orgs). **A comunicação na aldeia global: cidadãos do planeta face à explosão dos meios de comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.246-256

STEINBERGER-ELIAS, M.B. Jornalismo e imaginário internacional sobre o Mercosul. **Revista Estudos de Jornalismo e mídia**, v. 2, 2 sem, p. 63-73, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2143>. Acesso em: 24 jun. 2011.

STURZA, E. Fronteiras e práticas linguísticas: um olhar sobre o portunhol. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana** – RILI. II 1 (3), 151-160, 2004.

STURZA, E. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas das fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**, vol.57, n.3, p. 47-50. São Paulo, jul/set, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a14v57n2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

STURZA, E. **Línguas de fronteiras e política de línguas**: uma história das idéias lingüísticas. 2006. 168f . Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

STURZA, E. **A fronteira e a nação no Século XVIII**: os sentidos e os domínios. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, v.3, 2007.

STURZA, E. Políticas linguísticas e globalização: fronteiras, histórias locais e políticas linguísticas. In: ALONSO, Cleuza Maria Maximino Carvalho (org). ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. 4. 2009. **Anais...** Santa Maria, UFSM, 2009. Núcleo Educação para a Integração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), 2009. p. 19-22.

STURZA, E. Política Linguística: Lugares teóricos, práticas de pesquisa e modos de atuação. In: FIGUEIREDO, D.C; BONINI, A; FURLANETTO, M.M; MORITZ, M.E. W. **Sociedade, Cognition e Linguagem**: apresentações do IX CELSUL. Florianópolis: Insular: 2012.

STURZA, E; FERNANDES, I. A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil. **Revista Signo & Seña**, n. 20, p. 209- 227, 2009.

THOMAZ, Karina. A política linguística do projeto escolas interculturais bilíngues de fronteira do Mercosul: ensino de segunda língua para as áreas fronteiriças. **Revista Línguas & Letras**, vol. 11 – nº 21, 2010.

THUN, H. et al. **Atlas linguístico guaraní-románico**. Sociología. Tomo I-Comentarios. Kiel: Westensee-Verl, 2002.

TONKIN, H. Language and society. **Issues in Global Education**, n.178, p. 01-24, 2003-2004. Disponível em <http://globaled.org/issues/178F.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2011

TOTA, A.P. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da segunda guerra. Companhia das Letras, 2000.

(a) TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: por que as notícias são como são. v1, 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

(b) TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. v2. Florianópolis: Insular, 2005.

TUNSTALL, J. Cultural and media nationalism in Europa: MEIER, W; TRAPPEL, J. (orgs). **Power, performance and politics: media policy in Europe**. Baden-Baden: Nomos, 2007.
TV BRASIL, 2011. **Caminhos da reportagem: 20 anos do Mercosul** [online] [visto em mai/2011]. Proveniente da *World Wide Web*: http://www.youtube.com/watch?v=leeR5T6R_eI

UM PIB Mercado Para Crescer. Isto É Independente, 30/12/2009. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/35463_UM+PIB+MARCADO+PARA+CRESCER?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage. Acesso em: 07 nov. 2011.

UNAMUNO, V. “Hablar correctamente es entender bien los términos que usan los blancos”: hacia una descripción situada del plurilingüismo para una educación intercultural bilingüe en Argentina. **Revista Letras**, v. 21, n. 42, p. 45-71, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras42.html>. Acesso em: 21 nov. 2012.

UNESCO. NAÇÕES UNIDAS PARA A CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos), 1996. Disponível em: http://www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/legislacao/declaracao_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 23 julho de 2012.

UNIÃO EUROPEIA. **Carta Europeia das línguas regionais ou minoritárias**, 1994. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/index_es.htm#s_557. Acesso em: jul. 2013.

URUGUAY. **Decreto 734 de 1978**. Reglamenta la Ley 14.670 - Radiodifusión. Actualizado con sus modificativos Dctos. 327/80 y 350/86, Dto. 387/011 del 14 nov de 2011 y Decreto 223/008 del 28 de abril 2008. Disponível em: <http://www.ursec.gub.uy/scripts/locallib/imagenes/DECRETO%20734-78%20AL%2006-2012.pdf>

URUGUAY. **Constitución de la República Oriental del Uruguay, de 1967 com modificações em 1989, 1994 e 1996**. Disponível em: <http://www.ursec.gub.uy/scripts/locallib/imagenes/DECRETO%20734-78%20AL%2006-2012.pdf>

VALDECANTOS, C. Prensa, lectores y traducción. In: BUENO GARCIA, A (org). **La comunicación multilingüe**. Soria: Diputación Provincial de Soria, 2001.

VELLEMAN, B.L. Antiacademicismo lingüístico y comunidad hispánica: Sarmiento y Unamuno. In: VALLE, José del; GABRIEL-STHEEMAN, Luis (orgs). **La batalla del idioma: la intelectualidad hispánica ante la lengua**. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert, 2004.

VILLAGRA-BATOUX, D. Vida o muerte para las lenguas en la integración americana? In: **Guarani Renda**, 2002. Disponível em: http://www.datamex.com.py/guarani/opambae_rei/tembihai/villagra_viida_o_muerte_lenguas_integracion.html. Acesso em: 28 mar. 2012.

VITALE, A. El problema de la lengua en la radiofonía argentina (1934-1946). In: ARNOUX, Elvira Narvaja de; BEIN, Roberto (orgs). **Prácticas y representaciones del lenguaje**. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 157-174.

VIZEU, A. A produção de sentidos no jornalismo: da Teoria da Enunciação à Enunciação Jornalística. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, v.2, n. 1, p.141-155, 2004. Disponível em <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/viewFile/1161/907>. Acesso em: 12 jul. 2011.

ZAIOTTI, R. Cultures of Border Control :**Schengen and the Evolution of European Frontiers**. Chicago: University of Chicago Press, 2008. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10462231?ppg=14>. Acesso: 15 de junho de 2013.

ZAJÍCOVÁ, L. El **bilinguismo paraguayo**. Madrid: Iberoamericana, 2009.

ZAMBORAIN R., BENGOCHEA N., SARTORI F. Una aproximación a la política lingüística en la provincia de Corrientes en torno al caso del guaraní y el português. In: **Linguasur**. Disponível em: <http://www.linguasur.org.ar/panel/archivos/127d6e4a82ce58389a4648773d6c6405BengocheaSartoriZamborainCorrientes.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

ZAMIN, A. **A discursivização do local-fronteira no jornalismo**: estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação). São Leopoldo, Unisinos, 2008.

ZAMIN, A. América Latina na imprensa: uma análise a partir de textos acadêmicos brasileiros do período 1980-2005. **Estudos de Comunicação**, v. 1, n 7, p.219-234, maio de 2010. Disponível em <http://www.ec.ubi.pt/ec/07/pdf/zamin-america.pdf> . Acesso em 01 dez. 2010.

ZOPPI-FONTANA, M. As fronteiras da língua nacional: uma posição de autoria nas políticas de integração regional. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC. 56. 2004. **Anais eletrônicos...**Cuiabá, SBPC, 2004. Disponível em www.sbpcnet.org.br/livro/56ra/.../MonicaFontana.htm. Acesso em: 16 abr. 2011.

ZOPPI-FONTANA, M. A língua brasileira no Mercosul: instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE SANTIAGO DE CUBA.10. 2007. **Anais eletrônicos...**Santiago de Cuba, 2007. Disponível em: www.santiago.cu/hosting/linguistica/descargar.php?d=380. Acesso em: 03 jun. 2010.

ZOPPI-FONTANA, M. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI-FONTANA(org). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Ed. RG, 2009. p. 13-42.

ZOPPI-FONTANA, M.; DINIZ, L. Declinando a língua e as injunções do mercado: institucionalização do português-língua estrangeira (PLE). **Estudos Linguísticos**, n. 37 (3), p. 89-

119, set/dez. 2008. Disponível em
www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/.../EL_V37N3_10.pdf... Acesso em: 02jun. 2011.

WANDERLEY, S.M.A. Eu vi o Brasil na tevê: Estado e televisão nos anos 1950/60. In:
ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH, 8, 2008. **Anais eletrônicos**...Rio de Janeiro, 2008.

Disponível em:

[http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213040445_ARQUIVO_EuvioB_rasilnateve-textocompleto\(Anpuhregional2008\).pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213040445_ARQUIVO_EuvioB_rasilnateve-textocompleto(Anpuhregional2008).pdf). Acesso em: 04 jan. 2012.